

2008

Relatório e Contas

Volume I



Millennium
bcp

2008

Relatório e Contas

Volume I

Índice

Volume I

- 5** Síntese de Indicadores
- 6** Destaques
- 9** Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Executivo
- 12** Conselho de Administração Executivo
- 15** Grupo Millennium
- 18** Rede Millennium
- 21** Alterações ao Governo Societário
- 24** Órgãos e Corpos Sociais
- 26** Crise Financeira Internacional
- 31** Estratégia num Contexto Adverso
- 41** Enquadramento Macroeconómico e Competitivo
- 48** Reporte Financeiro
- 51** Análise Financeira
- 81** Análise das Áreas de Negócio
- 134** Colaboradores
- 139** Gestão dos Riscos
- 169** Acção BCP
- 176** Participações Qualificadas
- 179** Principais Eventos de 2008
- 184** Demonstrações Financeiras
- 189** Proposta de Aplicação de Resultados
- 190** Anexos

Volume II

Relatório do Conselho Geral e de Supervisão

Parecer do Conselho Geral e de Supervisão

Relatório Anual da Comissão de Auditoria e Risco, que inclui declaração de conformidade

Contas e Notas às Contas de 2008

Relatório sobre o Governo da Sociedade

Volume III

Relatório de Sustentabilidade







Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	2008	2007	2006	2005	Var. % 08/07
Balanço					
Activo total	94.424	88.166	79.045	76.850	7,1%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	72.372	65.650	56.670	52.909	10,2%
Recursos totais de clientes	66.264	63.953	57.239	56.363	3,6%
Situação líquida e Passivos subordinados	8.559	7.543	7.562	7.208	13,5%
Rendibilidade					
Produto bancário	2.602,0	2.791,9	2.874,7	3.016,9	-6,8%
Custos operacionais	1.670,8	1.748,6	1.725,5	1.908,2	-4,4%
Imparidades e Provisões	589,2	355,1	155,3	170,7	65,9%
Impostos sobre lucros	84,0	69,6	154,8	97,4	20,7%
Interesses minoritários	56,8	55,4	52,0	87,0	2,7%
Lucro líquido atribuível ao Banco	201,2	563,3	787,1	753,5	-64,3%
Rácio de eficiência	58,6%	60,3%	61,2%	64,7%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	3,4%	13,7%	22,0%	24,1%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0,2%	0,6%	1,0%	1,0%	
Qualidade do Crédito					
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total ⁽¹⁾	0,9%	0,7%	0,8%	0,8%	
Crédito com incumprimento/Crédito total ⁽¹⁾	1,4%	1,0%	1,1%	1,1%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	211,1%	251,8%	284,8%	301,8%	
Custo do risco ⁽¹⁾	74 p.b.	39 p.b.	21 p.b.	21 p.b.	
Solvabilidade (rácio Banco de Portugal)					
Core tier I	5,8%	4,5%	4,9%	5,3%	
Tier I	7,1%	5,5%	6,6%	7,4%	
Total	10,5%	9,6%	11,0%	12,9%	
Ação BCP					
Capitalização bolsista (acções ordinárias)	3.826	10.545	10.112	8.361	
Resultado líquido por acção ajustado (euros)					
Básico	0,03	0,13	0,18	0,20	-73,4%
Diluído	0,03	0,13	0,18	0,18	-73,4%
Valores de mercado por acção (euros)					
Máximo	2,646	4,30	2,88	2,39	
Mínimo	0,685	2,57	2,14	1,88	
Fecho	0,815	2,92	2,80	2,33	
Sucursais					
Actividade em Portugal	918	885	864	909	3,7%
Actividade Internacional	885	743	614	642	19,1%
Colaboradores					
Actividade em Portugal	10.667	10.821	10.876	11.510	-1,4%
Actividade Internacional	11.922	10.301	8.449	8.138	15,7%

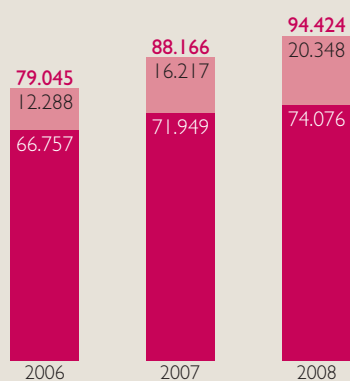
⁽¹⁾ Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007, incluindo os rácios prudenciais, reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Destaques

Activo total

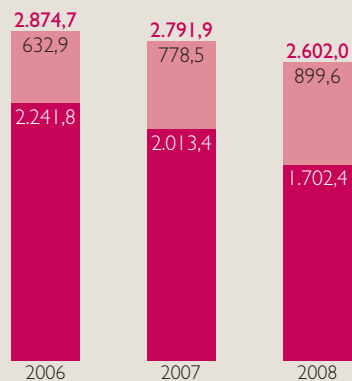
Milhões de euros



Portugal
Internacional

Produto bancário

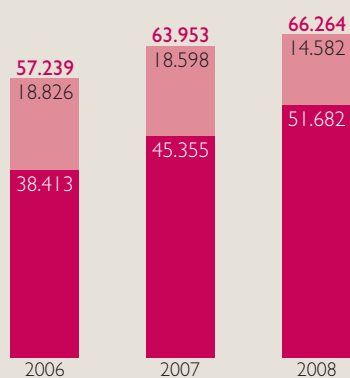
Milhões de euros



Portugal
Internacional

Recursos totais de clientes

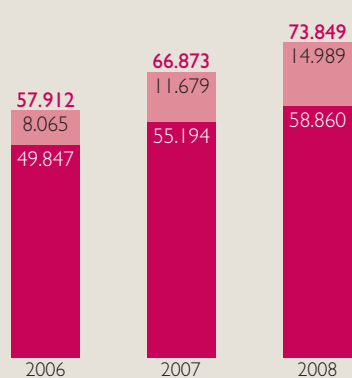
Milhões de euros



De Balanço
Fora de Balanço

Crédito a clientes (bruto)*

Milhões de euros

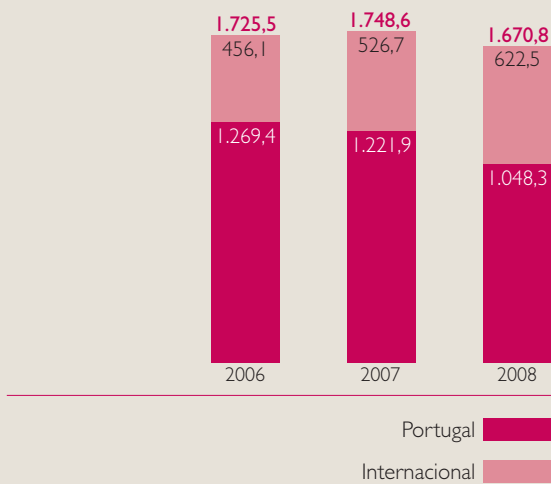


Portugal
Internacional

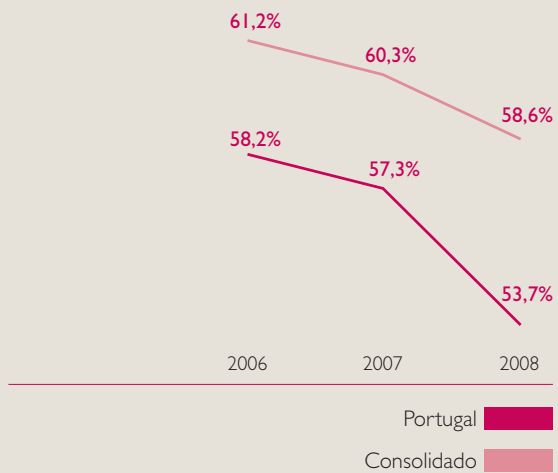
* Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

Custos operacionais

Milhões de euros



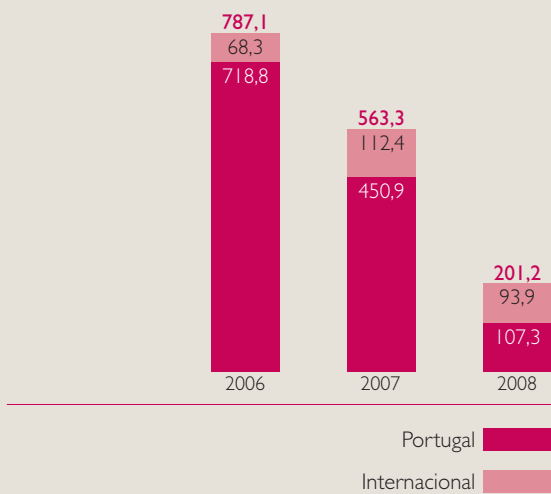
Rácio de eficiência*



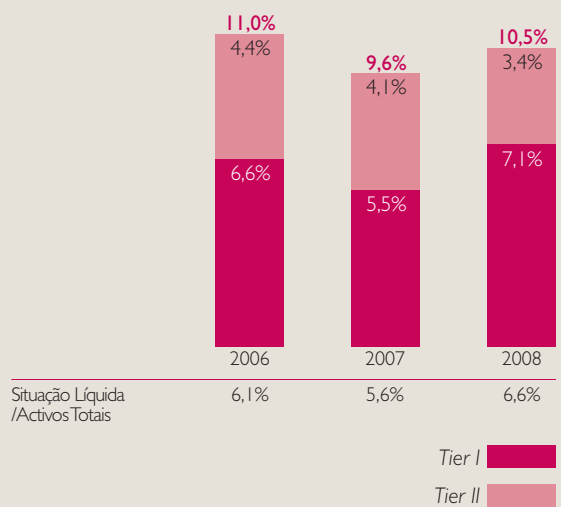
* Em base comparável.

Resultados líquidos

Milhões de euros



Rácio de solvabilidade





Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Executivo

Prezados Accionistas,

O ano de 2008 ficará para história como um dos anos conturbados e desafiantes para o sistema financeiro mundial. A propagação da crise do mercado de crédito hipotecário norte-americano de alto risco despoletada em 2007 a outros produtos, mercados financeiros e geografias e a intensificação da turbulência após a falência da Lehman Brothers, conduziram a uma instabilidade nos mercados financeiros sem precedentes. Esta alastrou-se rapidamente a outros sectores económicos e suscitou a intervenção significativa de governos e bancos centrais, com vista a pôr termo a uma espiral de estímulos negativos, estabilizar o sistema financeiro mundial e mitigar os efeitos da crise na economia.

Este enquadramento teve um impacto significativo nos resultados e nas exigências de capital das instituições financeiras a nível mundial, por via de perdas relacionadas com a exposição ao *subprime* ou a outros produtos financeiros problemáticos, do aumento significativo do custo do *funding*, da desvalorização dos activos financeiros em carteira ou dados como colateral financeiro e de um maior custo do risco.

Em perspectiva histórica, só encontramos paralelo ao que estamos a viver na bolha dos caminhos de ferro na América do Norte no século XIX, na depressão dos anos 30 nos EUA, ou noutra escala, na crise imobiliária e bancária dos países nórdicos do início dos anos 90, na “década perdida” do Japão ou, em menor escala, na bolha tecnológica do início desta década. Em retrospectiva, foram tempos “difíceis” mas, sendo a duração e intensidade das crises maiores ou menores, as sociedades e economias souberam ajustar-se e superar estes períodos exigentes.

Apesar de tudo, o sector bancário português, e o Millennium bcp em particular, mostrou-se resiliente, beneficiando do facto de não ter exposição relevante aos denominados produtos tóxicos, de políticas prudentes de gestão do risco e também de em Portugal não se ter formado nos últimos anos uma bolha no sector imobiliário, o que permitiu que se evitassem cenários como os observados em países onde foi imprescindível aos Estados assumirem uma intervenção bastante mais significativa no sector financeiro.

Ainda que num ano conturbado, no Millennium bcp prosseguimos a estratégia definida, que se revelou apropriada ao enquadramento económico e financeiro, concedendo naturalmente a maior atenção aos rácios de solvabilidade, à gestão da liquidez e a uma gestão de risco prudente, sem deixar contudo de conceder a devida atenção aos nossos clientes, de lançar bases para crescimento futuro e de promover melhores níveis de eficiência. O Grupo apresentou neste ano difícil um resultado positivo de 201,2 milhões de euros.

Os resultados líquidos consolidados do Grupo foram influenciados quer por um conjunto de impactos não associados à actividade corrente do Banco, designadamente a desvalorização da participação financeira que detínhamos no Banco BPI, e sem os quais o lucro teria ascendido a 426,2 milhões de euros, quer pelo enquadramento económico e financeiro, que ditou um aumento do custo do financiamento, a moderação dos proveitos associados à evolução dos mercados de capitais e um aumento das imparidades.

Contudo, são de salientar alguns aspectos positivos que, neste contexto adverso, merecem realce: (i) os proveitos operacionais, excluindo as especificidades referidas, aumentaram 7,7%, de onde se destaca o aumento de 12,0% da margem financeira, (ii) continuámos a merecer a confiança e a apoiar os nossos clientes particulares e empresariais, com os seus depósitos a aumentarem 14,4%, e o crédito a crescer 10,4%, (iii) num ano em que expandimos a rede de sucursais em 11% no conjunto das geografias onde operamos, os custos operacionais aumentaram apenas 3,3%, tendo-se mesmo verificado uma redução de 3,8% dos custos em Portugal.

O rácio de solvabilidade elevou-se de 9,6% a 31 de Dezembro de 2007 para 10,5% a 31 de Dezembro de 2008, com o rácio *tier 1* a situar-se em 7,1% e o rácio *core tier 1* em 5,8%. Neste contexto, e com vista ao reforço da solidez do Banco, foi em Abril de 2008 realizado um aumento de capital de 1,3 mil milhões de euros, que mereceu bom acolhimento pelos Senhores Accionistas e que se revelou importante para enfrentar de forma mais consistente a instabilidade que se veio a intensificar a partir do final do terceiro trimestre de 2008.

Também no âmbito do vector estratégico do reforço da disciplina de *pricing*, risco e capital, foi concedido ênfase ao ajuste dos preços das operações de crédito, adequando-os à evolução dos mercados financeiros internacionais que ditaram um aumento do custo do financiamento e do risco, foram lançadas iniciativas internas com vista à optimização do consumo de capital e, no final do ano, foi acordada a venda da participação de 9,69% que o Banco detinha no capital social do Banco BPI, reduzindo assim a exposição do Banco ao risco proveniente dos mercados accionistas, que influenciou ainda negativamente os resultados do Banco em 2008.

O reenfoque no serviço aos clientes foi outro dos vectores estratégicos prosseguidos, actuação essa que terá contribuído para o Banco merecer a preferência do maior número de novos clientes deste 2000. Em termos de volumes de negócios, verificou-se um crescimento de dois dígitos quer dos recursos de balanço quer do crédito. Neste domínio, é igualmente de salientar o reforço das equipas que servem directamente os nossos clientes, bem como a abertura de cerca de 200 novas sucursais nas geografias em que estamos presentes. O Banco promoveu também os denominados Encontros Millennium em cinco distritos de Portugal, revelando o compromisso e promovendo o propósito de alcançar uma maior proximidade de toda a estrutura do Banco aos clientes.

No âmbito da expansão orgânica das operações de retalho nos mercados com maior potencial, foram abertas 51 novas sucursais em Portugal, 86 na Polónia, 13 na Grécia e 49 nas restantes geografias. Durante o ano estabelecemos parcerias com duas instituições angolanas, a Sonangol e o Banco Privado Atlântico, para a aquisição de 49% do Banco Millennium Angola, com vista a dispormos de condições adequadas para desenvolver uma operação de sucesso num mercado com elevado potencial de crescimento e de importância estratégica para o Grupo. De igual modo assumimos uma participação de 10% no capital do Banco Privado Atlântico, instituição de referência na banca *corporate* e de investimento em Angola.

A simplificação das estruturas do Banco com vista a atingir níveis de eficiência mais elevados foi intensificada, tendo sido reorganizadas diversas áreas dos serviços centrais do Banco, revista a organização do retalho e principais áreas dos serviços de apoio à rede comercial e procedido à análise custo-benefício de consumos: tudo isto se reflectiu numa redução de custos de natureza recorrente. Esta optimização de estruturas e de procedimentos permitiu a optimização do quadro de pessoal afecto aos serviços centrais e, suportado num programa de formação específico que promove o desenvolvimento de competências comerciais, foi possível reforçar em Portugal, sem novas admissões e apesar da abertura de novas Sucursais, a área comercial do Banco.

A actuação ao nível do reforço da imagem institucional do Banco beneficiou em primeiro lugar da serenidade da base accionista em torno do projecto do Banco. O Conselho de Administração Executivo procurou defender o bom nome e a reputação do Banco, colaborou com as Autoridades de Supervisão no âmbito dos processos de contra-ordenação em curso, e promoveu o lançamento do processo de mediação, em colaboração com a CMVM, com vista à resolução dos litígios existentes com pequenos aforradores no âmbito das denominadas “Campanhas Accionistas” realizadas em 2000 e 2001.

Muito se fez num ano difícil, e 2009 não será porventura menos exigente, mas estamos hoje melhor preparados e menos expostos à volatilidade do mercado de capitais, dispomos de um conjunto de negócios com potencial de crescimento relevante e contamos com um conjunto de profissionais competentes e empenhados em gerir bem a exigência do curto prazo e promover um crescimento rentável e sustentável no longo prazo, pelo que estou certo que o Banco estará à altura dos desafios que o futuro lhe reserva.



Carlos Santos Ferreira
Presidente do Conselho
de Administração Executivo

Conselho de Administração Executivo



Nelson Machado

Luís Pereira Coutinho

Armando Vara (Vice-Presidente)

Carlos Santos Ferreira (Presidente)



Paulo Macedo (Vice-Presidente)

José João Guilherme

Vítor Fernandes



Grupo Millennium

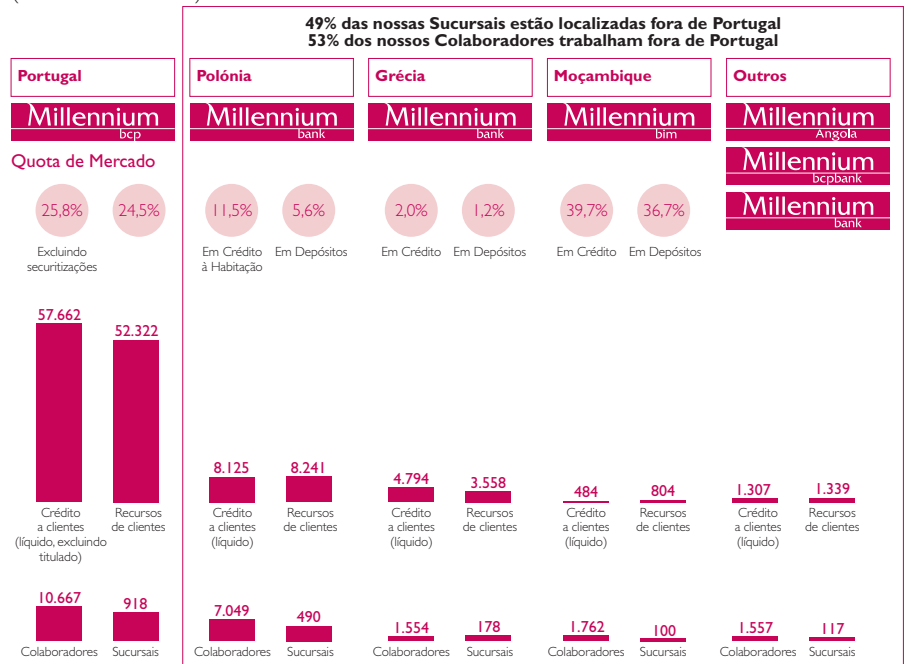
O Millennium bcp é um Banco com centro de decisão em Portugal e o maior Banco privado português, com uma posição importante no mercado financeiro português: é o segundo Banco em termos de quota de mercado, quer em crédito a clientes (cerca de 26%), quer em recursos totais de clientes (cerca de 24%) e tem a maior rede de distribuição bancária do país, com 918 sucursais, sendo também uma instituição de referência na Europa e em África, através das suas operações bancárias na Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, Roménia, Suíça, e também na Turquia e nos Estados Unidos da América. Todas as operações operam sob a marca Millennium.

O Grupo está focado na distribuição de retalho em Portugal, Polónia, Grécia e Moçambique. A actividade em Portugal representa 78% dos activos totais, 80% do crédito a clientes (líquido), 79% dos recursos totais de clientes, e 78% dos resultados líquidos, excluindo itens específicos, verificando-se um contributo crescente das novas operações em resultado de opções estratégicas, no sentido da diversificação das fontes de rendimento, tomadas no momento próprio. As operações internacionais representam já 53% dos mais de 22 mil colaboradores do Grupo e 49% do total de 1.803 sucursais. São de destacar a crescente dimensão da operação do Bank Millennium na Polónia, já com 490 sucursais e uma quota de mercado de cerca 5%, quer em depósitos, quer em crédito a clientes (o Bank Millennium ocupava a segunda posição do *ranking*, em Setembro de 2008, no que respeita ao crédito à habitação), a liderança destacada do Millennium bim no mercado moçambicano e a operação na Grécia com 178 sucursais, das quais 32% têm menos de três anos de existência. Por fim, é de realçar a expansão da actividade na Roménia, com a abertura de 65 sucursais desde o início de operações em 2007. A Banca Millennium captou 105,4 milhões de euros em recursos totais de clientes e concedeu 236,2 milhões de euros de crédito a clientes, em 2008.

Um grupo líder focado no negócio de retalho em Portugal, Polónia, Grécia e Moçambique

(Dezembro de 2008)

Milhões de euros



Fonte: As quotas de mercado em Portugal são baseadas na informação divulgada publicamente pela Associação Portuguesa de Bancos. As quotas de mercado na Polónia são divulgadas pela Associação de Bancos Polacos e pela Associação Polaca de Gestoras de Activos. As quotas de mercado na Grécia são baseadas na informação divulgada pelo Banco da Grécia e pelos Bancos Gregos. As quotas de mercado em Moçambique são baseadas na informação divulgada pelo Banco de Moçambique.

O Grupo oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários e serviços financeiros relacionados, designadamente contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança, de investimento, crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, leasing, factoring, seguros, *private banking* e gestão de activos, entre outros, servindo a sua base de clientes de forma segmentada. Dispondo da maior rede de sucursais em Portugal e de uma crescente rede nos países onde opera, o Grupo oferece ainda canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e banca pela Internet), que funcionam também como pontos de distribuição dos produtos e serviços do Millennium.

O Banco Comercial Português, S.A. (BCP) foi criado em 1985, na sequência da desregulamentação do sistema bancário português, a qual possibilitou o estabelecimento de bancos comerciais de capital privado. Desde a fundação, o BCP destaca-se pelo seu dinamismo, inovação, competitividade, rentabilidade e solidez financeira, afirmando-se como líder destacado em várias áreas de negócio financeiro em Portugal e como instituição de referência a nível internacional na distribuição de produtos e serviços financeiros. O Banco escalou diversos patamares de crescimento, tendo sido protagonista na aquisição, reestruturação e integração de diversas instituições financeiras em Portugal.

O crescimento do BCP foi catalisador de evolução do sistema bancário português para um dos mais desenvolvidos, modernos e inovadores da Europa. As acções do BCP estão admitidas à cotação na Euronext Lisbon, sendo a capitalização bolsista em 31 de Dezembro de 2008 de 3,8 mil milhões de euros.

O modelo de organização em 31 de Dezembro de 2008 baseia-se em cinco unidades de negócio – Banca de Retalho, Empresas e Corporate, Private Banking e Asset Management, Banca de Investimento e Negócios na Europa, e duas unidades de suporte – Serviços Bancários e Áreas Corporativas. Quatro das cinco áreas integram os comités de coordenação, liderados por dois membros do Conselho de Administração Executivo, que concentram as principais responsabilidades em cada área.

A responsabilidade pela Banca de Investimento deixou de estar integrada no âmbito dos Comités de Coordenação, por dispor de modelo de governo específico. A coordenação global das operações em África e na América foi assumida directamente pelos Administradores do BCP responsáveis por essas operações, por ter sido considerado que as especificidades dos mercados em que actuam justificam tratamento individualizado, e que, conseqüentemente, não beneficiariam da integração em Comités de Coordenação.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo tinha, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), um activo total de 94.424 milhões de euros e recursos totais de clientes de 66.264 milhões de euros. O crédito concedido a clientes (líquido, excluindo crédito representado por títulos) era de 72.372 milhões de euros. O rácio de solvabilidade consolidado, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situava-se em 10,5% (*tier I* em 7,1%).

A estratégia actual do Millennium bcp, enfocada no Retalho, centrada no reforço da disciplina de *pricing*, do risco e de capital e em alcançar níveis de eficiência superiores; a posição relevante no sistema financeiro português e a força do *franchise* doméstico; a expansão selectiva das operações internacionais, providenciando diversificação das fontes de rendimento e perspectivas de crescimento nos mercados com grande potencial de desenvolvimento do sistema bancário; e os bons indicadores relativos de qualidade dos activos e dos rácios de capital, continuaram a merecer das principais agências de *rating* – Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings – uma avaliação que

se consubstancia em elevadas notações de *rating*. O BCP apresenta notações de *rating* de longo prazo elevadas: "Aa3" Moody's; "A" Standard & Poor's (S&P) e "A+" Fitch, todas com *outlook* "estável", com excepção da S&P, cujo *outlook* é "negativo".

Rating

Últimas Acções de Rating em 2008

- Reafirmação, pela Fitch Ratings, em 1 de Dezembro de 2008, dos ratings do Banco Comercial Português, S.A. (Millennium bcp), mantendo o *outlook* em "estável".
- Reafirmação, pela Moody's, em 22 de Outubro de 2008, dos ratings atribuídos ao BCP, designadamente solidez financeira de "C+", de longo prazo em "Aa3" e de curto prazo em "P-1", mantendo o *outlook* em "estável".
- Reafirmação, pela Standard & Poor's, em 14 de Outubro de 2008, dos ratings do Banco Comercial Português, S.A. (Millennium bcp), com revisão do *outlook* de "estável" para "negativo".

Fitch Ratings	1 Dezembro 2008
Rating de crédito LP/CP	A+/F1
Outlook	Estável
Individual	B
Suporte	2
Floor de suporte do rating	BBB

Moody's Ratings	22 Outubro 2008
Depósitos	Aa3/P-1
Outlook	Estável
Solidez financeira	C+
Dívida sénior – moeda local	Aa3
Subordinada MTN – moeda local	A1
Acções preferenciais	A2
Outras de curto prazo – moeda local	P-1
Bank Millennium, S.A.	
Outlook	Positivo (m)
Depósitos	A3/P-2
Solidez financeira	D
BCP Finance Bank, Ltd.	
Outlook	Estável
Dívida sénior garantida	Aa3
Dívida subordinada garantida	A1
Papel comercial garantido	P-1
Outra de curto prazo garantida	P-1

Standard & Poor's	14 Outubro 2008
Dívida sénior	A/Negativo/A-1
Certificados de depósito	A/A-1
Papel comercial – moeda local	A-1
Papel comercial	A-1
BCP Finance Bank, Ltd.	
Dívida sénior	A
Dívida subordinada	A-
Papel comercial	A-1
BCP Finance Co.	
Acções preferenciais	BBB+

Rede Millennium

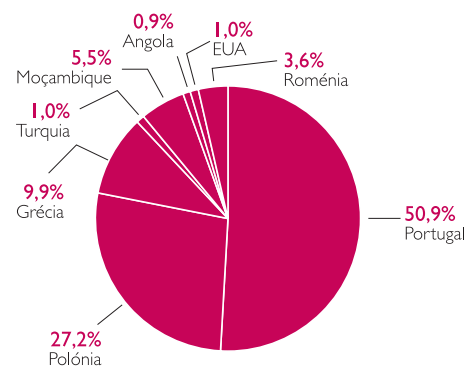
Rede de distribuição

Número de sucursais

	2008	2007	2006	Var:%08/07
Total em Portugal	918	885	864	3,7%
Polónia	490	410	354	19,5%
Grécia	178	165	148	7,9%
Turquia	18	16	16	12,5%
Moçambique	100	85	75	17,6%
Angola	16	9	3	77,8%
EUA	18	18	18	0,0%
Roménia	65	40	0	62,5%
Total Internacional	885	743	614	19,1%
Total do Grupo	1.803	1.628	1.478	10,7%

1.803 sucursais Millennium

Decomposição das sucursais

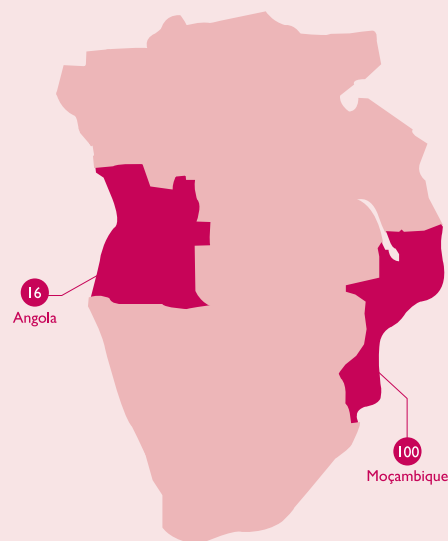
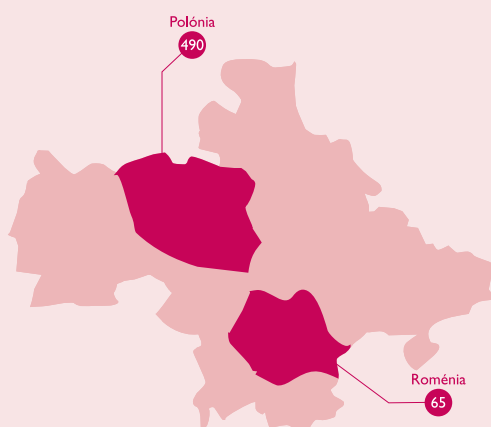


Em Portugal

Internacional

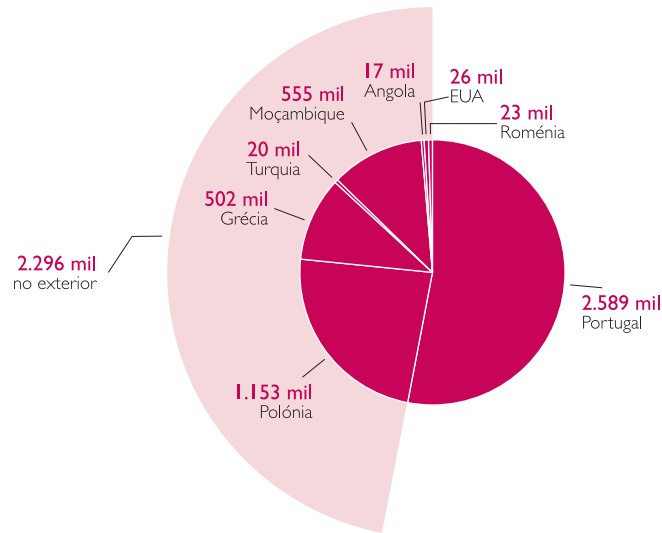
Polónia e Roménia

Angola e Moçambique

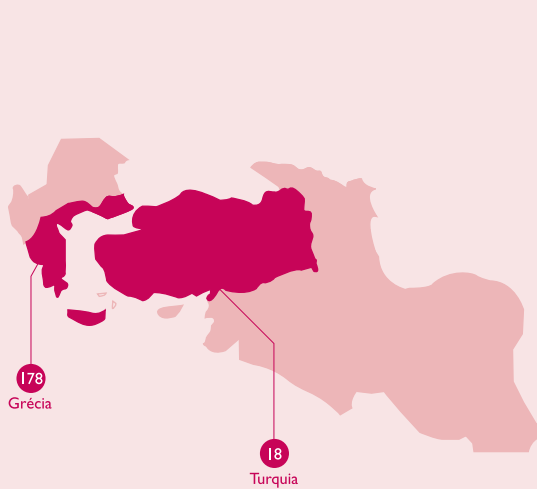


Número de clientes por país

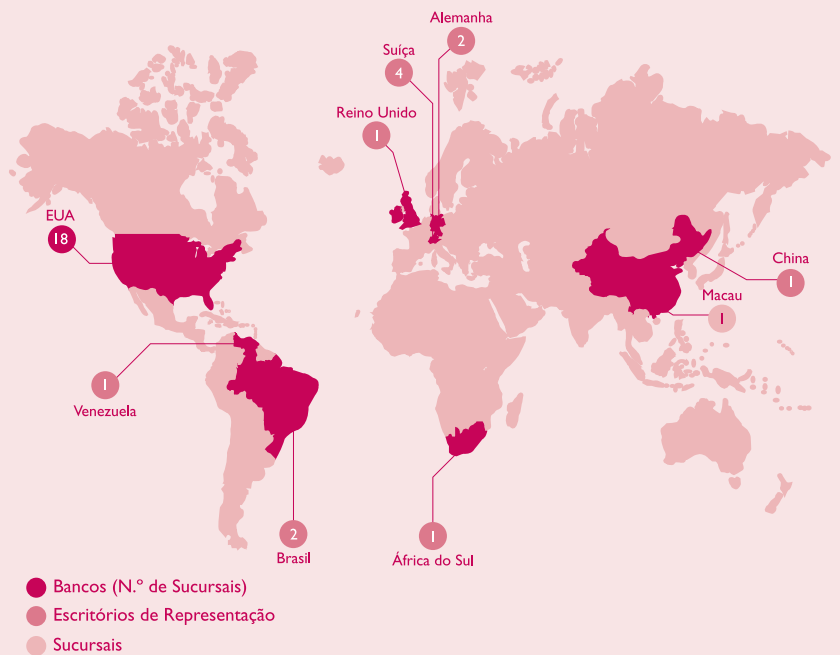
4,9 milhões de clientes



Grécia e Turquia



Escritórios de representação, sucursais e EUA





Alterações ao Governo Societário

Deliberações da Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008 relativas aos Órgãos e Corpos Sociais

Na Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008 foram tomadas as seguintes deliberações relativas aos Órgãos e Corpos Sociais:

I. Foi aprovada a proposta de eleição da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte composição:

Presidente: António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro
Vice-Presidente: Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada

II. Foi eleito um novo Conselho de Administração Executivo (CAE), para o triénio 2008/2010:

Presidente: Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira
Vice-Presidentes: Armando António Martins Vara
 Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo
Vogais: Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho
 Vítor Manuel Lopes Fernandes
 José João Guilherme
 Nelson Ricardo Bessa Machado

III. Foram eleitos os seguintes membros para o Conselho Geral e de Supervisão, para o preenchimento das vagas existentes, até ao termo do triénio 2006/2008:

Membros Efectivos: António Luís Guerra Nunes Mexia
 Manuel Domingos Vicente
Membro Suplente: Ângelo Ludgero da Silva Marques

IV. Foi ratificada a cooptação dos seguintes três membros para o Conselho Superior para o mandato de 2005/2008:

Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos
 Manuel Domingos Vicente
 Maarten W. Dijkshoorn

Síntese das alterações introduzidas na gestão executiva após a Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008

Os princípios subjacentes às alterações introduzidas no domínio da gestão executiva consistem na simplificação das estruturas de governação que emanam do CAE, o que acrescenta fluidez e transparência ao processo de decisão, e na ideia de que a proliferação de órgãos e estruturas de governo com âmbito de actuação transversal a diversas áreas dilui e dispersa as responsabilidades, quer ao nível da decisão, quer ao nível do controlo.

Alterações introduzidas:

- Foi criado o Comité de Coordenação Corporate e Empresas, substituindo os dois comités que anteriormente abordavam estes segmentos (Comité Corporate e Banca de Investimento e o Comité de Empresas);
- A responsabilidade pela Banca de Investimento deixou de estar integrada no âmbito dos Comités de Coordenação, por dispor de modelo de governo específico;

- Foi criado o Comité de Coordenação dos Negócios na Europa, substituindo o anterior Comité de Negócios no Exterior;
- A coordenação global das operações em África e na América foi assumida directamente pelos Administradores do BCP responsáveis por essas operações, por ter sido considerado que as especificidades dos mercados em que actuam justificam tratamento individualizado, e que, consequentemente, não beneficiariam da integração em Comités de Coordenação.

Manutenção dos seguintes Comités de Coordenação:

- Comité de Coordenação de Retalho;
- Comité de Coordenação Private Banking e Asset Management;
- Comité de Coordenação de Serviços Bancários.

Racionalização e adaptação das Comissões que emanam do Conselho de Administração Executivo:

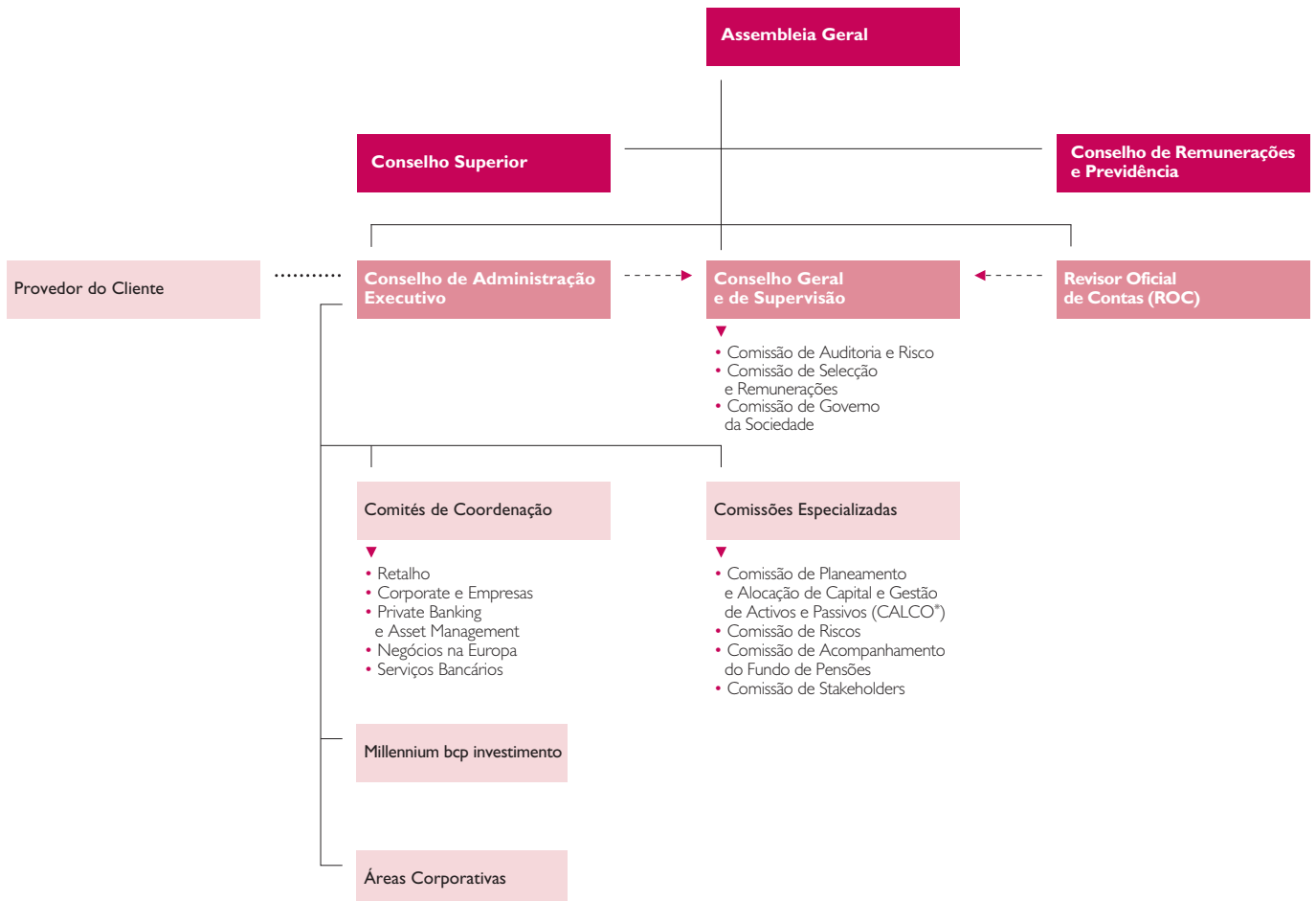
- Supressão da Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional, cuja responsabilidade passou a ser assumida pelo CAE;
- Supressão da Comissão de Responsabilidade Social, cuja responsabilidade passou a ser assumida pelo CAE;
- Supressão da Sub-Comissão de Relações Sociais, cuja responsabilidade passou a ser assumida pelo CAE;
- Supressão da Sub-Comissão de Mecenato e Donativos, cuja responsabilidade passou para a Direcção de Comunicação/Secretaria Geral;
- Supressão da Comissão de Auditoria, Segurança e AML, cujas matérias foram assumidas por outras estruturas, no âmbito dos novos princípios organizativos de Gestão e Controlo do Risco;
- Alteração da Comissão de Riscos e respectivas Sub-Comissões, no âmbito dos novos princípios organizativos de Gestão e Controlo do Risco, com redução do número de Sub-Comissões;
- Transformação da Sub-Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões em Comissão;
- Implementação da Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Activos e Passivos (CALCO).

As matérias que as diversas Comissões abordam são de tal forma importantes que merecem a máxima atenção do CAE. Há matérias que, pela sua especificidade e abrangência, justificaram a formalização de Comissões específicas (CALCO, Riscos, Fundo de Pensões, Stakeholders), sendo que, por serem em número reduzido, merecem também elas maior atenção por parte do CAE.

Deliberações do Conselho Geral e de Supervisão

Em 21 de Abril de 2008, o Conselho Geral e de Supervisão (CGS) deliberou, nos termos da lei e do n.º 1 do artigo 13.º dos Estatutos do Banco, avocar a competência para fixar a remuneração do Conselho de Administração Executivo. Assim, designou para esse efeito a Comissão de Selecção, que passou a adoptar a denominação de Comissão de Selecção e Remunerações, mantendo-se as anteriores competências de coadjuvar e aconselhar o CGS em matérias relativas à determinação do perfil de competências e composição das estruturas e órgãos internos e efectuar recomendações ao CGS sobre listas de membros para os órgãos e corpos sociais do Banco e das empresas participadas e na formulação de parecer sobre o voto anual de confiança nos membros dos órgãos de administração.

Modelo de Governo Corporativo



* CALCO = *Capital, Assets and Liabilities Management Committee*

Informação detalhada sobre o Governo do Grupo Millennium encontra-se no Relatório sobre o Governo da Sociedade que, em conjunto com o Relatório do Conselho Geral e de Supervisão e as Contas e Notas às Contas, constitui o Volume II do presente Relatório.

Órgãos e Corpos Sociais

À data de 31 de Dezembro de 2008

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro

Vice-Presidente: Manuel António de Castro Portugal Carneiro da Frada

Secretário: Secretário da Sociedade (Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral)

Conselho de Administração Executivo

Presidente: Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidentes: Armando António Martins Vara
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo

Vogais: José João Guilherme
Nelson Ricardo Bessa Machado
Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho
Vítor Manuel Lopes Fernandes

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente: Gijsbert J. Swalef

Vice-Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves

Vogais: António Luís Guerra Nunes Mexia
Francisco de la Fuente Sánchez
João Alberto Ferreira Pinto Basto
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos
Keith Satchell
Luís de Melo Champalimaud
Luís Francisco Valente de Oliveira
Manuel Domingos Vicente
Mário Branco Trindade

Vogal Suplente: Ângelo Ludgero da Silva Marques

Revisor Oficial de Contas

Efectivo: Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)

Suplente: Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

Conselho Superior

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves

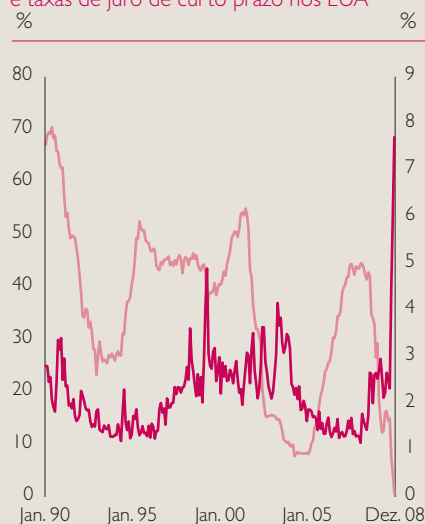
Vice-Presidentes: João Alberto Ferreira Pinto Basto
Gijsbert J. Swalef

Membros: Ângelo Ludgero da Silva Marques
António Augusto Serra Campos Dias da Cunha
António Luís Guerra Nunes Mexia
Dimitrios Contominas
E. Alexandre Soares dos Santos
Francisco de La Fuente Sánchez
Henrique Jaime Welsh
Hipólito Mendes Pires
José de Sousa Cunhal Melero Sendim
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos
José Manuel Pita Goes Ferreira
Josep Oliu Creus
Keith Satchell
Luís de Melo Champalimaud
Luís Francisco Valente de Oliveira
Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos
Maarten W. Dijkshoorn
Manuel Alfredo da Cunha José de Mello
Manuel Domingos Vicente
Manuel Roseta Fino
Mário Branco Trindade
Mário Fernandes da Graça Machungo
Ricardo Herculano Freitas Fernandes
Vasco Luís S. Quevedo Pessanha
António Manuel da Rocha e Menezes Cordeiro, Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira, Presidente do Conselho de Administração Executivo

Crise Financeira Internacional

2008: um ano atípico nos mercados financeiros

Volatilidade do mercado accionista e taxas de juro de curto prazo nos EUA

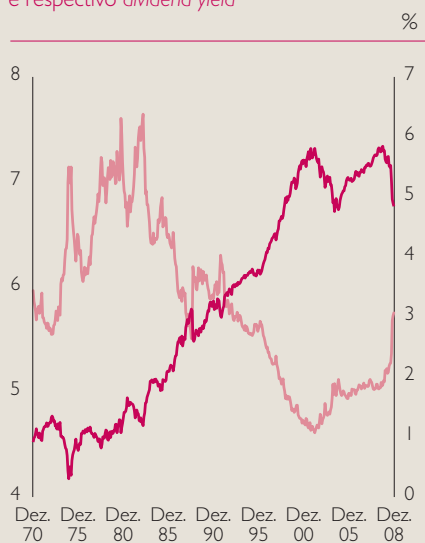


— Volatilidade implícita S&P500 (escala da esquerda)

— Taxa de juro dos Bilhetes do Tesouro 3 meses EUA (escala da direita)

Correcções expressivas nos mercados accionistas

Nível do índice bolsista S&P500 dos EUA e respectivo *dividend yield*



— Índice S&P500 em logaritmo (escala da esquerda)

— *Dividend yield* S&P500 (escala da direita)

No decurso de 2008, a instabilidade nos mercados financeiros, que se iniciou no Verão de 2007, intensificou-se à medida que as dificuldades na obtenção de liquidez evoluíram para um contexto mais grave de risco de incumprimento, de recessão económica e de instabilidade social. Se no segundo trimestre ainda se registou uma breve recuperação nos mercados financeiros, no período subsequente, os efeitos negativos sobre a actividade económica, decorrentes da conjugação de condições financeiras agravadas e do aumento do preço das matérias-primas, avivaram o sentimento de aversão ao risco ao ponto de encerrar mercados, com consequências violentas nos preços dos activos financeiros. As preferências dos investidores alteraram-se profundamente a favor de activos de liquidez e de qualidade de crédito elevada em detrimento de investimentos alternativos de maior risco e de liquidez incerta.

Confrontados com o avolumar de riscos sistémicos e com o desenvolvimento de dinâmicas auto-sustentadas de redução do valor dos activos financeiros e dos activos reais, governos e bancos centrais avançaram com resoluções inovadoras sobre o funcionamento dos mercados e de suporte à actividade económica com o objectivo de proporcionar uma maior estabilidade aos mercados financeiros e o regresso a um clima de confiança.

Não obstante a dimensão e abrangência das medidas, os indicadores de mercado disponíveis sugerem, ainda, uma reduzida confiança dos operadores na normalização dos mercados a breve prazo. O modelo financeiro em vigor nos últimos anos revelou-se com deficiências – na responsabilidade pela originação do risco de crédito; na dimensão de efeitos colaterais; no modelo de supervisão; na gestão dos conflitos de interesses; na substância do relato financeiro; no enquadramento normativo; na avaliação do grau de interdependência entre mercados e geografias – de reforma complexa e prolongada, de modo a repor um nível de confiança mínimo imprescindível para que os mercados financeiros exerçam a sua função de afectação eficiente da poupança.

A crise nos diversos mercados e por tipo de activo financeiro

Os receios quanto à robustez de algumas instituições financeiras, e com o impacto da instabilidade financeira na evolução da actividade económica, reflectiram-se numa forte desvalorização das cotações bolsistas. Os níveis de volatilidade implícita atingiram extremos, tal como as valorizações relativas definidas por diversos múltiplos de mercado (apesar das expectativas de geração de resultados terem vindo a ser ajustadas em conformidade). Os principais índices accionistas encerraram o ano com perdas na ordem de 40% a 50% e com oscilações intra-diárias de grande amplitude nos últimos meses do ano.

O impacto nos mercados de crédito foi particularmente expressivo a partir do Verão, na sequência da falência de instituições financeiras de referência dos EUA. Estes eventos contribuíram para estender a percepção de danos potenciais a outros detentores de interesses financeiros para além das acções ou instrumentos financeiros complexos. O custo do risco aumentou exponencialmente no espaço de semanas, superando os níveis atingidos na crise financeira do início da década e complicando uma conjuntura já de si débil nos mercados primários de dívida. Mesmo no caso de instrumentos de qualidade de crédito superior, como as obrigações hipotecárias, a exigência de prémios de risco elevados e as restrições de balanço praticamente inviabilizaram novas emissões. Nas titularizações de crédito, apesar de o mercado secundário se revelar igualmente pouco activo, o alargamento da lista de activos elegíveis admitidos para efeitos de política monetária contribuiu para a subsistência do mercado, mas com a diferença fundamental de não existir uma colocação em investidores finais e a emissão ter por destino as operações com o banco central. Nos últimos meses do ano, a elevada correlação exibida entre os preços de instrumentos de dívida e o valor

das acções atesta o grau de apreensão dos investidores com o retorno do capital. Nestas circunstâncias adversas, as garantias do Estado actuaram como facilitadores para a emissão de dívida bancária de médio prazo nos mercados internacionais.

A persistência da instabilidade financeira e o agravamento da conjuntura recessiva beneficiaram os instrumentos financeiros de mercados com maior profundidade e de qualidade de crédito superior; tendo-se pontualmente verificado taxas de juro negativas em títulos do tesouro norte-americano de prazos muito curtos. As taxas de juro dos títulos de dívida pública desceram significativamente com a inversão do contexto inflacionista e com a conjuntura crescentemente recessiva, mas os prémios de risco entre emittentes soberanos aumentaram, em função da liquidez do mercado e da robustez financeira do emittente, nomeadamente reflectindo a condição financeira actual e o grau de suporte implícito nos programas públicos de revitalização da actividade económica e de suporte aos sistemas financeiros respectivos. Na Europa, a preferência por liquidez e a fuga para a qualidade beneficiou em particular os títulos do tesouro alemães, verificando-se nos mercados de dívida pública um alargamento pronunciado dos prémios de risco face às emissões de referência.

O sector dos produtos de investimento alternativos (*hedge funds*) revelou perdas significativas com a redução brutal da liquidez dos mercados, com as restrições a alguns tipos de transacções, com a falência de empresas e de produtos financeiros correlacionados e com o reconhecimento de fraudes na indústria. O nível de endividamento elevado e de curto prazo típico deste tipo de entidades revelou-se factor de vulnerabilidade crucial, o que potenciou a venda forçada de activos para efeitos de reembolso de dívida ou para cobrir resgates.

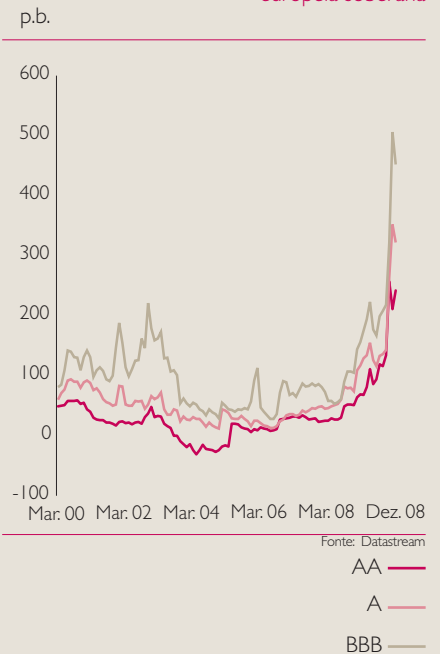
Nos mercados emergentes, o período de prémios de risco de crédito reduzidos terminou subitamente. Os investidores alteraram a composição das suas carteiras a favor de mercados mais líquidos ante o receio de que situações de incapacidade financeira por parte de entidades soberanas se tornassem mais comuns, à semelhança do que ocorreu em alguns países europeus e asiáticos e que exigiu diferentes graus de ajuda externa.

No mercado cambial, o contexto de instabilidade financeira revelou-se favorável às principais moedas, tais como o dólar norte-americano e o euro. O iene e, em menor grau, o franco suíço, apreciaram-se em virtude da reversão abrupta das aplicações em moedas de taxa de juro mais elevada, designadamente as realizadas em moedas do Leste Europeu e do Sudeste Asiático. A quebra na convertibilidade da coroa islandesa, no quarto trimestre, apressou a fuga de investimentos similares, verificando-se então uma preferência pelo euro, com repercussão relativa noutras moedas satélites, como as moedas escandinavas e a libra esterlina, que registaram depreciações acentuadas face ao euro. A redução dos riscos inflacionistas e a intensificação da conjuntura recessiva repercutiu-se também numa alteração da política cambial de algumas economias em desenvolvimento. No passado, o ritmo de crescimento acelerado nestes países e o fluxo de capitais geraram pressões inflacionistas, que eram parcialmente mitigadas pela conseqüente valorização das respectivas moedas. Perante a alteração das circunstâncias, alguns países (como a China e a Rússia) abandonaram explicitamente a política cambial de moeda forte então prosseguida.

O comportamento do mercado monetário ao longo de 2008 sintetiza todas estas influências. A incerteza com a robustez financeira da contraparte, a instabilidade na acessibilidade a fundos no mercado de capitais, o contexto propício à eficácia dos rumores e a discriminação dos investidores em relação a emittentes estabeleceram dificuldades acrescidas às instituições de crédito na obtenção de financiamento nos seus mercados tradicionais interbancários.

Custo do risco com aumento exponencial

Spreads dos índices Iboxx empresas europeias, todas as maturidades, face a dívida europeia soberana



Activos financeiros de risco

Spread dívida de mercados emergentes (JPMorgan) e valor líquido de hedge funds (Hedge Fund Research)

p.b.



Evolução dos índices de taxas de câmbio efectivas

Moedas seleccionadas por geografias
var. %

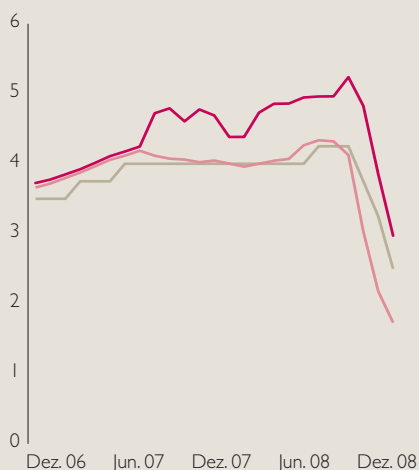
	2007	2008
Dólar Norte-Americano	-7,47	8,04
Euro	5,64	4,65
Iene Japonês	0,20	33,16
Yuan Chinês	1,97	8,39
Rupia Indiana	5,70	-14,67
Rand África do Sul	-3,11	-23,85
Real Brasileiro	14,81	-22,49
Rublo Russo	-0,57	-12,34

Em contrapartida, aumentou a dependência do recurso directo ao banco central para financiamento de curto prazo. A alteração nas condições financeiras teve profundas implicações nos planos de financiamento estratégico das instituições e no custo dos fundos e do risco para a economia em geral, por via do efeito de contágio exercido sobre as principais taxas de juro indexantes. O elevado nível de incerteza produziu alterações na forma de funcionamento dos próprios mercados, com excessiva concentração das operações em transacções de muito curto prazo e preferencialmente com contrapartes próximas, limitando uma redistribuição de poupança mais eficiente. A globalização do mercado exigiu acordos de cedência de liquidez transnacionais, nomeadamente em dólares norte-americanos e euros, para aliviar restrições de liquidez de curto prazo.

O funcionamento nos mercados monetários interbancários manteve-se deficiente, com transacções concentradas em prazos curtos, prémios de risco elevados e pouca redistribuição de fundos entre os participantes. Entre as medidas anunciadas para tentar desbloquear este impasse destacam-se: a redução pronunciada das taxas de juro para níveis mínimos históricos, para aliviar o esforço absoluto com o serviço da dívida dos agentes económicos; a extensão dos prazos de cedência de liquidez; a suavização dos critérios de classificação de activos que servem de garantia contra empréstimos do banco central e a reposição do diferencial da taxa de juro do depósito diário face à taxa de refinanciamento principal de modo a desincentivar os depósitos de liquidez excedentária junto do Banco Central Europeu (BCE). Nos EUA e noutros países destaca-se ainda a assunção explícita de uma política monetária de *quantitative easing*, isto é, de expansão da base monetária e actuação alargada da política monetária sobre instrumentos de dívida de prazos mais longos, pública ou semi-privada, e a intervenção dos poderes públicos com vista a amortecer os impactos negativos na actividade económica que resultem do actual processo de ajustamento de níveis de endividamento insustentáveis.

Mercados interbancários na Área do Euro

Taxa de refinanciamento principal, Euribor 3m e média da taxa Eonia para os 3 meses seguintes
%



Fonte: Datastream

- Euribor 3 meses
- Média da taxa Eonia 3 meses
- Taxa de refinanciamento principal

Impacto no Sistema Financeiro Internacional

Aversão ao risco bloqueia mercados interbancários

Os mercados financeiros internacionais têm apresentado grande instabilidade, afectados pela incerteza que emana da dificuldade em lidar simultaneamente com a complexidade de produtos inovadores, com a necessidade de reduzir o endividamento e os riscos em balanço, com o agudizar da conjuntura recessiva, com as falências e dificuldades de empresas-referência internacionais, com as lacunas detectadas nos modelos e nos indicadores de avaliação de risco. O clima de incerteza e a aversão ao risco instalados infligiram danos relevantes nos mercados de capitais, em particular no mercado interbancário, onde a crise de confiança elevou a preservação de capital a factor central na decisão da aplicação de fundos.

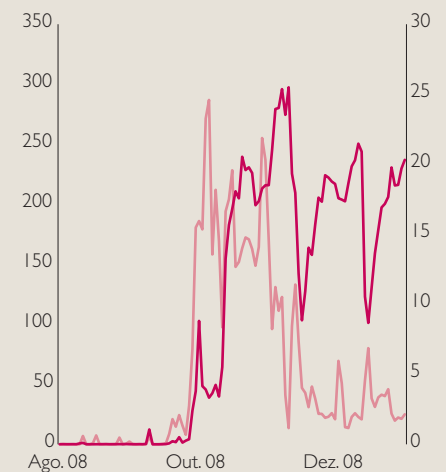
Este contexto afectou profundamente o comportamento dos mercados interbancários, constrangidos pelo risco de contraparte, produzindo um alargamento exponencial dos prémios de risco e a virtual ausência de transacções sem garantia para prazos superiores a um mês, cessando uma das suas funções mais importantes de redistribuição de liquidez. No mercado de capitais, a emissão líquida de dívida bancária na Área do Euro tornou-se negativa no quarto trimestre de 2008, colocando em evidência as crescentes dificuldades de refinanciamento. Na ausência de transacções subjacentes, as taxas de juro indexantes de prazos superiores passaram a constituir uma referência teórica de um mercado virtual, com consequências negativas na eficácia da política monetária.

Intervenção das autoridades para facilitar o financiamento e repor a confiança no sistema financeiro

Os bancos centrais têm actuado no sentido de repor o funcionamento regular dos mercados interbancários, através da reformulação dos seus instrumentos e da operativa de cedência de fundos ao mercado. Verificam-se, porém, alguns efeitos perversos, nomeadamente a crescente dependência do mecanismo de transacções directas entre banco central e banco comercial, aferido pelos elevados níveis de depósitos a taxas de juro penalizadoras junto do banco central. A indústria financeira e as autoridades de supervisão têm também accionado diversos planos de contingência, compreendendo maior exigência de informação, coordenação e proximidade entre supervisores e indústria; procura de soluções de mercado, quando possível, para o reforço da condição financeira das instituições financeiras (processos de fusão, redução da exposição ao risco, garantias bancárias para emissão de dívida bancária ou disponibilidade de fundos com contrapartidas para a recapitalização de instituições) ou, no limite, através da intervenção directa na gestão, quando imperativo para a defesa dos depositantes e da estabilidade do sistema financeiro. Os impactos destas medidas ainda se revelam pouco expressivos, sob a forma de redução das principais taxas de juro indexantes da economia, mas ainda sem efeitos relevantes no custo do risco praticado e na agilização das transacções. No mercado de financiamento por grosso, o recurso a dívida garantida pelo Estado suportou uma ligeira recuperação nas emissões de dívida bancária no final do ano, mas a concorrência para a captação de fundos é intensa e limita a redução no custo de financiamento.

Depósitos junto do BCE assinalam elevado receio com risco de crédito de contrapartes

Volumes de depósitos e cedência de fundos com o BCE
Mil milhões de euros



Fonte: Datastream

Facilidade diária de depósito
(escala esquerda)

Facilidade diária cedência emergência
(escala direita)



Estratégia num Contexto Adverso

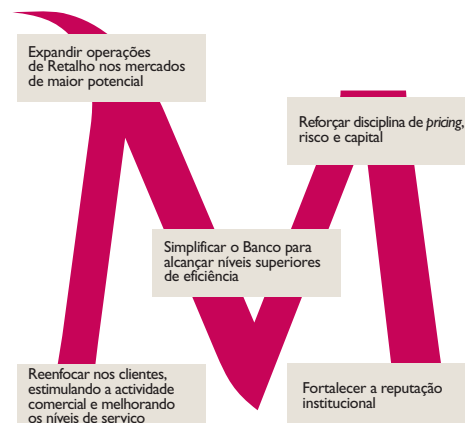
O novo Conselho de Administração Executivo, eleito na Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 2008, propôs-se reforçar a estabilidade do governo do Millennium bcp e o enfoque na gestão do Banco, tendo definido, em Fevereiro de 2008, uma nova Visão Estratégica. O Millennium bcp aspira ser um Banco de referência no serviço ao cliente, com base em plataformas de distribuição inovadoras, com crescimento focado no Retail, em que mais de dois terços do capital estará alocado ao Retail e Empresas, em mercados de elevado potencial, e ainda atingir um nível de eficiência superior; traduzido num compromisso com um rácio de eficiência que se situe em níveis de referência para o sector; e com reforçada disciplina na gestão de capital.

O Programa Millennium 2010, inicialmente lançado em Junho de 2007, viu o seu plano de negócios revisto em Fevereiro de 2008. O Programa Millennium 2010 revisto assentou em cinco pilares estratégicos:

- I. Recentrar nos clientes, dinamizar a actividade comercial e melhorar níveis de serviço;
- II. Reforçar a disciplina de *pricing*, de risco e de gestão do capital;
- III. Expandir as operações de Retail em mercados com maior potencial;
- IV. Simplificar o Banco com vista a atingir níveis superiores de eficiência;
- V. Fortalecer a reputação institucional.

Programa Millennium 2010

Banco de referência no **Serviço ao Cliente**, com **Crescimento** focado no **Retail** em **Mercados** de elevado potencial, e nível de **Eficiência** superior.



A estratégia actual é apropriada

- 1 Responde às principais preocupações de mercado (eficiência, risco e enfoque) e
- 2 É defensiva: exclui ambições de crescimento não orgânico e prevê o reforço no Retail – área de negócio de baixo risco

Em consequência, os desafios do Millennium bcp consistem na estrita execução da estratégia definida e nos factores de risco do negócio.

Podemos dizer que 2008 foi um dos anos mais conturbados de sempre do sector financeiro. No mercado de crédito, o epicentro da crise financeira internacional, registaram-se perdas de extraordinária dimensão. A incerteza quanto à dimensão e exposição das instituições financeiras ao

subprime minou a confiança entre operadores e conduziu ao maior período de instabilidade dos últimos 80 anos, desencadeando uma crise de liquidez sem precedentes. No mercado monetário, onde a crise de liquidez se agravou e propagou aos restantes segmentos dos mercados financeiros, a actividade para além de 30 dias praticamente cessou e o preço do risco praticado, num contexto de reduzidos volumes de transacções, aumentou desmesuradamente, reflectindo a extraordinária aversão ao risco de contraparte e a estratégia de preservação da liquidez por parte das instituições financeiras. O agudizar da crise reflectiu-se num aumento expressivo dos prémios de risco no *funding* e no próprio funcionamento dos mercados interbancários, limitando as opções de financiamento dos bancos e empresas.

O agravamento da crise de liquidez e de crédito reflectiu-se nas cotações bolsistas com os principais índices bolsistas a apresentarem fortes quedas. A exposição ao *subprime* e o agudizar da crise de liquidez e de crédito reflectiu-se de forma extrema em algumas instituições financeiras que, ou foram nacionalizadas, ou faliram, ou foram objecto de injeções de capital público, ou foram absorvidas por outros *players* do sector.

A crise financeira internacional veio igualmente transmitir-se à economia real, conduzindo a uma recessão à escala mundial: EUA, Área do Euro e Japão fecharam o ano em recessão. A China encontra-se num processo de acentuado arrefecimento. Nenhuma área geográfica ficou incólume à recessão. A extrema intensidade da crise económico-financeira determinou uma resposta enérgica das autoridades dos países mais afectados, que reduziram de forma agressiva as taxas de juro directoras, injectaram liquidez no sistema financeiro, concederam garantias estatais à emissão de dívida bancária e diversos governos participaram nos esforços de recapitalização. A estas medidas acresceram outras de estímulo orçamental, de montantes significativos, anunciadas no final do ano.

Neste enquadramento adverso, o ano de 2008 pode ser considerado como um ano não recorrente, tendo sido marcado por uma envolvente e acontecimentos profundamente negativos que condicionaram a implementação da estratégia definida pelo Banco.

Agenda Estratégica de 2008

Durante a primeira metade do ano, a actividade do Banco enfocou-se primordialmente na estabilização da instituição e no alinhamento da sua base accionista, no reforço da reputação institucional e no fortalecimento da situação financeira, quer através do aumento de capital de 1,3 mil milhões de euros, concluído com sucesso em Abril de 2008, quer através de diversas emissões de dívida de médio prazo num montante total de 2,25 mil milhões de euros.

No segundo semestre de 2008, o agravamento profundo da crise financeira internacional que se iniciou no verão de 2007 veio alterar o contexto de mercado e a envolvente do sector bancário de forma significativa, condicionando a actuação do Banco e das demais instituições financeiras e criando novos desafios à gestão e aos modelos de negócio do sector bancário.

Num contexto de elevada incerteza e crise profunda dos mercados, o Banco redefiniu a sua Agenda Estratégica de curto prazo através de medidas de gestão em ambiente de crise, visando obter resultados e melhorias imediatas. A actuação em 2008, e em especial no segundo semestre, foi reenforcada nos seguintes vectores estratégicos:

- fortalecer a gestão de risco, dando maior enfoque à gestão da liquidez e do capital;

- implementar medidas de retoma da rentabilidade, nomeadamente através de:
 - reforço e aprofundamento das iniciativas de redução da base de custos operacionais e simplificação da organização;
 - enfoque da actuação comercial na captação e retenção de clientes, no aumento dos recursos de clientes de balanço e no restabelecimento de fortes níveis de confiança dos clientes;
 - fortalecimento das medidas para assegurar a base dos proveitos operacionais;
 - expansão das operações em mercados de retalho de elevado potencial;
- focar o *portfolio* internacional, considerando o eventual desinvestimento em operações seleccionadas.

Fortalecer a gestão de risco

Ao nível da gestão da liquidez e de capital importa salientar a conclusão com sucesso, em Abril de 2008, do aumento de capital de 1,3 mil milhões de euros, necessário para reforçar os rácios de capital do Banco, e que contou com uma procura pelos accionistas duas vezes superior à oferta, permitindo atingir um rácio de *tier I* de 7,1% a 31 de Dezembro de 2008. Destaca-se também a emissão de obrigações hipotecárias em Maio, no montante de mil milhões de euros e a emissão de dívida sénior não colateralizada, concluída também em Maio, no valor de 1,25 mil milhões de euros.

Durante o segundo semestre de 2008, o Banco reforçou as iniciativas para melhorar a gestão de liquidez, quer através do controlo do *gap* comercial, não apenas em Portugal mas também nos demais países, quer na promoção de iniciativas de captação de recursos de clientes de balanço, quer ainda através do aumento da base de activos elegíveis no Banco Central Europeu, que atingiu um montante de 5,6 mil milhões de euros no final de 2008, face a valores próximos de mil milhões de euros no ano anterior. Destacam-se, entre outras iniciativas, as securitizações de carteiras de crédito à habitação e de crédito a pequenas e médias empresas (PME).

Neste âmbito é igualmente de referir que o Banco foi notificado do Despacho n.º 31835-A/2008, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que autoriza a concessão da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e de juros no âmbito da emissão a taxa fixa, com prazo de três anos e no montante de até 1.500 milhões de euros, a realizar ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* do Millennium bcp em 2009.

No que respeita ao fortalecimento da gestão do risco, o Banco iniciou a implementação de um novo modelo de recuperação de crédito no terceiro trimestre de 2008. A revisão do modelo está direccionada para o aumento da eficácia desta área de suporte, e deverá produzir efeitos positivos em 2009.

A partir de Setembro e até ao final do exercício, os desenvolvimentos que afectaram fortemente algumas instituições financeiras internacionais, por um lado, e a volatilidade cambial, face ao euro, de algumas das moedas de mercados onde o Grupo opera (Polónia, Turquia, Roménia, entre outras), por outro, obrigaram à adopção pronta de medidas que permitiram minimizar os impactos adversos da exposição do Grupo a tais riscos.

No final de 2008, o Banco anunciou a alienação de 87.214.836 acções representativas de 9,69% do capital social do Banco BPI, S.A., sociedade aberta, à sociedade SANTORO FINANCIAL HOLDINGS, SGPS, S.A., sociedade de direito português. Em resultado da execução do referido contrato, o BCP deixou de deter participação qualificada no Banco BPI, S.A.

Implementar medidas de retoma da rentabilidade

Neste âmbito, importa salientar as iniciativas de simplificação organizativa, que permitiram o reforço do esforço comercial e a expansão da rede de sucursais em simultâneo com a redução do quadro de colaboradores. A reorganização de estruturas permitiu a transferência, em 2008, de 244 colaboradores dos serviços centrais do Banco para a rede comercial. O Banco concluiu em 2008 as 3.ª e 4.ª edições do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (PDCC), que atingiu um total de 383 colaboradores desde o seu lançamento em 2007, e lançou em Dezembro a 5.ª edição do PDCC e o Programa para Quadros Directivos, um programa de mobilidade e valorização profissional para quadros directivos.

Ao nível da redução dos custos, é de salientar o forte esforço na contenção de outros gastos administrativos em Portugal, que se reduziram em 7,4% em 2008 face ao ano anterior; bem como a redução de 1,5% dos custos com pessoal da operação portuguesa (excluindo itens específicos), apesar do aumento dos custos com pensões e da expansão da rede comercial em 33 novas sucursais. Num ano de forte pressão sobre a base de proveitos operacionais, este esforço permitiu a redução dos custos operacionais em Portugal, excluindo itens específicos, em 3,8%, e reflectiu-se na melhoria do rácio de eficiência de 57,3% em 2007 para 53,7% em 2008.

Não menos importante que o esforço de contenção de custos, e num ano especialmente desafiante em termos de imagem do sector bancário, o Banco reforçou a sua actuação comercial através de iniciativas de captação de clientes e de aumento dos recursos de clientes de balanço. A confiança dos clientes no Banco e na solidez e capacidade da sua gestão, a sua distintiva posição no mercado e o reconhecimento da qualidade do seu serviço saíram reforçadas e foram reconhecidas, como evidenciam a captação de 174 mil novos clientes no Retailho em Portugal e no aumento de 10,0% dos recursos de clientes de balanço da actividade em Portugal.

Face a um enquadramento de pressão de volumes de negócio por via da redução da procura e maiores restrições de liquidez, de forte aumento do custo de *funding*, de pressão competitiva e deterioração do risco de crédito, o Banco fortaleceu as medidas para assegurar a base dos proveitos operacionais, em especial da margem financeira e comissões, que se reflectiram em acções de *repricing* em função do aumento do custo de financiamento e do risco.

Apesar dos constrangimentos, o Banco conseguiu assegurar o crescimento do volume de crédito em Portugal mantendo o *gap* comercial sob controlo, sendo de destacar a sua quota de mercado na nova produção de crédito à habitação de 19,2%, o crescimento do crédito a empresas em Portugal de 8,2%, e sobretudo o aumento do nível da satisfação dos clientes, no final de 2008, para os melhores níveis dos últimos três anos.

No âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp, foram retomados os Encontros Millennium nas principais cidades portuguesas. Igualmente, o Conselho de Administração Executivo do Banco decidiu propor aos investidores a resolução dos litígios emergentes da subscrição dos aumentos de capital em dinheiro, realizados pelo BCP, nos anos de 2000 e 2001, através do procedimento de mediação organizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). A proposta foi dirigida aos investidores que tinham apresentado reclamação ao Banco, ao Provedor do Cliente do BCP, ao Banco de Portugal ou à CMVM ou que tinham proposto acção judicial contra o BCP ou reconvidando em acção judicial proposta pelo BCP, desde que, cumulativamente, reunissem um conjunto de condições publicamente divulgadas.

Importa igualmente destacar o cumprimento dos objectivos de expansão das operações com maior potencial, evidenciadas no aumento do número líquido de sucursais em 33 em Portugal e 142 na operações internacionais, salientando-se a expansão das operações na Polónia, Moçambique, Angola e Roménia. Na sequência do planos de expansão efectuado, o Bank Millennium é já a 4.ª maior rede a operar na Polónia com 490 sucursais, atingindo níveis de notoriedade acrescida e registando um aumento da quota de mercado em depósitos de particulares superior a 7%, angariando mais de 186 mil novos clientes e atingindo a marca histórica de mais de 1 milhão de clientes activos.

Em Moçambique, o Banco atingiu a marca histórica de 100 sucursais e 500 mil clientes, reforçando a sua posição destacada no mercado e atingindo níveis de rentabilidade significativos, apesar do plano de expansão.

Enfocar o *portfolio* internacional

O terceiro vector estratégico consistiu no enfoque do *portfolio* internacional, tendo o Banco anunciado a seu tempo a revisão desse *portfolio*, com o objectivo de avaliar a capacidade de cada operação para acrescentar valor, de consolidar o actual *portfolio*, e preservar o seu potencial de crescimento, considerando o eventual desinvestimento em operações seleccionadas.

O agravamento da crise financeira internacional condicionou a implementação plena deste vector de actuação, estando em curso a redefinição definitiva do *portfolio* internacional e foi entretanto iniciado, com o apoio de consultores externos, um processo de aferição de diferentes opções.

Em 2008, na sequência do acordo de parceria estratégica estabelecido em Dezembro de 2007, foram assinados acordos de parceria em Angola, reforçando a vocação e capacidade de expansão do Millennium Angola, entre o BCP, a Sonangol e o Banco Privado Atlântico, S.A., prevendo, designadamente, uma participação indicativa de referência da Sonangol no capital do BCP. O acordo de parceria contempla a aquisição de 49,9% do capital do Banco Millennium Angola pela Sonangol e pelo Banco Privado Atlântico, a concretizar através de uma operação de aumento de capital a ser subscrita em numerário. O acordo prevê, ainda, a tomada pelo Banco Millennium Angola de uma participação de 10% no capital do Banco Privado Atlântico. Em Setembro de 2008, foram acordados os preços e as condições das transacções.

Prioridades do Millennium bcp para 2009

Num contexto de forte incerteza relativamente ao futuro e sob pressão de múltiplas variáveis exógenas, nomeadamente ao nível do crescimento económico mundial e nos países onde opera, num ambiente de forte pressão sobre as taxas de juro e preços dos activos, de reduzida confiança face às elevadas perdas reportadas por instituições financeiras internacionais e face à escassez do capital e liquidez, o Millennium bcp considera que, após um período de estabilização do Banco, se justifica o lançamento de novas prioridades para 2009, considerando que o Programa Millennium 2010 foi desenhado em condições de mercado completamente distintas da realidade actual.

As novas prioridades do Millennium bcp para 2009 assentam em três pilares fundamentais: Solidez e Confiança; Compromisso e *Performance*; Sustentabilidade e Valor; definindo seis vectores de actuação prioritária que procuram “Reforçar o Compromisso, Rumo ao Futuro”.

Prioridades de gestão para 2009

Reforçar o Compromisso	
Solidez e Confiança	1. Gestão proactiva e rigorosa do risco
	2. Gestão integrada e prudente da liquidez e do capital
Compromisso e Performance	3. Aprofundamento do compromisso com os clientes e maximização de recursos e valor
	4. Aceleração da redução de custos e simplificação organizativa
Sustentabilidade e Valor	5. Ajuste de modelos de negócio e materialização de oportunidades de crescimento
	6. Gestão de talento e mobilização dos colaboradores

Os seis vectores de actuação que compõem o Programa “Rumo ao Futuro” englobam um conjunto de iniciativas que se sintetizam em:

I. Gestão proactiva e rigorosa do risco

A gestão do risco é assumida como uma prioridade fundamental do Banco, e será reforçada através das seguintes iniciativas:

- aprofundamento do processo de identificação, avaliação e gestão dos riscos;
- aumento da sustentabilidade e mitigação dos riscos do Fundo de Pensões, ao nível das responsabilidades e dos activos;

- aperfeiçoamento dos processos de identificação preventiva dos sinais de imparidade;
- novos modelos de recuperação de crédito, para retalho e para grandes clientes/grandes riscos;
- aumento do grau de automatização de avaliação do risco dos clientes e da decisão de crédito;
- reforço do reporte de riscos interno e para o mercado.

2. Gestão integrada e prudente da liquidez e do capital

Atendendo ao aumento do risco da liquidez no último ano e meio e à necessária prudência na gestão do capital, e tendo presente as recomendações de rácio de capital *tier I*, do Banco de Portugal, o Banco entendeu ser necessário reforçar as suas iniciativas ao nível de gestão integrada e prudente destes factores, sendo de destacar:

- planeamento e controlo integrado do capital e da liquidez e implementação da gestão baseada na relação retorno/risco;
- desenvolvimento de uma gestão estratégica da tesouraria em articulação com as áreas de negócio;
- diversificação da estrutura de *funding* e dos instrumentos alternativos de financiamento em caso de contingência;
- transição para metodologias *Internal Ratings-Based* (IRB – Basileia II);
- desenvolvimento do processo de avaliação e alocação do capital económico (Pilar II – ICAP);
- optimização de activos ponderados pelo risco (RWA), através do desinvestimento de activos não estratégicos e reforço de garantias adequadas.

3. Aprofundamento do compromisso com os clientes e maximização de recursos e valor

Para aprofundar o compromisso com os clientes, destacam-se as seguintes iniciativas:

- programas de aproximação à base de clientes em todas as operações;
- plano de captação de recursos de balanço nos diversos segmentos, e em particular no Retalho, em todas as geografias;
- gestão mais rigorosa do *leakage*/isenções comerciais, incluindo comissões, em todas as redes;
- ajustes consistentes ao precário praticado, por forma a reflectir o custo real do risco de crédito e liquidez (*risk based pricing*);
- plano de captação de clientes em todas as geografias.

4. Aceleração da redução de custos e simplificação organizativa

O Banco propõe-se prosseguir e aprofundar os esforços de redução de custos operacionais, nomeadamente através dum plano transversal de redução de custos com o pessoal, num esforço continuado para a redução dos custos administrativos em Portugal e na redução significativa de custos nas diferentes operações, através do ajuste da estrutura ao volume de produção no novo contexto de mercado.

Ao nível da simplificação organizativa e optimização de processos, o Banco deverá lançar novas iniciativas de *delaying* e fusão de áreas de suporte em Portugal e simplificação do modelo operativo nas operações europeias, através da centralização das funções de suporte e integração de *back-offices*.

5. Ajuste de modelos de negócio e materialização de oportunidades de crescimento

Em Portugal, serão efectuados ajustes ao modelo e estratégia do Private Banking face às novas oportunidades de negócio, bem como será revisto o modelo de negócio e organizativo do Corporate e Banca de Investimento, e lançados modelos de distribuição inovadores, orientados aos novos hábitos e necessidades dos clientes na Banca Directa.

Nas operações internacionais, destaca-se a implementação do plano de expansão em Angola, corporizando a parceria com a Sonangol/Banco Privado Atlântico (BPA), iniciativas de optimização de margem e captação de clientes nas operações africanas e a revisão da estratégia de crescimento na Europa, focando em particulares e em PME, alavancando na marca e na rede de sucursais como plataformas de distribuição.

6. Gestão do talento e mobilização dos colaboradores

O reforço do compromisso com os colaboradores implica o lançamento e o reforço de iniciativas orientadas para o desempenho, responsabilização e valorização profissional, destacando-se:

- reforço dos programas de gestão de talento;
- modelo de incentivos nas áreas comerciais;
- implementação do novo sistema de avaliação orientado para uma maior responsabilização dos colaboradores;

- continuação dos projectos de valorização profissional, como, por exemplo, os programas *Master in Retail* e *Financial Risk Manager*;
- aumento do envolvimento e comunicação a todos os níveis da organização.

Em linha com as prioridades de 2009, emergem os princípios chave da estratégia do Banco a prazo.

Cinco princípios-chave do novo programa “Rumo ao Futuro”

“Compromisso com os Clientes”	Banco de relações duradouras – foco na relação (e não no produto e na transacção), aprofundamento da proximidade e contactos regulares com a base de clientes, compromisso de longo prazo.
“Gestão Efectiva do Risco”	Banco com fortes capacidades de gestão de risco e optimização do capital – utilização eficaz do capital e liquidez, visão proactiva dos riscos, robustecimento dos processos de decisão de crédito, melhor controlo do risco operacional.
“Simplicidade e Eficiência”	Banco mais simples e mais eficiente em custos – na estrutura organizativa, nos processos internos, na relação com os clientes, nas linhas de negócio e na própria oferta de produtos e serviços.
“Presença Internacional Focada”	Banco com opções – <i>portfolio</i> com operações em que o Banco possa “fazer a diferença” e acrescentar valor; e que contribuam para o crescimento, diversificação de riscos e valorização do Grupo a prazo.
“Centrado nas Capacidades”	Banco centrado nas suas capacidades – Banco focado nas suas capacidades distintivas e que possam constituir vantagens competitivas: banca de retalho/comercial, redes de sucursais alargadas, experiência e <i>know-how</i> dos colaboradores – em todas as geografias.



Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

Economia Internacional

Alteração profunda do paradigma económico e financeiro em 2008

O ano de 2008 fica definitivamente associado à propagação da crise do mercado de crédito hipotecário de alto risco norte-americano a demais segmentos de mercado, geografias e sectores económicos. A instabilidade financeira tornou-se denominador comum nos mercados e a degradação na actividade económica disseminou-se por países de elevado crescimento. A acção dos efeitos da globalização, mas em sentido reverso, amplificou ajustamentos e precipitou a economia mundial num clima de incerteza e de aversão ao risco complexo e de difícil erradicação. O agravamento vertiginoso da conjuntura e o enraizar de um ciclo vicioso de reforço de estímulos negativos entre sector financeiro e actividade económica suscitou a intervenção coordenada de governos, bancos centrais e outros agentes económicos, através da adopção de políticas de estímulo à actividade e de suporte aos mercados financeiros sem precedentes que deverão começar a surtir efeitos ao longo do próximo ano. Contudo, não deverão evitar um ano de fraco crescimento económico mundial e de pressões desinflationistas, num entorno muito complexo e delicado no plano social, político e institucional.

De tensões inflacionistas a riscos deflacionistas

Depois de vários anos de crescimento económico consistente, a economia mundial enfrenta o risco de recessão e de deflação. As principais economias deverão registar uma contracção do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 1% a 2%, em termos reais, em 2009, e as economias em desenvolvimento deverão ver o seu contributo para o crescimento económico mundial substancialmente diminuído. Estima-se um aumento real do PIB mundial medíocre pelo padrão histórico. Num ambiente caracterizado pela redução da disponibilidade de fundos e de elevada aversão ao risco, economias mais dependentes dos fluxos de financiamento externo, na forma de investimento de carteira, investimento directo estrangeiro ou transferências públicas tenderão a apresentar uma maior dificuldade na sustentação dos ritmos de crescimento anteriores.

A inversão do ciclo económico foi também consequência e causa da evolução do preço das matérias-primas. Durante o primeiro semestre de 2008, a expectativa de uma integração acelerada das economias em desenvolvimento nos mercados mundiais e de convergência dos hábitos de consumo e dos níveis de desenvolvimento para patamares semelhantes aos das economias ocidentais instituiu uma forte procura e aprovisionamento a prazo de matérias-primas, com reflexos muito expressivos nos respectivos preços. Metais, energia fóssil e até bens alimentares apresentaram aumentos de preços muito pronunciados, com os investidores preocupados com a escassez em potência decorrente da inelasticidade da oferta a curto prazo. O aumento expressivo no preço da energia e dos bens alimentares que se verificou até ao Verão teve repercussões negativas no desempenho das economias. A viragem no ciclo económico provocou um colapso na procura por matérias-primas que se tem reflectido numa queda muito intensa nos respectivos preços. Excepção a estas tendências têm sido alguns metais preciosos, como o ouro, que ora serviram para preservação de valor em conjunturas de pressões inflacionistas, ora como

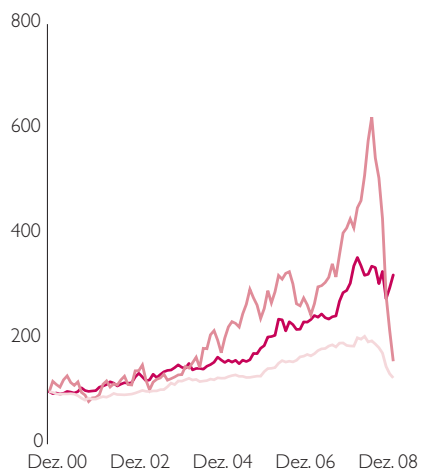
Actividade económica Crescimento real do PIB Desempenho e projecções do FMI var. %

	2007	2008 E	2009 P
Ec. Mundial	5,0	3,7	2,2
Ec. Desenvolvidas	2,6	1,4	0,0
EUA	2,0	1,4	-0,7
UEM	2,6	1,2	-0,5
Japão	2,1	0,5	-0,2
Ec. Desenvolvimento	8,0	6,6	5,1
China	11,9	9,7	8,5
Índia	9,3	7,8	6,3
Rússia	8,1	6,8	3,5
Brasil	5,4	5,2	3,0

Fonte: FMI, actualização de Novembro de 2008

Desempenhos distintos nas commodities

Preço do petróleo, preço do ouro e índice de preço de matérias-primas industriais (Dez 2000=100)

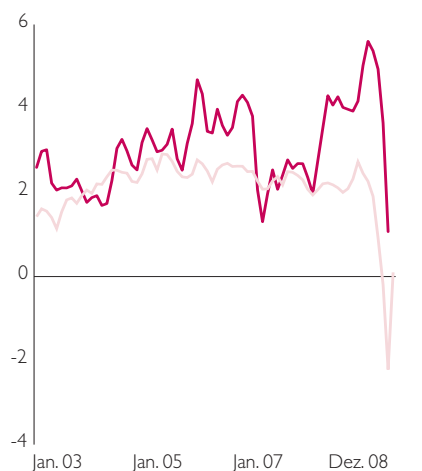


Fonte: Datastream

— Ouro
— Petróleo
— Matérias-primas industriais

Processo desinflationista intenso no final de 2008

Taxa de inflação nos EUA e expectativas para a taxa de inflação nos próximos 5 anos implícita em instrumentos de dívida pública %



Fonte: Datastream

— Taxa de inflação geral nos EUA
— Inflação esperada nos próximos 5 anos implícita na dívida indexada

activo de refúgio em contexto de forte aversão ao risco, apresentaram-se bem suportados no decurso de 2008.

A queda dos preços das matérias-primas está a adiar a implementação de novos projectos de exploração e a incentivar a alguma retracção na oferta que, a prazo, num contexto de recuperação económica poderá rapidamente suportar uma tendência altista nestes materiais.

Dada a magnitude dos movimentos nos preços das matérias-primas, a evolução das taxas de inflação encontra-se fortemente correlacionada com estes preços, nomeadamente os dos bens alimentares e dos bens energéticos. Não obstante o acumular de alguma evidência de saturação no processo de crescimento, a resiliência da economia mundial, sobretudo pela robustez ainda evidenciada pelas economias em desenvolvimento, e a valorização muito forte das matérias-primas, reflectiu-se num aumento expressivo nos preços de bens de elevada rotatividade no consumo, levantando receios de contágio aos processos de formação de outros preços na economia, nomeadamente os salários, e às expectativas inflacionistas. O risco de tal dinâmica constituiu o argumento principal pelo qual alguns bancos centrais adoptaram uma política monetária mais restritiva durante o Verão. A alteração profunda e rápida das condições conduziu a uma inversão de expectativas do mercado e actualmente o cenário implícito nos preços praticados em instrumentos financeiros é o de deflação. Uma envolvente económica débil, o processo de redução de endividamento e de exposição ao risco em marcha e as dificuldades em perspectiva para o mercado de trabalho são factores que poderão reforçar a tendência desinflationista. O desequilíbrio repentino entre a procura e a oferta poderá incentivar a práticas concorrenciais mais agressivas, pelo que o fenómeno desinflationista poderá acentuar-se e reforçar o risco de deflação. Tal seria potencialmente devastador para o cenário de retoma económica, dado o ónus tremendo que exerceria sobre o valor real das dívidas, justificando a actuação enérgica das autoridades com medidas de estímulo à actividade económica.

A intervenção das autoridades: contrariar riscos sistémicos, evitar deflação, colmatar falhas de mercado

A política económica ao longo do quarto trimestre de 2008 adoptou uma postura de claro suporte à actividade económica, com intervenções directas em sectores mais vulneráveis. Findas as preocupações com as pressões inflacionistas e perante um ritmo de degradação intenso da actividade, os bancos centrais reduziram as taxas de juro de forma expressiva. No caso dos EUA e do Japão, as taxas de juro baixaram para valores em torno de 0% e noutros países existe a possibilidade de se seguir idêntico caminho ou, pelo menos, de redução substancial dos níveis de taxas de juro.

Por outro lado, o deficiente funcionamento no mecanismo de transmissão monetária obrigou à adopção de políticas inovadoras. Enfrentando riscos sistémicos relevantes, e com o intuito de atenuar a fraca liquidez do mercado interbancário, os bancos centrais reformataram a sua actuação no âmbito, forma, prazos e montantes de cedência de liquidez e estenderam a sua intervenção a outros mercados, incluindo a aquisição directa de títulos de dívida de prazo mais longo e a emissão monetária alargada. A crescente integração dos mercados financeiros exigiu uma maior coordenação nas medidas tomadas e a implementação de mecanismos de apoio transnacionais, quer na disponibilização de liquidez em moeda estrangeira, quer na ajuda financeira directa para fins de estabilização macroeconómica em alguns países europeus e asiáticos.

No âmbito da política orçamental, para fazer face à contrariedade do ciclo e à menor eficácia da política monetária, têm sido reforçados os mecanismos estabilizadores automáticos, ao nível

das despesas sociais, na suavização tributária e no aumento de despesa discricionária. Em diversos países, foram apresentados planos de investimento e de aumento da despesa pública, variando o seu montante em função da gravidade da conjuntura económica enfrentada. Embora relativamente diferenciados, os planos colocam especial ênfase na construção de infra-estruturas, na reforma energética e na melhoria do capital humano. Foram também elaborados planos de assistência específicos para sectores mais afectados pela crise, como o sector financeiro, o sector da construção e o sector automóvel. A apropriação do privado pelo público, recurso último em contextos de bloqueio dos mecanismos de mercado e de riscos relevantes para a actividade económica e bem estar social, resulta num esforço acrescido das finanças públicas. Os diferenciais de taxas de juro de dívida pública alargaram significativamente em função da percepção dos investidores quanto à capacidade de sustentação de planos ambiciosos de despesa e à estabilidade financeira dos países a prazo.

Recessão no final de 2008, riscos para 2009 e esperanças para 2010

Os últimos meses de 2008 registaram um dos períodos de maior instabilidade dos mercados financeiros das últimas décadas, acompanhado por uma sincronização invulgar no grau de arrefecimento, acentuado, da actividade económica na generalidade dos países, com particular acuidade no comércio mundial. O ajustamento nos planos de produção e a concomitante revisão de estratégias de negócio deverão acentuar-se ao longo dos primeiros meses de 2009, com repercussão negativa nos níveis de emprego, limitando no imediato uma melhoria da conjuntura. A actuação de estabilizadores automáticos, como a retracção no preço das matérias-primas, a redução agressiva das taxas de juro e as medidas de intervenção directa em sectores económicos mais debilitados deverão contribuir para uma retoma económica e para a normalização do comportamento dos mercados financeiros a prazo, mas não são isentas de risco e com desafios importantes e invulgares na retoma do público pelo privado.

Um enquadramento de débil crescimento económico, relativamente disseminado e com risco de agravamento, apresenta-se propício à intensificação da concorrência e, eventualmente, à ocorrência frequente de fricções geopolíticas, dado o apelo a uma maior intervenção do Estado nas economias. Nestas circunstâncias, o comércio externo, a política cambial e as ajudas ao desenvolvimento poderão retomar um estatuto proeminente na ordem económica e política mundial.

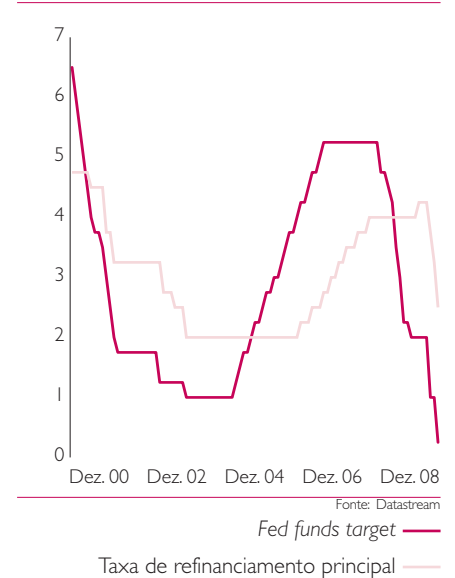
Actividade económica nos mercados domésticos

Conjuntura recessiva e crise financeira expõem debilidade das economias europeias

As principais economias europeias apresentaram um abrandamento muito pronunciado no final do Verão, à medida que se intensificou a quebra nos fluxos de comércio mundial e se agravaram as condições financeiras nos mercados internacionais. As condições económicas no final de 2008, aferidas pelos indicadores de conjuntura, regrediram para níveis de há 20 anos. Ao mesmo tempo, os indicadores de inflação, contemporâneos e prospectivos, evidenciaram uma alteração dos riscos para a estabilidade dos preços de sentido contrário. Nestas condições, o Banco Central Europeu inverteu a estratégia, procedendo a várias reduções nas taxas directoras, de 4,25% em Julho para 2,5% no final do ano, tendência que se espera se mantenha no primeiro semestre de 2009. Para 2009, a procura interna apresenta limitações relevantes de crescimento: o receio de desemprego ameaça o consumo, a incerteza atenua a propensão para o investimento, os mercados exportadores apresentam-se fragilizados e a concorrência intensifica-se. Com um

Reduções agressivas nas taxas de juro

Evolução das taxas directoras nos EUA (*Fed funds target*) e na Área do Euro (taxa de refinanciamento principal)



Custo anual de protecção de dívida soberana

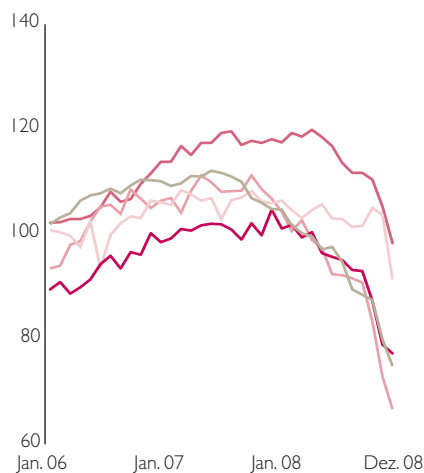
Credit default swaps a 5 anos em p.b.

	Jan. 08	Jun. 08	Set. 08	Dez. 08
EUA	8	8	26	67
R. Unido	9	15	28	110
Alemanha	7	6	13	46
França	10	10	17	55
Espanha	18	37	51	100
Itália	20	39	53	158
Portugal	18	38	51	90
Grécia	22	50	64	237

Fonte: Datastream

Retração repentina na actividade económica nas economias domésticas europeias

índices de sentimento económico da Comissão Europeia
%



Fonte: Datastream

— Portugal
— Polónia
— Grécia
— Roménia
— Área do Euro

Actividade económica

Crescimento real do PIB
Desempenho e projecções do FMI
var. %

	2008 E	2009 P	2010 P
EU27	1,4	0,2	1,1
Portugal	0,5	0,1	0,7
Polónia	5,4	3,8	4,2
Grécia	3,1	2,5	2,6
Roménia	8,5	4,7	5,0
Turquia	3,4	2,7	3,9
África Subsaariana	5,4	4,6	5,8
Moçambique	6,0	6,3	6,4
Angola	15,8	11,1	11,3

Fonte: Comissão Europeia e Banco Mundial, actualização de Novembro de 2008.

sector privado condicionado na capacidade de resposta, o impulso do crescimento reside na evolução dos gastos e investimento públicos, conforme os planos de estímulo negociados, em função da folga financeira disponível em cada estado membro.

As economias domésticas foram afectadas negativamente pela conjuntura global desfavorável, com efeitos indirectos no nível de procura externa dirigida às empresas, e pela maior restritividade nas condições financeiras enfrentadas, contexto ampliado pelas debilidades económicas estruturais de alguns destes países: em Portugal e na Grécia, dificultando o financiamento regular dos elevados défices externos; nas economias da Europa de Leste pela reversão das estratégias de investimento de carteira de curto prazo; nas economias africanas pela alteração nas condições favoráveis presentes nos últimos anos nos mercados das matérias-primas.

Menores pressões inflacionistas permitem políticas monetárias mais expansionistas

As dificuldades financeiras de alguns estados soberanos europeus, decorrente da elevada exposição a fluxos financeiros reversíveis e endividamento de curto prazo, e que suscitaram o suporte financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), foram determinantes para a alteração de sentimento dos investidores em relação a estas economias. As moedas depreciaram-se fortemente e os prémios de risco subiram de forma exponencial. O objectivo intermédio da política monetária focou-se na estabilidade cambial, dada a elevada exposição do sector privado a financiamentos denominados em moeda estrangeira. Em alguns países, tal estabilidade foi conseguida com a subida das taxas de juro, mesmo que coarctando níveis de crescimento futuros. Não obstante a alteração substancial de conjuntura e o arrefecimento económico pronunciado, estes países apresentaram ritmos de crescimento significativamente superiores à média da Área do Euro. Enquanto que o crescimento real do PIB na Área do Euro deverá situar-se em 0,9%, na Turquia estará na vizinhança de 2%, será perto de 3% na Grécia, superior a 4,5% na Polónia e mais de 8% na Roménia. Moçambique deverá apresentar um crescimento real do PIB robusto, tal como nos últimos anos, enquanto que em Angola se mantêm taxas reais de crescimento de dois dígitos, num enquadramento político de estabilidade reforçado nas eleições de Setembro de 2008. O grau de abrandamento em 2009 será expressivo e persistem riscos relevantes relacionados com a capacidade e com o custo do refinanciamento da dívida que se vence em alguns países do Leste Europeu, e, com um contexto mundial mais adverso, de implicações negativas nos mercados de *commodities*. Retomada alguma estabilidade nos mercados financeiros domésticos, as taxas de juro nos países com política monetária próprias poderão descer facilitando o processo de ajustamento às condições externas mais exigentes.

Economia portuguesa depende dos desenvolvimentos externos

A economia portuguesa terá registado um fraco crescimento em 2008, com o PIB praticamente a estagnar, em termos reais, face ao ano anterior. O crescimento tem-se apresentado muito dependente do impulso e das condições externas, decorrente dos níveis de endividamento elevados do sector privado, da folga orçamental reduzida e da elevada dependência energética do exterior. Os ganhos de competitividade obtidos nos últimos anos são pouco expressivos para contrariar a quebra da procura externa, apesar do esforço de diversificação das exportações, quer em termos de mercados de destino, quer na composição dos bens e dos serviços exportados. Deste modo, a capacidade para desenvolver um processo de retoma económica autónoma afigura-se limitado. Em contrapartida, a exposição directa a instrumentos financeiros complexos é reduzida e o crescimento económico, apesar de fraco, foi relativamente diversificado em termos sectoriais, pelo

que o risco de sofrer um ajustamento específico é menor do que o enfrentado por outros países. O cenário mais provável será o de uma recessão, em linha com o desempenho médio esperado para a Área do Euro. O principal risco advém da capacidade do sistema financeiro manter o nível de captação de fundos no exterior para colmatar a insuficiência da poupança interna, por forma a suavizar a incontornável transição para um regime mais equilibrado em termos do financiamento do consumo e do investimento domésticos. À semelhança da Área do Euro, as pressões inflacionistas deverão ser moderadas ao longo de 2009, reflectindo em simultâneo os menores preços da energia e um contexto de ampla folga produtiva, vertido na manutenção de taxas de desemprego relativamente elevadas.

Sistema financeiro dos mercados domésticos

Actividade bancária fortemente prejudicada pela alteração das condições financeiras

Os sistemas financeiros das economias domésticas foram negativamente afectados pela crise de confiança nos mercados internacionais, com forte volatilidade, queda pronunciada das cotações bolsistas, redução nas posições detidas por não residentes em dívida e títulos accionistas domésticos, depreciação cambial e prémios de risco substancialmente mais elevados. A aversão ao risco incentivou a procura de investimentos alternativos mais seguros, em termos de liquidez e de crédito, com preferência por títulos do tesouro alemão e rápida liquidação de posições em mercados de taxas de juro mais alta. As medidas de apoio ao sistema financeiro e à economia em geral repercutiram-se na exigência de prémios de risco mais elevados para detenção de dívida soberana de mercados emergentes e de Estados membros da União Europeia com finanças públicas mais debilitadas. A instabilidade social que se abateu sobre a Grécia no final do ano penalizou substancialmente os prémios de risco implícitos nos activos financeiros gregos.

A actividade bancária foi reflexo deste endurecimento das condições financeiras enfrentadas pela economia, mas com maior incidência em grupos financeiros com maior exposição a actividades de banca de investimento e ao mercado de capitais, quer na negociação, quer na obtenção de financiamento. A escassez de financiamento nos mercados de capitais e o agravamento da conjuntura recessiva reflectiram-se num endurecimento das condições financeiras praticadas, com repercussão na evolução do crédito à economia. Apesar de, em média, os balanços das empresas não financeiras europeias não revelarem desequilíbrios muito acentuados, existem assimetrias regionais e específicas significativas que justificam que o abrandamento na actividade tenha contribuído para um aumento do nível de incumprimento no crédito. Paralelamente, os resultados bancários foram prejudicados pela queda nas cotações bolsistas, com impacto directo na valorização das carteiras e indirecto através da reavaliação de activos entregues como garantia contra financiamento e nas comissões e outras remunerações associadas. Nos países com políticas monetárias autónomas, a depreciação das moedas representou um factor de instabilidade adicional, dado o peso do crédito em moeda estrangeira.

Ajustamento de níveis de endividamento sugere abrandamento dos volumes de crédito

O crédito à economia deverá continuar a exibir um abrandamento expressivo nos próximos meses, com conjugação de redução da procura e de dificuldades acrescidas do lado da oferta de crédito, afectando o produto bancário. A maior dificuldade na capacidade de captação de fundos, o processo em curso de redução do nível de endividamento e a necessidade de preservação do

Abrandamento da actividade económica em Portugal

Crescimento real do PIB e Indicador coincidente do Banco de Portugal %

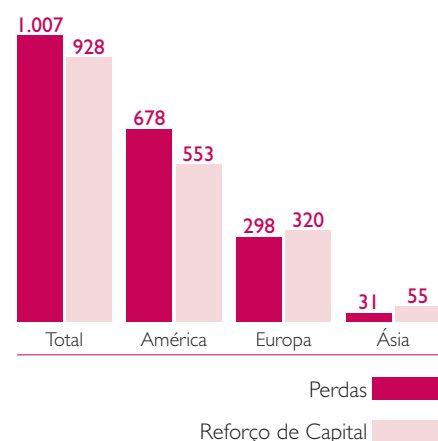


Fonte: INE e BdP

Crescimento real do PIB (var. % homóloga)
Indicador coincidente do Banco de Portugal

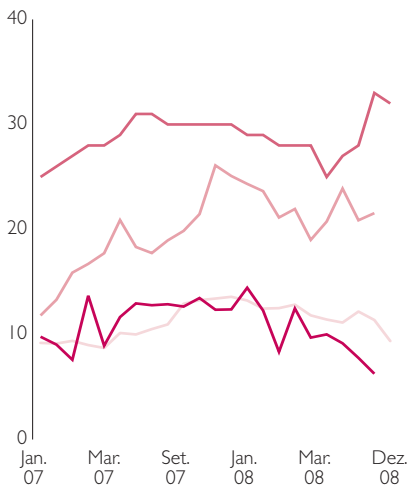
Perdas substanciais nos balanços dos bancos

Perdas e aumentos de capital reportados pelas instituições financeiras
Mil milhões de dólares norte-americanos



Crédito tende a abrandar

Taxa de crescimento anual do crédito a residentes
%

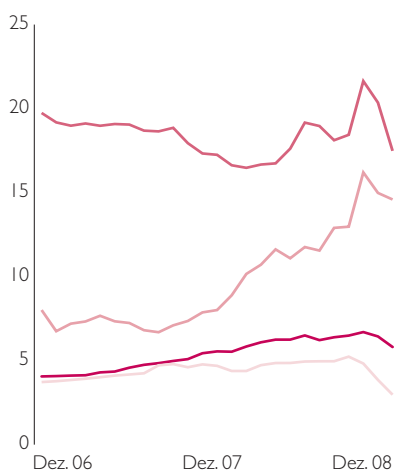


Fonte: Datastream, BCE e Banco Nacional da Polónia

— Portugal
— Polónia
— Grécia
— Área do Euro

Política monetária ajusta a alteração no ciclo económico

Taxas de juro a 3 meses
%



Fonte: Datastream

— Polónia
— Turquia
— Roménia
— Área do Euro

capital significam uma menor propensão ao aumento dos riscos em balanço. Por outro lado, a conjuntura económica incerta limita intenções de despesa por parte do sector não financeiro. O crédito à habitação, na sequência da retracção continuada do sector imobiliário, apresentou um abrandamento expressivo em 2008. O crédito empresarial deverá apresentar comportamento semelhante no início de 2009 à medida que as linhas de crédito forem renegociadas. Por forma a mitigar estes efeitos, os planos públicos de apoio às economias incluem elementos facilitadores da emissão de dívida bancária no mercado internacional e a bonificação de juros a sectores economicamente mais vulneráveis, e os bancos centrais têm vindo a ajustar as condições monetárias ao contexto económico recessivo. Não obstante, o aumento da concorrência na captação de fundos tem-se reflectido no esmagamento das margens de taxa de juro, por via do aumento da remuneração dos depósitos e pela exigência de prémios de risco elevados para a emissão de dívida. Os rácios de eficiência, não ajustados pelo ciclo, evidenciam deterioração.

Reforço dos níveis de fundos próprios para compensar riscos futuros

A pressão nos rácios de adequação de capital, na sequência da reavaliação dos activos em balanço, assunção de responsabilidades contingentes e realização de perdas conduziram à necessidade do reforço dos capitais. No actual enquadramento, a solidez financeira constitui um factor crucial nos critérios de aplicação de fundos, com crescente discriminação dos investidores de acordo com a composição do capital. O nível mínimo recomendado para o rácio de fundos próprios de base foi elevado para 8%, concretizado, por exemplo, em Portugal numa recomendação do Banco de Portugal para obtenção deste nível até Setembro de 2009. O reforço dos rácios de capitais tem sido efectuado com utilização das diferentes alternativas possíveis: redução do risco em balanço, embora limitada pelas condições adversas do mercado; redução dos dividendos; aumento do capital ou recurso a fundos públicos de capitalização mas com condições financeiras e económicas exigentes associadas. Em alguns sistemas financeiros, o reforço dos capitais tem sido mais pronunciado, reconhecendo a persistência de um contexto adverso, em que um conjunto de riscos para actividade – aumento do incumprimento, instabilidade mercados financeiros, custos financeiros agravados – poderá vir a materializar-se e continuar a pressionar os resultados e a solidez das instituições de crédito. Por conseguinte, poder-se-á verificar uma alteração na composição do balanço dos bancos, com uma maior selectividade dos activos detidos, no risco assumido e na flexibilidade para utilizações complementares em situações extremas de liquidez.

Reformulação do enquadramento regulatório face à crise

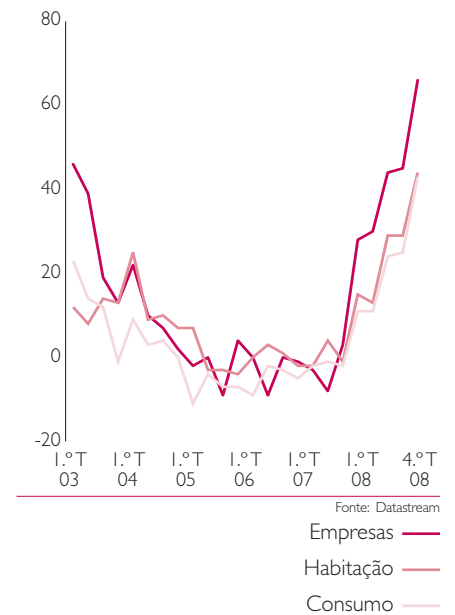
A instabilidade persistente dos mercados e riscos económicos associados envolveu uma resposta enérgica das autoridades, dirigida a restaurar a estabilidade nos sistemas financeiros e a confiança dos agentes económicos, que teve implicações na necessária revisão e adaptação do enquadramento normativo. Desde logo, o corpo de orientações gerais emanadas da Comissão Europeia definiu: as regras subjacentes à garantia de depósitos (aumento temporário do limite de cobertura do fundo de garantia de depósitos de 20 mil euros para 100 mil euros), os auxílios estatais a instituições financeiras, compreendendo quer a prestação de garantias quer os fundos de recapitalização tendo por contrapartida comissões e outras condições não pecuniárias, e uma maior flexibilidade na reclassificação dos activos detidos em balanço, por forma a limitar o impacto nos resultados de um contexto de mercado profundamente alterado, nomeadamente no caso dos activos ilíquidos. Na sequência da turbulência dos mercados financeiros, a restrição às vendas a descoberto em determinados títulos, sujeita a prova de disponibilidade dos valores mobiliários visados, pretendeu limitar a ocorrência, aproveitamento e agravamento de dinâmicas de depreciação infundada dos activos mobiliários.

De âmbito nacional, a acrescer às medidas atrás anunciadas, destaca-se a nacionalização de um banco comercial, que, por sua vez, dada a sua natureza inédita, implicou o estabelecimento do necessário enquadramento legal referente à apropriação pública de participações privadas, e a intervenção directa do Banco de Portugal na gestão de outra instituição financeira envolvendo outros participantes de mercado. Reflexo da interdependência de mercados, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros viu reforçadas as suas competências. Com o propósito de amortecer o impacto da crise sobre as famílias, nomeadamente no caso do mercado de habitação, foi introduzida em sede de Lei do Orçamento do Estado uma nova categoria de fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional com benefícios fiscais associados. Não directamente relacionado com a crise, cabe ainda referir as alterações à política de remuneração dos membros dos órgãos sociais das instituições de crédito, a alteração nas sanções a delitos contra-ordenacionais e penais no sistema financeiro, e os deveres de informação acrescidos relativos à divulgação de produtos e serviços financeiros (informação pré-contratual, condições de prestação de serviço, etc) e no reporte ao supervisor; no âmbito da melhoria da transparência na actividade financeira. Entraram também em cruzeiro as medidas relativas à renegociação das condições dos empréstimos à habitação e respectiva mobilidade, bem como a clarificação relativa a cálculos de juros no crédito à habitação, depósitos bancários e outros créditos.

As falhas sobrevindas em diversos mercados, mas com maior notoriedade no mercado de crédito e produtos financeiros complexos, suportam o actual entendimento no sentido da revisão do enquadramento normativo, com ênfase em duas vertentes: no alargamento do perímetro de supervisão, assumindo interdependência dos mercados e sobreposição de jurisdições (mecanismos macro-prudenciais e cooperação internacional), e na mitigação das características cíclicas dos mercados financeiros, em particular na actividade bancária, provavelmente envolvendo provisões dinâmicas em função do ciclo económico e a revisão de normas contabilísticas que enfermam de efeitos cíclicos ou “estados de mercado”. Será provável um ênfase acrescido nas questões de liquidez (mercados regulados versus produtos fora de mercado), níveis de endividamento e no reforço de medidas relacionadas com a solvabilidade. Porém, face à arbitragem contabilística e fraca utilidade das regras quantitativas na experiência actual, os investidores e autoridades de supervisão apresentam maior sensibilidade à verdadeira natureza dos activos detidos e das responsabilidades assumidas, pelo que as novas regras podem assumir características mais genéricas, com responsabilidade acrescida para o supervisor e demais “guardiães do mercado”.

Concessão de crédito mais selectiva

Grau de restritividade nos critérios de concessão de crédito dos bancos europeus %



Planos de suporte do sistema financeiro

Mil milhões de euros

	Reforço de Capital	Compra de Activos	Garantias/Linhas de crédito
Áustria	15		85
Bélgica	13		
Chipre			
Alemanha	80		400
Espanha		50	100
Finlândia	4		50
França	40		320
Grécia	5	8	15
Irlanda			485
Itália		40	
Luxemburgo	3		
Holanda	37		200
Portugal	4		20
Eslovénia			8
Hungria	1		1
Suécia	2		150
R. Unido	61		306
Suíça	4	42	
Noruega			40
EUA	683	1.318	1.559

Fonte: BCE

Reporte Financeiro



- 51** Análise Financeira
- 81** Análise das Áreas de Negócio



Síntese Financeira

Milhões de euros

	2008	2007	2006	2005	Var. % 08/07
Balço					
Activo total	94.424	88.166	79.045	76.850	7,1%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾	72.372	65.650	56.670	52.909	10,2%
Recursos totais de clientes	66.264	63.953	57.239	56.363	3,6%
Situação líquida atribuível ao Grupo e Passivos subordinados	8.559	7.543	7.562	7.208	13,5%
Demonstração de Resultados					
Margem financeira	1.721,0	1.537,3	1.430,8	1.407,7	12,0%
Outros proveitos líquidos	881,0	1.254,6	1.443,9	1.609,2	-29,8%
Custos operacionais	1.670,8	1.748,6	1.725,5	1.908,2	-4,4%
Imparidade					
Do crédito (líq. de recuperações)	544,7	260,2	119,9	113,5	109,3%
De outros riscos	44,5	94,8	35,4	57,2	-53,1%
Impostos sobre lucros	84,0	69,6	154,8	97,4	20,7%
Interesses minoritários	56,8	55,4	52,0	87,0	2,7%
Resultado líquido atribuível ao Banco	201,2	563,3	787,1	753,5	-64,3%
Produto bancário	2.602,0	2.791,9	2.874,7	3.016,9	-6,8%
Número médio de acções ajustado (milhares)	4.460.656	4.011.791	4.005.885	3.620.728	
Resultado líquido por acção básico ajustado (euros)	0,03	0,13	0,18	0,20	-73,4%
Resultado líquido por acção diluído ajustado (euros)	0,03	0,13	0,18	0,18	-73,4%
Rendibilidade					
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	3,4%	13,7%	22,0%	24,1%	
Resultado antes de imposto e interesses minoritários/Capitais próprios médios	7,2%	17,2%	27,2%	28,3%	
Produto bancário/Activo líquido médio	2,8%	3,3%	3,7%	4,0%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0,2%	0,6%	1,0%	1,0%	
Resultado antes de imposto e interesses minoritários/Activo líquido médio	0,4%	0,8%	1,3%	1,2%	
Taxa de margem financeira	2,06%	2,09%	2,17%	2,18%	
Outros proveitos/Produto bancário	33,9%	44,9%	50,2%	53,3%	
Eficiência					
Rácio de eficiência ⁽²⁾	58,6%	60,3%	61,2%	64,7%	
Rácio de eficiência – actividade em Portugal ⁽²⁾	53,7%	57,3%	58,2%	63,0%	
Custos com pessoal/Produto bancário ⁽²⁾	32,2%	32,8%	34,4%	37,3%	
Solvabilidade					
Rácio tier I	7,1%	5,5%	6,6%	7,4%	
Rácio total	10,5%	9,6%	11,0%	12,9%	
Riscos de Crédito					
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	73.849	66.873	57.912	54.254	10,4%
Crédito vencido total	851	555	498	504	53,5%
Imparidade do crédito ⁽¹⁾	1.477	1.222	1.242	1.344	20,8%
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total ⁽¹⁾	0,9%	0,7%	0,8%	0,8%	
Crédito com incumprimento/Crédito total ⁽¹⁾	1,4%	1,0%	1,1%	1,1%	
Crédito com incumprimento, líq./Crédito total, líq. ⁽¹⁾	-0,7%	-0,8%	-1,1%	-1,4%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾	211%	252%	285%	302%	
Imparidade do crédito/Crédito vencido total ⁽¹⁾	174%	220%	249%	267%	
Outros indicadores					
Sucursais					
Actividade em Portugal	918	885	864	909	3,7%
Actividade Internacional	885	743	614	642	19,1%
Colaboradores					
Actividade em Portugal	10.667	10.821	10.876	11.510	-1,4%
Actividade Internacional	11.922	10.301	8.449	8.138	15,7%

⁽¹⁾ Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.⁽²⁾ Em base comparável, ajustado das participações em associadas alienadas total ou parcialmente – Banque BCP França, Banque BCP Luxemburgo e bcpbank Canada – e excluindo o impacto de itens específicos. Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007, incluindo os rácios prudenciais, reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Análise Financeira

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de Julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Directiva n.º2003/51/CE, de 18 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho.

As demonstrações financeiras consolidadas não são directamente comparáveis entre 2006, 2007 e 2008, como resultado da alteração do perímetro de consolidação em 2006, nomeadamente pela alienação da participação no bcpbank Canada, no quarto trimestre de 2006, e pela redução das participações financeiras no capital social do Banque BCP França e do Banque BCP Luxemburgo para 19,9%, as quais passaram a ser consolidadas pelo método de equivalência patrimonial desde o terceiro trimestre de 2006, quando anteriormente eram consolidadas pelo método integral. Para informação detalhada, consultar as notas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios de 2006, 2007 e 2008.

Na sequência das emendas introduzidas em Outubro de 2008 à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 39 – Instrumentos Financeiros, em matéria de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, permitindo a aplicação retrospectivamente com efeitos a 1 de Julho de 2008, o Grupo procedeu, no decurso da segunda metade do exercício de 2008, à reclassificação de (i) activos financeiros detidos para venda (AFS) para a carteira de créditos a clientes titulados e da (ii) carteira de activos financeiros detidos para negociação para a carteira de AFS e para a rubrica de investimentos detidos até à maturidade, cujos impactos na demonstração de resultados e no balanço consolidados, com origem nesta reclassificação e na alteração dos critérios de valorimetria associados, encontram-se detalhados nas Notas 21, 22 e 24 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2008.

Síntese

A actividade do Millennium bcp em 2008 decorreu num contexto de abrandamento económico, marcado pela escassez de liquidez e pela forte volatilidade dos mercados financeiros. Apesar do enquadramento económico e financeiro desfavorável, o Millennium bcp evidenciou uma expansão da actividade, traduzida no aumento do volume de negócios, por via da captação adicional de recursos de clientes, a par do crescimento do crédito concedido a empresas e a particulares.

O activo total atingiu 94.424 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, comparando com 88.166 milhões de euros relevados em 31 de Dezembro de 2007. O crédito a clientes, bruto e excluindo o crédito titulado, ascendeu a 73.849 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, registando um crescimento de 10,4% face aos 66.873 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2007, destacando-se o crescimento do crédito a empresas.

Os recursos totais de clientes aumentaram para 66.264 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, evidenciando um aumento de 3,6% em relação aos 63.953 milhões de euros contabilizados em 31 de Dezembro de 2007, suportado pelo crescimento de 13,9% dos recursos de clientes de balanço.

A materialização dos princípios de política financeira do Grupo, a adopção pelo Banco de critérios de prudência adequados ao contexto de instabilidade e incerteza nos mercados de capitais e de escassez de liquidez nos mercados monetários, o incentivo à captação e retenção de recursos de clientes de balanço, o impacto favorável também no domínio da liquidez da operação de aumento de capital social no montante de 1,3 mil milhões de euros, o lançamento

bem sucedido de operações de securitização de activos e a sua relevância enquanto colateral para efeitos de financiamento junto do Banco Central Europeu, a par com outros activos elegíveis para a mobilização de fundos de curto prazo, num quadro de maior limitação no acesso aos mercados interbancários, constituíram os aspectos que em 2008 marcaram a gestão de liquidez no Grupo.

O resultado líquido cifrou-se em 201,2 milhões de euros em 2008, comparando com 563,3 milhões de euros em 2007, fundamentalmente condicionado pela evolução dos resultados em operações financeiras, reflectindo o efeito da desvalorização no Banco BPI, S.A., e pelo reforço de imparidade para riscos de crédito, associados à elevada incerteza e volatilidade observada nos mercados em 2008. O resultado líquido reflecte ainda, positivamente, a evolução favorável da margem financeira e das comissões líquidas, e o controlo dos custos operacionais na actividade em Portugal.

O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 10,5% no final do ano de 2008, evidenciando uma melhoria face aos 9,6% apurados em 31 de Dezembro de 2007. O rácio *core tier I* evoluiu favoravelmente no mesmo período, de 4,5% para 5,8%, bem como o rácio *tier I*, ao passar de 5,5% para 7,1%. O aumento dos rácios de capital reflecte fundamentalmente os impactos positivos associados ao aumento de capital realizado em Abril de 2008, às alterações regulamentares introduzidas pelo Banco de Portugal e a geração orgânica de capital, parcialmente compensados pelo acréscimo de requisitos de capital relacionado com o fundo de pensões, pelos diferimentos relacionados com a transição para as IFRS e pelo aumento dos riscos ponderados associados à expansão da actividade e à adopção dos métodos *standard* de Basileia II. Paralelamente, as perdas registadas com o investimento no Banco BPI, S.A. traduziram-se num impacto desfavorável para os rácios de capital.

Análise da Rendibilidade

Resultado Líquido

O resultado líquido consolidado do Millennium bcp ascendeu a 201,2 milhões de euros em 2008, face aos 563,3 milhões de euros registados em 2007.

O resultado líquido de 2008 incorpora a contabilização dos seguintes itens específicos, antes de impostos:

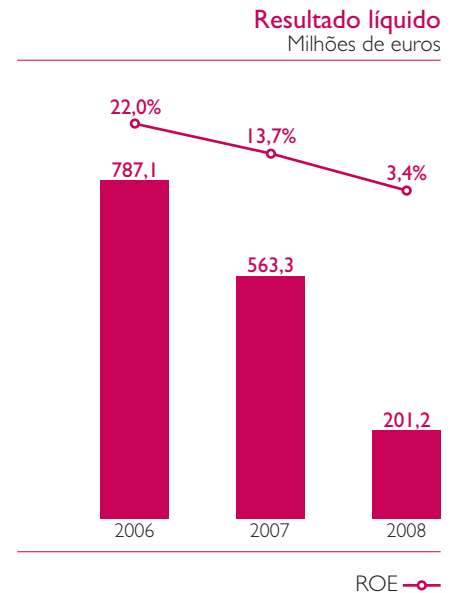
- perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros, relacionadas com a desvalorização das acções do Banco BPI, S.A., no montante de 268,1 milhões de euros;
- anulação de parte da remuneração variável, periodificada em 2007, no montante de 18,0 milhões de euros;
- custos de reestruturação, relacionados com as reformas antecipadas de colaboradores, no montante de 7,8 milhões de euros.

O resultado líquido de 2007 foi também influenciado pelo impacto da contabilização dos seguintes itens específicos antes de impostos:

- custos suportados no âmbito do projecto de fusão e da Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI, S.A., no montante global de 103,2 milhões de euros;
- custos com reformas antecipadas de colaboradores e de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante de 121,8 milhões de euros;
- mais-valias realizadas na alienação de acções da EDP e do Banco Sabadell, no montante total de 290,2 milhões de euros;
- dotações por imparidade na reavaliação de activos, no montante de 13,4 milhões de euros;
- perdas por imparidade de activos financeiros detidos para venda (AFS), associadas essencialmente à desvalorização das acções do Banco BPI, S.A., na carteira de títulos do Banco, no montante de 94,0 milhões de euros;
- constituição de provisões diversas, incluindo as dotações para potenciais processos de contra-ordenação, no montante total de 47,5 milhões de euros.

Excluindo o impacto da contabilização dos itens específicos previamente referidos, o resultado líquido de 2008 totalizou 426,2 milhões de euros, representando uma redução de 27,4% quando comparado com os 586,8 milhões de euros apurados em 2007.

A evolução do resultado líquido em 2008 foi condicionada pela deterioração das condições económicas globais e pela forte instabilidade dos mercados financeiros e de capitais, que determinaram a redução dos proveitos totais, nomeadamente dos resultados em operações financeiras, influenciados pelas perdas associadas à participação detida no Banco BPI, S.A., e o reforço das dotações de imparidades para riscos de crédito, reflectindo o impacto da reavaliação de colaterais financeiros e a identificação de sinais de imparidade na carteira de crédito. Estes impactos foram parcialmente compensados pela evolução favorável da margem financeira, suportada pelo crescimento sustentado dos volumes de negócio, quer do crédito a clientes quer dos recursos de clientes, e pela subida das comissões líquidas. Os custos operacionais diminuíram, influenciados pelo controlo de custos em Portugal, contribuindo favoravelmente para a evolução do resultado líquido.



Análise trimestral dos resultados

Milhões de euros

	2008					2007	2006
	1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total		
Margem financeira	412,2	429,7	434,8	444,4	1.721,0	1.537,3	1.430,8
Outros proveitos líquidos							
Rendimentos de instrumentos de capital	1,7	27,6	-0,2	7,7	36,8	27,9	32,5
Comissões líquidas	173,8	193,9	185,4	187,4	740,4	664,6	713,5
Resultados em operações financeiras	-114,9	0,7	4,9	127,4	18,1	392,3	394,9
Outros proveitos de exploração líquidos	30,2	18,4	15,8	2,2	66,6	118,6	261,0
Resultados por equivalência patrimonial	14,3	14,1	7,4	-16,8	19,1	51,2	42,0
	105,1	254,7	213,3	307,9	881,0	1.254,6	1.443,9
Custos operacionais							
Custos com pessoal	212,3	239,2	239,1	224,7	915,3	1.006,2	1.034,7
Outros gastos administrativos	146,9	164,9	161,6	169,2	642,6	627,5	579,3
Amortizações do exercício	26,3	27,8	28,4	30,4	112,9	114,9	111,5
	385,5	431,9	429,1	424,3	1.670,8	1.748,6	1.725,5
Imparidade							
Do crédito (líquida de recuperações)	69,7	136,1	134,7	204,1	544,7	260,2	119,9
De outros activos e outras provisões	2,9	-9,0	19,5	31,2	44,5	94,8	35,4
Resultado antes de impostos	59,2	125,4	64,8	92,7	342,0	688,3	993,9
Impostos sobre lucros	27,8	22,5	6,0	27,7	84,0	69,6	154,8
Resultado após impostos	31,4	102,9	58,8	65,0	258,0	618,7	839,1
Interesses minoritários	16,7	16,3	18,0	5,9	56,8	55,4	52,0
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	14,7	86,6	40,8	59,1	201,2	563,3	787,1

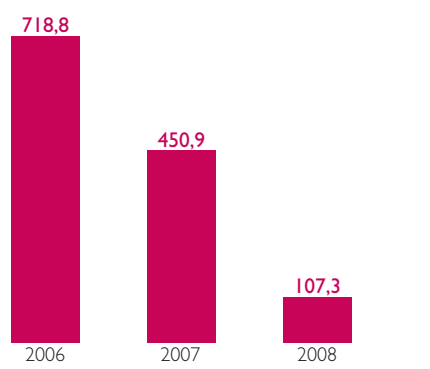
Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007 reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

A evolução do resultado líquido foi determinada pelos comportamentos evidenciados na actividade em Portugal e na actividade internacional, cujo contributo para o resultado consolidado, excluindo itens específicos, foi reforçado para 22% (19% em 2007).

Resultado líquido

Actividade em Portugal

Milhões de euros



O resultado líquido em Portugal, que inclui o resultado líquido apurado pela operação na Suíça, totalizou 107,3 milhões de euros em 2008, comparando com 450,9 milhões de euros em 2007. Excluindo os itens específicos previamente mencionados, o resultado líquido de 2008 da actividade em Portugal situou-se em 332,3 milhões de euros, representando uma redução de 29,9% em relação aos 474,4 milhões de euros apurados em 2007, influenciada pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito e pela redução das comissões e dos outros proveitos de exploração líquidos, parcialmente compensados pelo impacto favorável da subida da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, bem como pelo controlo dos custos operacionais.

Na actividade internacional, o resultado líquido de 2008 foi suportado pelos proveitos totais gerados, nomeadamente pelo aumento da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, traduzindo o aumento do volume de negócios alcançado pela generalidade das operações no exterior; que não foi suficiente para compensar os maiores custos operacionais suportados, essencialmente relacionados com os planos de expansão implementados nas diversas geografias. O resultado líquido da actividade internacional, excluindo o impacto da operação na Roménia, lançada em Outubro de 2007, registou uma redução de 4,8% entre 2007 e 2008.

Resultado líquido de subsidiárias no exterior

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/09
Polónia	117,9	121,8	77,2	-3,2%
Grécia	15,1	22,1	15,1	-31,4%
Turquia	1,8	(0,8)	(15,1)	-
Roménia	(32,9)	(20,7)	-	-
Moçambique	51,5	41,4	38,7	24,6%
Angola ⁽¹⁾	4,4	5,0	3,4	-13,8%
Estados Unidos da América	(6,1)	(0,5)	(4,5)	-

⁽¹⁾ Inclui Sucursal de Luanda em 2006.

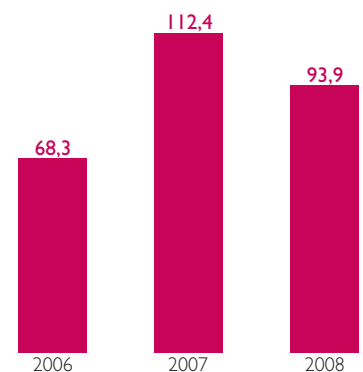
O resultado líquido do Bank Millennium na Polónia atingiu 117,9 milhões de euros em 2008, representando um decréscimo de 3,2% face aos 121,8 milhões de euros apurados em 2007, tendo sido determinado por um ajustamento negativo associado à avaliação de operações de derivados sobre câmbios relacionados com riscos de crédito de empresas clientes do Banco, na sequência da forte desvalorização do zloti. Paralelamente, verificou-se um aumento dos custos operacionais, associados ao plano de expansão, e das dotações para imparidade do crédito, bem como uma redução nas comissões líquidas, nomeadamente nas comissões relacionadas com fundos de investimento, e nos outros proveitos de exploração líquidos. A evolução do resultado líquido beneficiou dos crescimentos da margem financeira, determinado pelo impacto favorável do maior volume de negócios, e dos resultados em operações financeiras.

O resultado líquido do Millennium bank na Grécia evoluiu de 22,1 milhões de euros em 2007 para 15,1 milhões de euros em 2008, reflectindo a subida dos custos operacionais, em particular dos custos com pessoal relacionados com o maior número de colaboradores, na sequência do aumento da rede de sucursais. Não obstante, os proveitos evidenciaram uma evolução favorável, influenciados pelo desempenho das comissões e da margem financeira, que beneficiaram do crescimento dos volumes de negócio em 2008.

O resultado líquido do Millennium bank na Turquia situou-se em 1,8 milhões de euros em 2008, face ao prejuízo de 0,8 milhões de euros apurado em 2007. A evolução favorável do resultado líquido foi proporcionada pelo aumento dos resultados em operações financeiras e também pelo ganho obtido na concretização da venda do edifício sede, no decurso do terceiro trimestre de 2008.

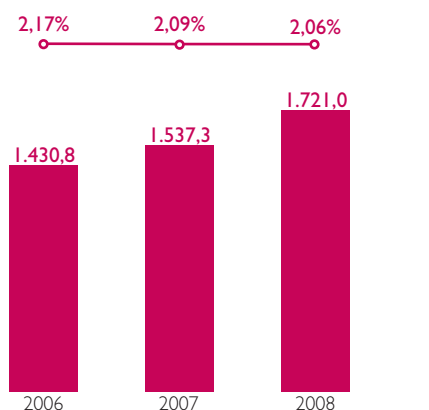
A Banca Millennium na Roménia apresentou resultado líquido negativo de 32,9 milhões de euros em 2008, comparando com o prejuízo de 20,7 milhões de euros em 2007, justificado pela fase de investimento e de progressivo crescimento da base de clientes e da actividade comercial que caracteriza esta operação, cujo lançamento ocorreu em Outubro de 2007.

O resultado líquido do Millennium bim em Moçambique aumentou 24,6% para 51,5 milhões de euros em 2008, comparando com 41,4 milhões de euros em 2007, impulsionado pelos desempenhos da margem financeira, determinado essencialmente pelo crescimento do volume de negócios, das comissões líquidas e dos resultados em operações cambiais, bem como pelo menor esforço de provisionamento. O aumento dos custos operacionais foi determinado essencialmente pela subida dos custos com pessoal resultante do reforço do quadro de colaboradores em 2008, associado à expansão da rede de sucursais.

Resultado líquido
Actividade Internacional
Milhões de euros

Margem financeira

Milhões de euros

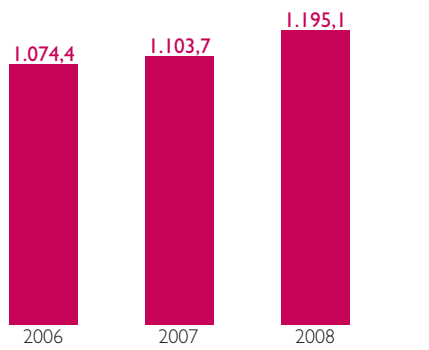


— Taxa de margem financeira

Margem financeira

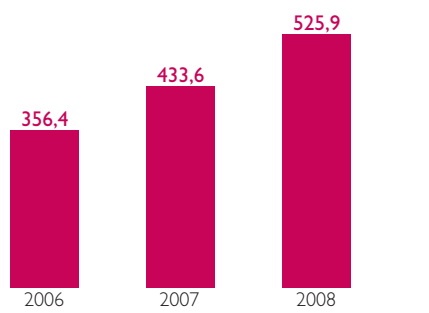
Actividade em Portugal

Milhões de euros

**Margem financeira**

Actividade Internacional

Milhões de euros



O resultado líquido do Banco Millennium Angola totalizou 4,4 milhões de euros em 2008, comparando com 5,0 milhões de euros em 2007. O maior nível de proveitos registado em 2008, nomeadamente na margem financeira e em comissões, contribuiu favoravelmente para a evolução do resultado líquido, revelando-se, no entanto, insuficiente para compensar o aumento mais do que proporcional dos custos operacionais, relacionado essencialmente com o acréscimo nos custos com pessoal decorrente do aumento do quadro de colaboradores no âmbito do plano de expansão da operação.

O Millennium bcpbank (EUA) apurou um resultado líquido negativo de 6,1 milhões de euros em 2008, influenciado pelo impacto do reforço de dotações para imparidade do crédito e da anulação do valor dos impostos diferidos que estavam reconhecidos no Balanço, na medida em que se verificou uma estabilização dos proveitos, não obstante a redução dos custos operacionais.

Margem Financeira

A margem financeira atingiu 1.721,0 milhões de euros em 2008, aumentando 12,0% em relação aos 1.537,3 milhões de euros apurados em 2007. O efeito volume positivo, no montante de 191 milhões de euros, associado à expansão verificada quer no crédito a clientes quer nos depósitos de clientes, em Portugal e na actividade internacional, revelou-se fundamental para a evolução verificada na margem financeira. Por seu turno, o efeito taxa de juro negativo, no total de 29 milhões de euros, teve um impacto desfavorável na evolução da margem financeira, determinado pelo aumento do custo de financiamento, como resultado da elevada volatilidade e incerteza observada nos mercados financeiros ao longo de 2008.

A evolução da margem financeira também foi influenciada pela intensificação do esforço de revisão dos preçários, especialmente na actividade em Portugal, com o objectivo de proceder a ajustamentos que permitissem reflectir o maior nível de risco global dos mercados e o consequente agravamento do custo do risco, no âmbito da política de gestão de activos e passivos, implicando a revisão dos *spreads* praticados. No entanto, a capacidade de transferência integral do acréscimo do custo de *funding* para as condições de remuneração das operações activas, não obstante o esforço desenvolvido pelas áreas comerciais, foi limitada pela forte concorrência no sector e pelo perfil da carteira de crédito, designadamente a existência de maturidades mais longas em determinadas operações. Adicionalmente, em 2008, prosseguiu o enfoque na mobilização e retenção de recursos de clientes, disponibilizando-se, para o efeito, um conjunto de propostas de valor oferta de produtos adequados ao contexto de volatilidade dos mercados e às necessidades e perfil de risco dos clientes. O impacto conjunto destas medidas proporcionou uma melhoria da taxa de margem financeira no quarto trimestre de 2008.

O desempenho da margem financeira foi proporcionado pelo crescimento de 8,3% registado na actividade em Portugal, impulsionado pelo aumento da margem nos segmentos de negócio de Private Banking e Asset Management e de Corporate e Empresas, e pelo acréscimo de 21,3% na actividade internacional, em que se destacaram os contributos da Polónia, da Grécia e de Moçambique.

A análise ao balanço médio evidencia o crescimento do activo líquido médio para 91.941 milhões de euros em 2008 face a 83.363 milhões de euros em 2007, determinado fundamentalmente pela subida dos activos geradores de juros, em particular do saldo médio do crédito a clientes de 60.247 milhões de euros em 2007 para 69.206 milhões de euros em 2008.

No passivo, realce para o aumento do saldo médio dos depósitos de clientes, de 35.019 milhões de euros em 2007 para 41.769 milhões de euros em 2008, em particular do saldo médio dos depósitos a prazo, que apresentou um crescimento de 35,2% em 2008, reflectindo a prioridade dada à captação e retenção de recursos de clientes, através do reforço da atractividade da oferta de aplicações tradicionais.

Balanço médio

Milhões de euros

	2008		2007		2006	
	Balanço Médio	Taxa	Balanço Médio	Taxa	Balanço Médio	Taxa
Activos Geradores de Juros						
Aplicações em instituições de crédito	7.255	5,64%	7.881	5,14%	6.965	4,29%
Activos financeiros	5.845	6,00%	5.548	5,37%	3.414	5,46%
Crédito a clientes	69.206	6,39%	60.247	6,02%	54.512	5,21%
	82.306	6,30%	73.676	5,88%	64.891	5,13%
Activos detidos p/ venda	—	—	—	—	1.024	3,98%
Total de Activos Geradores de Juros	82.306	6,30%	73.676	5,88%	65.915	5,11%
Activos detidos p/ venda não geradores de juros	—	—	—	—	49	—
Outros activos não geradores de juros	9.635	—	9.687	—	10.744	—
Activo Total	91.941	—	83.363	—	76.708	—
Passivos Geradores de Juros						
Depósitos de instituições de crédito	9.875	7,28%	10.912	5,68%	12.169	3,96%
Depósitos de clientes	41.769	3,09%	35.019	2,55%	33.300	1,89%
Títulos de dívida emitidos	29.042	4,51%	26.235	4,26%	20.106	3,31%
Passivos subordinados	2.954	5,77%	2.880	5,63%	2.784	5,16%
	83.640	4,17%	75.046	3,72%	68.359	2,81%
Passivos associados a activos detidos p/ venda	—	—	—	—	991	1,59%
Total de Passivos Geradores de Juros	83.640	4,17%	75.046	3,72%	69.350	2,79%
Passivos associados a activos detidos p/ venda não geradores de juros	—	—	—	—	82	—
Outros passivos não geradores de juros	2.557	—	3.276	—	2.573	—
Situação líquida e Interesses minoritários	5.744	—	5.041	—	4.703	—
Total do Passivo, Situação Líquida e Interesses Minoritários	91.941	—	83.363	—	76.708	—
Taxa de Margem Financeira ⁽¹⁾	—	2,06%	—	2,09%	—	2,17%

⁽¹⁾ Relação entre os valores da Margem financeira e o saldo médio do Total de activos geradores de lucros.

Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007 reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

A evolução da estrutura do balanço médio entre 2007 e 2008 reflecte a continuidade da aposta no crescimento sustentado do negócio e no aprofundamento do relacionamento comercial com os clientes, traduzido na evolução do volume médio de crédito a clientes (mais 14,9% em relação a 2007), bem como a maior relevância do financiamento da actividade de intermediação através de depósitos de clientes. A proporção do crédito a clientes no total do activo líquido médio aumentou de 72,3% em 2007 para 75,3% em 2008. Paralelamente, os depósitos de clientes representaram, em 2008, uma proporção superior no total do passivo, evoluindo de 44,7% em 2007 para 48,5% em 2008.

Os títulos de dívida emitidos também registaram um acréscimo, com o saldo médio a evoluir de 26.235 milhões de euros em 2007 para 29.042 milhões de euros em 2008, não obstante as condições de financiamento desfavoráveis e a reconhecida limitação na colocação de títulos de dívida no mercado ao longo do ano. Em 2008, apesar do enquadramento adverso, foram emitidas

obrigações hipotecárias (*covered bonds*), no montante de mil milhões de euros, e de dívida sénior, no total de 1,25 mil milhões de euros no decurso do segundo trimestre.

O aumento do volume de crédito concedido a clientes foi suportado essencialmente pelo crescimento dos depósitos de clientes, traduzindo a prioridade do Grupo na captação de recursos de clientes. O financiamento através de emissão de dívida e do mercado monetário registou um ligeiro acréscimo em relação ao ano anterior, com o montante global dos saldos médios de depósitos de instituições de crédito, de títulos de dívida emitidos e de passivos subordinados a crescerem de 40.027 milhões de euros em 2007 para 41.871 milhões de euros em 2008, não obstante o menor recurso ao mercado monetário interbancário por parte das instituições financeiras, no contexto de escassa liquidez, e as dificuldades na emissão de dívida que se verificaram nos mercados financeiros em 2008.

O acréscimo da situação líquida média entre 2007 e 2008 reflecte, positivamente, o impacto do aumento de capital de 1,3 mil milhões de euros, realizado em Abril de 2008, e o apuramento de resultados líquidos positivos em 2008 e, negativamente, o pagamento de dividendos de acções preferenciais e diferenças cambiais associadas à consolidação de empresas do Grupo.

A análise às taxas de juro implícitas nos saldos médios apurados evidencia o nível superior das taxas de juro de mercado ao longo de 2008, embora com decréscimos já próximo do final do ano, consubstanciando-se em aumentos significativos das taxas de juro médias em 2008, quer nas operações activas quer nas operações passivas.

Os esforços de defesa da margem financeira, designadamente o *repricing* das operações mais expostas ao risco, permitiram que a taxa de margem financeira de 2,06% em 2008, se mantivesse muito próxima da taxa apurada em 2007 (2,09%).

Factores determinantes da variação da margem financeira

Milhões de euros

	2008 vs 2007			
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	Variação
Activos Geradores de Juros				
Aplicações em instituições de crédito	(33)	40	4	11
Activos financeiros	16	35	7	58
Crédito a clientes	549	226	93	868
Total dos Activos Geradores de Juros	516	313	108	937
Passivos Geradores de Juros				
Depósitos de instituições de crédito	(60)	177	(6)	111
Depósitos de clientes	175	192	52	419
Títulos de dívida emitidos	122	65	25	212
Passivos subordinados	4	4	3	11
Total dos Passivos Geradores de Juros	325	342	86	753
Margem Financeira	191	(29)	22	184

Outros Proveitos Líquidos

Os outros proveitos líquidos, que incluem os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados por equivalência patrimonial, ascenderam a 881,0 milhões de euros em 2008, comparando com 1.254,6 milhões de euros em 2007. Esta evolução reflecte positivamente a subida das comissões líquidas e dos rendimentos de instrumentos de capital, e desfavoravelmente o desempenho dos resultados em operações financeiras, condicionado pela forte instabilidade nos mercados financeiros, dos outros proveitos de exploração líquidos e dos resultados por equivalência patrimonial.

Outros proveitos líquidos

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Rendimentos de instrumentos de capital	36,8	27,9	32,5	31,9%
Comissões líquidas	740,4	664,6	713,5	11,4%
Resultados em operações financeiras	18,1	392,3	394,9	-95,4%
Outros proveitos de exploração líquidos	66,6	118,6	261,0	-43,8%
Resultados por equivalência patrimonial	19,1	51,2	42,0	-62,7%
	881,0	1.254,6	1.443,9	-29,8%
dos quais:				
Actividade em Portugal	507,3	909,7	1.167,4	-44,2%
Actividade Internacional	373,7	344,9	276,5	8,3%

Rendimento de Instrumentos de Capital

Os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos recebidos dos investimentos em activos financeiros disponíveis para venda, aumentaram para 36,8 milhões de euros em 2008, comparando com 27,9 milhões de euros em 2007. Os dividendos recebidos em 2008 reportam-se essencialmente às participações detidas no capital social do Banco BPI, S.A., e na Eureka, enquanto que os dividendos contabilizados em 2007 encontravam-se associados às participações financeiras detidas na Eureka e no Banco BPI, S.A., e, também, no Banco Sabadell e EDP, estas últimas alienadas ainda no decurso do exercício de 2007. O aumento desta rubrica em 2008 foi determinado, essencialmente, pelo maior montante de dividendos recebidos associados à participação detida no Banco BPI, S.A.

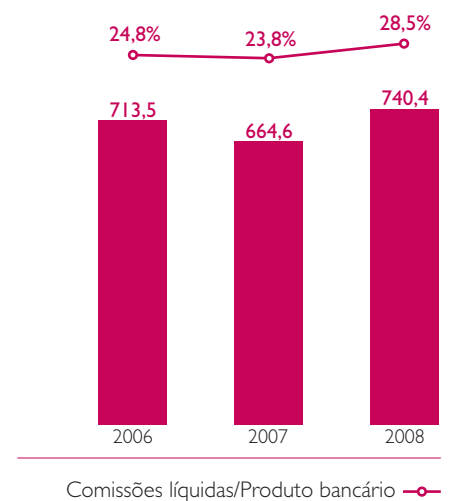
Comissões Líquidas

As comissões líquidas aumentaram para 740,4 milhões de euros em 2008 comparando com 664,6 milhões de euros em 2007. As comissões líquidas contabilizadas em 2007 incorporam os custos suportados no âmbito do projecto de fusão e da Oferta Pública de Aquisição sobre o Banco BPI, S.A., no montante de 103,2 milhões de euros, relevado em "Outras comissões". Excluindo este impacto, as comissões líquidas teriam registado uma redução de 3,6%, influenciada essencialmente pelas menores comissões relacionadas com a gestão de activos e operações sobre títulos, parcialmente compensada pelo crescimento das comissões associadas a cartões, a operações de crédito e de outras comissões.

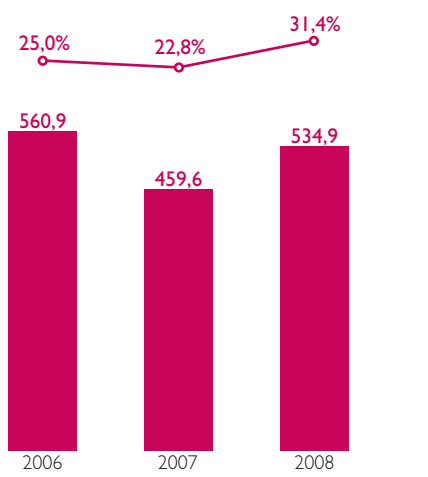
A evolução das comissões líquidas, excluindo os itens específicos, foi determinada pelo desempenho em Portugal, que evidenciou uma redução de 5,0% em 2008, enquanto que as

Comissões líquidas

Milhões de euros

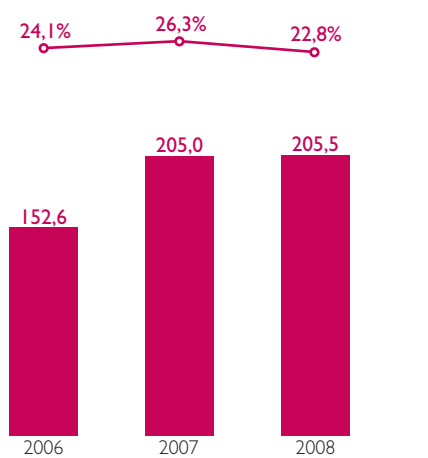


Comissões líquidas Actividade em Portugal Milhões de euros



—○— Comissões líquidas/Produto bancário

Comissões líquidas Actividade Internacional Milhões de euros



—○— Comissões líquidas/Produto bancário

comissões líquidas apuradas na actividade internacional registaram um ligeiro acréscimo (+0,3%) face ao ano anterior:

As comissões relacionadas com cartões aumentaram para 190,0 milhões de euros em 2008, registando uma subida de 14,2% quando comparados com os 166,4 milhões de euros contabilizados em 2007, beneficiando do maior volume de facturação e do acréscimo do número médio de cartões em 2008, não obstante a redução verificada nas *interchange fees*. O crescimento das comissões com cartões foi impulsionado pela actividade internacional, que registou um acréscimo de 28,8% em relação a 2007, beneficiando do contributo do Bank Millennium na Polónia e do Millennium bim em Moçambique, e, em menor grau, também pelo desempenho da actividade em Portugal (+5,9%).

As comissões geradas pelas operações sobre títulos diminuíram para 94,7 milhões de euros em 2008, comparando com 127,5 milhões de euros em 2007, como resultado da quebra de comissões de corretagem, condicionada pelo menor volume de transacções de bolsa processadas em 2008, bem como de menores comissões relacionadas com o negócio de Banca de Investimento, reflectindo o menor volume de operações realizadas como consequência do comportamento adverso nos mercados financeiros e de capitais.

As comissões proporcionadas pela gestão de activos atingiram 82,7 milhões de euros em 2008, incorporando uma redução de 40,0% em relação aos 137,9 milhões de euros registados no ano anterior, tendo sido limitadas pelo menor volume de activos sob gestão, reflectindo a evolução desfavorável dos mercados e a maior apetência dos clientes por soluções de poupança tradicionais e com menor volatilidade.

As comissões associadas a operações de crédito aumentaram 2,6%, evoluindo de 139,1 milhões de euros em 2007 para 142,7 milhões de euros em 2008, impulsionadas pelo maior volume de crédito concedido. O desempenho na actividade internacional, que registou um aumento de 7,9% face a 2007, revelou-se determinante para a evolução destas comissões, suportado pelos crescimentos observados na Polónia, na Grécia e em Moçambique.

Comissões líquidas

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Cartões	190,0	166,4	161,0	14,2%
Operações sobre títulos	94,7	127,5	97,0	-25,7%
Gestão de activos	82,7	137,9	102,0	-40,0%
Crédito	142,7	139,1	138,0	2,6%
Outras comissões	230,3	93,7	215,5	145,9%
	740,4	664,6	713,5	11,4%
das quais:				
Actividade em Portugal	534,9	459,6	560,9	16,4%
Actividade Internacional	205,5	205,0	152,6	0,3%

As outras comissões aumentaram para 230,3 milhões de euros em 2008, comparando com 196,8 milhões de euros em 2007, excluindo o impacto, anteriormente mencionado, das comissões suportadas em 2007 no âmbito da Oferta Pública de Aquisição e do projecto de fusão com o Banco BPI, S.A. Em meados de 2008, esta rubrica passou a incluir a contabilização dos *fees* recebidos pela colocação de seguros na rede de distribuição do Banco, que anteriormente eram

registados em outros proveitos de exploração líquidos. A evolução desta rubrica foi condicionada, designadamente, pelo menor nível de comissionamento associado às condições promocionais disponibilizadas aos clientes no âmbito das campanhas “Programa Preferência” e “Solução Cliente Freqüente”, bem como pelo impacto desfavorável de alterações regulamentares, nomeadamente a introdução de um limite máximo às comissões por reembolso antecipado do crédito à habitação na actividade em Portugal.

Na actividade internacional, as outras comissões aumentaram 12,9%, beneficiando fundamentalmente do desempenho positivo das comissões no Millennium bank na Grécia.

Resultados em Operações Financeiras

Os resultados em operações financeiras, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, situaram-se em 18,1 milhões de euros em 2008, registando uma redução face aos 392,3 milhões de euros apurados em 2007, determinada pelo impacto da contabilização de perdas por imparidade no montante de 268,1 milhões de euros em 2008 (94,0 milhões de euros em 2007), como resultado da desvalorização da participação financeira no Banco BPI, S.A.

Em Dezembro de 2008, o Grupo firmou um acordo com vista à alienação de 9,69% do capital social do Banco BPI, S.A., deixando de deter, após esta venda, uma participação qualificada neste Banco. Adicionalmente, em 2007, os resultados em operações financeiras incorporam as mais-valias obtidas na alienação de acções da EDP e do Banco Sabadell nos montantes de 173,3 milhões de euros e 116,9 milhões de euros, respectivamente.

Excluindo as perdas por imparidade e as mais-valias registadas, em 2007 e 2008, os resultados em operações financeiras teriam aumentado de 196,2 milhões de euros em 2007 para 286,2 milhões de euros em 2008.

Os resultados em operações financeiras relevados em 2008 incorporam um proveito contabilizado no quarto trimestre, relacionado com a estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a uma emissão do Banco a taxa fixa que foi efectuada através de um *swap* de taxa de juro. Como resultado da volatilidade observada nos mercados, os testes de avaliação da efectividade da cobertura contabilística, em conformidade com o requerido pela IAS 39, evidenciaram que a relação de cobertura tinha quebrado, tendo o Banco decidido a interrupção da relação de cobertura prospectivamente.

A evolução dos resultados em operações cambiais de 2007 para 2008 reflecte o impacto relacionado com os derivados cambiais associados a tomadas de fundos em dólares, como resultado da variação da taxa de juro do dólar face ao euro observada ao longo dos exercícios de 2007 e de 2008.

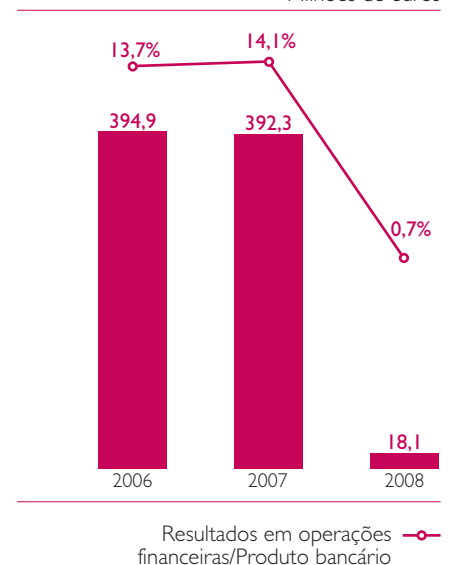
Resultados em operações financeiras

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Operações cambiais	83,8	163,6	178,7	-48,8%
Operações sobre títulos e outros	(65,7)	228,7	216,2	-
	18,1	392,3	394,9	-95,4%
dos quais:				
Actividade em Portugal	(129,5)	275,8	290,4	-
Actividade Internacional	147,6	116,5	104,5	26,6%

Resultados em operações financeiras

Milhões de euros



Outros Proveitos de Exploração Líquidos

Os outros proveitos de exploração líquidos, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, situaram-se em 66,6 milhões de euros em 2008, comparando com 118,6 milhões de euros apurados em 2007, condicionados pela redução de proveitos, não obstante o simultâneo aumento, embora em menor escala, verificado na componente dos custos.

Os outros proveitos de exploração beneficiaram, no entanto, do reforço do contributo da banca de investimento, reflectindo o desempenho favorável na actividade de *advisory* e consultoria financeira.

A evolução desta rubrica reflecte também o impacto da alteração, em meados de 2008, da contabilização dos *fees* recebidos da Millenniumbcp Fortis pela colocação de seguros na rede de distribuição do Banco, os quais passaram a ser registados em comissões.

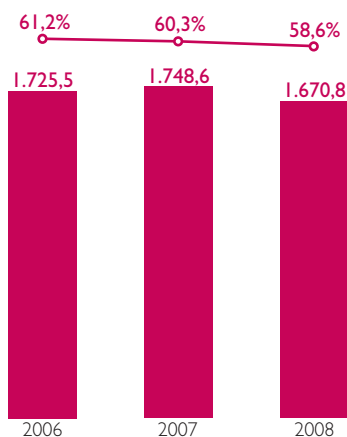
Resultados por Equivalência Patrimonial

Os resultados apropriados pelo Grupo relacionados com a consolidação de empresas em que o Grupo detém influência significativa sem que, contudo, exerça o controlo das políticas financeira e operacional, totalizaram 19,1 milhões de euros em 2008, comparando com 51,2 milhões de euros registados em 2007.

Esta evolução reflecte essencialmente a apropriação do correspondente resultado líquido da Millenniumbcp Fortis, cujo comportamento foi afectado pelo impacto negativo da componente financeira do negócio segurador; associado, por seu turno, ao enquadramento adverso nos mercados financeiros, parcialmente compensado pelo desempenho positivo na componente técnica do negócio, registando crescimentos nos prémios de seguros quer no ramo vida quer no ramo não vida.

Custos operacionais

Milhões de euros



—○— Rácio de eficiência

Resultados por equivalência patrimonial

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Millenniumbcp Fortis	12,6	42,4	34,7	-70,4%
Outros	6,5	8,8	7,3	-25,7%
Total	19,1	51,2	42,0	-62,7%

Custos Operacionais

Os custos operacionais agregam os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício. Os custos operacionais cifraram-se em 1.670,8 milhões de euros em 2008, evidenciando uma descida de 4,4% face aos 1.748,6 milhões de euros contabilizados em 2007. Esta evolução foi determinada pela actividade em Portugal, cujos custos operacionais registaram uma redução de 14,2%, determinada por menores custos com pessoal e outros gastos administrativos, como resultado da gestão empreendida em 2008 e da implementação de um conjunto de medidas visando a simplificação organizativa do Banco, a melhoria contínua de processos e a obtenção de maior eficiência na alocação dos recursos disponíveis. A subida de 18,2% dos custos na actividade internacional foi influenciada pelos planos de expansão em curso, nomeadamente na Polónia, na Grécia, na Roménia, em Moçambique e em Angola.

O rácio de eficiência, que exclui o impacto dos itens específicos, registou uma melhoria ao evoluir de 60,3% em 2007 para 58,6% em 2008, determinada pelo contributo da actividade em Portugal, que evidenciou um comportamento favorável (-3,6 pontos percentuais), evoluindo de 57,3% em 2007 para 53,7% em 2008.

Custos operacionais

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Actividade em Portugal				
Custos com pessoal	603,9	745,1	811,4	-18,9%
Outros gastos administrativos	377,3	407,4	386,0	-7,4%
Amortizações do exercício	67,1	69,4	72,0	-3,4%
	1.048,3	1.221,9	1.269,4	-14,2%
Actividade Internacional				
Custos com pessoal	311,4	261,1	223,3	19,2%
Outros gastos administrativos	265,3	220,1	193,3	20,6%
Amortizações do exercício	45,8	45,5	39,5	0,7%
	622,5	526,7	456,1	18,2%
Total				
Custos com pessoal	915,3	1.006,2	1.034,7	-9,0%
Outros gastos administrativos	642,6	627,5	579,3	2,4%
Amortizações do exercício	112,9	114,9	111,5	-1,8%
	1.670,8	1.748,6	1.725,5	-4,4%

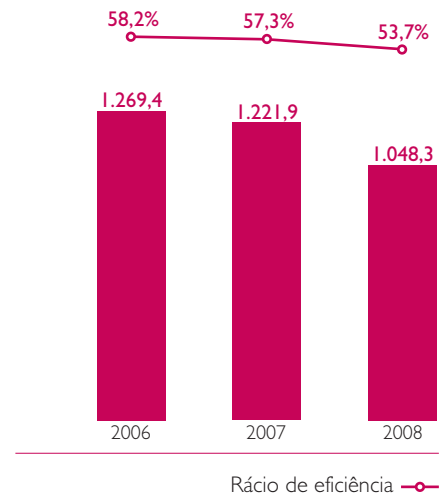
Custos com Pessoal

Os custos com pessoal totalizaram 915,3 milhões de euros em 2008, representando um decréscimo de 9,0% em relação aos 1.006,2 milhões de euros contabilizados no ano anterior. Os custos com pessoal incorporam, em 2008, a anulação de parte da remuneração variável periodificada em 2007, no montante de 18,0 milhões de euros, e custos de reestruturação num total de 7,8 milhões de euros, e, em 2007, os custos de reestruturação relacionados com reformas antecipadas de colaboradores e de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante global de 121,8 milhões de euros.

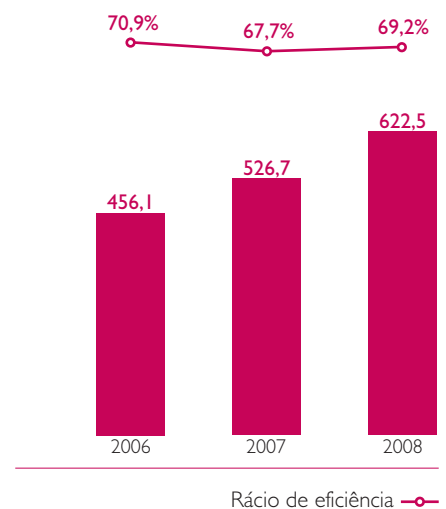
Os custos com pessoal na actividade em Portugal diminuíram 18,9%, reflectindo, parcialmente, os impactos, previamente mencionados, da contabilização de custos de reestruturação em 2007 e em 2008 e da anulação, em 2008, de parte da remuneração variável periodificada em 2007. Excluindo estes impactos, os custos com pessoal da actividade em Portugal, em 2008, registaram um decréscimo de 1,5% face ao ano anterior.

O controlo de custos em Portugal foi suportado pela anulação dos montantes periodificados relacionados com remunerações variáveis do Conselho de Administração Executivo e pela redução dos montantes periodificados para os colaboradores, bem como pela redução do quadro de colaboradores, em menos 154 colaboradores entre 31 Dezembro de 2007 e de 2008, como resultado da substituição parcial das saídas voluntárias de colaboradores, não obstante a expansão da rede de sucursais, que registou um incremento de 33 sucursais no mesmo período. Esta evolução reflecte as medidas implementadas com vista à alocação eficiente de recursos, em torno do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais, com o objectivo de incentivar a mobilidade de colaboradores dos serviços centrais e áreas corporativas para as redes comerciais. Este programa visa

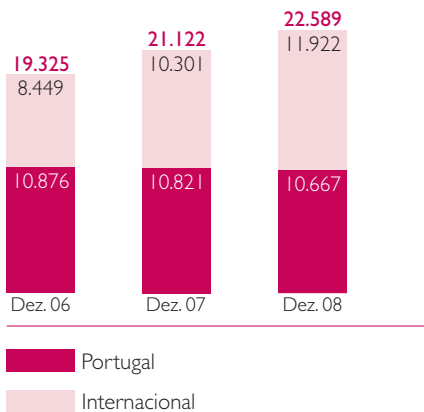
Custos operacionais Actividade em Portugal Milhões de euros



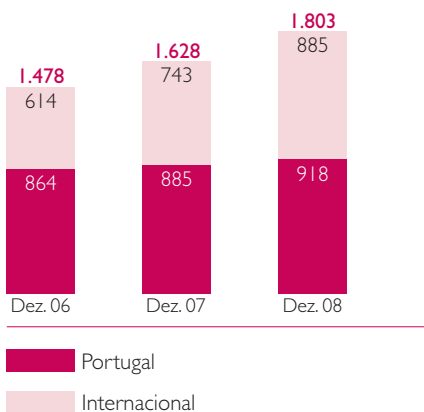
Custos operacionais Actividade Internacional Milhões de euros



Colaboradores

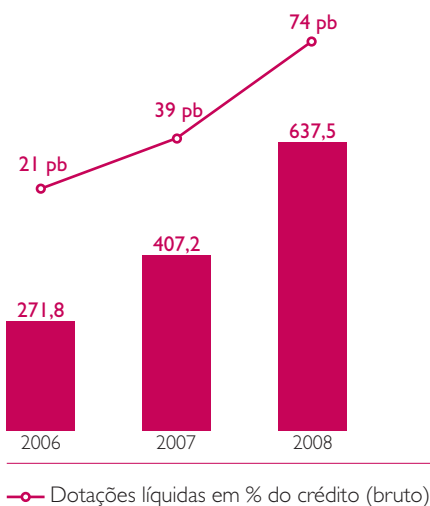


Sucursais



Imparidade do crédito (bruta)

Milhões de euros



proporcionar simultaneamente um maior apoio aos clientes, e a melhoria contínua do serviço prestado, o reforço do relacionamento comercial e do grau de satisfação dos clientes e dos níveis de motivação dos colaboradores, a par da obtenção de ganhos de produtividade.

A evolução dos custos com pessoal, excluindo o impacto dos itens específicos, de 884,4 milhões de euros em 2007 para 925,5 milhões de euros em 2008, reflecte fundamentalmente o comportamento na actividade internacional, que registou um aumento de 19,2%, associado ao reforço do quadro de pessoal nas diversas geografias, relacionado com os planos de expansão em curso, nomeadamente na Polónia, na Grécia e em Moçambique.

Outros Gastos Administrativos

Os outros gastos administrativos cifraram-se em 642,6 milhões de euros em 2008, evidenciando um aumento de 2,4% quando comparado com os 627,5 milhões de euros contabilizados em 2007, influenciado pela subida de 20,6% na actividade internacional.

A evolução dos outros gastos administrativos na actividade internacional foi fundamentalmente determinada pelos planos de expansão das redes de distribuição no quadro da estratégia de crescimento orgânico definida para as diversas operações, nomeadamente na Polónia, na Grécia e na Roménia, evidenciando-se, em particular, os maiores custos com rendas e alugueres, conservação, designadamente em equipamento e segurança, serviços especializados, nomeadamente em serviços de informática e de segurança e vigilância, publicidade e patrocínios e comunicações. Em 2008, a rede de sucursais no estrangeiro foi ampliada para 885 sucursais (+142 em relação ao ano anterior), com especial destaque para a Polónia (+80).

Na actividade em Portugal, os outros gastos administrativos diminuíram 7,4% para 377,3 milhões de euros em 2008, em resultado do controlo de custos e das medidas de racionalização implementadas no âmbito do Programa Millennium 2010, não obstante o acréscimo na rede de sucursais para um total de 918 no final de 2008. Face ao exercício anterior, as maiores poupanças foram obtidas nas rubricas de estudos e consultas, deslocações e estadias, serviços judiciais e contencioso e custos com trabalho independente.

Amortizações do Exercício

As amortizações do exercício situaram-se em 112,9 milhões de euros em 2008, diminuindo 1,8% face aos 114,9 milhões de euros apurados em 2007, apesar do maior nível de amortizações do exercício contabilizadas na actividade internacional, reflectindo os investimentos que têm vindo a ser efectuados no âmbito dos planos de expansão em diversas operações no exterior. As amortizações do exercício na actividade em Portugal diminuíram 3,4% para 67,1 milhões de euros em 2008, traduzindo a criteriosa selecção dos investimentos realizados, destacando-se o impacto da redução das amortizações de imóveis, reflectindo o termo do período de amortização de investimentos realizados.

Imparidade do Crédito e Recuperações de Crédito

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) ascendeu a 544,7 milhões de euros em 2008, comparando com 260,2 milhões de euros em 2007, evidenciando o reforço das dotações para imparidade do crédito, por um lado, e a redução do volume de recuperações de crédito realizadas em 2008, por outro. O esforço de provisionamento, medido pela proporção das dotações para

imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito, excluindo o crédito titulado, situou-se em 74 pontos base em 2008, o que representa um aumento de 35 pontos base face aos 39 pontos base apurados em 2007.

A imparidade do crédito situou-se em 637,5 milhões de euros em 2008, comparando com 407,2 milhões de euros em 2007. O reforço das dotações para imparidade do crédito foi determinado quer pelo crescimento da carteira de crédito concedido e vencido, quer pela maior necessidade de cobertura de sinais de imparidade identificados na carteira de crédito, e ainda pelo impacto da desvalorização de colaterais financeiros decorrente da queda verificada nos mercados de capitais desde 2007.

O reforço da imparidade do crédito resultou do maior nível de imparidade registada em Portugal, com especial incidência nos segmentos de Corporate e Empresas, de Retail e de Private Banking e Asset Management, e na actividade internacional, designadamente na Polónia e na Roménia.

Imparidade do crédito

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Dotações para imparidade do crédito	637,5	407,2	271,8	56,5%
Recuperações de crédito	92,8	147,0	151,9	-36,9%
	544,7	260,2	119,9	109,3%
Dotações em % do crédito (bruto)	86 p.b.	61 p.b.	47 p.b.	25 p.b.
Dotações líquidas em % do crédito (bruto)	74 p.b.	39 p.b.	21 p.b.	35 p.b.

Nota: Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.
Os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007 reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Outras Provisões

As outras provisões incluem as dotações para provisões para outros activos, em particular as dotações para provisões associadas a activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, e o provisionamento para riscos e encargos diversos.

As outras provisões totalizaram 44,5 milhões de euros em 2008, representando uma redução de 53,1% em relação aos 94,8 milhões de euros apurados em 2007. As outras provisões contabilizadas em 2007 integraram 13,4 milhões de euros de dotações relacionadas com perdas por imparidade decorrentes da reavaliação de activos e o montante de 47,5 milhões de euros associado à constituição de provisões diversas, incluindo potenciais contra-ordenações que eventualmente venham a ser imputadas ao Banco, no âmbito do processo de averiguações, iniciado em Dezembro de 2007, pelas entidades reguladoras.

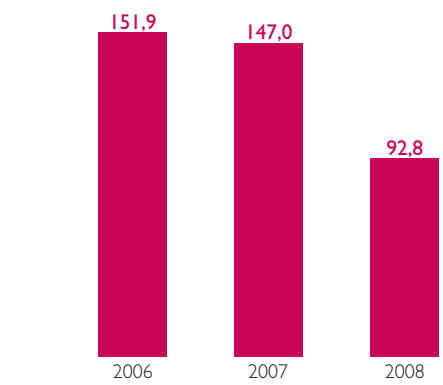
O maior nível de dotações para outras provisões em 2008, face ao exercício anterior, relaciona-se essencialmente com o reforço, em Portugal, das dotações para provisões decorrente da reavaliação de activos, nomeadamente dos imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito a clientes.

Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre lucros ascenderam a 84,0 milhões de euros em 2008, montante que compara com 69,6 milhões de euros em 2007, a que corresponde uma taxa efectiva de imposto de 24,6% (10,1% em 2007).

Recuperações de crédito

Milhões de euros



O custo por imposto corrente registou uma redução de 29,0 milhões de euros em 2008, tendo passado de 73,0 milhões de euros em 2007 para 44,0 milhões de euros em 2008, como resultado da redução dos resultados fiscais de algumas subsidiárias face ao exercício anterior.

O custo por imposto diferido apurado em 2008 cifrou-se em 40,0 milhões de euros, o qual inclui o custo de 124,7 milhões de euros (correspondente, fundamentalmente, à criação de imposto diferido passivo associado a provisões, designadamente para participações financeiras, líquido do benefício por imposto relativo a encargos com pensões, cujo reconhecimento para efeitos fiscais ocorrerá nos exercícios seguintes) e o proveito de 84,7 milhões (correspondente ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis).

O incremento na taxa efectiva de imposto em 14,5 pontos percentuais, passando a mesma de 10,1% em 2007 para 24,6% em 2008 decorre, fundamentalmente, do aumento da dotação para provisões para participações financeiras, a qual só será relevante para efeitos fiscais em 50% do respectivo montante, de encargos com pensões em excesso ao limite das despesas com pessoal nos termos da legislação aplicável, do desreconhecimento de prejuízos fiscais, e da redução, face ao exercício de 2007, das mais-valias na alienação de participações sociais e dos resultados obtidos nas Sucursais Financeiras Exteriores.

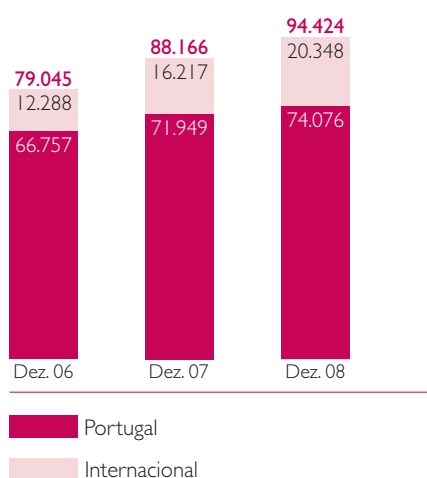
Interesses Minoritários

Os interesses minoritários incorporam a parte atribuível a terceiros dos resultados das empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral em que o Grupo não detém a totalidade do capital, encontrando-se associados, essencialmente, às participações detidas no Bank Millennium na Polónia e no Millennium bim em Moçambique.

O montante contabilizado em interesses minoritários ascendeu a 56,8 milhões de euros em 2008, evidenciando um aumento face aos 55,4 milhões de euros registados em 2007, reflectindo o crescimento dos resultados líquidos em Moçambique.

Activo total

Milhões de euros



Análise do Balanço

O activo total atingiu 94.424 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, representando um aumento de 7,1% em relação aos 88.166 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007.

O crescimento do activo foi induzido essencialmente pelo crédito a clientes líquido, que aumentou 10,2% para 72.372 milhões de euros em 2008 (+6.722 milhões de euros), excluindo o crédito titulado no montante de 2.793 milhões de euros, nomeadamente um conjunto de obrigações e papel comercial que, em exercícios anteriores, era contabilizado na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (AFS), que para efeitos de comparabilidade da informação não se inclui na presente análise.

O comportamento do activo total reflecte também a diminuição dos activos financeiros detidos para venda, influenciada pela desvalorização relacionada com a queda dos mercados e pela alienação de activos em carteira, designadamente da participação de 9,69% no capital social do Banco BPI, S.A., bem como pelo impacto da transferência de determinados títulos em carteira para crédito a clientes, conforme referido previamente.

A evolução do activo evidencia ainda a redução das disponibilidades monetárias e em instituições de crédito, nomeadamente de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, indissociado da instabilidade no funcionamento dos mercados monetários e interbancários, em especial na segunda metade do ano.

O passivo registou um aumento de 5,9% entre 31 de Dezembro de 2007 e de 2008, influenciado pelo crescimento de 14,4% dos depósitos de clientes (+5.660 milhões de euros) e pelo aumento dos passivos financeiros detidos para negociação, por um lado, e pela diminuição dos depósitos de outras instituições de crédito reflectindo o menor fluxo de aplicações interbancárias, no contexto de escassez de liquidez nos mercados.

Balanço agregado em 31 de Dezembro

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Activo				
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	6.005	9.261	9.172	-35,2%
Crédito a clientes	75.165	65.650	56.670	14,5%
Não titulado	72.372	65.650	56.670	10,2%
Titulado	2.793			
Activos financeiros detidos para negociação	3.903	3.085	2.733	26,5%
Activos financeiros disponíveis para venda	1.714	4.419	4.411	-61,2%
Investimento em associadas	344	316	318	8,7%
Outros activos tangíveis, goodwill e activos intangíveis	1.286	1.236	1.274	4,1%
Activos por impostos correntes e diferidos	605	681	652	-11,1%
Outros activos	5.402	3.518	3.815	53,5%
Total do Activo	94.424	88.166	79.045	7,1%
Passivo				
Depósitos de bancos centrais e outras instituições de crédito	9.339	9.432	12.664	-1,0%
Depósitos de clientes	44.907	39.247	33.244	14,4%
Títulos de dívida emitidos	20.516	26.798	22.687	-23,4%
Passivos financeiros detidos para negociação	2.139	1.304	873	64,0%
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.714	1.755	-	282,6%
Passivos subordinados	2.599	2.925	2.933	-11,2%
Outros passivos	1.962	1.805	1.789	8,7%
	88.176	83.266	74.190	5,9%
Situação Líquida				
Capital	4.695	3.611	3.611	30,0%
Títulos próprios	-59	-58	-22	-
Prémio de emissão	183	882	882	-79,2%
Acções preferenciais	1.000	1.000	1.000	0,0%
Reservas e resultados acumulados	-60	-1.380	-1.629	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	201	563	787	-64,3%
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo	5.960	4.618	4.629	29,1%
Interesses minoritários	288	282	226	2,2%
Total da Situação Líquida	6.248	4.900	4.855	27,5%
Total do Passivo e Situação Líquida	94.424	88.166	79.045	7,1%

Nota: os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007 reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Na sequência da adopção da contabilização ao justo valor (*Fair Value Option*), algumas tomadas de fundos em mercado monetário, bem como algumas emissões do Banco, passaram a ser relevadas na rubrica de outros passivos ao justo valor através de resultados, quando anteriormente estavam relevadas em depósitos e em títulos de dívida emitidos. A redução dos títulos de dívida emitidos ocorreu por contrapartida do aumento dos outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em resultado da adopção, em 2007, da *Fair Value Option* de emissões de títulos, créditos e depósitos a prazo que contenham derivados embutidos ou derivados de cobertura associados.

O acréscimo da situação líquida reflecte, positivamente, o aumento do capital social do Banco realizado em Abril de 2008, evoluindo de 3.611 milhões de euros para 4.695 milhões de euros, entre 31 de Dezembro de 2007 e de 2008, e o apuramento de resultados líquidos positivos em 2008 e, negativamente, o pagamento de dividendos de acções preferenciais e as diferenças cambiais associadas à consolidação de empresas do Grupo. A evolução da situação líquida neste período evidencia, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de accionistas de 27 de Maio de 2008, a transferência para a conta de resultados transitados dos saldos das contas prémios de emissão, no montante de 882 milhões de euros, reservas livres, no montante de 1.177 milhões de euros, reservas estatutárias, no montante de 84 milhões de euros, e reservas legais, no montante de 131 milhões de euros, bem como a aplicação do resultado do exercício de 2007 de 34 milhões de euros para reserva legal e 171 milhões de euros para resultados transitados.

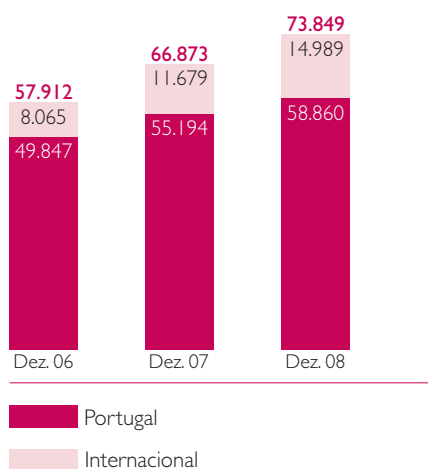
Crédito a clientes

O crédito a clientes bruto, excluindo o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda, atingiu 73.849 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, representando um crescimento de 10,4% em relação aos 66.873 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, beneficiando dos desempenhos alcançados em Portugal (+6,6%) e na actividade internacional (+28,3%), em particular, na Polónia e na Grécia.

A evolução do crédito a clientes foi impulsionada pelo crescimento de 10,1% no crédito a empresas para 40.434 milhões de euros em 2008 (36.725 milhões de euros em 2007). O crédito a empresas manteve-se como a principal componente do crédito a clientes, representando 55% do crédito total, tendo beneficiado do contributo da actividade em Portugal, que evidenciou um crescimento de 8,2% em 2008, em especial nos Segmentos de Retalho e de Corporate e Empresas. A actividade internacional também registou um aumento de 23,7% em 2008, reflectindo os crescimentos observados na generalidade das operações no exterior, destacando-se a Grécia e a Polónia.

Crédito a clientes (bruto)

Milhões de euros



Exclui crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

Crédito a clientes (bruto)

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Particulares				
Hipotecário	28.538	25.503	20.748	11,9%
Consumo	4.877	4.645	4.166	5,0%
	33.415	30.148	24.914	10,8%
Empresas				
Serviços	13.409	11.841	10.301	13,2%
Comércio	5.184	5.083	4.719	2,0%
Outros	21.841	19.801	17.978	10,3%
	40.434	36.725	32.998	10,1%
	73.849	66.873	57.912	10,4%

Nota: Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

O crédito à habitação cresceu 11,9% em 2008, atingindo 28.538 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, face a 25.503 milhões de euros em 2007, determinado pelo aumento de 35,5% na actividade internacional, influenciado em grande parte pelo contributo do Bank Millennium na Polónia. O crédito à habitação na actividade em Portugal cresceu 5,2% para 20.893 milhões de euros em 2008, em linha com a tendência sectorial de abrandamento da actividade, não obstante o Millennium bcp ter mantido o posicionamento competitivo em termos de quota de mercado na nova produção de crédito à habitação em Portugal.

O crédito ao consumo aumentou 5,0%, situando-se em 4.877 milhões de euros, continuando a deter uma expressão pouco significativa (7%) na carteira de crédito concedido. O crescimento mais acentuado verificou-se na actividade internacional (+15,6%), nomeadamente na Polónia, na Grécia e em Moçambique, uma vez que na actividade em Portugal o volume de crédito ao consumo concedido manteve-se praticamente ao nível registado em 31 de Dezembro de 2007.

Crédito a clientes (bruto)

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Hipotecário				
Actividade em Portugal	20.893	19.859	17.112	5,2%
Actividade Internacional	7.645	5.644	3.636	35,5%
	28.538	25.503	20.748	11,9%
Consumo				
Actividade em Portugal	3.157	3.157	3.099	0,0%
Actividade Internacional	1.720	1.488	1.067	15,6%
	4.877	4.645	4.166	5,0%
Empresas				
Actividade em Portugal	34.810	32.178	29.636	8,2%
Actividade Internacional	5.624	4.547	3.362	23,7%
	40.434	36.725	32.998	10,1%
Total				
Actividade em Portugal	58.860	55.194	49.847	6,6%
Actividade Internacional	14.989	11.679	8.065	28,3%
	73.849	66.873	57.912	10,4%

Nota: Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

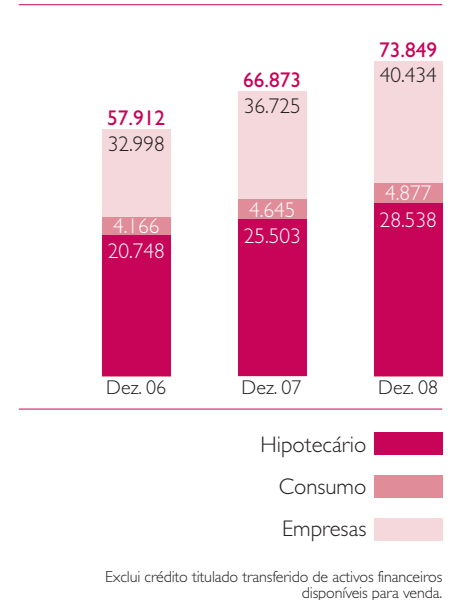
A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção do crédito vencido no crédito total, continuou a evidenciar níveis satisfatórios, dado que os indicadores de sinistralidade permaneceram em níveis relativamente reduzidos, tendo em consideração, nomeadamente, o enquadramento económico particularmente adverso em 2008 e que afectou a generalidade dos mercados.

O crédito vencido totalizou 851 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, comparando com 555 milhões de euros na mesma data de 2007. O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias em proporção do crédito total situou-se em 0,9% em 31 de Dezembro de 2008, registando um agravamento em relação ao rácio de 0,7% apurado na mesma data de 2007.

A evolução do rácio de crédito vencido há mais de 90 dias reflecte o maior volume de crédito vencido contabilizado em 2008, condicionado pela deterioração das condições económicas das empresas e de particulares, não obstante a monitorização contínua da carteira de crédito e a avaliação e selecção rigorosa na concessão de crédito.

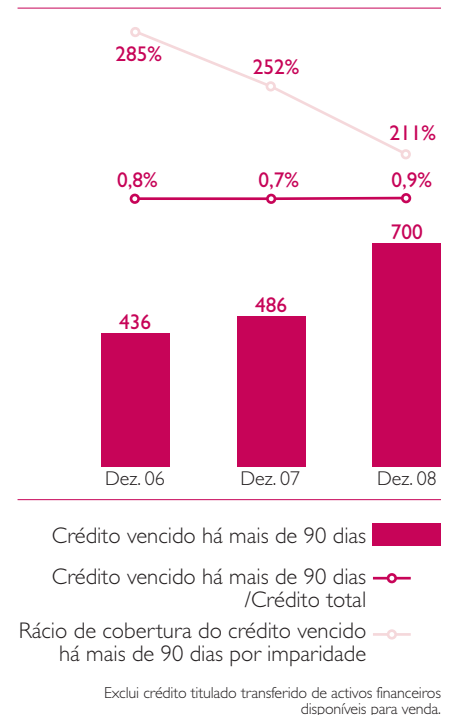
Crédito a clientes (bruto)

Milhões de euros



Qualidade do crédito

Milhões de euros



Qualidade do crédito

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Crédito bruto	73.849	66.873	57.912	10,4%
Crédito vencido (>90 dias)	700	486	436	44,1%
Crédito vencido	851	555	498	53,5%
Crédito com incumprimento ⁽¹⁾	1.005	692	627	45,2%
Imparidade do crédito (balanço)	1.477	1.222	1.242	20,8%
Crédito vencido (>90 dias)/Crédito bruto	0,9%	0,7%	0,8%	
Crédito vencido/Crédito bruto	1,2%	0,8%	0,9%	
Crédito com incumprimento/Crédito bruto ⁽¹⁾	1,4%	1,0%	1,1%	
Cobertura do crédito vencido (> 90 dias)	211,1%	251,8%	284,8%	
Cobertura do crédito vencido	173,5%	220,4%	249,3%	
Cobertura do crédito com incumprimento	147,0%	176,5%	198,2%	

⁽¹⁾ Calculado de acordo com a instrução N.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Notas: Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

Os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007 reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidade situou-se em 211,1% em 2008, comparando com 251,8% no final de 2007.

O crédito com incumprimento, apurado de acordo com a definição do Banco de Portugal, o qual inclui o crédito vencido há mais de 90 dias e também o crédito de cobrança duvidosa, representava 1,4% do crédito bruto total em 31 de Dezembro de 2008, comparando com 1,0% na mesma data de 2007.

Crédito vencido e imparidades em 31 de Dezembro de 2008

Milhões de euros

	Crédito Vencido	Imparidade para Riscos de Crédito	Crédito Vencido /Crédito Total	Grau de Cobertura
Particulares				
Hipotecário	121	209	0,4%	172,6%
Consumo	172	205	3,5%	119,2%
	293	414	0,9%	141,2%
Empresas				
Serviços	109	320	0,8%	292,6%
Comércio	111	170	2,1%	153,3%
Construção	174	167	3,2%	96,0%
Outras actividades internacionais	25	118	0,4%	479,1%
Outros	139	288	1,3%	207,3%
	558	1.063	1,4%	190,6%
Total	851	1.477	1,2%	173,5%

Nota: Exclui o crédito titulado transferido de activos financeiros disponíveis para venda.

O maior volume de crédito vencido em 2008 resultou do acréscimo evidenciado na generalidade dos sectores, verificando-se um aumento da sinistralidade, quando avaliada pelo rácio de crédito vencido em proporção do crédito total, como resultado da deterioração do contexto económico e financeiro ao longo do ano. Os sectores que detinham indicadores de sinistralidade mais elevados registaram um agravamento, reflectindo as maiores dificuldades no cumprimento, nomeadamente, no crédito ao consumo a particulares e no crédito aos sectores de serviços, construção e comércio.

Em 31 de Dezembro de 2008, o crédito vencido a empresas representava 65,5% do total do crédito vencido em carteira, com a maior proporção relevada pelos sectores da construção, de serviços e do comércio. Contudo, o crédito vencido a empresas representava apenas 1,4% do crédito total concedido a empresas, sendo os rácios mais significativos observados nos sectores do comércio e da construção.

No domínio do crédito a particulares, o crédito vencido à habitação representava 14,2% do total do crédito vencido, e registava um rácio reduzido de crédito vencido quando medido em função do total do crédito concedido à habitação, ao situar-se em 0,4% no final de 2008. O crédito vencido ao consumo representava 20,3% do total do crédito vencido, e apresentava um rácio de crédito vencido em função do crédito total ao consumo de 3,5%.

Recursos de clientes

Os recursos totais de clientes atingiram 66.264 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, registando um crescimento de 3,6% em relação aos 63.953 milhões de euros contabilizados em igual data de 2007. A subida dos recursos totais de clientes foi suportada pelo crescimento dos recursos de clientes de balanço, em especial dos depósitos de clientes, que mais do que compensou o decréscimo dos recursos fora de balanço.

Recursos totais de clientes

Milhões de euros

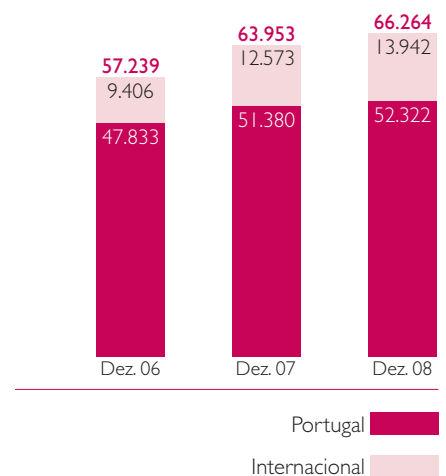
	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Recursos de clientes de balanço				
Depósitos de clientes	44.907	39.247	33.244	14,4%
Débitos para com clientes titulados	6.775	6.108	5.169	10,9%
	51.682	45.355	38.413	13,9%
Recursos de clientes fora de balanço				
Activos sob gestão	4.927	9.044	10.069	-45,5%
Seguros de capitalização	9.655	9.554	8.757	1,1%
	14.582	18.598	18.826	-21,6%
Total	66.264	63.953	57.239	3,6%

Em Portugal, os recursos totais de clientes aumentaram 1,8%, com destaque para o segmento de Corporate e Empresas (+15,0%), enquanto que na actividade internacional o crescimento dos recursos totais de clientes foi mais acentuado (+10,9%), impulsionado pelo dinamismo evidenciado praticamente pela generalidade das operações, destacando-se os desempenhos na Polónia, na Grécia e em Moçambique.

Os recursos de clientes de balanço cresceram 13,9% para 51.682 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, influenciados, essencialmente, pelo crescimento de 14,4% dos depósitos de clientes. A forte instabilidade nos mercados financeiros e, simultaneamente, a oferta de produtos com níveis de taxas de juro atractivos, determinou a maior preferência dos clientes por aplicações financeiras de menor risco, nomeadamente pelos depósitos a prazo, o que conjugado com a oferta de soluções de poupança adequadas às necessidades dos clientes e às condições de mercado, contribuiu para a evolução favorável dos depósitos de clientes.

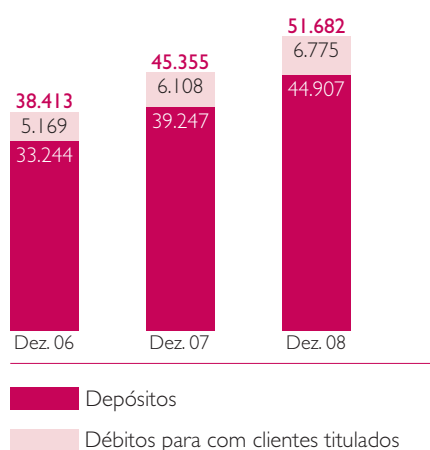
Recursos totais de clientes

Milhões de euros



Recursos de clientes de balanço

Milhões de euros



A subida dos depósitos de clientes reflecte não só a fidelização da base de clientes, como também o prosseguimento do esforço e enfoque das equipas comerciais na mobilização de recursos de balanço, particularmente importante num contexto de escassez de liquidez nos mercados e enquanto suporte fundamental da actividade de financiamento a particulares e empresas. Este comportamento foi determinado quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional, cujos depósitos de clientes cresceram 9,9% e 27,3%, respectivamente, destacando-se os desempenhos na Polónia, na Grécia, em Angola e em Moçambique.

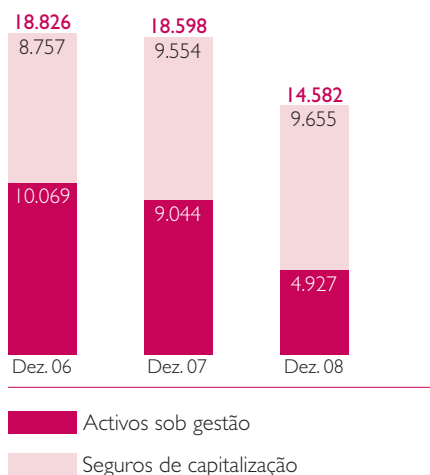
Os débitos para com clientes titulados também contribuíram positivamente para a evolução dos recursos de clientes de balanço, registando um crescimento de 10,9%, atingindo 6.775 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, fundamentalmente determinado pela actividade em Portugal, por via da colocação de produtos de investimento a médio prazo.

Os recursos de clientes fora de balanço situaram-se em 14.582 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, evidenciando uma redução em relação aos 18.598 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2007. A evolução dos recursos fora de balanço foi condicionada pelo comportamento dos activos sob gestão, que decresceram de 9.044 milhões de euros em 31 de Dezembro 2007 para 4.927 milhões de euros no final de 2008, influenciados pela queda significativa dos mercados de capitais, com impacto na menor atractividade dos fundos de investimento mobiliário, e pela menor propensão dos clientes por produtos com exposição ao risco e elevada volatilidade.

Não obstante as condições adversas, registou-se um aumento do volume de fundos de investimento imobiliário na actividade em Portugal. Em termos globais, o decréscimo dos activos sob gestão ocorreu na generalidade das operações que mais promovem este tipo de produtos, nomeadamente em Portugal, na Polónia e na Grécia.

Recursos de clientes fora de balanço

Milhões de euros



Recursos totais de clientes

Milhões de euros

	2008	2007	2006	Var. % 08/07
Recursos de balanço				
Actividade em Portugal	38.692	35.174	30.772	10,0%
Actividade Internacional	12.990	10.181	7.641	27,6%
	51.682	45.355	38.413	13,9%
Recursos fora de balanço				
Actividade em Portugal	13.630	16.206	17.061	-15,9%
Actividade Internacional	952	2.392	1.765	-60,2%
	14.582	18.598	18.826	-21,6%
Recursos totais de clientes				
Actividade em Portugal	52.322	51.380	47.833	1,8%
Actividade Internacional	13.942	12.573	9.406	10,9%
	66.264	63.953	57.239	3,6%

Aplicações e Recursos de Instituições de Crédito

Os depósitos de instituições de crédito e bancos centrais deduzidos das aplicações e disponibilidades em instituições de crédito totalizaram 5.399 milhões de euros em 2008, registando um aumento em relação aos 2.130 milhões de euros apurados em 2007, traduzindo fundamentalmente a redução das aplicações do Grupo em outras instituições de crédito.

Activos Financeiros Detidos para Negociação e Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda totalizavam 5.617 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, comparando com 7.503 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007. Esta evolução resultou essencialmente da redução dos activos financeiros disponíveis para venda, relacionada, em parte, com a alteração da contabilização de títulos que foram transferidos para a carteira de crédito a clientes, nomeadamente um conjunto de obrigações e papel comercial, e também com a alienação da participação de 9,69% no capital social do Banco BPI, S.A.

Os títulos de rendimento fixo situaram-se em 2.965 milhões de euros no final de Dezembro de 2008 (5.260 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007), representando uma menor proporção do total da carteira de títulos, determinado essencialmente pela transferência de papel comercial, anteriormente referida, para a carteira de crédito.

Os títulos de rendimento variável cifraram-se em 856 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, comparando com 1.337 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, reflectindo a redução em acções de empresas nacionais, associada, essencialmente, à alienação da participação no capital social do Banco BPI, S.A.

Os derivados de negociação ascenderam a 1.801 milhões de euros no final de Dezembro de 2008, representando um aumento de 97,6% em relação aos 911 milhões de euros registados em 31 de Dezembro de 2007.

Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda em 31 de Dezembro

Milhões de euros

	2008		2007		2006		Var. %
	Montante	% no total	Montante	% no total	Montante	% no total	08/07
Títulos de rendimento fixo							
Obrigações de emissores públicos nacionais	307	5,5%	347	4,6%	465	6,5%	-11,4%
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	1.211	21,6%	1.522	20,3%	1.819	25,5%	-20,5%
Obrigações de outros emissores nacionais	161	2,9%	273	3,6%	377	5,3%	-41,0%
Obrigações de outros emissores estrangeiros	500	8,9%	276	3,7%	331	4,6%	81,0%
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública	786	14,0%	480	6,4%	506	7,1%	63,8%
Papel comercial	–	–	2.362	31,5%	1.513	21,2%	-100,0%
	2.965	52,8%	5.260	70,1%	5.011	70,1%	-43,6%
Títulos de rendimento variável							
Acções de empresas nacionais	80	1,4%	513	6,8%	766	10,7%	-84,4%
Acções de empresas estrangeiras	414	7,4%	404	5,4%	224	3,1%	2,3%
Unidades de participação	362	6,5%	420	5,6%	403	5,6%	-13,6%
	856	15,2%	1.337	17,8%	1.393	19,5%	-36,0%
Imparidades para títulos vencidos	(5)		(5)		(5)		--
Derivados de negociação	1.801	32,0%	911	12,1%	745	10,4%	97,5%
	5.617	100,0%	7.503	100,0%	7.144	100,0%	-25,1%

Liquidez

O impacto da crise dos créditos imobiliários *subprime* nos EUA, desencadeada na segunda metade do ano anterior, prolongou-se por 2008, com reflexo no ambiente de instabilidade e incerteza nos mercados, e inerente deterioração da confiança dos investidores, e na escassez de liquidez nos mercados monetários, com os consequentes aumentos dos prémios de risco e dos *spreads* das operações de financiamento.

Este enquadramento adverso condicionou a gestão de liquidez por parte das instituições financeiras, quer por via da limitação no acesso aos mercados monetários e de capitais, a par de condições mais desfavoráveis no recurso a fontes de financiamento alternativas, quer ainda na alteração da estrutura temporal das responsabilidades das instituições de crédito, consubstanciada numa diminuição generalizada dos prazos de financiamento.

A contracção da liquidez fez-se sentir sobretudo nos prazos mais longos (médio e longo prazo) e transversalmente aos diferentes tipos de instrumentos de financiamento e, como consequência, conduziu a um aumento significativo das taxas de juro de curto prazo, determinando a intervenção dos Bancos Centrais através da injeção de volumes substanciais de fundos, como resposta à forte procura nos mercados monetários.

Neste contexto, o Group Treasurer e a Comissão de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Activos e Passivos (CALCO) colocaram o enfoque na materialização dos princípios de política financeira definidos para o Grupo: (i) reforço da captação de *funding* de clientes de balanço de forma a moderar o crescimento da tomada de fundos nos mercados de grandes transacções (*wholesale funding*); (ii) emissão de dívida a médio e longo prazo, explorando de forma optimizada as oportunidades que se proporcionaram em momentos de maior abertura do mercado, privilegiando as maturidades mais longas, visando maximizar a proporção da componente de médio e longo prazo do *wholesale funding*; e (iii) reforçar a carteira de activos elegíveis junto do Banco Central Europeu (BCE), através de operações de securitização de activos não desconhecidos do balanço.

Acresce que a gestão de liquidez no Millennium bcp, em 2008, continuou a ser pautada por critérios de prudência, procurando sistematicamente: (i) a optimização do custo do *wholesale funding*; (ii) a garantia de uma maior estabilidade dos recursos de clientes de balanço; e (iii) a diversificação das fontes e das maturidades de financiamento, adequando-as à sua estrutura de Balanço, designadamente aos *mismatches* existentes entre os prazos das exigibilidades e das responsabilidades.

Os recursos de clientes de balanço, com destaque para os depósitos de clientes da rede de Retalho, continuam a constituir o pilar da estrutura de financiamento da actividade de intermediação do Millennium bcp, não obstante a importância que as operações de *wholesale funding* têm na gestão de liquidez, designadamente o recurso regular a emissões de títulos ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), a operações de securitização de activos e a operações de financiamento a médio longo prazo com garantia (*Covered Bonds*) contratadas junto de instituições financeiras, potenciadas pela acrescida capacidade de acesso do Grupo aos mercados financeiros internacionais.

Com efeito, a intervenção do Millennium bcp nos mercados internacionais, no quadro da sua política de financiamento, processa-se primordialmente através de (i) emissões de dívida de curto prazo, através do Programa de Papel Comercial, a par de (ii) emissões de dívida a médio e longo prazo, fundamentalmente ao abrigo do programa de EMTN; e do (iii) recurso a operações de dívida colateralizada, tendo como suporte a securitização de activos e as emissões de obrigações hipotecárias.

Em 2007, em particular desde o segundo trimestre, foi atenuada a dependência ao Mercado Monetário, através do incremento das emissões de *wholesale funding*, em especial de EMTNs e o recurso do Banco, pela primeira vez, aos mercados de *Covered Bonds* e de *Extendible Notes*, alargando e diversificando, deste modo, o perfil de *funding* mobilizado no mercado, com a consequente diminuição, em relação ao passado, do peso dos instrumentos de curto prazo (Mercado Monetário Interbancário e Papel Comercial) e simultâneo reforço do peso da componente de “Médio e Longo Prazo”.

Em 2008, num contexto particularmente adverso, o CALCO implementou um conjunto de medidas visando melhorar a posição de liquidez do Grupo, entre as quais se destacam: (i) fixação de limites às áreas de negócio que evidenciavam *gap* comercial (cobertura dos créditos concedidos a clientes pelos recursos de clientes de balanço) negativo; (ii) securitização de carteiras de crédito, em concreto as carteiras de crédito a pequenas e médias empresas (PME) e de crédito à habitação em Portugal e na Grécia; (iii) fomento do crescimento sustentado e retenção dos depósitos de clientes considerados essenciais para promover a já mencionada estabilidade global do *funding*; e (iv) gestão rigorosa de prioridades na actividade de banca de investimento e de *project finance*.

O Millennium bcp desenvolveu em 2008 importantes iniciativas que visaram atenuar o impacto da conjuntura desfavorável dos mercados monetários e de capitais na sua situação de liquidez, sublinhando-se, desde logo, o impacto favorável também no domínio da liquidez da operação de aumento de capital social realizada em Abril de 2008, através da emissão de 1.083.270.433 novas acções ordinárias, colocadas à subscrição dos accionistas do BCP, no exercício dos respectivos direitos de preferência, e totalmente subscritas ao preço unitário de 1,20 euros, num montante total de 1,3 mil milhões de euros. As novas acções foram admitidas à negociação no “Eurolist by Euronext Lisbon” a 6 de Maio de 2008.

Operações nos mercados de *wholesale funding*

Montante médio anual	Mil milhões de euros		
	2008	2007	Var. 08/07
Mercado Monetário Interbancário	2,0	1,8	0,2
Papel Comercial	5,7	8,5	-2,8
Banco Central Europeu	1,0	–	1,0
Euro Medium Term Notes	10,2	9,7	0,5
Covered Bonds	3,2	1,1	2,1
Extendible Notes	0,7	0,8	-0,1
Empréstimos Subordinados	2,8	2,8	0,0
Acordos de Crédito c/ Instituições Financeiras	1,7	1,5	0,2
Outros	0,8	1,7	-0,9
	28,1	27,9	0,2

Não obstante as condições desfavoráveis nos mercados financeiros, com especial incidência na segunda metade do ano, o Millennium bcp garantiu, na sua essência, a execução do plano de financiamento para 2008 na vertente de *wholesale funding*, cujo montante médio anual emitido foi limitado – embora se tenha revelado ligeiramente superior ao montante médio apurado no último exercício –, pela monitorização estrita do *gap* comercial, traduzida num crescimento sustentado dos recursos de clientes de balanço e no relativamente moderado crescimento do crédito a clientes.

Em 2008, registou-se uma redução da exposição média ao Mercado Monetário, face ao ano anterior, fundamentalmente justificada pela diminuição das emissões de Papel Comercial (em média inferior em 2,8 mil milhões de euros), tendo-se registado, em contrapartida, aumentos dos montantes associados a emissões de EMTN (+0,5 mil milhões de euros) e de *Covered Bonds* (+2,1 mil milhões de euros). Por outro lado, registou-se um maior recurso ao BCE, em especial a partir do terceiro trimestre de 2008, embora em 15 de Janeiro de 2009 o saldo de tomadas de fundos junto do BCE fosse nulo. Paralelamente, observou-se uma ligeira erosão de alguns dos instrumentos de médio/longo prazo, como consequência, nomeadamente, do não refinanciamento integral de dívida em vencimento (*Dívida Subordinada* e *Extendible Notes*).

Enumeram-se algumas das importantes operações concretizadas em 2008: (i) uma colocação de dívida sénior no montante de 1,25 mil milhões de euros, em Maio, ao abrigo do Programa de EMTN, com maturidade a dois anos; (ii) uma emissão de *Covered Bonds*, em Maio, no montante total de 1,0 mil milhões de euros, com vencimento a dois anos; (iii) uma operação de securitização associada a uma carteira de créditos hipotecários na Grécia, no montante de 0,7 mil milhões de euros, em Julho; e (iv) duas operações de securitização de activos em Portugal, uma relacionada com uma carteira de créditos hipotecários, no montante de 1,5 mil milhões de euros, em Julho, e uma outra associada a créditos a pequenas e médias empresas e papel comercial (*Caravela SME I*), no montante global de 3,0 mil milhões de euros, em Novembro.

Não obstante as condições desfavoráveis nos mercados, anteriormente referidas, as diferentes emissões de dívida *wholesale funding* lançadas em 2008 com sucesso, permitiram evitar maior crescimento do peso das posições de curto prazo na estrutura de financiamento do Grupo, a qual evoluiu de 40,3% no final de 2007 para 53,7% em 31 de Dezembro de 2008.

Sublinhe-se que os títulos associados às operações de securitização de activos do Banco, atrás mencionadas, não foram colocados nos mercados e, por conseguinte, não foram geradores de liquidez adicional imediata, embora as classes de títulos emitidos com *rating* AAA sejam consideradas elegíveis para colateral, em caso de necessidade de mobilização pontual de fundos. No actual contexto dos mercados, esta carteira de títulos elegíveis do Grupo tende a afirmar-se como uma importante fonte alternativa de liquidez, não só no que respeita a obtenção de *funding* junto do BCE, como também no mercado de repos por via da negociação com outras instituições de crédito, revelando-se este último especialmente activo na operação da Polónia.

O montante de activos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco também foi reforçado em 2008, favorecendo a posição de liquidez do Grupo, especialmente relevante num contexto de maior limitação no acesso aos mercados interbancários. Neste quadro, destaca-se a entrada, no último trimestre de 2008, de títulos com *rating* AAA associados à securitização de crédito a PME (*Caravela SME I*), no montante de 1,8 mil milhões de euros (líquidos de *haircuts*), na *pool* de títulos elegíveis para colateral nas operações de desconto junto do BCE, a qual ascendia ao montante global de 5,6 mil milhões de euros (líquido de *haircuts*) em 31 de Dezembro de 2008.

A dívida a médio e longo prazo do Banco, com vencimento em 2009, ascende ao montante global de 4,7 mil milhões de euros, incidindo especialmente nos vencimentos de emissões de *Medium Term Notes* que ascendem a 3,8 mil milhões de euros, dos quais cerca de 53% se concentram no

quarto trimestre de 2009. Perspectiva-se que o refinanciamento desta dívida seja fundamentalmente efectuado com recurso a novas emissões de *Medium Term Notes*, bem como a emissões de Obrigações a taxa fixa com a garantia da República Portuguesa. Ainda que dependente da existência de um clima de normalização e estabilidade dos mercados financeiros internacionais, o Banco equaciona levar a cabo uma nova emissão de *Covered Bonds*, diversificando, deste modo, as fontes de financiamento de mercado e, simultaneamente, alongando o prazo da dívida de longo prazo.

Paralelamente, em 2009 o Banco prosseguirá a política de titularização do seu portfolio de crédito, através da execução de novas operações de securitização, reforçando deste modo o portfolio de activos altamente líquidos susceptíveis de mobilização junto do BCE.

O Millennium bcp, já no início do exercício de 2009, lançou com sucesso uma emissão de dívida a taxa fixa (*Euro Fixed Rate Notes*) a 3 anos, garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,5 mil milhões de euros, a qual representa cerca de 32% do total da dívida de médio e longo prazo com vencimento em 2009. Esta emissão foi colocada a um preço equivalente à taxa *mid-swaps* acrescida de 100 p.b. Estima-se em cerca de 2,5 mil milhões de euros o *plafond* ainda utilizável da garantia da República Portuguesa alocada ao Grupo. Apesar da incerteza que tem caracterizado a situação dos mercados financeiros internacionais e do cenário fortemente competitivo no que respeita a novas emissões, o êxito desta operação confirma a receptividade e a importância do Millennium bcp enquanto emitente nos mercados financeiros internacionais.

Fundo de Pensões

O comportamento dos mercados de capitais observado em 2008, caracterizado por elevados níveis de volatilidade, determinou o desempenho do Fundo de Pensões, que registou uma taxa de rentabilidade negativa de 14%.

Não obstante este desempenho, as responsabilidades para com pensões de reforma, que no final de 2008 ascendiam 5.723 milhões de euros, estavam totalmente financiadas e em níveis superiores aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal.

O efeito de desvalorização dos activos do Fundo de Pensões e a não concretização do rendimento esperado assumido nos pressupostos actuariais para 2008, por um lado, e as alterações dos pressupostos actuariais relacionadas com a taxa de desconto, que passou de 5,25% em 2007 para 5,75% em 2008, e com a tábua de mortalidade das mulheres, que passou a considerar uma esperança de vida superior em dois anos, por outro, determinaram o apuramento de diferenças actuariais negativas, em 2008, no montante de 827 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, as diferenças actuariais incluídas no corredor totalizavam 572 milhões de euros, correspondendo a 10% do valor das responsabilidades com pensões de reforma no final do ano, ascendendo as diferenças actuariais acima do corredor a 1.568 milhões de euros.

Atendendo às circunstâncias extraordinárias que condicionaram a actividade dos mercados financeiros em 2008, o Banco de Portugal, através do Aviso n.º 11/2008, autorizou o diferimento das perdas actuariais apuradas neste exercício ao longo dos próximos quatro anos, com excepção do rendimento esperado dos activos do fundo relativo a 2008, pelo que o impacto

nos rácios de capital de 31 de Dezembro de 2008 traduziu-se numa dedução de 293 milhões de euros ao *core tier I*. O valor das perdas actuariais apurado em 2008 objecto de diferimento durante os próximos quatro anos ascendeu a 534 milhões de euros.

Solvabilidade

Os fundos próprios consolidados ascenderam a 7.057 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, traduzindo-se num acréscimo de 1.160 milhões de euros face aos 5.897 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2007, tendo o rácio de solvabilidade melhorado de 9,6% para 10,5% entre aquelas datas. O rácio *core tier I* evoluiu favoravelmente no mesmo período, de 4,5% para 5,8%, bem como o rácio *tier I*, ao passar de 5,5% para 7,1%.

Esta evolução reflecte fundamentalmente os impactos positivos associados ao aumento de capital concretizado no segundo trimestre de 2008, a alterações regulamentares introduzidas pelo Banco de Portugal e à actividade desenvolvida, que permitiu reforçar o *core capital* através de geração orgânica de capital.

Paralelamente, o acréscimo de requisitos de capital associados ao fundo de pensões, as perdas registadas com o investimento no Banco BPI, S.A., e os diferimentos da transição para as IFRS, a par do aumento dos riscos ponderados relacionados com a expansão da actividade e com a adopção dos métodos *standard* de Basileia II, traduziram-se num impacto desfavorável para os rácios de capital.

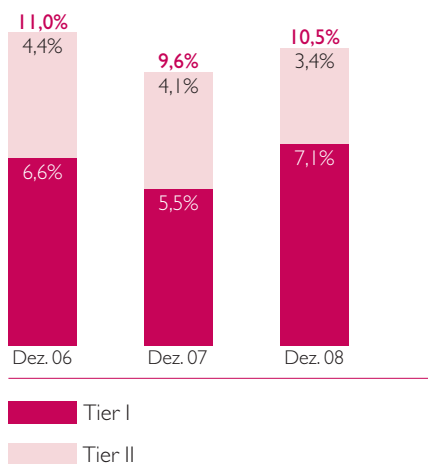
O aumento de capital do Banco contribuiu positivamente para o *core tier I* em 1.267 milhões de euros, bem como a geração orgânica de capital registada em 2008, não obstante ter sido penalizada, designadamente, por diferenças cambiais negativas e pelo aumento da componente de risco de crédito próprio em emissões avaliadas ao justo valor.

O incremento do *tier I* determinou igualmente uma capacidade acrescida de reconhecimento dos impostos diferidos activos, que ascendeu a 202 milhões de euros no primeiro semestre do ano, de acções preferenciais, que se fixou em 267 milhões de euros ao nível do *tier I* em 2008 e de acomodação da própria dívida subordinada emitida no *tier II*.

O impacto anteriormente referido, relacionado com os impostos diferidos activos, foi incrementado em 136 milhões de euros em 30 de Setembro de 2008, devido à decisão do Banco de Portugal de eliminar o limite de 10% para a sua elegibilidade no cômputo dos fundos próprios de base.

Simultaneamente, o Banco de Portugal prorrogou por três anos os ajustamentos diferidos da transição para as IFRS ainda não reconhecidos nos fundos próprios em 30 de Junho de 2008, representando um efeito positivo de 31 milhões de euros no *core tier I* apurado no final de 2008, tendo introduzido ainda outras alterações ao quadro regulamentar, nomeadamente no tratamento de valias potenciais de títulos de dívida contabilizados na carteira de activos disponíveis para venda, com impacto marginal nos rácios de capital, e aumentando o limite de acções preferenciais para o cômputo do *tier I*, que não teve impacto dado que o limite anterior não se encontrava excedido.

Rácio de solvabilidade



Solvabilidade

Milhões de euros

	2008	2007	2006
Riscos Ponderados			
Risco de crédito	61.846	61.545	55.335
Risco da carteira de negociação	436	142	159
Risco operacional	5.144		
Total	67.426	61.687	55.494
Fundos Próprios			
Base	4.780	3.362	3.654
dos quais: Acções preferenciais	955	688	913
Deduções em participações	(60)	(78)	–
Complementares	2.358	2.557	2.658
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(81)	(22)	(181)
Total	7.057	5.897	6.131
Rácios de Solvabilidade			
Core tier I	5,8%	4,5%	4,9%
Tier I	7,1%	5,5%	6,6%
Tier II	3,4%	4,1%	4,4%
Total	10,5%	9,6%	11,0%

Notas:

- ⁽¹⁾ Os requisitos de capital de 2008 foram calculados de acordo com a metodologia de Basileia II em 2008 e de acordo com Basileia I em 2007 e 2006.
- ⁽²⁾ Os indicadores referentes aos exercícios de 2006 e 2007, incluindo os rácios prudenciais, reflectem os ajustamentos efectuados às contas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.
- ⁽³⁾ Na sequência de um esclarecimento efectuado pelo Banco de Portugal em 2008, as deduções ao capital relacionadas com participações financeiras detidas em empresas seguradoras e bancárias passaram a ser deduzidas ao tier I quando anteriormente estavam a ser subtraídas ao core tier I, apresentando-se os rácios de 31 de Dezembro de 2007 em base comparável.
- ⁽⁴⁾ Inclui, nomeadamente, as deduções associadas às participações detidas na Millenniumbcp Fortis, Banque BCP (França e Luxemburgo).

Posteriormente, em Dezembro, atendendo às circunstâncias extraordinárias que condicionaram a actividade dos mercados financeiros em 2008, o Banco de Portugal autorizou o diferimento das perdas actuariais, apuradas neste exercício, ao longo dos próximos quatro anos, com excepção do rendimento esperado dos activos do fundo relativo a 2008, o que se traduziu numa dedução de 293 milhões de euros ao core tier I.

Por outro lado, o Banco alienou a participação que detinha no capital do Banco BPI, S.A., tendo apurado uma perda de 233 milhões de euros, líquida de imposto, penalizando o core tier I em igual montante, mas reduzindo os riscos ponderados em 401 milhões de euros, correspondendo ao valor de balanço deste investimento no final do ano de 2007.

Os impactos diferidos da transição para as IFRS e a amortização do valor da tábua de mortalidade relacionada com a alteração de pressupostos introduzida em 2005 reflectiram-se num decréscimo do core tier I em 109 milhões de euros e, conseqüentemente, numa redução dos riscos ponderados de igual montante.

O tier II registou um decréscimo de 199 milhões de euros, influenciado fundamentalmente pelos 267 milhões de euros de acções preferenciais que contribuíam para este agregado em 31 de Dezembro de 2007 e que passaram a integrar o tier I em 2008, a par do aumento da capacidade de acomodação de dívida subordinada, conforme anteriormente referido.

As deduções aos fundos próprios totais sofreram um incremento de 58 milhões de euros, relacionado com imóveis recebidos em dação e com imparidades apuradas em activos titularizados desconhecidos.

Os riscos ponderados, excluindo as variações acima mencionadas, aumentaram 5.229 milhões de euros em 2008, merecendo saliência o incremento de 2.176 milhões de euros associado à adopção da metodologia de Basileia II, que resultou do facto de a redução dos requisitos de capital para riscos de crédito proporcionada pela utilização do método padrão, nomeadamente ao nível do crédito à habitação e do crédito de retalho, não ter sido suficiente para compensar o aumento exigido para o risco operacional, calculado de acordo com o método do indicador básico.

O Banco submeteu oportunamente um *approval pack* à apreciação do Banco de Portugal, tendo em vista a aplicação de métodos avançados de cálculo de requisitos de capital, como o método das notações internas para o risco de crédito e o método dos modelos internos para os riscos de mercado, a par do método standard para o risco operacional, estimando-se que a sua aplicação impacte favoravelmente no nível dos requisitos de capital do Grupo.

O Banco de Portugal ainda não se pronunciou sobre esta solicitação, e enquanto tal não suceder, o Banco projecta continuar a aplicar os métodos padrão aos riscos para os quais solicitou a aplicação de métodos avançados e o método do indicador básico para o risco operacional. Contudo, e tendo em consideração desenvolvimentos recentes, consideram exequível que a aprovação venha a ocorrer no decurso de 2009.

Análise das Áreas de Negócio

O Grupo Millennium desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes, como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Millennium em Portugal, actuando como canal de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e da Banca de Corporate e Empresas, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos clientes particulares e empresas, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento, tanto na Europa, como noutras regiões.

Actividade dos segmentos de negócio em 2008

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se, para 2008, na metodologia de Basileia II e, para 2007, no critério de Basileia I. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Para efeitos de comparabilidade da informação foram repercutidas em 31 de Dezembro de 2007 as alterações ocorridas em 2008. Das referidas alterações destaca-se o prémio de liquidez, que passou a estar afecto às áreas de negócio do Banco, por forma a reflectir adequadamente os prazos contratuais das operações nos preços internos de transferência dos fundos. As contribuições líquidas de cada segmento espelham os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação, seguidamente apresentada, foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo.

Banca de Retalho

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes “Mass-market”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um Gestor de Cliente dedicado, designados clientes “Prestige” e “Negócios”. A Banca de Retalho inclui também o ActivoBank7, um banco de serviço global, especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento a longo prazo. No âmbito da estratégia de *cross-selling*, a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos negócios do Millennium bcp.

A contribuição líquida da Banca de Retalho em Portugal cifrou-se em 267,0 milhões de euros em 2008, comparando com 399,0 milhões de euros em 2007, reflectindo o menor nível de proveitos, influenciado pela diminuição da margem financeira dos depósitos à ordem e do crédito e pela redução das comissões, e pelo aumento das dotações para imparidade e provisões.

O peso crescente do crédito à habitação e o aumento da agressividade comercial no segmento “Negócios” e no crédito ao consumo resultaram numa redução dos *spreads* do crédito, apesar das subidas registadas nos volumes de negócio. As comissões evoluíram desfavoravelmente, em particular as comissões relacionadas com os depósitos à ordem, as operações de bolsa e as comissões de crédito, com principal incidência nas operações de crédito hipotecário, devido ao menor volume de crédito contratado. O reforço das dotações para imparidade e provisões reflecte a imparidade na carteira de crédito e a desvalorização de colaterais financeiros. O aumento dos custos operacionais está associado à subida dos custos com pessoal, devido à transferência de colaboradores dos serviços centrais para a rede comercial, não obstante o controlo dos gastos administrativos observado, apesar da abertura de novas sucursais.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 34.014 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, representando uma diminuição de 1,6%, quando comparados com os 34.556 milhões de euros apurados em igual período de 2007, determinada pela diminuição dos fundos de investimento e dos activos sob gestão em 57,8%. No entanto, a estratégia de captação de novos clientes e de crescimento de recursos, enfocada no lançamento de produtos de investimento e de poupança com níveis de rendimento atractivos e adaptados aos diferentes perfis de risco, permitiu um aumento de depósitos de clientes de 1,7%.

O crédito a clientes subiu 3,3%, totalizando 34.788 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, comparando com os 33.674 milhões de euros contabilizados em igual período de 2007, suportado, quer no crescimento do crédito a pequenos negócios, quer no comportamento positivo do crédito à habitação, evidenciando, contudo, um abrandamento do ritmo de crescimento.

No que respeita aos níveis de *cross-selling*, a rede de Retalho registou uma evolução favorável ao passar de 3,99 produtos por cliente em 2007 para 4,12 em 2008, ao mesmo tempo que o índice de satisfação global dos clientes atingiu 78,8%, comparando favoravelmente com o nível de 2007 (77,9%).

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07
Demonstração de resultados			
Margem financeira	906,7	955,5	-5,1%
Outros proveitos líquidos	408,8	420,0	-2,7%
	1.315,5	1.375,5	-4,4%
Custos operacionais	747,9	723,9	3,3%
Imparidade e provisões	204,1	108,9	87,4%
Contribuição antes de impostos	363,5	542,7	-33,0%
Impostos	96,5	143,7	-32,9%
Contribuição líquida	267,0	399,0	-33,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.084	1.178	
Rendibilidade do capital afecto	24,6%	33,9%	
Riscos ponderados	21.674	24.399	
Rácio de eficiência	56,8%	52,6%	
Crédito a clientes	34.788	33.674	3,3%
Recursos totais de clientes	34.014	34.556	-1,6%

Nota: O capital afecto foi calculado de acordo com as metodologias de Basileia I para 2007 e de Basileia II para 2008.

Segmento de “Mass-market”

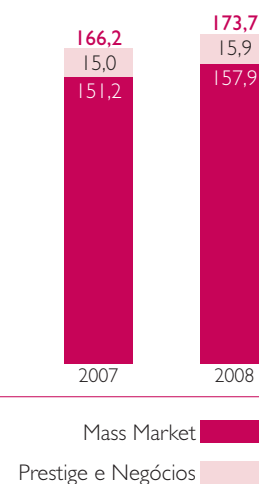
O Millennium bcp definiu como objectivos estratégicos em 2008 a captação de novos clientes e o crescimento em recursos de clientes. Na dinamização da captação de clientes, foram criadas acções específicas ao longo do ano compreendendo, nomeadamente, o lançamento de uma oferta de valor específica para clientes com reduzido envolvimento com o Banco, o desenvolvimento de ferramentas de suporte à dinamização das acções de captação, como seja o novo portal de captação de novos clientes, e ainda o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e competitivos. O segmento de Particulares focalizou também a sua estratégia na captação de recursos, criando propostas de produto competitivas e interessantes, e dinamizando a sua colocação através de acções comerciais sustentadas na relação de confiança entre o Banco e o cliente.

Em 2008, o reforço da relação com os novos clientes foi uma prioridade. Acolher, fidelizar e fortalecer foi o compromisso assumido com o objectivo de promover uma relação sustentada com os novos clientes. Desde a abertura de conta e ao longo do primeiro ano, o Millennium bcp procura corresponder às necessidades e expectativas dos clientes dotando-os desde logo dos instrumentos financeiros necessários para a movimentação da conta e oferecendo um conjunto de produtos e serviços que respondam às suas necessidades financeiras específicas. O kit de abertura de conta, a “Oferta de Boas Vindas”, o reforço da “Vantagem Ordenado” e o “Cliente Frequente” continuaram a ser os argumentos privilegiados do Millennium bcp para o reforço da relação e envolvimento do cliente.

O reforço do dinamismo comercial foi também uma constante ao longo do ano, tendo-se verificado uma continua melhoria ao nível do plano de contactos obrigatório, com resultados positivos em termos de dinamização da produtividade comercial, maximização das oportunidades de venda e o acompanhamento diário e eficaz da carteira de clientes.

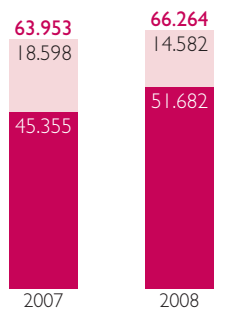
Captação de clientes no retalho

Milhares



Recursos totais de clientes

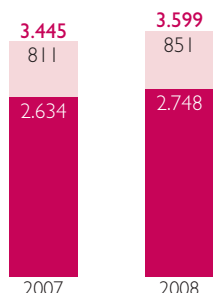
Milhões de euros



■ Balanço
■ Fora de Balanço

Equipamentos de self-banking

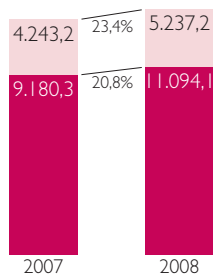
Unidades



■ ATM
■ CAT e outros

Número de operações de banca directa

Milhares



■ Particulares (Internet, Mobile e Banca Telefónica)
■ Empresas (Internet)

A estratégia de comunicação assentou na relação de confiança entre o Banco e o cliente. 2008 iniciou-se com uma forte campanha comercial sustentada num produto maduro e de valor já reconhecido pelo mercado – o “Cliente Freqüente”, tendo o Banco assumido um compromisso de qualidade, concretizado na promessa “Se não ficar satisfeito com o nosso serviço, pagamos nós”.

A captação de clientes assumiu um papel de destaque na estratégia do Millennium bcp. Neste sentido foi lançada em Setembro, uma acção comercial sustentada na captação de ordenado sob o slogan “Encosta-te a mim”. O Millennium bcp apresenta-se ao mercado como o Banco que apoia os seus clientes sempre que estes necessitam. A “Vantagem Ordenado” do Millennium bcp é, assim, um elo de confiança que o Millennium bcp estabelece com o cliente que domicilia o seu ordenado. A proposta de valor apresenta vantagens importantes para o cliente como sejam a oferta do cartão M ordenado, que triplica o valor do ordenado domiciliado, a antecipação de 100% do ordenado domiciliado, a isenção da comissão de manutenção, transferências gratuitas e a emissão de dez cheques desde que efectuados via canais automáticos.

2008 foi um ano particularmente difícil e exigente para o sistema financeiro mundial. Numa conjuntura internacional adversa, o Millennium bcp soube reformular e adaptar a sua estratégia, obrigando-se a crescer num contexto de crise. Posicionando-se como o Banco de referência das famílias portuguesas, o Millennium bcp conseguiu transmitir ao mercado valores tão importantes como Confiança e Solidez, continuando a ser capaz de dar resposta às principais necessidades financeiras dos seus clientes. O Millennium bcp viu premiado este seu esforço, sendo de salientar que 2008 se saldou pela obtenção da maior captação de clientes dos últimos anos.

Ao longo de 2008, o Banco esteve mobilizado na captação de recursos utilizando como estratégia de comunicação a relação de confiança com o cliente. Os produtos estrela – o “Super Aforro” e o “Aforro Crescente” – produtos com garantia de capital e liquidez total foram escolhidos para atingir o objectivo estabelecido de captação de recursos. A forte presença nos principais meios: televisão, imprensa, Internet e rádios nacionais, ajudaram a alavancar as vendas cujos objectivos foram superados antes do período estabelecido.

O Banco tem procurado aperfeiçoar a oferta de meios de pagamento e recebimento, ajustando-a ao perfil transaccional dos seus clientes. Foi feito um esforço de racionalização da utilização dos produtos, com custos operacionais mais elevados e menor valor acrescentado para a relação comercial, disponibilizando soluções optimizadas, para os clientes e para o Banco, como a Internet ou o self-banking bem como a colocação de terminais de pagamento automático (TPA) nos comerciantes. Por forma a dinamizar os meios de pagamento e recebimento, nomeadamente em canais automáticos, continuou-se em 2008 a reforçar a rede de equipamentos de self-banking, tendo o parque de máquinas registado um crescimento de 4,5%. De destacar ainda o lançamento de um serviço de valor acrescentado, denominado Pagamentos Prioritários, que permite aos clientes efectuar e receber transferências a crédito para bancos aderentes no Espaço Económico Europeu, com crédito na conta do beneficiário até no máximo quatro horas após a instrução, exclusivamente em euros.

O ano em análise caracterizou-se por uma crescente adesão dos clientes do Banco aos canais directos do Millennium bcp: Internet, Mobile Banking e Banca Telefónica. A taxa de crescimento do número de utilizadores foi de 8,7% nos clientes particulares e 7,6% nas empresas. Já no que se refere ao número de transacções realizadas nestas plataformas, verificou-se um crescimento ainda mais expressivo da utilização, atingindo 20,8% e 23,4%, respectivamente, em particulares e empresas. A crescente utilização foi sempre acompanhada por uma constante preocupação em inovar; indo ao

encontro das necessidades dos clientes e, em alguns casos, acomodando sugestões formuladas por estes. Este esforço materializou-se nos prémios com que o Millennium bcp foi distinguido: "Best Consumer Internet Bank" e "Best Integrated Corporate Bank Site", pela Global Finance, e "Melhor call-center de Banca Portuguesa", pela Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC).

No que respeita ao crédito imobiliário, no decurso de 2008 o Millennium bcp enfocou a sua actividade na produção de crédito novo e na transferência de créditos de outras instituições de crédito hipotecário. Com este objectivo, foram desencadeadas várias campanhas publicitárias e acções promocionais, com uma forte componente de comunicação. Estas acções permitiram ao Millennium bcp, num ano particularmente difícil e exigente para o sistema financeiro mundial, atingir uma quota de mercado superior a 19% em nova produção, apesar desta ter registado uma diminuição face a 2007, mantendo uma rigorosa disciplina de *pricing* em função do risco.

A deterioração da envolvente macroeconómica em 2008 teve implicações no que respeita ao crédito pessoal, nomeadamente na atenção dada à preservação da qualidade da carteira de crédito e na adequação do preço ao grau de risco do cliente. A colocação de crédito pessoal prosseguiu, como em anos anteriores, suportada em campanhas de produto com visibilidade e em acções de marketing directo em todos os ciclos comerciais que potenciaram de forma relevante o negócio deste produto. De salientar, no âmbito das campanhas realizadas, as acções de marketing directo com crédito pré-aprovado destinado a clientes pré-seleccionados e, em termos de produto, a oferta de condições especiais para o financiamento de equipamentos de microgeração. O processo de crédito pessoal beneficiou em 2008 de melhorias nos aplicativos de suporte e nos modelos automáticos de decisão o que se traduziu numa maior simplicidade e rapidez no nível de serviço prestado ao cliente.

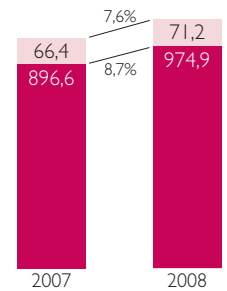
Na área de cartões, a oferta de bilhetes de cinema manteve-se como um instrumento de fidelização dos titulares de cartões de crédito, tendo sido prolongada a parceria com a ZON Lusomundo até 30 de Junho de 2009. Considerando o elevado reconhecimento desta acção pelos clientes, a acção foi alargada às sessões criança. Ainda na área da fidelização, de salientar o continuado crescimento do programa de prémios da American Express Membership Rewards, tanto em número de aderentes, como em volume de facturação envolvida, a atestar o bom acolhimento do programa junto dos clientes e do mercado. Foi também alargada a abrangência do programa American Express Selects, tendo sido aumentado o número de estabelecimentos onde os clientes obtêm descontos e condições especiais.

Com o objectivo de apoiar as necessidades de crédito dos clientes, foram desenvolvidas soluções de crédito, com destaque para o Crédito Especial que permite a associação aos cartões Millennium bcp, Millennium bcp M Ordenado, Millennium bcp Gold e Blue da American Express de uma linha de crédito adicional para pagamento de compras de valor superior a 250 euros, com taxa de juro mais baixa e prazo de pagamento alargado. Com o mesmo objectivo, foi disponibilizado o cartão Millennium bcp M que oferece um período de 3 meses de carência de capital e juros para todas as compras efectuadas no primeiro mês do cartão.

Em 2009, o Millennium bcp irá prosseguir a sua estratégia de conquista de novos clientes sustentada na dinamização de acções específicas como sejam o lançamento de ofertas de produto apelativas e competitivas, sustentadas em campanhas de comunicação com visibilidade, e o reforço do enfoque da rede comercial na captação de novos clientes. O Millennium bcp continuará a prestar especial atenção ao segmento jovem através do reforço da proposta valor e desenvolvimento de acções como sejam a revisão e redefinição da oferta jovem junto do site institucional.

Número de utilizadores de banca directa

Milhares

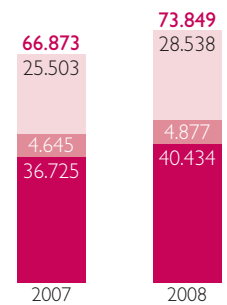


Particulares (Internet, Mobile e Banca Telefónica)

Empresas (Internet)

Crédito a clientes

Milhões de euros



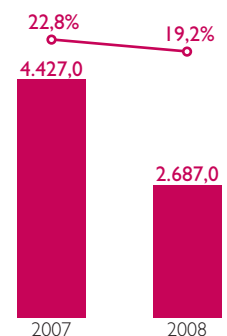
Crédito a empresas

Crédito ao consumo

Crédito à habitação

Nova produção de crédito à habitação

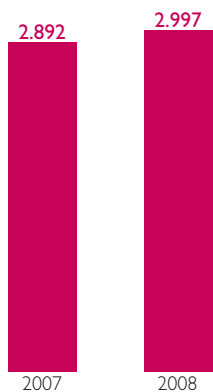
Milhões de euros



Quota de mercado

Número de cartões no segmento de retalho

Milhares



O Millennium bcp pretende continuar a apostar na linha de oferta de soluções integradas como forma de promover a simplicidade e coerência no relacionamento com os seus clientes. A aposta no “Cliente Freqüente” será reforçada com o lançamento de mais uma acção comercial de forte impacto junto do mercado alvo.

O Banco continuará mobilizado na captação e crescimento de recursos consolidando a sua posição no mercado como banco de poupança.

Num contexto económico adverso, o apoio às famílias, à semelhança do que já aconteceu em 2008, constituirá uma preocupação permanente do Banco ao longo do ano. Assumindo o compromisso de permanecer atento a todos os sinais negativos, o Millennium bcp estará sempre presente para prestar o apoio necessário em função de cada situação em concreto.

Segmento Prestige

A estratégia do Millennium bcp assenta na melhoria contínua da proposta de valor do Banco, dirigida aos clientes particulares de Retalho com elevado património financeiro, ao nível da oferta de produtos e serviços, da melhoria constante das competências técnicas e comportamentais dos gestores Prestige, da sua dinâmica e eficácia comercial e das ferramentas de suporte à actividade diária dos gestores Prestige.

Com base na redefinição efectuada na proposta de valor para o subsegmento Prestige “Estrangeiros em Portugal”, em 2008 iniciou-se com uma campanha específica dirigida a este subsegmento, que contribuiu para aumentar a captação de novos clientes, aumentar o envolvimento com os actuais clientes e consolidar a notoriedade do Millennium bcp junto do subsegmento.

Especificamente para este segmento, foi lançada uma campanha de venda do cartão TAP Visa Gold, com a oferta especial de 15.000 milhas de bónus.

No início do segundo trimestre foi efectuada uma campanha primária forte dirigida ao segmento Prestige, tendo os objectivos de captação de novos clientes e de aumento do património financeiro nos clientes actuais sido amplamente ultrapassados.

No quarto trimestre iniciou-se uma campanha *member-get-member*, com base num programa de referência de actuais clientes do Banco, tendo sido dinamizada a captação de novos clientes Prestige. O acolhimento desta acção junto dos actuais clientes e dos novos clientes captados obteve um resultado positivo.

O nível de cumprimento do plano de contactos definido para o segmento manteve um nível de concretização elevado ao longo do ano, o que em muito contribuiu para o aumento do indicador de satisfação global dos clientes deste segmento em geral e para o aumento do nível de satisfação com o gestor de cliente, em particular.

Tendo por base o reforço das competências e da capacidade técnica dos gestores Prestige, o Millennium bcp em parceria com o Instituto de Formação Bancária (IFB), realizou mais uma vaga anual do processo de certificação dos gestores Prestige em que participaram os novos gestores, bem como os que tendo participado em anterior processo não tinham obtido a respectiva

certificação. Este processo é um desafio a todos os gestores pela sua competência e profissionalismo, a única forma de marcar a diferença e de potenciar maior grau de sucesso na relação com o cliente.

Prosseguindo a forte dinâmica de perfilagem da actual base de clientes Prestige, foram introduzidas melhorias na ferramenta de suporte ao Aconselhamento Financeiro – o *dossier* Prestige – na sua apresentação gráfica e nas funcionalidades de *check-up* financeiro.

Em 2009, o Banco irá prosseguir a sua estratégia de abordagem ao segmento, procurando captar novos clientes e aumentar o volume e rendibilidade dos actuais clientes; intensificar a qualidade da relação dos gestores com os clientes Prestige, reforçando a eficácia comercial dos gestores; clarificar/posicionar as vantagens da oferta cliente Prestige, distinguindo o argumentário e os elementos de comunicação nas sucursais Prestige; consolidar o processo de certificação dos gestores Prestige e o plano anual de formação contínua, assim como aperfeiçoar e dinamizar a utilização das ferramentas específicas de suporte à actividade do gestor Prestige.

Segmento de Negócios

O Millennium bcp detém uma posição de clara liderança neste segmento, com uma quota de cerca de 25% do total de crédito concedido a empresas e empresários. Estes resultados só são possíveis através de uma estratégia, consistente ao longo dos tempos, de proximidade aos clientes, baseada numa oferta abrangente e num nível de serviço de excelência. Através de um modelo misto de gestores de clientes e de acompanhamento em sucursais de Retalho, o Banco apresenta-se como a primeira referência em termos de notoriedade no segmento.

Uma das iniciativas de maior impacto junto dos clientes é o “Cliente Aplauso”, uma distinção por parte do Millennium bcp a que só acedem os melhores empresários que investem na sustentabilidade dos seus negócios e que escolheram o Millennium bcp para ser o parceiro financeiro dos seus projectos. Esta iniciativa é uma materialização evidente da marca Millennium como sinónimo de serviço bancário de eleição para negócios e empresários.

No decurso de 2008, num contexto de escassez de liquidez e de extraordinário aumento do custo do risco, teve lugar um esforço de alinhamento do *pricing* aos riscos incorridos, de acordo com o risco dos clientes e das garantias oferecidas, bem como do custo do capital envolvido. Mesmo assim, o Millennium bcp conseguiu aumentar a carteira de crédito concedido a pequenos negócios em 2,8%. Entre os “Clientes Aplauso”, o aumento de envolvimento foi de 6,2%, o que contribuiu para o esforço de colocação de crédito nos segmentos de clientes com melhor perfil de risco.

Foi prosseguida, em 2008, a acção “Mais Negócios”, consistindo num programa abrangente, que cobre a iniciativa e proactividade comercial (estar mais perto dos clientes), o reforço da proposta de valor (novos produtos e melhores soluções) e redução das cargas administrativas nas sucursais – privilegiar o tempo dedicado ao cliente em detrimento de rotinas internas. Estas medidas são complementadas com uma acção transversal de formação dos gestores de negócio, para que estejam mais habilitados a compreender as ambições dos clientes e conseguirem apresentar consistentemente as melhores soluções.

Na vertente da proactividade comercial, destaca-se o esforço de captação de novos clientes, acima da erosão natural do sector, permitindo a rejuvenescimento da carteira.

Relativamente ao reforço da oferta de negócios, o ano caracterizou-se pelos programas PME Investe, com garantia mútua, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). O Millennium bcp, empenhado em apoiar as PME, assinou diversos protocolos com entidades institucionais, dos quais se destacam os três Protocolos celebrados com as autoridades de gestão do QREN e as sociedades de garantia mútua, destinados a disponibilizar às PME linhas de crédito bonificadas para desenvolvimento da respectiva actividade, facilitando o acesso ao crédito nas melhores condições financeiras. O Banco tem tido um crescente desempenho na utilização destas linhas. Também os “Clientes Aplauso” viram a sua oferta melhorada com uma nova linha de apoio à tesouraria a preços mais reduzidos, bem como um *dossier de benchmarking*, permitindo a cada empresário comparar o desempenho da sua empresa com os rácios médios de empresas comparáveis.

Pela primeira vez, o Banco recebeu um muito significativo número de elementos contabilísticos dos clientes por via electrónica, evitando o esforço de solicitação, confirmação e carregamento dos mesmos, contribuindo materialmente para a redução do tempo dedicado nas áreas operacionais em benefício do tempo dedicado à sua análise na reavaliação dos riscos incorridos com cada cliente.

ActivoBank7

O ActivoBank7 posiciona-se como banco *online* de serviço completo, com enfoque em soluções de investimento e proporcionando aos seus clientes o acesso a produtos, serviços e informação financeira adequada, em cada momento, às suas necessidades e às condições de mercado. Foi mantida, em 2008, uma lógica de arquitectura aberta, possibilitando o acesso aos produtos emitidos pelas melhores casas de investimento a nível mundial.

A evolução fortemente negativa dos principais mercados financeiros internacionais ao longo do ano penalizou inevitavelmente a actividade e o resultado do Banco, atendendo ao seu posicionamento e modelo de negócio. Neste contexto, o ActivoBank7 procurou renovar e adequar a sua oferta às necessidades e expectativas dos clientes, reforçando a sua proposta de valor e contribuindo simultaneamente para a prestação de um serviço de elevada qualidade. Foi prosseguida uma estratégia assente na oferta de produtos sem risco, nomeadamente depósitos a prazo e produtos estruturados, assegurando a manutenção no Banco dos capitais provenientes dos resgates de fundos e das saídas dos investidores directos em Bolsa, e captando, através de uma agressiva política de preço, novos recursos e clientes para o Banco.

O ActivoBank7 efectuou um conjunto alargado de campanhas de captação de novos clientes e de novos recursos, bem como de retenção de capitais resultantes dos resgates em fundos de investimento, concretizadas através de uma actuação comercial personalizada e adaptada à realidade de cada cliente e sustentada por uma oferta específica. Esta actuação permitiu que os depósitos a prazo registassem, no final do ano, um crescimento de cerca de 15,8%.

Sempre atento às novas tendências de mercado, o ActivoBank7 procura alargar de forma constante as soluções de investimento que possibilitem aos seus clientes uma adequada diversificação das suas carteiras, em função dos seus objectivos de retorno, horizonte temporal e tolerância ao risco:

- disponibilizaram-se 155 novos fundos de investimento, privilegiando temas relacionados com mega-tendências socio-demográficas: agricultura, alterações climáticas e infra-estruturas novos segmentos de mercados emergentes como acções do Médio Oriente e obrigações em moeda local, novas estratégias e investimentos alternativos, como divisas ou volatilidade;
- no quadro de uma operação estruturada em arquitectura aberta foram introduzidas duas novas sociedades gestoras;
- ao nível dos produtos estruturados introduziram-se 20 novos produtos seleccionados, numa óptica de arquitectura aberta, de acordo com as condições de mercado. Esta oferta, que se quis permanente por forma a criar alternativas de investimento atractivas, registou uma elevada adesão por parte dos clientes, traduzindo-se num aumento de cerca de 65,7% neste tipo de recursos;
- no negócio de *trading*, e tendo em consideração o sucesso alcançado pelas versões anteriores do produto, foi introduzido um novo *pack* de 100 ordens de bolsa pré-pagas, reforçando a oferta neste segmento. Foram também disponibilizados os *Reverse Exchange Traded Fund* (ETF), *Reverse Commodities ETF/Reverse Exchange Traded Certificates* (ETC). No âmbito do segmento de bolsa, destacou-se, também, a participação activa nos aumentos de capital do BCP, BPI e Banif, bem como na Oferta Pública de Subscrição (OPS) da EDP Renováveis.

Tendo presente a velocidade com que as condições de mercado se alteraram em 2008, o acompanhamento dos clientes e a disponibilização de informação relevante para as suas decisões de investimento constituíram um vector fundamental da actuação do ActivoBank7. Nesse sentido, procedeu-se a uma optimização dos procedimentos comerciais, motivando um aumento no número de contactos efectuados por iniciativa do Banco, e manteve-se a estratégia de reforço do interesse dos conteúdos do ActivoLive, a plataforma multimédia do Banco, que passou a disponibilizar, para além da abertura dos mercados, o resumo do fecho dos principais mercados europeus. Lançou-se a Academia Virtual, um conceito inovador que proporciona aos clientes o acesso a conteúdos educacionais multimédia e colocou-se à disposição dos clientes no espaço Workshop Activo, informação da actualidade financeira, mantendo-se o envio de uma *newsletter* semanal sobre mercados e decisões de investimento e o guia do investidor.

Foi reforçado o esforço de captação de novos clientes, tendo para o efeito sido lançadas campanhas sustentadas por depósitos a prazo de boas vindas, beneficiando de uma remuneração muito atractiva, e foram realizadas diversas acções de *member-get-member*. Promoveu-se, comercialmente, a colocação de contas ordenado como forma de estabilização da relação com os clientes mais transaccionais.

A evolução das condições dos mercados financeiros motivou um decréscimo das posições detidas pelos clientes do Banco em fundos de investimento e em títulos depositados parcialmente compensado pelo crescimento significativo dos recursos a prazo (+15,8%) e dos produtos estruturados (+65,7%).

Os resultados antes de impostos situaram-se em 0,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 73,3% face ao ano anterior. Este decréscimo está, sobretudo, associado à quebra das comissões obtidas pela comercialização de fundos de investimento e da actividade de *trading*.

ActivoBank7

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07
Activo total	265,6	256,2	3,7%
Crédito a clientes	20,6	35,1	-41,3%
Recursos de clientes	363,1	504,9	-28,1%
Depósitos à ordem	39,7	60,9	-34,8%
Depósitos a prazo	198,2	168,4	17,7%
Fundos de investimento	100,3	244,7	-59,0%
Seguros capitalização (inclui <i>unit linked</i>)	24,8	31,0	-19,9%
Produtos estruturados e obrigações	28,3	17,1	65,7%
Títulos depositados	109,7	204,7	-46,4%
Proveitos operacionais	9,0	11,0	-18,1%
Custos operacionais	8,0	7,7	4,0%
Imparidades e provisões	-0,2	0,1	-231,2%
Resultado líquido	0,6	2,3	-73,3%
Quota de mercado			
Fundos de investimento estrangeiros ⁽¹⁾	17,6%	18,7%	—
Bolsa (transacções <i>online</i>) ⁽²⁾	13,8%	15,4%	—
Colaboradores	67	67	0,0%
Percentagem de capital detido	100,0%	100,0%	—

⁽¹⁾ Na coluna de 2008 a quota de mercado é relativa ao 2.º trimestre de 2008 (últimos dados disponibilizados pela CMVM).

⁽²⁾ Na coluna de 2008 a quota de mercado é a acumulada até Agosto de 2008 (últimos dados disponibilizados pela CMVM).

Em 2009 manter-se-á o posicionamento do ActivoBank7 enquanto banco de investimentos *online* de serviço completo. O crescimento sustentado da base de clientes constituirá o principal vector estratégico da actividade durante o próximo exercício. Para o atingir, irá promover-se a implementação de iniciativas inovadoras, manter-se-á um constante enfoque na qualidade visando a prestação de um serviço de excelência, analisar-se-á a entrada em novos segmentos de negócio, e proceder-se-á a uma reavaliação do modelo de negócio ponderando a eventual abertura de novos pontos de contacto e de angariação de clientes.

Corporate e Empresas

O segmento Corporate e Empresas inclui: (i) a rede "Corporate" em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a rede Empresas em Portugal, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

Em Junho de 2008, foi criada a Direcção de Crédito Especializado, resultante da fusão das áreas de Leasing, Factoring e Renting, e integrada no Comité a Direcção de Promoção Imobiliária, unidade criada pela autonomização da gestão do crédito à promoção imobiliária. A criação da Direcção de Crédito Especializado visou a melhoria dos níveis de eficiência e a simplificação de estruturas do Banco, constituindo-se como o centro de competências do Banco para o crédito especializado – financiamento de activos corpóreos/imobilizados (Leasing e Renting) e activos circulantes (Factoring) – actuando como especialista deste negócio e interagindo com as diferentes áreas na qualidade de responsável pelos respectivos processos de negócio e pela melhoria da posição competitiva do Banco no domínio do crédito especializado.

No segmento Corporate e Empresas a contribuição líquida totalizou 150,6 milhões de euros em 2008, comparando com 232,4 milhões de euros em 2007. O desempenho deste segmento foi determinado pelo reforço da imparidade, não obstante a evolução positiva dos proveitos líquidos e nos custos operacionais.

O aumento de margem financeira reflecte o acréscimo do volume de negócios, tanto ao nível do crédito concedido a clientes como ao nível dos depósitos de clientes, na medida em que o efeito preço foi negativo, não obstante o esforço de alinhamento do *pricing* das operações ao custo do risco associado. Globalmente as comissões apresentaram uma evolução positiva. Os custos operacionais também contribuíram positivamente, ao registarem uma redução face ao período homólogo, evidenciando poupanças sustentadas ao longo de 2008.

O maior nível de dotações para imparidade e provisões, resulta do aumento da carteira de crédito com sinais de imparidade, a par da desvalorização de colaterais financeiros, acompanhando a queda dos mercados de capitais.

A actuação das redes Corporate e Empresas foi pautada por um esforço na captação de recursos e por uma disciplina na política de *pricing* e gestão de risco, procurando otimizar o consumo de capital. A rentabilidade do capital afecto, em 31 de Dezembro de 2008, situou-se em 12,6%.

Os recursos totais de clientes cresceram 15,0%, ascendendo a 11.323 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, comparando com 9.849 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2007. O aumento dos recursos de clientes, apesar da intensidade competitiva neste segmento de negócio, foi suportado por uma abordagem comercial enfocada na oferta diversificada de aplicações de tesouraria, de soluções de investimento e de poupança e na constante identificação de oportunidades de negócio, reflectindo também a mobilização de recursos de alguns clientes institucionais.

O crédito a clientes atingiu os 22.848 milhões de euros no final de Dezembro de 2008, aumentando 6,5% face aos 21.459 milhões de euros contabilizados no final de Dezembro de 2007. A evolução favorável do crédito ocorreu num contexto caracterizado pelo acentuar da

restritividade no acesso a fontes de financiamento e pela maior selectividade na concessão de crédito, com reflexo numa maior disciplina ao nível dos preços, conduzindo à reavaliação e ao *repricing* das operações em função do custo do risco e do consumo de capital.

Corporate e Empresas

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07
Demonstração de resultados			
Margem financeira	327,5	310,2	5,6%
Outros proveitos líquidos	147,3	146,8	0,3%
	474,8	457,0	3,9%
Custos operacionais	105,3	111,1	-5,2%
Imparidade e provisões	164,7	29,7	-
Contribuição antes de impostos	204,8	316,2	-35,2%
Impostos	54,2	83,8	-35,2%
Contribuição líquida	150,6	232,4	-35,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.194	1.300	
Rendibilidade do capital afecto	12,6%	17,9%	
Riscos ponderados	23.873	26.935	
Rácio de eficiência	22,2%	24,3%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	22.848	21.459	6,5%
Recursos totais de clientes	11.323	9.849	15,0%

⁽¹⁾ Inclui papel comercial.

Nota: O capital afecto foi calculado de acordo com as metodologias de Basileia I para 2007 e de Basileia II para 2008.

Redes Corporate e Empresas

A actuação das redes "Corporate" e "Empresas", em 2008, foi condicionada pela crise de liquidez nos mercados financeiros, que implicou um aumento do custo de financiamento dos bancos e teve um impacto significativo em termos da actividade empresarial, nomeadamente na redução do investimento, por via do aumento do prémio de risco de crédito e da contracção da procura nos principais mercados de destino das exportações portuguesas.

Tendo como elemento orientador a concretização dos objectivos estabelecidos ao nível do Programa Millennium 2010, o enfoque da actividade das redes "Corporate" e "Empresas" foi a captação de recursos, visando melhorar a posição de liquidez do Banco, a continuação da política de reforço da disciplina de *pricing*, de gestão de risco e de optimização do consumo de capital, seja pelo incentivo à utilização de linhas de garantia mútua, seja pela incidência crescente na melhor colateralização das operações de crédito, visando a real mitigação de risco.

Para a implementação da estratégia acima mencionada, foram implementadas um conjunto de acções, destacando-se:

- esclarecimento sobre o novo modelo económico adoptado pelo Millennium bcp, reflectindo os pressupostos de Basileia II, em termos de análise do risco associado às operações de crédito e cálculo do resultado económico/valor criado pela efectivação das operações de crédito;
- continuação da política de *repricing* tendo em vista a adequação do *pricing* ao custo do risco, face à evolução dos mercados financeiros internacionais e tomando em consideração o capital económico associado;

- acções de captação de tesouraria, com dinamização dos serviços de valor acrescentado (serviço de recolha e tratamento de valores, TPA, sistema de débitos directos, etc.), visando ser o primeiro Banco nas empresas clientes ao nível dos seus pagamentos e recebimentos nas operações domésticas e nas operações de estrangeiro;
- enquadrado nas novas regulamentações decorrentes da *Single Euro Payments Area* (SEPA), procedeu-se no início do ano de 2008 ao processo de implementação das transferências a crédito, prevendo-se que o processo de migração dos meios de pagamento locais (transferências a crédito, débitos directos e cartões) deva ocorrer até final de 2010;
- a consolidação na rede “Empresas”, no primeiro semestre de 2008, dos novos conceitos relacionados com o Programa GTI (*Gain Time, Tailor a Plan, Increase Commercial Contact*). Com este programa, pretende-se dinamizar a proactividade e desempenho comercial, aumentando o tempo dedicado a actividades comerciais, em detrimento da realização de tarefas administrativas. Em termos gerais, podem apontar-se como principais objectivos do Programa GTI:
 - melhoria da efectividade da área comercial, com abordagem integrada, centrada no cliente e liderada pelo gestor de cliente;
 - incremento da utilização dos instrumentos de apoio à actividade comercial (por exemplo *commercial toolkit*, simulador de valor criado);
 - enfoque no planeamento da abordagem comercial aos clientes.
- no âmbito das iniciativas de dinamização e apoio à actividade empresarial lançadas pelo Estado Português:
 - a celebração de protocolos entre as autoridades gestoras do QREN, as sociedades de garantia mútua (SGM) e os bancos, consubstanciando-se na criação das linhas de crédito PME Investe. As duas primeiras linhas, no montante global de 1.750 milhões de euros, estavam direccionadas a apoiar operações de financiamento destinadas a investimento novo e aumento de fundo de maneio associado ao aumento da actividade. No início de Dezembro de 2008, foi assinado um novo protocolo no valor de 1.600 milhões de euros, destinado a apoiar as empresas dos sectores exportador, automóvel e turismo, bem como micro e pequenas empresas, estando previsto a abertura do período de candidaturas para o início de Janeiro de 2009;
 - criação da linha PME Investe Madeira no valor de 20 milhões de euros, similar às linhas PME Investe, mas dirigida às empresas domiciliadas na Região Autónoma da Madeira;
 - celebração de um protocolo de financiamento com o Governo Regional dos Açores no âmbito do SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, estabelecendo condições especiais no financiamento de projectos de investimento a realizar nos Açores, visando o apoio a iniciativas de desenvolvimento local, ao sector do turismo, à promoção da qualidade e inovação e a projectos de carácter estratégico para o desenvolvimento regional;
 - apoio às empresas do sector primário, com a criação de duas linhas de crédito – para apoio às pescas e à pecuária intensiva –, no valor de, respectivamente, 40 e 35 milhões de euros;
 - na sequência do acordo entre os Estados Angolano e Português, foi reforçada para 500 milhões de euros a cobertura de riscos de crédito – Convenção COSEC para Angola, cujo objectivo é de cobrir exportações de bens de equipamento e serviços de origem portuguesa para o mercado angolano.

- participação em alguns eventos, em articulação com a Direcção Internacional, visando o fortalecimento das ligações com os clientes do Banco:
 - 2.ª Conferência Anual sobre “Gestão de Tesouraria e Risco para Empresas”, organizada pela EuroFinance;
 - organização de Conferência “Negócios em Angola”: abordagem de temas relacionados com o mercado angolano, numa perspectiva de apoio às exportações, pesquisa de mercado e processo de internacionalização, posicionando-se o Millennium bcp como parceiro de negócios;
 - participação em sessões de trabalho organizadas pela AICEP no âmbito do ciclo de conferências “ABC Mercados”, com apresentações relativas a Espanha e Marrocos.
- dinamização do relacionamento com a SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento – de que o BCP é accionista fundador com uma participação de 10% do capital social, e cuja missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável de países em desenvolvimento, nomeadamente os PALOP, funcionando como instrumento de apoio a estratégias de internacionalização de empresas portuguesas para aqueles mercados.

A actividade comercial em 2009 deverá continuar a ser marcada por uma envolvente adversa, continuando a focar-se na gestão dos riscos de crédito e numa adequada eficiência no consumo de capital, pela análise criteriosa dos financiamentos e atenção constante à negociação com os clientes de instrumentos que constituam efectivos mitigantes de risco e diminuam o impacto da imparidade nos resultados de exploração. Simultaneamente, manter-se-á o enfoque crescente na rentabilização das relações comerciais com os clientes, procurando aumentar o grau de penetração junto das empresas, nomeadamente através da ênfase na colocação de serviços de valor acrescentado (*cash pooling*, *cash management*, sistemas de apoio a cobranças, sistemas de débitos directo, entre outros), com impacto significativo na captação de tesouraria das empresas. Paralelamente, será mantida a estratégia de diversificação das fontes de receitas, através da dinamização comercial de venda de produtos e serviços potenciadores de comissões.

A utilização das linhas de refinanciamento negociadas com entidades supranacionais, tais como o Banco Europeu de Investimento (BEI), bem como das linhas de apoio ao investimento protocoladas com o Estado Português serão um factor decisivo na manutenção de um bom relacionamento comercial com as empresas, designadamente para apoio às empresas com melhores projectos de investimento e melhores estruturadas.

Direcção de Crédito Especializado

No âmbito das competências da Direcção de Crédito Especializado, assistiu-se ao longo do ano a um movimento de correcção do *pricing* por parte da generalidade dos operadores, ainda que de forma diferenciada e com ritmos diversos, o que condicionou o crescimento do negócio e a posição no mercado. Paralelamente, a evolução do investimento empresarial e das vendas de viaturas novas impediu uma evolução positiva da produção no sector:

O lançamento, no quarto trimestre do ano, de uma unidade comercial dedicada à dinamização do negócio automóvel no ponto de venda, visa garantir a presença do Banco junto dos operadores do sector automóvel, ficando, assim, presente em todos os canais de distribuição dos produtos de financiamento automóvel.

Mantiveram-se ao longo do ano as acções e campanhas destinadas a promover o financiamento da aquisição de viaturas junto dos clientes do Banco, destacando-se a oferta de condições especiais das marcas, incluindo descontos nos preços das viaturas, combinadas com condições especiais de financiamento e criação de produtos financeiros exclusivos. Integrando a oferta de renting e dos produtos de financiamento automóvel e através de acordos com as marcas ou rede de concessionários, foram lançadas várias acções “Carro do Ciclo”, constituindo, a par das campanhas, um dos principais factores de dinamização comercial do Retalho.

O valor da nova produção de Leasing e Aluguer de Longa Duração (ALD), em 2008 atingiu cerca de 1.410,4 milhões de euros, permitindo manter a liderança no sector em Portugal, com uma quota global em torno dos 21,7% (dados da Associação Portuguesa de Leasing e Factoring), destacando-se a evolução mais favorável da componente de leasing de equipamentos. No renting, as encomendas novas atingiram mais de 4.730 viaturas, representando um acréscimo de 9%. No final de 2008 a carteira de crédito de leasing e ALD situou-se em 4.717,5 milhões de euros, representando um crescimento de 8% em termos homólogos, destacando-se o leasing imobiliário com um peso de cerca de 62% da carteira.

Realce ainda para o lançamento do factoring sem recurso risco de mora, através do qual as empresas cedem ao Millennium bcp, de forma regular e continuada, créditos vincendos que detêm sobre os seus clientes para gestão, cobrança, cobertura do risco de não pagamento e antecipação de fundos. Com esta nova solução financeira, o Millennium bcp reforçou o seu *portfolio* de produtos para empresas, dispondo de um conjunto de instrumentos adequados à satisfação das diferentes necessidades dos clientes.

No ano de 2008, registou-se um crescimento positivo da actividade do negócio de factoring, traduzido num crescimento de cerca de 8% da facturação tomada acumulada, que atingiu 4.492,1 milhões de euros e de 19% do saldo médio de crédito, para 1.227,2 milhões de euros. Esta evolução permitiu a manutenção da liderança no mercado, com uma quota de 32,9%, incluindo as operações de *confirming* (dados da Associação Portuguesa de Leasing e Factoring).

Em termos de crédito especializado, será mantido o enfoque nos negócios de pequena e média dimensão e na promoção do *cross-selling*. Destaca-se ainda o enfoque no acompanhamento e controlo do crédito vencido, com uma preocupação reforçada no rigor da análise de risco de crédito e numa adequada definição de preço, ajustada ao perfil de risco do cliente e nível de protecção das operações.

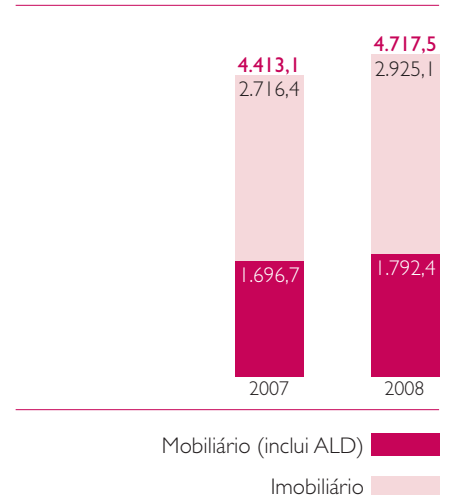
Direcção de Promoção Imobiliária

Em Junho de 2008 foi criada a Direcção de Promoção Imobiliária que resultou da autonomização da gestão do crédito à promoção imobiliária. O crédito à promoção imobiliária é um negócio transversal a todas as redes comerciais do Banco (“Retalho”, “Empresas”, “Corporate” e “Private Banking”), o qual, dada a sua natureza, justifica um tratamento especializado.

A Direcção de Promoção Imobiliária, sem prejuízo da competente resposta técnica a novos projectos imobiliários e o acompanhamento especializado das operações em curso, prosseguiu em 2008 uma política de adequação do *pricing* das operações de crédito à promoção imobiliária ao respectivo risco associado e à situação em termos de liquidez. Foram também implementadas medidas que visaram o reforço do controlo operacional dos empréstimos em curso.

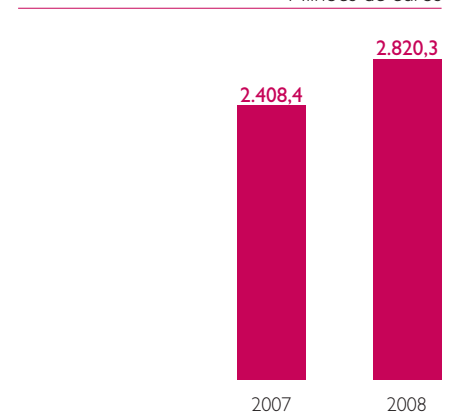
Carteira de crédito de leasing

Milhões de euros



Carteira de crédito à promoção imobiliária

Milhões de euros



Em 2008, realizaram-se 579 contratos de crédito à promoção imobiliária, que corresponderam a 951,4 milhões de euros, tendo por base 950 propostas no valor de 2.573,0 milhões de euros, em linha com o objectivo estabelecido. O saldo da carteira atingiu o valor de 2.820,3 milhões de euros, com um crescimento de 17,1% face a 2007.

No que respeita à Promoção Imobiliária, no decurso de 2009 terá lugar a reengenharia do processo, em articulação com as unidades orgânicas intervenientes no mesmo, o qual passará também pela actualização do aplicativo informático de suporte ao negócio. Serão reforçadas as metodologias de controlo de risco, designadamente a identificação mais precoce dos sinais de alerta, assim como a maior proximidade aos empreendimentos em curso (intensificação da frequência de contactos com os clientes), procurando a melhoria contínua dos níveis de serviço.

Direcção Internacional

Foi implementada a coordenação multidoméstica do negócio internacional e foram negociados preços e níveis de serviço com fornecedores para melhor servir as Redes e os Bancos. Simultaneamente venderam-se serviços e capacidades Millennium aos clientes, abrangendo cerca de 2.000 instituições financeiras em 164 mercados. Dinamizou-se a venda de 22 produtos e serviços, enquadráveis em 6 segmentos: *cash*, *trade*, custódia institucional, crédito, remessas e acordos preferenciais.

Negociaram-se igualmente acordos de compra com 90 bancos privilegiados, assegurando as melhores condições nos mercados onde o Millennium não está presente, e negociaram-se linhas de crédito com entidades supranacionais (BEI e CEB) no montante global de 230 milhões de euros para projectos de PME e microcrédito, transversais aos vários mercados. Durante o ano, reforçaram-se as iniciativas de captação de fundos. Foi analisado o perfil de cerca de 1.600 clientes das Redes e apresentadas 881 propostas relativas a produtos de *trade finance*, gestão de tesouraria e gestão de carteira de exportações. Destacam-se, entre outras acções visando acrescentar valor à oferta de negócio internacional, os acordos celebrados com dois grupos financeiros internacionais para apoio a empresas portuguesas em 50 mercados.

Na área de custódia, destaca-se a obtenção de uma quota de mercado de 43% (volume de activos sob custódia de não residentes no mercado nacional). Destacam-se ainda as quotas de 28% de pagamentos comerciais recebidos e enviados, englobando os canais Swift e EBA Step 2 (SEPA e não SEPA) e de 23% de produtos de *trade* incluindo remessas, créditos documentários e garantias.

A Sucursal de Macau é utilizada como plataforma para a canalização de negócio do Grupo para/e da Região Ásia Pacífico, apoiando clientes com investimentos e operações naquela região.

Em 2009, a Direcção Internacional continuará a potenciar o negócio internacional numa perspectiva multidoméstica coordenada, de modo a aumentar as quotas de mercado e identificar novos projectos e oportunidades de negócio em países seleccionados.

Private Banking e Asset Management

A actividade de *private banking* e *asset management* é assegurada pela rede de "Private Banking" em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de *private banking* de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

O segmento Private Banking e Asset Management registou uma contribuição líquida negativa de 0,5 milhões de euros em 2008 face à contribuição positiva de 41,8 milhões de euros apurada em 2007. A evolução da contribuição líquida reflecte o reforço das dotações para imparidade e provisões, relacionado com a desvalorização de colaterais financeiros associado à queda dos mercados de capitais, e pelo menor nível de comissões relacionadas com a gestão de activos, não obstante o crescimento da margem financeira, influenciado pelo *repricing* das operações de crédito.

O montante de activos sob gestão totalizou 10.593 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, evidenciando uma redução de 27,7% face a igual período de 2007, reflectindo o comportamento adverso dos mercados de capitais que determinou o resgate de algumas aplicações, por um lado, e a desvalorização de carteiras, por outro. Os depósitos a prazo da rede de "Private Banking" em Portugal, registaram uma evolução favorável ao aumentarem 35,6% face a 31 de Dezembro de 2007, bem como os fundos de investimento imobiliário.

O crédito a clientes ascendeu a 3.426 milhões de euros em 2008, representando uma subida de 5,9% face aos 3.235 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2007, suportada pelo desempenho da rede Private Banking em Portugal, que registou um crescimento de 9,7%, potenciado pelo esforço de alargamento da base de negócios.

Private Banking e Asset Management

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07
Demonstração de resultados			
Margem financeira	57,3	44,7	28,3%
Outros proveitos líquidos	44,5	72,5	-38,6%
	101,8	117,2	-13,1%
Custos operacionais	57,5	58,4	-1,6%
Imparidade e provisões	52,4	6,9	--
Contribuição antes de impostos	-8,1	51,9	--
Impostos	-7,6	10,1	--
Contribuição líquida	-0,5	41,8	--
Síntese de indicadores			
Capital afecto	121	126	
Rendibilidade do capital afecto	-0,5%	33,1%	
Riscos ponderados	2.426	2.741	
Rácio de eficiência	56,5%	49,9%	
Crédito a clientes	3.426	3.235	5,9%
Activos sob gestão	10.593	14.662	-27,7%

Nota: O capital afecto foi calculado de acordo com as metodologias de Basileia I para 2007 e de Basileia II para 2008.

Millennium bcp private bankers

Os vectores de desenvolvimento estratégico da área de Private Banking consistem no enfoque no cliente, numa oferta em regime de arquitectura aberta e numa estrutura eficiente e flexível que contribui para a criação de valor e para a valorização e motivação dos colaboradores, elementos indispensáveis para se alcançar o objectivo de reforçar o contributo da área para os resultados globais.

No sentido de reforçar as capacidades comerciais nas vertentes de captação e acompanhamento de clientes foi alargado o número de efectivos da Unidade de Captação e foi criada uma nova unidade de negócios no Porto.

O desenvolvimento da actividade, em 2008, foi afectado de forma determinante pelo agravar da crise do sistema financeiro internacional, a qual teve importantes repercussões no negócio ao nível da:

- recomposição das carteiras de activos sob gestão, com aumento da procura de activos refúgio, com impacto positivo no volume de recursos de balanço, mas um efeito negativo em termos de proveitos;
- paralisa total do mercado de produtos *over-the-counter*, com impacto negativo nas actividades de *trading* e na liquidez e valorização dos activos em carteira dos clientes;
- exigência de um enorme esforço comercial de acompanhamento dos clientes, num contexto particularmente adverso e difícil;
- necessidade de salvaguardar a qualidade da carteira de crédito com colaterais financeiros e proceder ao *repricing* do crédito face ao encarecimento do custo de *funding*.

Apesar de a conjuntura adversa dos mercados ter afectado negativamente a valorização dos activos sob gestão, a confiança dos clientes no Banco, na solidez da sua gestão, na sua distintiva posição de mercado e o reconhecimento da qualidade do serviço foi evidenciada, em 2008, através do reforço da angariação de novos clientes. Este esforço traduziu-se num incremento de 10% sobre a base de clientes e na captação de 350 milhões de euros de património.

Neste difícil contexto, revelou-se impossível manter o crescimento líquido em volume do património sob gestão registado na vertente doméstica até Agosto – cerca de 230 milhões de euros – designadamente após o pedido de protecção de credores por parte da Lehman Brothers nos EUA. Não obstante, foi possível minimizar a erosão de activos sob gestão na vertente doméstica a cerca de 100 milhões de euros.

As grandes linhas de acção em 2008 centraram-se:

- na captação de novos clientes, com o reforço do enfoque que decorre da afectação de uma equipa comercial específica e a institucionalização de bases que agilizam a reclassificação de clientes da rede de retalho;
- na adaptação de procedimentos de comercialização de instrumentos financeiros aos novos requisitos legais decorrentes da transposição para o direito nacional da Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros (DMIF) e na qualificação de colaboradores tendo em vista reforçar as suas capacidades de aconselhamento;

- no desenvolvimento de ferramentas de gestão que permitem melhorar o acompanhamento da acção comercial e das oportunidades de negócio em carteira;
- na reengenharia de processos e na revisão de competências delegadas com o objectivo de melhorar a eficiência dos principais processos;
- no lançamento de serviços de Internet para os clientes com contas domiciliadas na Sucursal Financeira Exterior (SFE).

Para 2009 perspectiva-se a continuação de um contexto difícil. Os factores chave para assegurar o desenvolvimento do negócio e os ganhos de quota de mercado são:

- proximidade dos clientes, através da manutenção de um elevado nível de contactos;
- aconselhamento próactivo e disciplinado, centrado em produtos simples e adaptados ao contexto de forte aversão ao risco, mas igualmente atento à entrada numa nova fase do ciclo de investimento;
- manutenção do esforço estruturado de captação;
- manutenção de um controlo rigoroso sobre o risco da carteira de crédito;
- retenção e motivação do quadro de colaboradores, tendo em vista a prestação de um serviço com elevados padrões de qualidade.

Millennium Banque Privée

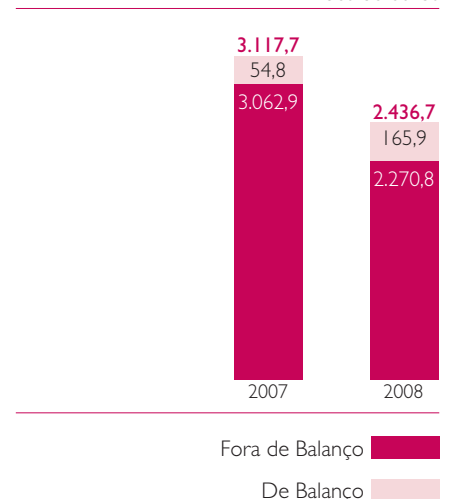
O Millennium Banque Privée é uma plataforma de *private banking* constituída na Suíça em 2003, e desempenha um papel importante na área de negócio de Private Banking e Asset Management, prestando serviço a clientes do Grupo. Todas as suas actividades são centradas nos clientes, sendo prestados serviços de elevada qualidade, valorizando a inovação e o desempenho, baseados na confiança e na discrição e apoiados numa equipa com excelentes qualificações e competências a todos os níveis da organização.

A envolvente macroeconómica e de mercado difícil condicionou fortemente o desempenho do Millennium Banque Privée em 2008, reflectindo-se numa erosão significativa dos activos sob gestão, resultado da queda das cotações dos activos subjacentes, que não foram compensados por *inflows* líquidos de fundos; na diminuição acentuada das comissões, em linha com a diminuição dos volumes transaccionados e o aumento da aversão ao risco dos clientes; a paralisia dos mercados de crédito e subsequente ausência de liquidez nos mercados de capitais forçaram o Banco a constituir um montante considerável de imparidades em algumas operações de crédito.

O resultado líquido do Millennium Banque Privée, em 2008, foi de -30,4 milhões de euros, tendo registado uma evolução negativa face a 2007, originado pela criação de imparidades.

Apesar de 2008 representar o primeiro ano difícil desde a sua constituição em 2003, o Millennium Banque Privée está confiante relativamente ao futuro, procurando crescer nos seus negócios *core*, áreas em que o Banco considera estar bem posicionado para crescer e para servir os clientes de forma eficaz nos próximos anos.

Recursos de clientes Millennium Banque Privée Milhões de euros



Millennium Banque Privée

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	2007	Var. % 08/07
				excluindo efeito cambial	
Activo total	872,1	995,2	-12,4%	1.108,9	-21,4%
Crédito a clientes (bruto)	753,8	773,2	-2,5%	861,5	-12,5%
Crédito a clientes (líquido)	723,0	771,2	-6,2%	859,3	-15,9%
Recursos de clientes	2.436,7	3.117,7	-21,8%	3.473,9	-29,9%
Dos quais: de balanço	165,9	54,8	202,7%	61,1	171,6%
Activos sob gestão	2.270,9	3.062,8	-25,9%	3.412,9	-33,5%
Situação líquida	42,3	71,9	-41,1%	80,1	-47,2%
Margem financeira	7,6	8,2	-6,8%	8,5	-10,2%
Outros proveitos operacionais	12,0	24,7	-51,6%	25,6	-53,4%
Custos operacionais	14,5	12,8	13,4%	13,3	9,2%
Imparidade e provisões	45,2	2,0	2.140,5%	2,1	2.057,5%
Resultado líquido	-30,4	13,7	-322,2%	14,2	-314,0%
Nº de clientes (milhares)	2	2	7,2%		
Colaboradores (número)	66	64	3,1%		
Sucursais	1	1			
% de capital detido	100,0%	100,0%			

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro = 1,4850

Demonstração de Resultados 1 euro = 1,5836

1,6547 francos suíços.

1,6445 francos suíços.

Asset Management

Sem prejuízo da permanente preocupação pela inovação ao nível dos produtos e serviços que disponibiliza aos clientes e consciente da responsabilidade que lhe cabe como um dos representantes da marca Millennium, a Millennium Gestão de Fundos de Investimento está a implementar um plano de reestruturação do seu modelo de negócio, procurando aumentar a sua flexibilidade na relação com o *advisory* e especialmente com as redes de distribuição, de modo a assegurar uma mais rápida adaptação ao reforço regulatório e às novas tendências de mercado, num ambiente de mercado global, muito competitivo e marcadamente adverso.

O ano de 2008 terá sido certamente um dos piores anos da indústria de *asset management*. Com a quebra generalizada dos mercados em todas as classes de activos, a indústria viu os seus proveitos regredirem pelo duplo efeito da perda de valor dos activos sob gestão e dos avultados resgates ocorridos a pedido dos clientes.

A indústria nacional de fundos de investimento mobiliário, que já tinha assistido no segundo semestre de 2007 a uma redução substancial dos activos sob gestão, regride, em 2008, dos quase 26 mil milhões de euros que atingiu no final de 2007 para 14,3 mil milhões em Dezembro de 2008, tendo ocorrido uma redução generalizada em todas as classes de fundos de investimento, em particular nos fundos de baixo risco, mercado monetário, tesouraria e obrigações de taxa variável. O sector nacional continuou o processo de convergência da estrutura da poupança nacional com os mercados Europeus mais evoluídos, onde o peso relativo das classes de activos com maior risco é muito superior ao observado em Portugal. Durante o ano de 2008, os fundos de baixo risco (tesouraria e taxa Indexada) viram o seu peso diminuir para cerca de 38,6% do total do mercado, o que compara com 45,2% em Dezembro de 2007.

A actividade comercial, na captação de negócios para a constituição de fundos de investimento imobiliário, viveu, com a crise dos mercados financeiros, que se abateu também com particular ênfase no imobiliário, um ano de difícil concretização. Em resultado deste conjunto de factores verificou-se um constante adiamento das intenções de investimento e a não concretização da generalidade dos negócios que estavam previstos e em carteira.

Globalmente, no final do ano de 2008, a área de Asset Management detinha sob gestão um montante de activos de 4.082 milhões euros, inferior em 40,2% ao valor registado em Dezembro de 2007. Apesar do contexto adverso, os fundos Millennium bcp mantiveram a ambição de ser líderes nas classes de produtos que proporcionam maior potencial de rentabilidade a médio e longo prazo aos seus clientes.

Em fundos de acções, a Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento é líder nacional destacado, com uma quota superior a 28%, tendo inclusive ampliado a distância para a segunda maior gestora. Nos fundos de fundos, manteve um domínio absoluto com uma quota de mercado superior a 60%.

Os fundos de investimento mobiliário geridos pela Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento continuaram a ser influenciados de forma significativa pelos impactos negativos que atingiram o sector; tendo o volume de activos gerido diminuído 53,7% face ao período homólogo do ano anterior; para 1.890 milhões euros, com uma quota de mercado de 13,2%, e tendo o seu peso no volume total gerido passado de 60% em 2007 para 46% em 2008, por contrapartida do aumento do peso dos fundos imobiliários.

Apesar da forte contracção na concretização dos negócios, foram constituídos nove novos fundos imobiliários de subscrição particular e houve aumentos de capital em oito fundos, situando-se em 2008, o seu património total em 1.510 milhões de euros, que corresponde a um crescimento anual de 6,8%, e a um aumento do seu peso relativo no volume global gerido de 21% para 37%.

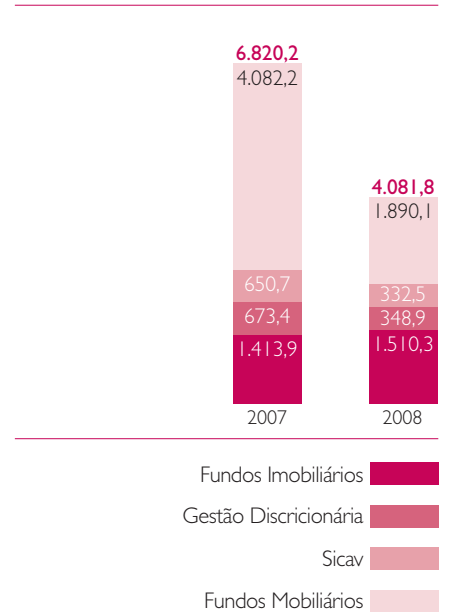
Os fundos domiciliados no Luxemburgo e a gestão de patrimónios, evidenciam reduções proporcionalmente equivalentes de respectivamente 48,9% e 48,2%, ambos a espelharem o comportamento dos mercados financeiros, sendo o decréscimo do Millennium Sicav atribuível na sua maior parte à desvalorização do mercado accionista.

Em 2008, procedeu-se a uma reestruturação da oferta de produtos e à sua adaptação às novas realidades que vão surgir após a recuperação dos mercados. Procedeu-se assim à fusão dos três principais fundos de obrigações de curto prazo num único fundo, o Millennium Disponível, e ainda à reestruturação da oferta de fundos de fundos com a fusão de dez fundos de fundos em somente três, tendo sido alterada a política de investimento dos mesmos, no sentido de abarcar mais e melhores sectores de investimento, abrindo os fundos à componente de arquitectura aberta.

No que respeita à Interfundos, no desempenho da sua actividade da gestão dos fundos de investimento imobiliário de subscrição particular; continuou neste quarto ano de actividade o esforço no sentido de melhor se adequar, em termos técnicos e humanos, à prestação de um serviço com elevados níveis de qualidade, diferenciado face à concorrência, sendo de primordial importância o seu reconhecimento, por parte de clientes, parceiros e concorrentes. Este esforço resultou no reforço do seu quadro de recursos afectos ao tratamento administrativo dos fundos – valorização e contabilização – e ainda na assinatura de um contrato de prestação de serviços com a Millennium Fundos de Investimento que permite a utilização das capacidades de supervisão das equipas desta para assegurar o bom desempenho das funções referidas.

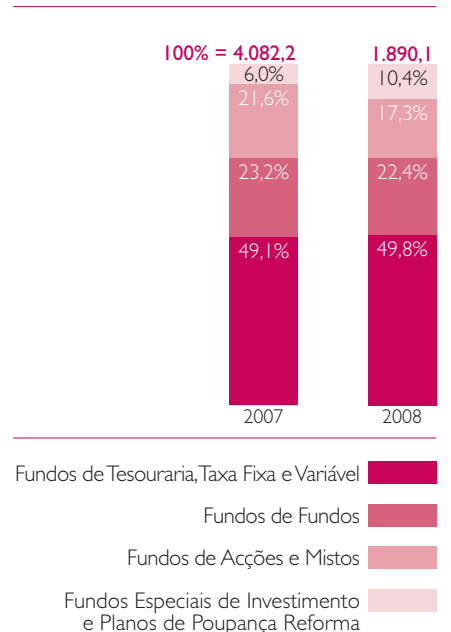
Activos sob gestão

Milhões de euros



Decomposição dos fundos de investimento

Milhões de euros



A área de negócio de gestão discricionária, denominada gestão de patrimónios (DMGP), foi também muito afectada pela crise dos mercados financeiros. Manteve-se, contudo, o esforço de continuação da dinâmica comercial de 2007, com enfoque na oferta baseada em seguros. Lançada em meados de 2007, a gestão discricionária sob a forma de *unit link* evidenciou um crescimento de 16% que, embora insuficiente para compensar a redução global desta área de negócio, compensou parcialmente a diminuição de valor dos activos sob gestão.

Apesar da deterioração das condições de exercício da actividade, o resultado líquido, em 2008, da área de Asset Management manteve-se positivo e em níveis bastante apreciáveis. Muito embora condicionado pelo decréscimo dos proveitos originados pelo desempenho dos fundos mobiliários e da gestão discricionária, as comissões líquidas dos fundos imobiliários tiveram um impacto positivo no resultado líquido, impulsionadas pelo aumento da actividade. O decréscimo dos custos operacionais, associados aos outros custos/proveitos de exploração, foi conseguido pela prossecução do esforço de contenção de custos e de obtenção de sinergias resultantes de processos internos de reorganização, permitindo uma redução dos recursos afectos e a geração de maior eficiência.

No sentido da maior e melhor adaptação da sociedade gestora às novas realidades de mercado, foram conduzidos processos de melhoria das capacidades de gestão, em conjunto com as equipas do Programa Millennium 2010 tendo sido apontados e referenciados um conjunto de actividades que vão conduzir, em 2009, à integração de funções da unidade de Wealth Management na Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento, e à redução dos quadros operacionais e respectiva libertação para as áreas comerciais.

Em 2009, prevê-se a alteração do objecto social da Millennium Fundos de Investimento de modo a integrar as actividades de gestão discricionária e de consultoria, adoptando a denominação social de Millennium bcp Gestão de Activos, o que permitirá a fusão das equipas comerciais da Millennium bcp Gestão de Fundos de Investimento e da Gestão Discricionária, da qual resultarão sinergias importantes para a estrutura da área de Asset Management. A rescisão dos contratos de gestão dos principais fundos de obrigações com a gestora F&C, que ocorreu em 2008, permitirá que a gestão desses fundos passe a ser efectuada dentro do Grupo, a partir do segundo trimestre de 2009. Será ainda dado um enfoque especial à gestão discricionária de patrimónios em 2009. Cientes da qualidade da oferta ímpar do Millennium bcp para os clientes de alto rendimento, serão reforçadas as capacidades comerciais das equipas que apoiam as redes comerciais e aconselham os clientes.

No que respeita aos fundos imobiliários, o ano 2009 ficará certamente relacionado com a continuação do adiamento ou mesmo não concretização de projectos de investimento, que normalmente teriam início neste período. Apesar deste enquadramento de incerteza, a estabilização dos quadros legal e fiscal em vigor, a redução verificada ao nível das taxas de juro do mercado do crédito à habitação, permitirá perspectivar uma evolução positiva da actividade comercial, consolidando a posição no mercado da Interfundos.

Banca de Investimento

A actividade do segmento Banca de Investimento, é desenvolvida pelo Millennium bcp Investimento, instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

A contribuição líquida da Banca de Investimento situou-se em 48,4 milhões de euros em 2008, comparando com 63,7 milhões de euros relevados em 2007. Este desempenho reflecte fundamentalmente a diminuição dos proveitos, nomeadamente das comissões sobre títulos e dos resultados de *trading*, essencialmente determinado pelo comportamento adverso dos mercados de capitais, conjugado com a persistência de um enquadramento macroeconómico desfavorável em Portugal, apesar do controlo dos custos operacionais. A rentabilidade do capital afecto situou-se em 40,9% no final de Dezembro de 2008.

O crédito a clientes registou um crescimento de 26,6% entre o final de Dezembro de 2007 e o final de Dezembro de 2008, suportado pela intervenção do Millennium bcp Investimento em importantes operações de *project finance* e de *structured finance*, no quadro do financiamento de projectos de investimento estruturantes, nomeadamente em sectores como o turismo e energias renováveis.

Apesar do enquadramento desfavorável nos mercados de capitais, o Millennium bcp Investimento participou também activamente na organização e montagem de diversas operações de intermediação financeira, com especial destaque no segmento de dívida, que se traduziu num volume expressivo de emissões de obrigações e de papel comercial.

No mês de Dezembro de 2008 o BCP tornou pública a deliberação de retomar o processo de fusão do Banco Millennium bcp investimento, S.A., com o objectivo de prosseguir, de forma directa, a actividade de banca de investimento.

Banca de investimento		Milhões de euros		
	2008	2007	Var. % 08/07	
Demonstração de resultados				
Margem financeira	8,4	9,1	-7,4%	
Outros proveitos líquidos	104,7	121,4	-13,8%	
	113,1	130,5	-13,4%	
Custos operacionais	44,6	54,9	-18,9%	
Imparidade e provisões	-0,9	0,6	--	
Contribuição antes de impostos	69,4	75,0	-7,5%	
Impostos	21,0	11,3	86,3%	
Contribuição líquida	48,4	63,7	-24,0%	
Síntese de indicadores				
Capital afecto	118	117		
Rentabilidade do capital afecto	40,9%	54,7%		
Riscos ponderados	2.366	2.320		
Rácio de eficiência	39,4%	42,1%		
Crédito a clientes	1.166	921	26,6%	

Nota: O capital afecto foi calculado de acordo com as metodologias de Basileia I para 2007 e de Basileia II para 2008.



Empréstimos Obrigacionistas

€ 75 Milhões

Leader e Bookrunner
2008

Millennium
investment banking

Certificados

FTSE 100

€ 45 Milhões

Emitente
2008

Millennium
investment banking



IPO da EDP Renováveis, S.A.

€ 1.567 Milhões

Coordenador Global
e Bookrunner
2008

Millennium
investment banking

O Millennium bcp investimento manteve uma posição de destaque na corretagem de acções na Euronext Lisbon durante o ano de 2008, com uma quota de mercado de 7,5%, apesar da enorme fragmentação, competitividade e contexto desfavorável do mercado accionista, com uma redução dos volumes de negócio na generalidade dos títulos. Relativamente aos produtos de negociação, continuou a ter um papel de destaque na introdução de produtos inovadores no mercado português. No programa de certificados, foram emitidos e admitidos à negociação novos certificados: um associado à *commodity* Trigo; outro ao índice proprietário Millennium bcp Technical EU; e ainda os novos Certificados modalidade *Open End* – sem maturidade definida – sobre os índices FTSE100 e IBEX35.

Em 2008, o Millennium bcp investimento organizou duas edições do Portuguese Equities Forum – que tiveram lugar em Abril em Londres, e em Outubro em Nova Iorque. No âmbito destes eventos, o Millennium bcp Investimento proporcionou às principais empresas portuguesas integrantes do índice PSI 20 a oportunidade de realizar reuniões individuais com importantes investidores institucionais – ingleses e americanos, dando a conhecer o mercado de capitais português. Em Setembro, o Millennium bcp Investimento realizou ainda o Seminário de Mercados Financeiros, em Lisboa, no qual se abordou a perspectiva do Banco para os mercados accionistas, à data, e que contou com a participação de clientes e representantes da imprensa da especialidade.

Na área de mercado de capitais de rendimento fixo, não obstante a crise mundial dos mercados financeiros, o Millennium bcp investimento participou activamente na organização e montagem de empréstimos obrigacionistas. Destacam-se as lideranças dos empréstimos obrigacionistas para Logoplaste (109 milhões de euros), Celbi (75 milhões de euros) e Sonae Capital, SGPS (50 milhões de euros). Nas emissões para o Millennium bcp, de referir as participações como *Joint Lead Manager* de uma emissão de MTN a 2 anos no montante de 1.250 milhões de euros e da 3ª emissão de obrigações hipotecárias no montante de 1.000 milhões de euros e ainda a estruturação e montagem de duas operações de titularização de activos cedidos pelo Millennium bcp, uma de crédito hipotecário, no montante de 1.500 milhões de euros e outra de crédito a empresas, no montante de 3.000 milhões de euros. O Millennium bcp Investimento manteve um papel de relevo na organização e montagem de programas de papel comercial, bem como na emissão e colocação de produtos estruturados, com especial destaque para a estrutura Super Aforro Millennium (2.811 milhões de euros, repartidos em duas séries).

Neste difícil ano de 2008, foi possível, apesar da conjuntura desfavorável para as empresas, manter os resultados obtidos com a venda de produtos de tesouraria, face ao ano anterior, na vertente dos produtos *cash* (operações cambiais negociadas *spot* e *forward*, aplicações e financiamentos de curto prazo a taxa fixa) e, sobretudo, na vertente dos produtos derivados de cobertura de risco de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*.

Na área de *corporate finance*, o Millennium bcp investimento participou em diversos negócios de relevo no ano de 2008, sendo de destacar: a assessoria à EDP – Energias de Portugal, S.A. na alienação das participações na Turbogás e na Portugen; a actuação como consultor financeiro na fusão das actividades das agências de viagens Geotur, detida pelo Grupo RAR e Star, detida pelo Grupo Sonae; e ainda a assessoria financeira à Magnum Capital L. P. na operação de aquisição da Enersis.

O Millennium bcp investimento foi o Coordenador Global da operação de aumento de capital do BCP, no montante de 1.300 milhões de euros, realizada em Maio de 2008 através de uma

Oferta Pública de Subscrição (OPS), com reserva de preferência para accionistas. Destaque ainda para a OPS da EDP Renováveis, em que o Millennium bcp investimento foi Coordenador Global e *Bookrunner*. O Millennium bcp obteve, nesta oferta, uma quota de mercado de 17,5%, tendo o seu desempenho e a mobilização dos seus clientes quer de retalho, quer institucionais, sido determinante para o sucesso da operação.

Pese embora as limitações ao nível dos volumes ditadas pelas restrições de liquidez dos mercados internacionais, a área de *structured finance* manteve, em 2008, um elevado nível de actividade, tendo o Millennium bcp Investimento estado envolvido em importantes operações nos mais diversos sectores de actividade. No financiamento de *start-ups*, destacam-se os mandatos obtidos da Energias do Brasil, S.A. (Grupo EDP)/MPX Energias, SA, no financiamento intercalar de USD 270 milhões destinado a apoiar a fase inicial da construção da Central Termoeléctrica de 720 MW de Pecém (Ceará, Brasil); da EDP – Produção Bioeléctrica S.A., no financiamento a longo prazo de 98 milhões de euros destinado a apoiar a construção das centrais de produção eléctrica através de biomassa de Constância (12.9 MW) e da Figueira da Foz (30.7 MW). Em relação às operações de *acquisition finance*, destacam-se os mandatos obtidos da JW Hotels & Resorts, no financiamento a longo prazo de 130 milhões de euros destinado a apoiar a aquisição do Hotel e Golf da Penina, do Hotel D. Filipa e do campo de golfe S. Lourenço; do Grupo SOS, no financiamento a longo prazo de 70 milhões de euros destinado a apoiar o plano de expansão do Grupo SOS em Portugal, através da aquisição de propriedades e plantação de olival.

Na actividade de *project finance* continuou a desenvolver-se a estratégia de internacionalização iniciada em anos anteriores, por forma a complementar o reduzido volume de operações no mercado nacional. A nível interno, o Millennium bcp Investimento actuou como: *Mandated Lead Arranger* no financiamento de 557,7 milhões de euros, para a construção e exploração de uma CCGT-Combined Cycle Gas Turbine (Central de Cogeração); *Mandated Lead Arranger* e *Joint Bookrunner* no financiamento à IberWind para a aquisição de um portfolio de parques eólicos em Portugal (1.113 milhões de euros); *Financial Advisor* e *Mandated Lead Arranger* do financiamento à AEDL, Auto-Estradas do Douro Litoral, no concurso para a concepção, financiamento, construção alargamento, conservação e exploração de três auto-estradas na zona norte de Portugal (1.201 milhões de euros); e *Mandated Lead Arranger* do refinanciamento, no montante de 93 milhões de euros, e do financiamento original de 60 milhões de euros ao Benfica Estádio SA, entre outras operações. A nível internacional, são de destacar as operações: *Mandated Lead Arranger* do financiamento para a aquisição e operação de um parque eólico em França denominado Fresnes-en-Saulnois, detido pela Hydrocontracting/Global Renewable Power International (17,5 milhões de euros); e *Mandated Lead Arranger* do financiamento e garantia bancária ao RPI Group, no âmbito do contrato de fornecimento de turbinas para o Parque Eólico de Tychowo, na Polónia (60 milhões de euros).

O Millennium bcp foi eleito “*World’s Best Investment Bank*”, em Portugal, pela revista Global Finance, pelo quarto ano consecutivo, num universo de vários bancos a operar em 23 países. Este prémio demonstra o reconhecimento, por uma das mais prestigiadas revistas financeiras a nível mundial, da capacidade de execução e qualidade das equipas que integram o Millennium bcp Investimento – a unidade do Grupo especializada em banca de investimento.



PECÉM

Financiamento Intercalar

Structured Finance

USD 270 Milhões

Mandated Lead Arranger
2008

Millennium
investment banking



Central a Gás de Ciclo Combinado

Project Finance

€ 557,7 Milhões

Mandated Lead Arranger
2008

Millennium
investment banking



Negócios no Exterior

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente na Polónia, Grécia, Roménia, Turquia, Moçambique, Angola e Estados Unidos da América. Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal e na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Turquia apresenta-se como uma operação vocacionada para o aconselhamento financeiro e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, cuja actividade se iniciou em 2007 vocacionada para os segmentos de “Mass-market” e de “Negócios”, “Empresas” e “Affluent”. Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos da América pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade de língua portuguesa.

No segmento Negócios no Exterior a contribuição líquida registou uma diminuição de 5,8% totalizando 128,3 milhões de euros em 2008, comparando com 136,1 milhões de euros em 2007. Esta evolução incorpora o impacto da operação na Roménia, cujo lançamento ocorreu em final de 2007.

Salienta-se o aumento sustentado dos agregados de proveitos, nomeadamente da margem financeira (efeito volumes e taxa de margem, nomeadamente, na Polónia, em Angola, em Moçambique e na Grécia), e dos outros proveitos líquidos (onde se destacam as comissões, nomeadamente, em Angola e Moçambique), suportado no aumento expressivo do volume de negócios. Este desempenho dos proveitos mais do que compensou a subida dos custos operacionais, como reflexo da expansão das redes de distribuição nas diversas geografias e consequente reforço do quadro de colaboradores. O retorno do capital afecto foi de 13,1% no final de 2008.

O rácio de eficiência deste segmento de negócios situou-se em 71,6%, reflectindo a estratégia de crescimento orgânico em curso em diversas operações no exterior; corporizada nos planos de expansão da actividade na Polónia, na Grécia, em Moçambique, em Angola e, mais recentemente, na Roménia.

O crédito concedido a clientes cresceu 28,5%, ascendendo a 14.711 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, beneficiando do desempenho tanto ao nível do crédito a particulares como do crédito a empresas, impulsionado pela contínua disponibilização de produtos e serviços financeiros inovadores, adaptados às necessidades e perfil de risco dos clientes. Esta evolução reflecte o crescimento evidenciado por todas as operações no exterior; em particular na Polónia, em Angola e Moçambique.

Os recursos totais de clientes aumentaram 9,2%, totalizando 13.942 milhões de euros em 2008, potenciados pelo nível de captação de depósitos de clientes, em particular na Polónia.

Negócio no exterior

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07
Demonstração de resultados			
Margem financeira	495,6	392,1	26,4%
Outros proveitos líquidos	373,7	344,9	8,3%
	869,3	737,0	17,9%
Custos operacionais	622,5	526,7	18,2%
Imparidade e provisões	78,0	41,2	89,4%
Contribuição antes de impostos	168,8	169,1	-0,2%
Impostos	40,5	33,0	22,7%
Contribuição líquida	128,3	136,1	-5,8%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	983	737	
Rendibilidade do capital afecto	13,1%	18,5%	
Riscos ponderados	13.761	10.655	
Rácio de eficiência	71,6%	71,5%	
Crédito a clientes	14.711	11.447	28,5%
Recursos totais de clientes	13.942	12.772	9,2%

Nota: O capital afecto foi calculado de acordo com as metodologias de Basileia I para 2007 e de Basileia II para 2008.

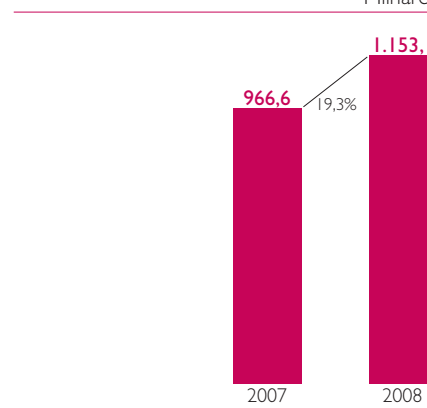
Polónia

O Bank Millennium é um banco universal de âmbito nacional, oferecendo em conjunto com as suas subsidiárias uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e empresas. Alavancado numa rede renovada de 490 sucursais de Retailo – incluindo *outlets* multi-segmento de maior dimensão –, o Bank Millennium é um dos operadores com maior crescimento no mercado polaco, suportado por uma eficiente plataforma de industrialização das vendas e pela crescente notoriedade da marca Millennium.

O ano de 2008 foi muito importante na vida do Bank Millennium, uma vez que representa o 10º aniversário desde o lançamento da rede Millennium. Com a abertura simultânea de 22 sucursais, o novo Banco constituiu então um projecto inovador: Actualmente, o Bank Millennium é a quarta maior rede bancária da Polónia, com mais de 7.000 colaboradores, mais de um milhão de clientes e com a qualidade e competitividade constantemente reconhecida pelos seus clientes, investidores e imprensa.

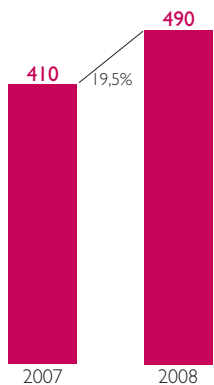
2008 foi também mais um ano de afirmação do Bank Millennium no mercado polaco, confirmando o dinamismo e a qualidade dos seus profissionais, que suportaram o desenvolvimento do Banco na última década. Apesar da envolvente adversa, com impacto particularmente visível no quarto trimestre, o Banco conseguiu ganhar dimensão, aumentar a sua capacidade competitiva nos vários segmentos, ganhar visibilidade e reconhecimento no mercado, mantendo simultaneamente adequados os indicadores de rendibilidade e uma situação financeira sólida.

No decurso do ano, o Bank Millennium continuou a prosseguir uma estratégia que procurou balancear o crescimento do negócio com adequados níveis de rendibilidade, liquidez e solvabilidade. No que respeita ao Retailo, a principal prioridade continuou a ser a obtenção de escala através de crescimento orgânico, com particular enfoque na expansão da rede de sucursais e no crescimento da base de depósitos. A consolidação da plataforma de *consumer finance*

Número de clientes
Milhares

Número de sucursais

Unidades



manteve-se como uma prioridade para o Banco, enquanto na área de empresas a actividade foi particularmente enfocada em expandir o segmento de PME e em capturar depósitos.

Tal como em anos anteriores, a concorrência no sector bancário polaco manteve-se elevada, em particular no que respeita à captação de depósitos, consequência da ausência de alternativas de financiamento. A generalidade dos bancos manteve uma presença regular nos *media* oferecendo taxas muito competitivas em depósitos a prazo. A redução do desemprego e o aumento dos salários na Polónia, em conjunto com um montante muito significativo de resgates em fundos de investimento, na sequência do *crash* bolsista, contribuiu para um expressivo crescimento dos depósitos de particulares. Os depósitos de empresas aumentaram também, mas a um ritmo mais moderado. Apesar do efeito negativo da crise nos mercados financeiros internacionais, que condicionou a actividade do sector bancário, o crédito total registou um crescimento assinalável, impulsionado pela expansão do crédito à habitação, apesar de se ter registado um ligeiro abrandamento no quarto trimestre de 2008. O crédito ao consumo apresentou-se igualmente bastante dinâmico, embora menos do que o crédito à habitação. 2008 foi igualmente um ano bastante positivo no que respeita ao financiamento às empresas, suportado pelo forte crescimento do investimento na Polónia.

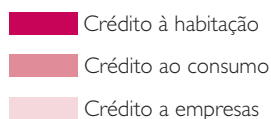
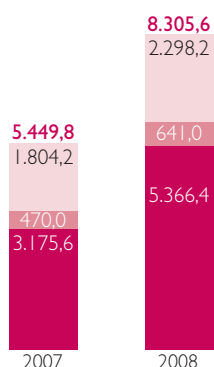
No âmbito do projecto de expansão da rede de sucursais, foram abertas 80 novas sucursais em 2008, aumentando o número total de sucursais para 490. Como consequência do maior ritmo de aquisição de clientes, da eficácia das acções de *cross-selling* e das poupanças em custos e despesas de capital em resultado das contínuas melhorias de eficiência do processo de expansão de sucursais, os resultados das novas sucursais excederam claramente as expectativas, gerando uma contribuição positiva para o resultado líquido de 2008.

A expansão da rede de Retalho e a elevada eficácia das campanhas realizadas junto dos meios de comunicação em 2008, que resultaram num claro aumento da notoriedade da marca Millennium, conduziram à aquisição de mais de 186 mil novos clientes. Neste contexto, vale a pena destacar que em 2008, o Bank Millennium atingiu a marca histórica de um milhão de clientes activos.

Crédito a clientes (bruto)

(excluindo efeito cambial)

Milhões de euros



2008 foi também um ano de sucesso no que respeita à captação de depósitos de particulares, beneficiando do aumento do número de clientes e de uma atractiva oferta de depósitos, suportada por campanhas junto dos *media*, com uma presença significativa na televisão. Nos últimos 12 meses, a quota de mercado em depósitos de particulares aumentou mais de 150 pontos base, atingindo 7,1%. Este desempenho foi obtido essencialmente como resultado de dois produtos, um tendo como mercado alvo clientes que privilegiam a liquidez e o outro tendo como mercado alvo clientes que privilegiam a rentabilidade: *Lokata Progresywna* – um depósito a 12 meses com taxas de juro crescentes incluindo a possibilidade de reembolso antecipado, sem penalização – e *Lokata Superprocent* – um depósito a 3 meses com uma taxa de juro bastante competitiva. O assinalável crescimento em depósitos de particulares, conseguido num envolvente bastante adverso, assegurou as condições para o Banco continuar a expandir a sua carteira de crédito. Vale a pena destacar que este desempenho está fortemente correlacionado com a decisão do Banco de não vender activamente fundos de investimento, permitindo que os depósitos fossem o principal argumento na captação de recursos de clientes.

Em paralelo com o esforço desenvolvido para capturar novos clientes, o Bank Millennium dedicou particular atenção ao reforço do relacionamento com a base actual de clientes, através quer da melhoria permanente da qualidade de serviço, quer do aumento do *cross-selling*, tendo em mente a forte correlação entre fidelização dos clientes e proveitos futuros. Várias acções foram

implementadas com sucesso ao longo do ano nesta área, nomeadamente campanhas destinadas a promover limites pré-aprovados de *cash loans*, com base em *scorecards* comportamentais. Simultaneamente, o Banco continuou a desenvolver programas específicos destinados a aumentar o *cross-selling* de produtos particulares junto de grupos específicos de clientes.

Em 2008, o Bank Millennium continuou a prosseguir a sua abordagem multi-canal, complementando contactos presenciais com o uso da Internet e da banca telefónica. Várias melhorias foram introduzidas na solução de *front-office*, com o objectivo de aumentar a eficácia das acções de vendas na sucursal e, em paralelo, o portal institucional na Internet foi objecto de actualizações incluindo um novo *design* gráfico, um novo método de segurança para a autorização de transacções e novas funcionalidades na área transaccional. Pelo quarto ano consecutivo, a Global Finance distinguiu o serviço de banca *online* do Bank Millennium, *Millenet*, como "Best Consumer Internet Bank" na Polónia, reconhecendo a sua capacidade de atrair novos clientes à plataforma, a sua oferta de produtos novos e inovadores e ainda o *design* e funcionalidade do serviço de banca *online*.

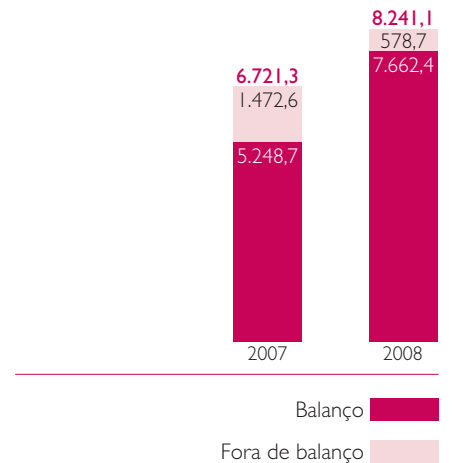
No ano em análise, o Bank Millennium dedicou, mais uma vez, particular atenção à consolidação da plataforma de *consumer finance*, a qual desempenha um papel significativo na estratégia global do Banco. Mantendo o crédito à habitação como um factor distintivo, combinando uma oferta atractiva com um serviço eficiente, o Banco esteve particularmente focado em preservar a margem de intermediação e a elevada qualidade da carteira de crédito imobiliário. Neste contexto, é de destacar a decisão tomada pelo Banco, em Novembro de 2008, de não conceder mais crédito à habitação denominado em moeda estrangeira, tendo presente os desenvolvimentos desfavoráveis nos mercados financeiros internacionais que resultaram no expressivo aumento do risco associado aos empréstimos denominados em moeda estrangeira. O Bank Millennium manteve uma posição de liderança no sector, com uma quota superior a 11%.

No que respeita a cartões de pagamento, o Bank Millennium atingiu a marca histórica de 500 mil cartões de crédito emitidos. Em apenas dois anos e meio, o Banco quadruplicou a sua carteira de cartões de crédito, como resultado de uma estratégia implementada em 2005 e que consistiu na criação de uma unidade dedicada para gerir a distribuição de cartões de crédito e numa força de vendas dedicada, que, em conjunto com uma rede de intermediários e parceiros financeiros, juntaram esforços no sentido de agilizar e tornar mais eficiente a colocação de cartões no mercado polaco. Apesar dos esforços para aumentar a carteira, o Banco esteve particularmente focado em gerir a base de cartões existente, com o objectivo de extrair mais valor. Várias acções destinadas a estimular o uso de cartões foram implementadas, contribuindo decisivamente para aumentar significativamente o volume de transacções, o crédito concedido e os proveitos. A quota de mercado do Bank Millennium em termos de volumes de transacções (cerca de 8%) é claramente superior à quota de mercado em número de cartões, o que coloca o montante médio de transacções por cartão claramente acima da média de mercado.

O Bank Millennium continuou os seus esforços para se tornar um operador relevante no mercado polaco de *cash loans*. Em linha com esta aspiração, o Banco lançou pela primeira vez uma campanha de marketing na televisão para promover o produto. Tendo presente o sucesso obtido no ano anterior, o Banco intensificou as campanhas de vendas multi-canal oferecendo limites pré-aprovados a clientes de Retail e simultaneamente continuou a oferecer crédito tradicional aos clientes existentes. O efeito conjunto destas acções conduziu a um forte crescimento da actividade. A nova produção aumentou 45,7% face a 2007 e a carteira de *cash loans* superou 1,6 mil milhões de zlotis (390,3 milhões de euros). Importa ainda referir que os

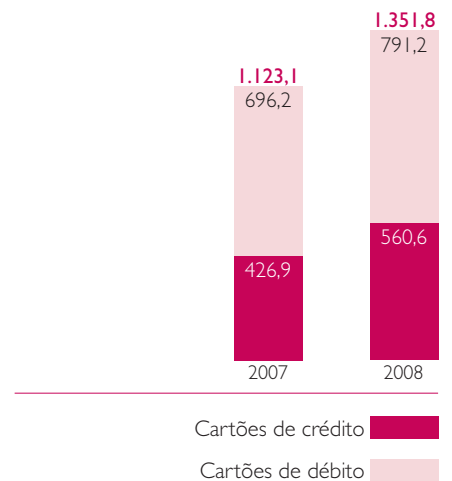
Recursos totais de clientes (excluindo efeito cambial)

Milhões de euros



Número de cartões

Milhares



cash loans foram um dos produtos de maior crescimento em termos de proveitos em 2008, representando mais de 9,3% da base total de proveitos do Bank Millennium.

Durante 2008, o segmento de empresas evidenciou uma tendência sustentada de crescimento de volumes, nomeadamente no que respeita a crédito e proveitos. Esta melhoria foi particularmente observada no segmento de PME, uma vez que o Banco introduziu critérios mais selectivos relativamente a grandes exposições, nomeadamente no que respeita a prazos longos, que condicionaram a actividade no segmento de grandes empresas. O Bank Millennium criou uma força de vendas dedicada, em linha com o objectivo de aumentar de forma significativa a penetração no segmento de PME, contando actualmente com 115 colaboradores, que comungam do objectivo de expandir rapidamente a base de clientes. No que respeita à oferta, é de salientar o lançamento do *Pakiet Kredytowy*, uma oferta de crédito flexível e exclusiva para PME, constituindo uma nova abordagem para financiar as necessidades deste segmento: com uma única decisão de crédito, a empresa pode aceder a mais de 20 instrumentos diferentes de investimento e gestão de risco, desde o crédito ao investimento ao Leasing e Factoring. Por outro lado, foram introduzidas melhorias significativas no site institucional para clientes empresas com vista a aumentar o uso dos canais automáticos. Tendo presente os impactos esperados da crise financeira na economia real, o Bank Millennium adoptou várias medidas para reduzir a exposição aos sectores que mais provavelmente serão afectados. Dos vários prémios recebidos em 2008, vale a pena referir que a Forbes distinguiu o Bank Millennium pelo terceiro ano consecutivo como o melhor Banco para PME, na Polónia. Esta decisão foi baseada em vários critérios, tais como a competitividade dos custos de manutenção de uma conta corrente, a transparência da facilidade de descoberto bancário e a oferta de depósitos.

Em Setembro de 2008, o Bank Millennium assinou um protocolo com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) para apoiar as PME Portuguesas que pretendam investir na Polónia. A cooperação consiste na prestação de serviços de consultoria e formação, no apoio financeiro a projectos seleccionados e, sobretudo, no intercâmbio de informações com base na *International Business Platform* (IBP) – plataforma de *trading* profissional criada pelo Millennium bcp em 2005.

A Millennium Leasing manteve-se um operador chave no negócio de Leasing em 2008, apesar das dificuldades que afectaram o sector de transportes pesados, o segmento de actividade mais importante da empresa. Neste contexto, a empresa focalizou-se nos sectores com melhores perspectivas. A melhoria continua da cooperação com as redes do Bank Millennium, incluindo o segmento de micro-negócio, permitiu à Millennium Leasing compensar o impacto negativo do abrandamento no segmento de transportes, aumentando as vendas noutras áreas, nomeadamente na maquinaria e leasing imobiliário, mantendo o mesmo nível de produção que em 2007.

2008 foi ainda marcado pela transferência dos serviços centrais do Banco, em Varsóvia, para o Millennium Park. Desenhado por duas bem conhecidas empresas de arquitectura Polacas, o Millennium Park é um complexo moderno e funcional de edifícios localizados no centro de Varsóvia, que passou a concentrar a maioria dos serviços centrais do Banco numa única localização.

Os resultados do Bank Millennium em 2008 foram fortemente afectados pela acentuada diminuição da carteira de fundos de investimento, que motivou uma diminuição significativa das comissões, e por um montante mais elevado de provisões para imparidade na carteira de empresas, parcialmente relacionadas com um ajustamento na avaliação de operações de derivados sobre câmbios relacionados com riscos de crédito de empresas clientes do Banco. Por outro lado, a decisão de não

conceder mais crédito à habitação denominado em moeda estrangeira teve igualmente um impacto negativo nos resultados do último trimestre. Com estas condicionantes, o Bank Millennium atingiu um resultado líquido de 413,4 milhões de zlotis (117,9 milhões de euros), 10,4% (3,2% em euros) abaixo do resultado de 2007. No que respeita aos proveitos, é de salientar o crescimento de 27,1% (37,4% em euros) na margem financeira, quer por via do aumento dos volumes – crédito e depósitos – quer por via do aumento das taxas de juro no mercado. A taxa de margem financeira aumentou, atingindo 3,4%, o que compara com 3,1% em 2007. O crescimento da margem financeira mais do que compensou a diminuição nas comissões líquidas, permitindo que os proveitos *core* aumentassem 10,5% (19,4% em euros). Os proveitos não *core* mantiveram-se num nível similar a 2007 (+8,4% em euros), essencialmente por via das condições de mercado adversas, que condicionaram os resultados de operações financeiras. Os custos operacionais aumentaram 12,6% (21,7% em euros), em linha com o projecto de expansão da rede de sucursais, o aumento do número de clientes e de transacções e a pressão para aumentar os salários na Polónia.

Bank Millennium

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	2007	
				excluindo efeito cambial	Var. % 08/07
Activo total	11.343,4	8.495,9	33,5%	7.350,5	54,3%
Crédito a clientes (bruto)	8.305,6	6.299,0	31,9%	5.449,8	52,4%
Crédito a clientes (líquido)	8.125,2	6.129,7	32,6%	5.303,3	53,2%
Recursos de clientes	8.241,1	7.768,7	6,1%	6.721,3	22,6%
Dos quais: de balanço	7.662,4	6.066,6	26,3%	5.248,7	46,0%
fora de balanço	578,7	1.702,1	-66,0%	1.472,6	-60,7%
Situação líquida	677,7	701,2	-3,4%	606,7	11,7%
Margem financeira	279,8	203,7	37,4%	220,1	27,1%
Outros proveitos operacionais	247,5	247,5	0,0%	267,5	-7,5%
Custos operacionais	339,9	279,3	21,7%	301,9	12,6%
Imparidade e provisões	38,5	17,6	119,6%	19,0	103,2%
Resultado líquido	117,9	121,8	-3,2%	131,7	-10,4%
Nº de clientes (milhares)	1.153,1	966,6	19,3%		
Colaboradores (número)	7.049	6.067	16,2%		
Sucursais	490	410	19,5%		
Capitalização bolsista	589	2.748	-78,6%	2.378	-75,2%
% de capital detido	65,5%	65,5%			

Fonte: Millennium bank (Poland)

Taxas de câmbio:

Balanço | euro =

4,1535

3,5935

zlotis.

Demonstração de Resultados | euro =

3,5057

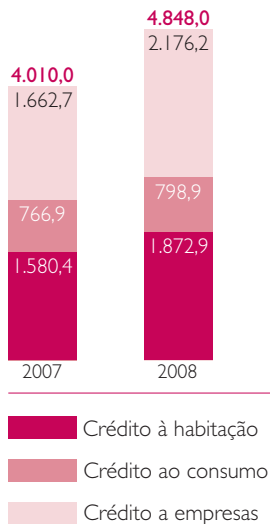
3,7888

zlotis.

Num cenário de elevada volatilidade e incerteza, o Bank Millennium conseguiu manter níveis de liquidez e solvabilidade adequados. Neste contexto, é importante referir a conclusão do acordo entre o Bank Millennium S.A., e um consórcio de bancos internacionais, relativo a uma facilidade de crédito de médio prazo no montante de 175 milhões de euros, por um período de dois anos com uma opção de extensão por um período adicional de idêntica duração. O acordo em questão é o oitavo desde 1998 e o terceiro nos últimos dois anos concluído pelo Bank Millennium no âmbito do financiamento de médio-longo prazo em moedas estrangeiras no mercado internacional de empréstimos sindicados. A sua conclusão com sucesso, que teve lugar num contexto extremamente complicado e difícil, reflecte a posição financeira e o bom risco do Bank Millennium enquanto contraparte de transacções nos mercados internacionais de dívida.

Crédito a clientes (bruto)

Milhões de euros



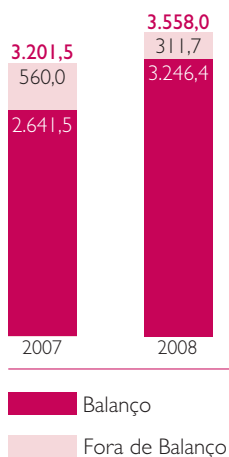
No quarto trimestre de 2008, as condições de mercado alteraram-se dramaticamente e, com os mercados de financiamento domésticos e internacionais praticamente fechados, o custo de *funding* aumentou significativamente e o zloti depreciou-se significativamente relativamente a outras divisas. Tomando em consideração estas alterações, a actividade do Banco no próximo ano será orientada por quatro prioridades: reforço da actividade de Banca de Retalho baseada na rede de sucursais existente, enfoque da actividade no segmento de empresas no relacionamento com as PME, aumento da eficiência e controlo rigoroso dos custos e implementação de princípios de gestão de risco mais conservadores. Irá ser implementado um plano de redução dos custos a concretizar em 2009 e 2010, incidindo sobre os custos administrativos, e através da simplificação da estrutura organizativa na redução dos custos com pessoal. O Banco irá também adoptar critérios mais restritivos no que respeita à gestão de capital e da liquidez. O Bank Millennium irá ainda implementar princípios de gestão de risco mais conservadores, reduzindo a concentração de riscos e aumentando os colaterais. Um passo essencial será o ajustamento dos preços ao nível de risco e aos custos de refinanciamento e o controlo rigoroso de todos os riscos de mercado.

Grécia

O Millennium bank na Grécia é uma operação bancária criada de raiz no mercado grego em Setembro de 2000, com enfoque no Retalho bancário e penetração nos negócios de *private banking*, de negócios e empresas. O sucesso do Millennium bank baseia-se na sua estratégia de segmentação de mercado, tendo sido identificadas quatro áreas de negócio: Banca de Retalho, Private Banking, Banca de Negócios e Corporate e Banca de Investimento. Esta abordagem foi combinada com produtos inovadores, serviço de elevada qualidade, tecnologia de ponta e recursos humanos altamente qualificados. Desde a sua criação, o Banco implementou um plano de desenvolvimento ambicioso, enfocado no rápido crescimento orgânico e simultaneamente no crescimento dos proveitos e na criação de valor.

Recursos de clientes

Milhões de euros



No final de 2008, o Millennium bank detinha activos totais de 6.104,0 milhões de euros. Os depósitos de clientes aumentaram 604,9 milhões de euros face ao final de 2007 e ascendiam a 3.246,4 milhões de euros, representando um aumento de 22,9% relativamente ao final de 2007 e um crescimento superior ao do crédito concedido a clientes, 20,9%, que totalizou 4.848,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008. O resultado líquido em 2008 ascendeu a 15,1 milhões de euros, representando uma diminuição de 31,4% face a 31 de Dezembro de 2007. Este desempenho reflectiu essencialmente os esforços do Banco para diminuir o *gap* de liquidez, com impacto ao nível da margem financeira, em resultado do abrandamento do crescimento do crédito concedido e do aumento expressivo dos custos dos depósitos. O abrandamento do crédito concedido reflectiu-se ainda numa diminuição das comissões relacionadas com o crédito.

As prioridades do Millennium bank em 2008 consistiram na aquisição de novos clientes e no aumento dos depósitos de clientes. O Banco lançou várias campanhas com este objectivo, mantendo uma forte presença nos meios de comunicação. O enfoque nas poupanças foi ainda suportado pelo lançamento de vários depósitos de elevado rendimento, sendo a taxa de juro objecto de actualização ao longo do ano, sempre que as condições de mercado se alteravam. O programa de *bancassurance* "Millennium Unit Linked" desempenhou também um papel importante na captação de recursos de clientes: este programa sistemático permite aos clientes investir a nível global através de fundos mobiliários com marca Millennium através de pequenos pagamentos mensais e inclui cobertura de seguros.

A aquisição de clientes foi potenciada pelo lançamento do cartão de crédito IKEA, sob acordo estabelecido com a subsidiária grega da multinacional sueca. O lançamento de um programa para contas ordenado incluindo uma taxa de juro preferencial em crédito, uma facilidade de descoberto, um serviço de assistência médica telefónico disponível 24 horas por dia e um cartão de crédito sem anuidade contribuiu de forma positiva para a aquisição de clientes. Em resultado destas campanhas, a aquisição de clientes e depósitos foi bastante significativa em 2008: 66,7 mil novos clientes foram capturados, aumentando a base de clientes para mais de 502 mil no final do ano.

A posição de liquidez do Millennium bank melhorou ainda em consequência da conclusão de uma operação de titularização de créditos imobiliários num montante de 585 milhões de euros. Esta foi a segunda operação de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS) lançada pelo Millennium bank, na sequência da operação inaugural em Dezembro de 2006. As obrigações foram emitidas pela "Kion Mortgage Finance no. 2 plc", uma empresa sediada no Reino Unido. As obrigações Classe A corresponderam a 89,3% da emissão, tendo-lhes sido atribuído um rating AAA pela Moody's Investors Service e Aaa pela Fitch Ratings. O *arranger* da operação foi o UBS Investment Bank e os *lead-managers* o Millennium bcp Investimento e a UBS.

Millennium bank na Grécia

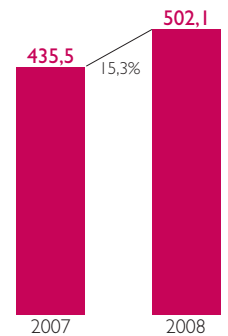
Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07
Activo total	6.104,0	5.333,1	14,5%
Crédito a clientes (bruto)	4.848,0	4.010,0	20,9%
Crédito a clientes (líquido)	4.793,7	3.966,4	20,9%
Recursos de clientes	3.558,0	3.201,5	11,1%
Dos quais: de balanço	3.246,4	2.641,5	22,9%
fora de balanço	311,7	560,0	-44,3%
Situação líquida	314,1	300,9	4,4%
Margem financeira	126,0	116,5	8,1%
Outros proveitos operacionais	41,8	40,6	3,0%
Custos operacionais	126,3	112,5	12,3%
Imparidade e provisões	16,7	15,0	11,9%
Resultado líquido	15,1	22,1	-31,4%
Nº de clientes (milhares)	502,1	435,5	15,3%
Colaboradores (número)	1.554	1.411	10,1%
Sucursais	178	165	7,9%
% de capital detido	100,0%	100,0%	

Em 2008, o Millennium bank concluiu a primeira fase do programa de expansão geográfica iniciado em 2007, após a transformação da rede de sucursais de Retalho para corresponder às necessidades dos segmentos anteriormente servidos de forma deficiente. Reflectindo o enfoque no aumento das poupanças dos clientes, foram abertas 6 sucursais Prestige, servindo clientes do segmento "Affluent", para além dos clientes do segmento "Mass-market" e micro-negócio. Adicionalmente, o Millennium bank inaugurou 3 centros financeiros, ou seja, sucursais que combinam uma sucursal de negócios, dedicada a PME, com uma sucursal Prestige, cobrindo desta forma todos os segmentos servidos pela rede e 2 sucursais "Mass-market". A rede de sucursais totalizava 178 sucursais no final de 2008: 86 sucursais "Mass-market", 49 sucursais Prestige, 15 centros financeiros, 25 unidades de banca de negócios e 3 centros de "Private Banking".

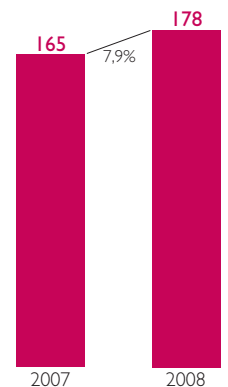
Número de clientes

Milhares



Número de sucursais

Unidades



A ênfase do Millennium bank na qualidade de serviço reflectiu-se no aumento da satisfação dos clientes e no reconhecimento por entidades externas. Os serviços de banca telefónica do Millennium bank foram distinguidos na categoria de “Centro de Contactos até 50 colaboradores” – “Bronze Award” – do Grande Prémio anual da Teleperformance CRM 2008, atribuído pela “Teleperformance International”. O Millennium bank apresentou um resultado global de 93,8% versus uma média de 58,5% para a Grécia. Adicionalmente, o Banco foi distinguido, pelo Deutsche Bank, pela “qualidade excepcional do processamento de transferências internacionais em euros”, tendo-lhe sido atribuído o “*Straight-Through Processing (STP) Excellence Award*”. O Banco patrocinou o 6.º Fórum Internacional dedicado ao sector bancário, realizado em Atenas, em conjunto com a revista The Economist, dedicado a analisar as últimas tendências da banca e das finanças e as perspectivas futuras do sector bancário no Sudeste da Europa.

O objectivo do Millennium bank para os próximos anos consiste em aumentar os volumes de negócio a um ritmo mais acelerado do que o mercado. O Banco tenciona também aumentar a sua base de clientes, a rentabilidade e gerar um crescimento de proveitos adicional, como resultado do enfoque no *cross-selling*. Simultaneamente, o Banco pretende manter a sua estrutura operacional extraordinariamente simplificada e atingir níveis superiores de eficiência operacional através da monitorização rigorosa dos custos operacionais.

Roménia

A actuação do Millennium bank na Roménia, durante o exercício de 2008, enfocou-se na implementação do respectivo plano de negócios, no crescimento da actividade, em particular no que respeita à carteira de crédito a particulares, e na consolidação da posição do Banco enquanto entidade financeira de referência nos principais segmentos em que desenvolve a sua actividade, designadamente no segmento de particulares e de PME.

No decurso do exercício de 2008, o Banco procedeu à abertura de 25 novas sucursais, elevando o número total de sucursais para 65. A rede de sucursais em 31 de Dezembro de 2008 cobria já os principais centros populacionais e os principais centros de actividade comercial e industrial do País, repartindo-se entre 19 *financial centers* através dos quais são servidas as necessidades globais dos clientes incluindo os dos segmentos “Affluent” e de “Empresas”, 45 *credit centers* especialmente vocacionados para o segmento de “Mass-market” e uma sucursal de “private banking” localizada em Bucareste.

A carteira de crédito atingiu no final do ano cerca de 236,2 milhões de euros, dos quais cerca de 50% relativos a crédito a particulares. A sua evolução ao longo do ano conheceu dois períodos distintos: o primeiro, coincidente com os primeiros nove meses do ano, em que a taxa de crescimento da carteira superou os objectivos inicialmente traçados; o último, coincidente com o quarto trimestre de 2008, em que se assistiu a um acentuado abrandamento do ritmo de crescimento, designadamente nos segmentos de empresas e de crédito ao consumo, em resultado, por um lado, das políticas implementadas pelo Banco para contrariar os efeitos adversos das alterações verificadas ao nível do envolvente, e, por outro lado, o abrandamento generalizado da actividade económica.

Face à deterioração acentuada da envolvente, foi decidido concentrar o esforço das áreas comerciais de retalho na captação de crédito de menor risco, privilegiando-se o crédito hipotecário concedido com níveis de *loan to value* (LTV) considerados prudentes face às condições de mercado. No final de 2008, a carteira de crédito hipotecário nas condições anteriormente referidas representava cerca de 20% do total de crédito total concedido.

Na área de *corporate*, após um início de ano com condições favoráveis ao aumento da carteira de crédito, o último trimestre foi marcado pela adopção de políticas de actuação comercial e de concessão de crédito mais selectivas, que na prática se traduziram na estabilização da carteira de crédito em níveis idênticos aos observados em Setembro de 2008. Neste período, o esforço das áreas comerciais de *corporate* foi redireccionado para a implementação de uma nova política de *pricing*, bem como para o reforço das actividades relacionadas com a monitorização da carteira de crédito.

Millennium bank na Roménia*

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	2007	Var. % 08/07
				excluindo efeito cambial	
Activo total	311,6	87,4	256,7%	78,4	297,7%
Crédito a clientes (bruto)	236,2	37,6	528,6%	33,7	600,8%
Crédito a clientes (líquido)	225,3	37,2	505,1%	33,4	574,6%
Recursos de clientes	105,4	38,4	174,2%	34,5	205,8%
Dos quais: de balanço	105,4	38,4	174,2%	34,5	205,8%
Situação líquida	23,3	13,0	78,5%	11,7	99,0%
Margem financeira	3,4	1,8	91,1%	1,6	111,4%
Outros proveitos operacionais	13,8	0,4	520,4%	0,4	10,7%
Custos operacionais	44,1	31,8	38,7%	28,7	53,4%
Imparidade e provisões	10,7	0,4	2.900,1%	0,3	3.219,9%
Resultado líquido	-34,9	-26,4	-32,3%	-23,8	-46,4%
N.º de clientes (milhares)	22,7	4,0	464,9%		
Colaboradores (número)	691	509	35,8%		
Sucursais	65	40	62,5%		
% de capital detido	100,0%	100,0%			

* O Banco iniciou operações em 11 de Outubro de 2007. Valores incluem Banca Millennium (Roménia), Banpor Consulting (Roménia) e centro de custos relevados em Portugal

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro = 4,0225 3,6077 leus romenos.
 Demonstração de Resultados 1 euro = 3,6878 3,3325 leus romenos.

No que respeita a recursos de clientes, o Banco fechou o exercício com um total de 105,4 milhões de euros. Os resultados obtidos nesta área reflectem, em certa medida, a revisão das principais linhas de orientação estratégica do Banco, que passaram a contemplar como vector chave de actuação de todas as redes comerciais a captação de recursos. Esta prioridade foi inclusivamente estendida à actividade dos *credit centers*, inicialmente vocacionados exclusivamente para a concessão de crédito a particulares. Todavia, é de salientar que o desempenho do Banco nesta área foi condicionado pela actuação dos principais concorrentes que praticaram taxas de depósitos claramente acima das taxas de referência dos mercados financeiros, contribuindo para tornar o desafio de crescimento da carteira de recursos a preços compatíveis com patamares mínimos de rentabilidade mais difícil de concretizar.

O Banco fechou o exercício com um resultado negativo de 34,9 milhões de euros, valor que compara favoravelmente com as projecções iniciais, em resultado da adopção de uma política criteriosa de gestão de custos, ajustando a taxa de crescimento dos mesmos ao crescimento real da rede comercial e à dimensão das variáveis de negócio.

Nos primeiros dias de Janeiro teve lugar uma operação de aumento de capital, inteiramente subscrito por entidades detidas a 100% pelo Grupo Millennium, com um encaixe global equivalente a 67 milhões de euros, realizado com o objectivo de dotar o Banco dos meios necessários à prossecução dos objectivos de crescimento da actividade, mantendo níveis adequados de capital.

Os principais desafios para 2009 prendem-se:

- na área de banca de particulares, com a necessidade de consolidar o reajustamento estratégico, já iniciado em 2008, de suportar o crescimento do crédito através de produtos de menor risco, apostando simultaneamente na captação de recursos de clientes incluindo-se, neste âmbito, o segmento de "Mass-market";
- na área de *corporate banking*, com a adopção de uma política de concessão de crédito selectiva, privilegiando a presença em sectores de actividade menos vulneráveis à presente conjuntura macroeconómica e em clientes de bom risco, complementada com uma disciplina de *pricing* ajustada, quer ao custo de *funding* quer ao custo de risco;
- com um apertado controlo de custos suportando, tanto quanto possível, o crescimento da actividade com ganhos de eficiência;
- com a afirmação do Banco, perante os principais Stakeholders, como uma instituição de crédito capaz de oferecer um serviço global e que assenta o seu crescimento em elevados padrões de qualidade de serviço, suportados por uma gestão criteriosa dos principais riscos que caracterizam a sua actividade, designadamente os riscos de crédito, de liquidez, operacional e estratégico.

Turquia

O Millennium bank na Turquia desenvolve a sua actividade baseada numa estratégia diferenciadora, cujos principais pilares são a excelência e conveniência do serviço e uma oferta de produtos e serviços inovadores, dirigida aos segmentos de particulares de elevados rendimentos e PME. O Banco opera através de 18 sucursais e tem 320 colaboradores.

Em 2008, enfocou a sua actividade na atracção de novos clientes e no aumento do *cross-selling*, tendo aumentado o número de clientes em 6%, de 19,1 mil para 20,3 mil e alargado a gama de produtos. Neste âmbito, foi estabelecido um acordo de agência com a Basak Groupama Pension Company, tendo sido lançado um produto de pensões denominado "*Exclusive Pension Plan*". Este produto consiste num plano que ajuda os clientes a atingir as suas expectativas de reforma e simultaneamente contribuiu para aumentar as comissões do Millennium bank na Turquia, gerando oportunidades de *cross-selling* junto dos clientes actuais e potenciais.

Com vista a aumentar os volumes geridos na área de gestão de activos, foram lançados novos pacotes de produtos e desenvolvidas várias campanhas de marketing, com destaque para os depósitos a prazo e os fundos mobiliários. O lançamento destas campanhas e produtos teve particular atenção às condições dos mercados financeiros, tendo contribuído para minimizar os efeitos negativos do envolvente adverso no contexto local.

No decurso de 2008, o Millennium bank na Turquia enfocou também a sua actividade na concessão de crédito ao consumo, tendo lançado várias campanhas para promover o crédito a particulares, as quais foram responsáveis por 63% do montante total de crédito concedido.

A unidade de negócio de PME foi lançada no início de 2008, com o objectivo de proporcionar o melhor serviço e uma excelente execução aos clientes, colocando o Millennium bank na Turquia numa posição única para explorar de forma complementar a banca de negócios. Este segmento de negócios apresenta um elevado dinamismo, tendo sido responsável em grande

parte pelo crescimento económico da Turquia nos anos mais recentes, e é altamente competitivo. Neste segmento, a estratégia do Millennium bank na Turquia tem sido bem sucedida, tendo atingido no final do ano a marca de 4,8 mil clientes.

A actividade do Millennium bank na Turquia, em 2008, registou um resultado líquido superior ao registado em 2007 e acima do *break-even*, devido ao desempenho dos outros proveitos de exploração, nomeadamente dos resultados em operações financeiras, que mais que compensaram o decréscimo registado na margem financeira, associado ao aumento do custo dos depósitos de clientes e à redução significativa do volume da carteira de títulos, e o resultado obtido com a venda do edifício da sede social.

Millennium bank na Turquia

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	2007	Var. % 08/07
				excluindo efeito cambial	
Activo total	549,7	670,7	-18,0%	535,9	2,6%
Crédito a clientes (bruto)	412,0	428,9	-3,9%	342,7	20,2%
Crédito a clientes (líquido)	408,5	425,9	-4,1%	340,3	20,1%
Recursos de clientes	461,3	705,5	-34,6%	563,7	-18,2%
Dos quais: de balanço	346,0	450,6	-23,2%	360,1	-3,9%
fora de balanço	115,3	254,9	-54,8%	203,7	-43,4%
Situação líquida	70,2	63,4	10,8%	50,6	38,7%
Margem financeira	7,3	15,4	-52,8%	14,5	-49,8%
Outros proveitos operacionais	19,7	9,1	117,3%	8,5	131,0%
Custos operacionais	24,6	24,9	-1,5%	23,5	4,6%
Imparidade e provisões	1,5	0,6	141,2%	0,6	156,3%
Resultado líquido	1,8	-0,8	323,1%	-0,7	337,1%
Nº de clientes (milhares)	20,3	19,1	6,0%		
Colaboradores (número)	320	300	6,7%		
Sucursais	18	16	12,5%		
% de capital detido	100,0%	100,0%			
Taxas de câmbio:					
Balanço 1 euro =	2,149	1,717	liras turcas.		
Demonstração de Resultados 1 euro =	1,897	1,785	liras turcas.		

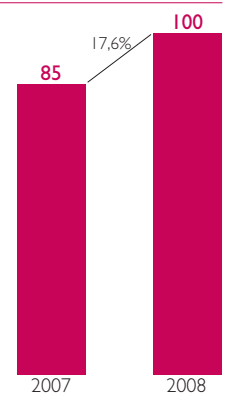
Na sequência da análise que efectuou ao *portfolio* de operações internacionais, e tendo presente a estratégia oportunamente anunciada de enfoque nos mercados prioritários, o Millennium bcp iniciou, com o apoio de consultores externos, um processo de aferição de diferentes opções, incluindo a de eventual alienação da participação no Millennium bank AS, na Turquia.

Moçambique

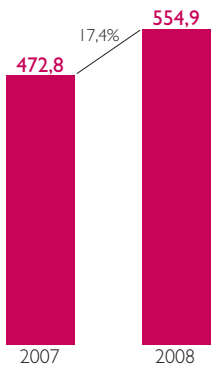
O Millennium bim é o maior banco em Moçambique, com 100 sucursais, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços financeiros, incluindo seguros. Em 2008, o Banco prosseguiu o programa de expansão da rede de sucursais de Retalho iniciado em 2007, tendo atingido a marca histórica das 100 sucursais e 500 mil clientes. No plano comercial, aprofundou-se a segmentação de negócio e promoveu-se os canais alternativos de acesso ao Banco, com o aumento e substituição do parque de ATM e POS, traduzindo-se na melhoria do serviço prestado e no aumento da satisfação dos clientes.

Número de sucursais

Unidades



Número de clientes
Milhares



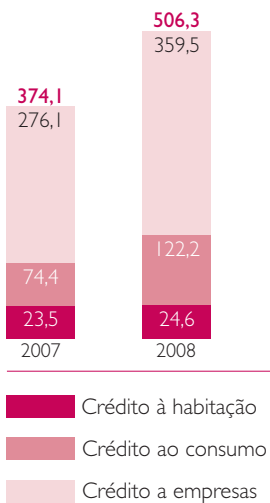
Sendo a Banca de Retalho a área de negócios dominante da actividade do Millennium bim, o programa de expansão da rede de sucursais e do parque de ATM e POS, e a dinamização de um produto de crédito ao consumo (CNV) constituíram as principais iniciativas estratégicas implementadas por forma a atingir os objectivos definidos de garantir uma oferta mais abrangente e diversificada, preservar a rentabilidade e manter a quota de mercado.

Foram abertas 15 novas sucursais em 2008 e instaladas novas ATM e POS, atingindo-se assim 100 sucursais, 240 ATM e 2.300 POS em funcionamento no final do ano. Foram ainda implementadas iniciativas tendentes à melhoria da qualidade de serviço, tendo sido reabilitadas 16 sucursais, que passaram a ter a mesma imagem e conforto das sucursais novas e uma área de acesso 24 horas por dia, garantindo o acesso através de canais alternativos de banca electrónica. Relativamente ao produto CNV, verificou-se um crescimento de 59% da carteira, quando comparado com o período homólogo.

O aumento do número de ATM foi determinante para assegurar uma cobertura nacional. Paralelamente, foi levado a cabo o rejuvenescimento do parque de ATM, através da substituição por equipamentos modernos que, dado o seu elevado desempenho, permitiram um crescimento de cerca de 46% no número de transacções, tendo-se alcançado a marca de três milhões de transacções por mês.

Ao nível dos POS, foram introduzidos novos modelos, mais robustos e económicos, com diferentes valências técnicas, adequadas às realidades actuais do mercado. Foi terminado o desenvolvimento de novas transacções para este canal, tais como a venda de recargas de telemóvel, o pagamento de serviços, transferências entre contas, depósitos e levantamentos, a somar às já existentes compras e consulta de saldos, permitindo um crescimento no número de transacções em cerca de 37%, superando as 300 mil por mês.

Crédito a clientes (bruto)
(excluindo efeito cambial)
Milhões de euros



Millennium bim

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	excluindo efeito cambial	
				2007	Var. % 08/07
Activo total	1.042,4	860,8	21,1%	852,9	22,2%
Crédito a clientes (bruto)	506,3	377,6	34,1%	374,1	35,4%
Crédito a clientes (líquido)	484,1	359,0	34,8%	355,7	36,1%
Recursos de clientes	804,2	652,6	23,2%	646,6	24,4%
Dos quais: de balanço	804,2	652,6	23,2%	646,6	24,4%
Situação líquida	143,5	101,6	41,2%	100,7	42,5%
Margem financeira	78,1	67,1	16,5%	66,4	17,7%
Outros proveitos operacionais	41,8	33,3	25,7%	32,9	27,0%
Custos operacionais	54,3	48,9	11,0%	48,4	12,1%
Imparidade e provisões	2,5	5,8	-57,1%	5,7	-56,7%
Resultado líquido	51,5	41,4	24,6%	40,9	25,8%
Nº de clientes (milhares)	554,9	472,8	17,4%		
Colaboradores (número)	1.762	1.595	10,5%		
Sucursais	100	85	17,6%		
% de capital detido	66,7%	66,7%			
Taxas de câmbio:					
Balanco 1 euro =	35,155	34,830	meticais.		
Demonstração de Resultados 1 euro =	35,770	35,405	meticais.		

O resultado líquido consolidado atingiu, no final de 2008, 1.842,8 milhões de meticais, cerca de 51,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 25,8% (24,6% em euros) face a 2007, tendo sido condicionado pelo fim da isenção fiscal sobre os títulos da dívida pública. O resultado antes de impostos aumentou 39,8% (38,4% em euros) face a 2007. A margem financeira aumentou 17,7% (16,5% em euros) e o produto bancário 20,8% (19,5% em euros). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 43,5%, o que compara com 50,5% em 2007.

O activo total atingiu 36.645,2 milhões de meticais (cerca de 1.042,4 milhões de euros), o que representa um crescimento de 22,2% (21,1% em euros), em relação a 2007. O crédito a clientes registou um crescimento significativo, de 36,1% (34,8% em euros), atingindo 17.017,4 milhões de meticais (cerca de 484,1 milhões de euros). Os recursos de clientes aumentaram 24,4% (23,2% em euros) em relação a 2007 para 28.270,8 milhões de meticais (cerca de 804,2 milhões de euros).

Não obstante o impacto do programa de expansão da rede de sucursais e o envolvente adverso, que tem contribuindo para o aumento dos custos operacionais, o rácio de eficiência reduziu-se ligeiramente, para 45,3%, versus 47,1% em 2007.

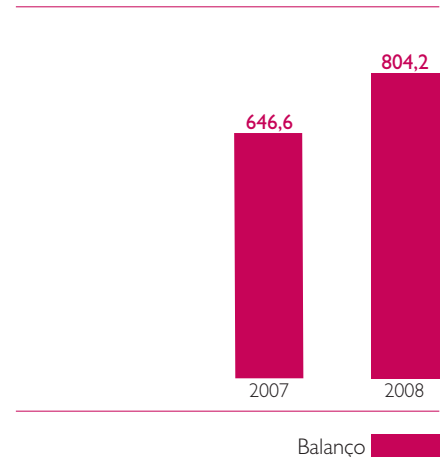
O Millennium bim tem visto o trabalho desenvolvido reconhecido por entidades externas. Em 2008, foram atribuídas as mais elevadas distinções que alguma vez um banco sediado em Moçambique logrou alcançar, tendo sido considerado pela revista Euromoney, o “Melhor Banco Moçambicano”; nomeado pela quarta vez “O Banco do Ano em Moçambique” pela revista *The Banker*; e nomeado pela IC *Publisher of African Banker Magazine* como um dos sete “Melhores Bancos de África”, nomeação que ocorreu no Fórum Anual do Banco Mundial e do FMI em Washington.

Desde a sua fundação, o Millennium bim tem vindo a valorizar a função social como componente fundamental da sua missão, quer através da promoção da qualificação profissional e do desenvolvimento pessoal dos seus colaboradores, quer do exercício da sua responsabilidade social perante a comunidade na qual se insere e da qual faz parte, tendo sido a primeira empresa moçambicana a publicar um relatório de Responsabilidade Social, liderando e inovando também na prática a disseminação de uma atitude socialmente responsável. A implementação do Programa de Responsabilidade Social do Millennium bim “Mais Moçambique pra Mim” prosseguiu com a realização de várias actividades ao longo do ano.

A subsidiária do Millennium bim, Millennium seguros, manteve a sua posição de liderança no mercado de seguros, registando um crescimento na receita processada de 33% em 2008. O resultado líquido situou-se em 184 milhões de meticais (cerca de 5,1 milhões de euros), o que representa um crescimento de apenas 13,4% face ao ano anterior (12,2% em euros), tendo sido bastante condicionado pelo fim da isenção fiscal sobre os títulos da dívida pública. O resultado antes de impostos aumentou cerca de 57,3% (55,6% em euros) face a 2007.

Os principais vectores estratégicos para 2009 continuarão a ser a procura constante da melhoria dos serviços e a inovação, com vista a expandir a base de clientes e maximizar a rentabilidade. Será dada especial atenção ao reforço da capacidade comercial, à expansão da banca electrónica e ao programa de expansão de sucursais. Em paralelo será mantido o rigor no cumprimento das questões de *compliance* e na gestão de risco.

Recursos de clientes (excluindo efeito cambial) Milhões de euros



Angola

O Banco Millennium Angola, S.A. (BMA) foi constituído em 3 de Abril de 2006, por transformação da Sucursal Millennium bcp em Banco de direito angolano. Em 2008, o Banco Millennium Angola reforçou o seu objectivo de contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro em Angola, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores.

O ano de 2008 foi particularmente positivo para o futuro do Banco Millennium Angola. A conclusão da parceria entre o Millennium bcp, a petrolífera estatal angolana Sonangol e o Banco Privado Atlântico, S.A. (BPA) permitiu a redefinição do plano estratégico do Banco para o período 2009 a 2012 e a elaboração de um ambicioso plano de negócios para tornar o Banco Millennium Angola num dos principais bancos no mercado angolano. No âmbito desta parceria a Sonangol e o BPA vão assumir 29,9% e 20%, respectivamente, no capital do Banco Millennium Angola, através de uma operação de aumento de capital de aproximadamente 85 milhões de euros, e o Banco Millennium Angola vai adquirir uma participação de 10% no capital do BPA. Gerou-se assim uma nova ambição de crescimento, com enfoque no crescimento orgânico e foram renovadas as condições para a aposta do Banco Millennium Angola no mercado angolano.

Tornar-se num dos maiores bancos de referência no mercado Angolano constitui, assim, a grande aspiração do Banco Millennium Angola, a qual passa pela execução de um ambicioso plano de expansão do Banco e pelo reforço de capital humano qualificado, com vista a dar resposta às necessidades e oportunidades que surgem no mercado. O Banco Millennium Angola prosseguiu, em 2008, o programa de expansão da rede de sucursais, com a abertura de sete sucursais, tendo atingido no, final do ano, 16 sucursais. O número de clientes e de colaboradores aumentou, respectivamente, 20,9% e 68,1%, face a 2007.

No final de Dezembro de 2008, o Banco Millennium Angola detinha um activo total de 459,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 102,2% face a 2007. Os volumes de crédito e de recursos de clientes registaram uma evolução muito positiva ao longo do ano, traduzindo-se num aumento de 84,1% e 86,0%, respectivamente, face ao ano anterior. O rácio de eficiência situou-se em 71,6%, acima do obtido em 2007, devido ao impacto dos custos associados ao projecto de expansão do Banco.

O resultado líquido diminuiu 13,8% relativamente ao resultado obtido em 2007. Esta evolução resultou essencialmente dos investimentos e custos associados à expansão da rede de balcões, assim como do forte investimento efectuado durante o ano ao nível dos sistemas de informação e de comunicação, implementação de novos projectos, publicidade e recrutamento de pessoal.

Millennium Angola*

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	2007	Var. % 08/07
				excluindo efeito cambial	
Activo total	459,3	227,2	102,2%	239,8	91,6%
Crédito a clientes (bruto)	218,7	118,7	84,1%	125,3	74,5%
Crédito a clientes (líquido)	212,6	115,9	83,4%	122,3	73,8%
Recursos de clientes	279,4	150,2	86,0%	158,5	76,3%
Dos quais: de balanço	279,4	150,2	86,0%	158,5	76,3%
Situação líquida	43,3	36,6	18,4%	38,6	12,1%
Margem financeira	12,6	10,7	18,0%	10,2	23,9%
Outros proveitos operacionais	11,4	8,1	40,0%	7,7	46,9%
Custos operacionais	17,2	10,2	68,3%	9,7	76,6%
Imparidade e provisões	2,9	1,5	91,5%	1,4	100,9%
Resultado líquido	4,4	5,0	-13,8%	4,8	-9,6%
Nº de clientes (milhares)	16,6	13,7	20,9%		
Colaboradores (número)	311	185	68,1%		
Sucursais	16	9	77,8%		
% de capital detido	100,0%	100,0%			

* O Banco Millennium Angola iniciou a sua actividade em Abril de 2006, com a transformação da sucursal Millennium bcp de Luanda em banco de direito local.

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro = 104,69 110,49 kwanzas.
 Demonstração de Resultados 1 euro = 110,64 105,44 kwanzas.

Os principais desafios para 2009 consistirão essencialmente na continuação da execução do ambicioso plano de expansão, traduzido na abertura de 24 sucursais, na melhoria da eficiência do negócio e dos processos, no aumento da base de clientes, no recrutamento de colaboradores num mercado com algumas limitações de recursos humanos qualificados, no desenvolvimento de programas de retenção e de formação, na optimização dos sistemas de informação e na sustentabilidade dos níveis de serviço.

Estados Unidos da América

O Millennium bcpbank é um banco comercial, fundado em Outubro de 2000, que opera segundo uma abordagem de banco de comunidade e oferece serviços financeiros personalizados a par de produtos e serviços destinados ao público em geral, vocacionado para servir as comunidades de língua portuguesa e os grupos étnicos gregos, com sede em New Jersey. Os depósitos do Banco são garantidos pelo Fundo de Garantia em concordância com as regras e regulamentos do *Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC)*. O Banco é regulado pelo *Office of the Comptroller of the Currency (OCC)* e pelo *FDIC*.

No decurso de 2008, o Millennium bcpbank prosseguiu o seu objectivo estratégico de se tornar o banco de primeira escolha para o seu mercado alvo, num contexto particularmente adverso. As prioridades estratégicas centraram-se no fortalecimento das funções de controlo interno e

na gestão da liquidez, ao mesmo tempo que se desenvolveram esforços para preservar a margem financeira e para melhorar a qualidade de crédito do Banco. O Banco reforçou ainda a sua imagem institucional de banco de comunidade, com campanhas que promoveram os valores locais; reforçou a abordagem segmentada ao mercado; aumentou a conveniência dos clientes e implementou um plano formal de incentivos para colaboradores. O Millennium bcpbank lançou uma campanha institucional com o slogan "*banking with whom you trust*", associando a confiança em quem se conhece com o factor vizinhança, reforçando os valores comuns do Banco e das comunidades que este serve.

De entre as iniciativas implementadas com o objectivo de aumentar a conveniência do Banco, destaca-se o lançamento de um produto que possibilita aos clientes fazerem depósitos remotos, traduzindo-se no aumento da cobertura geográfica, em novas oportunidades de negócio, no aumento da retenção de clientes e na simplificação de *workflows*. No que respeita ao segmento de particulares, o Banco promoveu uma devolução de seis dólares em ATM para os clientes que fizessem depósitos directos. No segmento de pequenos negócios, foi lançada uma nova linha de produtos, denominada *Go For Business*, evoluindo de uma abordagem baseada no produto para uma abordagem baseada no segmento, contribuindo para promover um esforço de vendas mais enfocado e dirigido.

A actual envolvente nos Estados Unidos da América traduziu-se em desafios crescentes para o Millennium bcpbank. A acção dos reguladores e as exigências em matéria de *compliance* continuam na ordem do dia, com particular destaque para as questões da qualidade de crédito e dos planos de financiamento de contingência. Neste âmbito, o Millennium bcpbank tem vindo a ajustar a sua estrutura e práticas de gestão para responder a estes desafios, reposicionando o Banco, o que se traduziu na alteração das prioridades estratégicas, que passaram do crescimento para a qualidade dos activos e para o *pricing* adequado ao risco de cada produto e serviço. A alteração de comportamento por parte dos clientes, que passaram a preferir produtos financeiros mais conservadores, permitiu ao Banco manter uma boa base de depósitos, ao mesmo tempo que contribuiu para a defesa da margem financeira.

O desempenho em 2008 foi fortemente influenciado pelas condições de mercado. O resultado líquido foi condicionado pelo nível de imparidades de crédito, tendo em vista a qualidade da carteira de crédito, assim como pela reversão dos impostos diferidos em balanço. Ainda assim, registou-se uma melhoria assinalável dos custos operacionais, que se reduziram em 3,4 milhões de euros, em particular dos custos com pessoal, com uma redução de 2,1 milhões de euros.

Millennium bcpbank

Milhões de euros

	2008	2007	Var. % 08/07	2007	Var. % 08/07
				excluindo efeito cambial	
Activo total	565,8	595,9	-5,0%	630,3	-10,2%
Crédito a clientes (bruto)	468,2	417,3	12,2%	441,4	6,1%
Crédito a clientes (líquido)	461,2	413,6	11,5%	437,5	5,4%
Recursos de clientes	477,5	528,2	-9,6%	558,7	-14,5%
Dos quais: de balanço	477,5	528,2	-9,6%	558,7	-14,5%
Situação líquida	53,4	57,5	-7,0%	60,8	-12,1%
Margem financeira	18,7	18,5	1,3%	17,2	9,0%
Outros proveitos operacionais	5,4	7,6	-29,5%	7,1	-24,2%
Custos operacionais	23,2	26,6	-12,9%	24,8	-6,3%
Imparidade e provisões	4,5	0,2	2.058,2%	0,2	2.222,1%
Resultado líquido	-6,1	-0,5	-1.029,6%	-0,5	-1.115,3%
N.º de clientes (milhares)	26,4	26,0	1,5%		
Colaboradores (número)	235	234	0,4%		
Sucursais	18	18	0,0%		
% de capital detido	100,0%	100,0%			
Taxas de câmbio:					
Balanço 1 euro =	1,3917	1,4721	Dólares norte-americanos		
Demonstração de Resultados 1 euro =	1,4766	1,3724	Dólares norte-americanos		

As perspectivas para 2009 apontam para uma continuação da deterioração da envolvente macro-económica. O Banco deverá continuar a consolidar as suas linhas de negócio, prosseguir o seu plano de reposicionamento e a promover esforços para aumentar a eficiência. O Banco manter-se-á focado em melhorar a sua qualidade de crédito e a iniciativa recentemente lançada, denominada “*core deposit initiative*”, deverá contribuir para melhorar a gestão da liquidez. A base de clientes fidelizada e a abordagem de marketing enfocada deverão permitir aumentar os índices de *cross-selling*, contribuindo para mitigar um crescimento modesto esperado dos volumes.

Serviços Bancários

As Direcções que compreendem a área de Serviços Bancários – IT Global Division, Direcção Administrativa e Patrimonial, Gabinete de Prevenção e Segurança, Direcção de Operações, Direcção de Crédito, Direcção de Recuperação de Crédito e Direcção de Planeamento e Controlo de Serviços Centrais – desenvolvem um conjunto de serviços especializados de suporte às diversas unidades de negócio em Portugal e no estrangeiro, contribuindo para a redução de custos de transformação, melhoria da qualidade de serviço, manutenção de um nível de inovação tecnológica diferenciador e minimização dos riscos de crédito e operacionais incorridos. Estes objectivos enquadram-se nas orientações estratégicas definidas para o Grupo Millennium e contribuem para materializar as aspirações de rentabilidade e crescimento do Grupo.

As principais vertentes da actuação na área de Serviços Bancários pautaram-se pela simplificação organizativa, gestão austera de novos investimentos e dos custos de transformação e consecução de medidas tendentes a melhorar os níveis de serviço dos principais processos relevantes para a actividade comercial.

Ao nível da simplificação organizativa refere-se a incorporação da Direcção de Recuperação de Crédito no perímetro dos Serviços Bancários, permitindo melhorar alinhamentos e extrair sinergias com outras unidades desta área. Criou-se o Gabinete de Prevenção e Segurança, de modo a obter-se o reforço da prevenção e a simplificação de todo o modelo de funcionamento das áreas de segurança física e de sistemas de informação, bem como da continuidade de negócio. A Direcção Administrativa e Patrimonial passou a integrar o Departamento de Desinvestimento de Imóveis, o que permitiu uma maior proximidade na gestão dos imóveis não afectos à exploração e na preparação da sua alienação. A unidade responsável pelo processo de contabilidade analítica e facturação interna foi também incorporada na Direcção de Planeamento e Controlo de Serviços Centrais, que passou a actuar de forma integrada na gestão de custos e medida do desempenho das diversas unidades dos Serviços Centrais.

A elevada austeridade na gestão criteriosa dos custos, cuja actualidade foi ampliada pela degradação do contexto vivido no sector financeiro ao longo do ano, permitiu terminar o ano de 2008 com desvios orçamentais positivos, que se traduziram num decréscimo anual de 9% do número de colaboradores das áreas de Serviços Bancários, calculado em perímetro equivalente, tendo grande parte dos colaboradores transferidos incorporado áreas comerciais e uma unidade entretanto criada para desenvolver diversas actividades anteriormente externalizadas. Os custos de transformação do conjunto das Direcções de Serviços Bancários reduziram-se nominalmente em 1,8% e o volume de investimentos situou-se em linha com o observado no ano anterior, não obstante a expansão relevante da rede de sucursais e a implementação de novas ferramentas de apoio ao negócio.

A medição e gestão activa dos níveis de serviço dos diversos processos de apoio à actividade comercial continuou a marcar a definição dos principais indicadores de desempenho das áreas mais operativas, observando-se uma melhoria contínua dos patamares alcançados, o que se traduziu num aumento do grau de satisfação dos clientes internos, com reflexos muito positivos na qualidade de serviço proporcionado aos clientes do Grupo.

Como principais iniciativas de índole estratégica, refere-se a continuação do plano de abertura e renovação de sucursais, o robustecimento dos sistemas de Tecnologias de Informação (TI), a maior interligação com as operações no estrangeiro, a optimização da gestão do risco operacional, a melhoria dos sistemas automáticos de apoio à decisão de crédito e a implementação de um novo modelo operativo de recuperação de crédito no Retailho.

IT Global Division (ITGD)

O IT Global Division (ITGD) desenvolveu e concluiu em 2008 um conjunto de projectos e iniciativas estruturantes nas diferentes áreas do seu perímetro de actuação, com vista a prosseguir um processo contínuo de melhoria da eficiência operativa, dos níveis de serviço e de adaptação, em tempo oportuno, aos requisitos de negócio. Como corolário das iniciativas implementadas, os níveis de satisfação dos clientes internos com o ITGD atingiram os melhores valores de sempre.

A implementação de um novo modelo assente em unidades “locais”, focadas, em exclusivo, em servir os clientes nos diferentes países, e em unidades “globais”, responsáveis pela gestão concentrada e consistente dos processos, infra-estruturas, contratos e projectos transversais, constitui a principal alteração de natureza organizacional do ITGD em 2008.

As iniciativas de robustecimento aplicacional e renovação tecnológica contribuíram para a obtenção de níveis de disponibilidade das principais aplicações de suporte ao negócio bancário e segurador consistentemente superiores a 99,5%; por seu lado, a melhoria continuada dos níveis de serviço de atendimento e resolução de problemas de incidentes reportados pelos nossos clientes internos através do *helpdesk* repercutiu-se na evolução muito favorável dos respectivos indicadores de avaliação. Merecem ainda realce as melhorias implementadas no âmbito do processo de concessão, decisão e gestão de crédito, nas ferramentas de suporte à actividade comercial, bem como nas de melhoria e racionalização operacional.

Na vertente internacional, importa salientar a consolidação da operação Romena e da sua arquitectura aplicacional e tecnológica, que constitui já o quadro de referência para o desenvolvimento do modelo de suporte às operações internacionais, a melhoria das telecomunicações das sucursais na Polónia e a conclusão do projecto *Sprint* na Grécia e a consequente uniformização e interligação das estações de trabalho.

A normalização do processo de *Quality Control* nas diferentes operações do Grupo Millennium, com a consolidação dos procedimentos na Grécia e a implementação de unidades “locais” em Moçambique e Angola, bem como o projecto *Multidomestic Process Management* (MPM), nas áreas do *Change, Problem e Incident Management*, implementado em Portugal e já em expansão para a Polónia e Angola, constituem etapas fundamentais na estratégia de normalização de processos e metodologias.

Foi implementada e testada uma nova solução tecnológica de replicação de dados, baseada em alta tecnologia de transmissão e controle de cópia remota, num processo que permite, para as aplicações críticas do Banco, uma diminuição significativa do risco operacional. Referência adicional aos testes de continuidade das aplicações *core* na Turquia, Roménia, Grécia e Polónia – concluídos com sucesso – e que se enquadram nas estratégias de centralização e *Disaster Recovery*, bem como à continuação da implementação da nova tecnologia de monitorização aplicacional *End User Experience*.

Referência ainda para a instalação de um centro de competência ICBS em Lisboa, com vista a reforçar, como prioridade inicial, a capacidade de suporte do Millennium bcp ao programa de expansão do Banco Millennium Angola, que conta, agora, com uma equipa local reforçada.

Direcção Administrativa e Patrimonial

No âmbito no plano de expansão da rede comercial definido no Programa Millennium 2010, foram abertas 40 novas sucursais em 2008, foram efectuadas intervenções significativas em

cerca de 90 sucursais e concluiu-se o programa global de substituição dos suportes de preçário, que permitem dar resposta às orientações mais recentes do Banco de Portugal. Ao nível dos edifícios de serviços centrais, foi efectuado um esforço significativo de rentabilização de espaços e desocupação de áreas, o que implicou a realocação de cerca de 3.500 postos de trabalho e permitiu a libertação de dois edifícios em Lisboa.

Na vertente administrativa e de aprovisionamento, em 2008 foi dado especial enfoque à externalização total dos correios, bem como à consolidação da implementação do novo *software* de contabilização e pagamento de facturas. Ambas as actividades sustentaram o objectivo de redução de custos, sem prejuízo da qualidade global do desempenho.

A actividade da área de desinvestimento de imóveis processou-se num enquadramento condicionado pelo forte abrandamento do mercado imobiliário, com particular relevância no mercado de usados e nos segmentos médio/médio baixo. Deste modo, não obstante a concretização dos objectivos anuais em termos de volume de desinvestimento (cerca de 120 milhões de euros) – com o suporte do tradicional canal mediador, da realização de três leilões imobiliários presenciais, de canais alternativos de venda, como o leilão em versão *online* e a venda de imóveis no formato "campanha" –, o fluxo significativo de imóveis de baixo valor recebidos durante o exercício implicou um aumento do *stock* de imóveis existentes para desinvestimento.

Gabinete de Prevenção e Segurança

Tendo por objectivo o reforço da prevenção e a simplificação de todo o modelo de funcionamento das áreas de segurança física, sistemas de informação e da continuidade de negócio, foi criado o Gabinete de Prevenção e Segurança, que tem como principal missão minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto de situações lesivas da segurança das pessoas e operações das instituições do Grupo Millennium nas vertentes preventiva e reactiva.

Em termos da segurança física prosseguiu o *rollout* do sistema de videovigilância digital nos termos planeados. Em relação ao Projecto *Security Room*, foi concluído o teste piloto da centralização da monitorização de alarmes, com resultados muito positivos, o que perspectiva o início de *rollout* no primeiro trimestre de 2009. De igual modo, prosseguiram as acções de implementação do conceito de bastidor de segurança física, de novos modelos de fechadura de cofre de numerário e porta de entrada nas sucursais, com possibilidade de interbloqueamento em locais de risco elevado.

Em 2008, registou-se no sector bancário um acréscimo significativo do número de assaltos a sucursais. Ao nível dos ATM e devido às medidas implementadas, com particular destaque para o sistema de tintagem – entretanto adoptado pelo restante sistema bancário – foi possível, num ano de acrescida criminalidade, apresentar uma evolução decrescente.

No respeitante à segurança de sistemas de informação, relevam-se a implementação das bases de políticas de segurança, designadamente a Política de Segurança de Informação e as diferentes Políticas de Suporte à Segurança da Informação. Em termos de acessos lógicos, iniciou-se a preparação da centralização da gestão de acessos das operações polaca e grega, assim como da atribuição de perfis de acessos em diversos Serviços Centrais.

Relativamente ao plano de continuidade de negócio, destaca-se o lançamento da segunda iteração do Projecto PCN em Portugal, englobando a definição e o lançamento do programa

de testes e a identificação e validação de modos alternativos, simplificados, de executar os processos críticos num cenário de incidente grave. Procedeu-se ainda a uma análise exaustiva das aplicações informáticas que suportam os processos críticos com vista à identificação dos tempos de recuperação objectivo a considerar na solução de *Disaster Recovery*.

Direcção de Operações

No decurso de 2008 prosseguiu-se a estratégia de aumento da eficiência operativa, por via da optimização e automatização dos processos, com consequências numa redução expressiva do quadro de colaboradores e dos custos de funcionamento, com impacto no crescimento da produtividade e salvaguardando os níveis de serviço e indicadores de satisfação dos clientes.

Em 2008, registou-se um decréscimo da actividade global da Direcção de Operações, em particular no que respeita ao crédito à habitação, operações de bolsa e meios de pagamento. Em sentido inverso, apresentaram-se as operações de crédito a empresas por via do aumento do negócio e do esforço de *repricing*. Em simultâneo, registou-se um forte aumento dos requisitos dos supervisores, com consequências num maior esforço interno de monitorização e reporte, em especial nas áreas de Títulos e Operações Financeiras.

Entre as principais iniciativas promovidas em 2008, merecem referência particular: o alargamento do âmbito das tarefas executadas pelo Departamento de Operações Financeiras nas operações internacionais do Grupo; o arranque das transferências a crédito SEPA e do Target II, assim como o início dos trabalhos de preparação para os débitos directos SEPA; a análise e implementação pelo Departamento de Títulos de um conjunto de melhorias processuais, nomeadamente a racionalização das contas abertas junto da *EuroClear*; a reengenharia do processo de crédito à habitação, com introdução de *outsourcing* na produção dos distrates e na contratação de crédito, centralização dos serviços num único local e a criação da rede de notários e procuradores do Banco com alteração dos procedimentos de conversão dos registos; o processo de registo e monitorização diária dos colaterais financeiros, com geração de alertas e regularização; o arranque dos trabalhos preparatórios da criação de uma base de dados dos bens recebidos como colaterais de crédito; e de uma nova operativa de abertura de conta de clientes particulares.

Direcção de Crédito

Atendendo à degradação generalizada da conjuntura do mercado, o número total de propostas analisadas pela Direcção de Crédito sofreu naturalmente uma quebra expressiva face ao ano anterior. Em simultâneo, verificou-se um aumento expressivo do contributo das decisões automáticas, o que constitui um dos objectivos estratégicos da Direcção de Crédito. Os níveis de serviço permaneceram estáveis ao longo do ano.

Na unidade de Acompanhamento de "Mass-market", destacam-se a apresentação à rede da operativa de decisão de *pay-no-pay* no segmento de Negócios em situações de *Non Sufficient Funds*, bem como a implementação do processo, ao nível dos diferentes níveis de decisão, e dos novos prazos para decisão na Direcção de Crédito dos Planos de Acção, que passaram de 120 para 30 dias.

Por seu lado, a actividade da Unidade de Modelos de Risco e Decisão centrou-se na afinação e alargamento de modelos de avaliação e processos de decisão. Em Portugal, procedeu-se à implementação de uma nova versão de *scoring* e *credit facilities* do Modelo TRIAD, o principal motor de suporte ao processo de classificação de clientes particulares e pequenos negócios e

atribuição de limites para decisão de crédito nas redes de Retalho em Portugal, à afinação da estratégia para particulares via nova *release TRIADTM* (disponibilizada também às operações na Polónia e Moçambique), alargando-se o modelo a garantias bancárias e operações sobre o estrangeiro e à definição de um novo ciclo de renovação central de linhas e limites de crédito com revisão do grau de risco e *repricing*.

Na área de Avaliações, introduziram-se melhorias no processo de avaliação, foram revistos os contratos de avaliação de bens imóveis, reduzindo-se o número de empresas externas, procedeu-se à integração das avaliações de bens móveis e iniciou-se um processo sistematizado de auditorias às avaliações externas.

Em 2008, a Central de Balanços recebeu e analisou mais 11% de demonstrações financeiras de Empresas e Autarquias, beneficiando da aquisição da base de dados da Informação Empresarial Simplificada (IES) e dos investimentos aplicacionais efectuados, que permitiram agilizar o processo de carregamento e acesso a dados contabilísticos de clientes.

Direcção de Recuperação de Crédito

O ano de 2008 foi marcado pela aprovação e implementação do novo modelo operativo de recuperação de Retalho, que se consubstanciou na utilização imediata de meios remotos de comunicação com os clientes, no reforço da capacidade de cobrança e reestruturação de crédito, na segmentação do tratamento de exposições em equipas de recuperação especializada para montantes de incumprimento superiores a 50 mil euros e na adopção de novos procedimentos de remessa para contencioso.

Para apoiar o novo modelo, foi desenvolvido um aplicativo de cobrança com um conjunto de funcionalidades que visam a maximização do desempenho das novas unidades do novo modelo. Foi implementado um programa de *outsourcing* com três equipas para apoio à primeira linha de recuperação. Procedeu-se ainda à instalação de um *workflow* de crédito nas equipas de Recuperação do Retalho e Grandes Riscos, permitindo a automatização do processo de decisão de crédito na Direcção de Recuperação de Crédito. A consolidação do novo modelo operativo de recuperação do Retalho deverá resultar numa acrescida eficácia na recuperação do crédito vencido.

Áreas Corporativas

As Áreas Corporativas incluem o Centro Corporativo, o Risk Office, o Compliance Office, as Direcções de Auditoria, Contabilidade, Relações com os Investidores, Comunicação, Participações Financeiras e Valorimetria, Qualidade, de Suporte à Gestão de Pessoas (DSGP), bem como a Direcção Jurídica, a Secretaria Geral, o Secretariado da Sociedade e a Fundação Millennium bcp.

Durante o ano de 2008, na actividade das Áreas Corporativas, destacam-se as iniciativas no âmbito da gestão das pessoas, de apoio ao desenvolvimento da estratégia, do reforço da disciplina na gestão do risco e do capital e as iniciativas de simplificação do Banco e de melhoria da eficiência.

A **Direcção de Suporte à Gestão de Pessoas (DSGP)** integrou, em Setembro, todas as áreas relacionadas com a gestão de pessoas, com o objectivo de reforçar a articulação e optimização dos processos e funções relevantes, contribuindo em simultâneo para o objectivo de simplificação da estrutura do Banco. A actividade da DSGP em 2008 ficou marcada pelo esforço desenvolvido com vista a fomentar o empenho e envolvimento dos colaboradores no reforço da relação com os clientes, contribuindo para estimular uma actividade comercial norteada por princípios de excelência. Este processo foi implementado recorrendo a vários instrumentos de gestão de pessoas de que se destacam os programas de detecção e desenvolvimento de talento, a formação nas suas várias vertentes, o desenvolvimento de um novo sistema de avaliação individual de desempenho, o acompanhamento dos processos de mobilidade dos serviços centrais para a área comercial. Integrados no Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais, 244 colaboradores trocaram os serviços centrais pela área comercial em 2008.

Em 2008, teve lugar uma reestruturação da estrutura organizativa da **Direcção de Auditoria**, que visou a melhoria da eficiência e eficácia da sua actuação, privilegiando o enfoque na análise do risco e nas auditorias por processo de negócio, em linha com as melhores práticas de auditoria interna. A actividade da Direcção de Auditoria contribuiu para a prossecução dos objectivos definidos no Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal para o sistema de controlo interno das instituições abrangidas pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF). Para além da actividade prevista no Plano de Auditoria para 2008, a Direcção de Auditoria executou um número significativo de acções não planeadas, relativas ao acompanhamento de autoridades de supervisão e resposta aos respectivos pedidos de informação e à emissão de pareceres relativos à adopção/alteração de normativos internos.

Merece ainda destaque a participação da Direcção de Auditoria, em colaboração com o Risk Office e o Compliance Office, na elaboração de Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno (do Banco e do Grupo) a apresentar ao Banco de Portugal.

Tendo em conta o envolvimento imposto às áreas de **Compliance** das instituições financeiras preconizado nos normativos emanados pelas entidades de supervisão sobre o sistema de controlo interno e *better regulation*, nomeadamente, o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008 e o Regulamento da CMVM n.º 3/2008, foi efectuada, durante o ano de 2008, a reorganização do Group Head of Compliance. No âmbito da função de Compliance, durante o ano de 2008 manteve-se o processo de consolidação do cumprimento das actuais recomendações internacionais de *Know your Customer*, designadamente tomando em consideração as recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), que constituem um procedimento importante na luta contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Durante o ano de 2008, consolidou-se o funcionamento do Competence Center, que visa a disponibilização e implementação de ferramentas informáticas de prevenção *Anti Money Laundering* (AML) junto das operações internacionais, tendo-se cumprido o calendário previsto da sua implementação. No que respeita à área dos mercados financeiros, destaca-se, o papel interventivo do Compliance Office ao nível do acompanhamento de todo o processo e dos respectivos mecanismos de controlo, que visaram a implementação da Directiva de Mercados e Instrumentos Financeiros.

No início do segundo semestre de 2008, a **Direcção da Qualidade** foi reorganizada tendo em vista um enfoque mais consistente nas suas actividades base: apoio à Gestão por Processos, onde se inclui o modelo que sustenta o Certificado da Qualidade do Banco; Gestão da Satisfação nas vertentes dos clientes externos, clientes internos e colaboradores; e gestão documental. As actividades relacionadas com a reengenharia de processos operativos e com o plano de continuidade de negócio, que se encontravam na esfera de competências da anterior Direcção da Qualidade e Processos, foram integradas respectivamente na Direcção de Operações e no Gabinete de Prevenção e Segurança.

Em 2008, foi criada a **Direcção de Participações Financeiras e Valorimetria**, que tem por missão a optimização da carteira de investimentos do Banco (excluindo participações financeiras em sociedades que integram o perímetro de consolidação do Grupo) e o desenvolvimento e administração de soluções valorimétricas para apoio da gestão das áreas financeiras e corporativas do Grupo. Os principais objectivos de actuação são: reforçar os processos de gestão e controlo de activos financeiros do Grupo; assegurar a melhor execução de processos de reconhecimento e desconhecimento de activos financeiros, designadamente de operações de crédito em situação de incumprimento; reforçar as competências e práticas do Grupo em termos de valorimetria de instrumentos financeiros; e contribuir para a eficiente e clara articulação entre as várias áreas financeiras do Grupo, com intervenção na originação, gestão, controlo e reporte de actividades financeiras.

No decurso de 2008, o **Centro Corporativo** prestou apoio às diversas iniciativas estratégicas do Grupo, nomeadamente, na revisão e actualização do Programa Millennium 2010; no aumento de capital em 1,3 mil milhões de euros, concluído com sucesso; na colocação de mil milhões de euros de obrigações hipotecárias, 1,25 mil milhões de euros de dívida sénior e nas securitizações das carteiras de crédito à habitação e de créditos de PME; no acompanhamento dos planos de expansão das diferentes geografias; na determinação do indicador relevante para o cálculo do capital regulamentar relativo a risco operacional, no âmbito das novas metodologias de Basileia II; na interacção com o Banco de Portugal no âmbito da evolução para o método *standard* relativamente ao risco operacional e na preparação de informação e disponibilização de dados para responder às duas primeiras fases (auto-avaliação) do MAR – Modelo de Avaliação de Risco, do Banco de Portugal. Ao longo do ano, o Centro Corporativo assegurou o reporte interno e externo e apoio ao Conselho de Administração Executivo.

Na esfera de actuação do **Risk Office**, foram reforçadas as políticas e modelo de gestão de risco, sendo de destacar o envolvimento do Risk Office nas acções de adaptação a novos requisitos regulamentares, tanto no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal como na vertente do Controlo Interno que, em 2008, passou a ter um enquadramento legal totalmente renovado e reforçado. Na sequência da apresentação, no terceiro trimestre de 2007, do pedido formal de autorização ao Banco de Portugal para utilização do método das notações internas para o risco de crédito, do método dos modelos internos para os riscos de mercado e do método *standard* para o risco operacional, prosseguiu-se o desenvolvimento dos esforços tendentes à consolidação da infra-estrutura informática de suporte ao cálculo dos requisitos de capital. **As actividades e desenvolvimentos na área de gestão de riscos são analisadas no capítulo “Gestão dos Riscos”.**

Foram cumpridos os níveis de serviço das áreas Jurídicas, Secretaria Geral e Secretariado da Sociedade.

As actividades da área de Comunicação, Fundação Millennium bcp, Compliance e Gestão de Pessoas são analisadas no âmbito do Relatório de Sustentabilidade (Volume III do Relatório e Contas).

Millenniumbcp Fortis

A Millenniumbcp Fortis, detida a 51% pela Fortis e a 49% pelo BCP, é uma instituição especializada quer na comercialização de seguros dos ramos Vida (risco, poupança e capitalização), utilizando como canal de distribuição privilegiado os balcões do Millennium bcp, e Não Vida (pessoais e patrimoniais) através dos canais de distribuição bancário, agentes e corretores. Nos seguros de saúde, a Millenniumbcp Fortis actua no mercado também através do canal directo, nomeadamente através de parcerias com corretores e acordos de distribuição com outras seguradoras presentes no mercado nacional. A Millenniumbcp Fortis é ainda líder de mercado na actividade de gestão de fundos de pensões, utilizando, neste negócio, tanto o canal de distribuição bancário, como o canal tradicional de corretores.

Em 2008, a Millenniumbcp Fortis apresentou um crescimento superior à média do mercado nacional tanto em Vida como em Não Vida, com um volume de prémios de seguro directo de 2.426 milhões de euros. No ramo Vida, o volume de prémios de seguro directo situou-se nos 2.238 milhões de euros, registando um expressivo aumento de 29% face a 2007. É de destacar a evolução dos produtos PPR, cujos prémios mais do que duplicaram face ao ano anterior, e a evolução dos produtos *unit-linked* com um significativo aumento de 44%. De salientar ainda que o mercado cresceu 44% e 25%, nos mesmos ramos, respectivamente. No ramo Não Vida, é de destacar um aumento nos prémios de seguro directo de 8% face ao ano anterior, facto tanto mais assinalável dado o decréscimo de 2% registado no mercado segurador, condicionado pela fraco desempenho da economia portuguesa e por uma intensa concorrência entre operadores.

Millenniumbcp Fortis		Milhões de euros		
	2008	2007	Var. % 08/07	
Prémios de seguro directo				
Vida	2.238	1.740	28,6%	
Não Vida	188	174	8,2%	
Total	2.426	1.914	26,7%	
Quota de mercado				
Vida	20,4%	18,6%		
Não Vida	4,4%	4,0%		
Total	15,9%	13,9%		
Margem técnica ⁽¹⁾	142	223	-36,2%	
Margem técnica líquida de custos administrativos	60	148	-59,2%	
Resultado líquido ⁽²⁾	63	125	-49,6%	
Rácio de sinistralidade Não Vida	54,7%	50,6%		
Rácio de despesas Não Vida	25,7%	25,1%		
Rácio combinado Não Vida	80,4%	75,7%		
Custos de exploração líquidos Vida/Investimentos Vida	0,88%	0,8%		

⁽¹⁾ Antes de imputação de custos administrativos.

⁽²⁾ Antes de VOBA (*value of business acquired*).

Em 2008, o resultado líquido consolidado do exercício, antes de VOBA (*value of business acquired*), foi de 63 milhões de euros. A crise que se fez sentir nos mercados financeiros, em especial na segunda metade do ano, condicionou fortemente a componente financeira do negócio, reflectindo-se negativamente na evolução do resultado líquido. A excelente *performance* técnica do negócio no exercício em análise, a adopção de uma política prudente ao nível da gestão de investimentos, a diversificação da oferta de produtos e o controlo rigoroso dos custos operativos permitiu ainda assim atenuar o impacto negativo da componente financeira na conta de exploração. O rácio de solvência manteve-se muito acima do exigido pela entidade de supervisão. Em Não Vida, destaca-se a obtenção de um rácio combinado de 80,4%, sem paralelo no mercado português, reflexo do excelente desempenho técnico e do rigoroso controlo de custos. No ramo Vida, a obtenção de um rácio de despesas de 0,88%, aliado a um crescimento significativo da margem técnica de todos os produtos, se excluirmos o impacto extraordinário da função financeira, revela a gestão criteriosa e adequada que permitiu minimizar os efeitos adversos dos mercados de capitais.

Num contexto particularmente adverso, pode-se, no entanto, afirmar que os principais objectivos estratégicos a que a Millenniumbcp Fortis se propôs foram atingidos.

O plano de médio e longo prazo da Millenniumbcp Fortis assenta em quatro pilares: Crescimento, Produtividade, Qualidade e Rendibilidade, sendo de destacar as realizações em cada um dos referidos pilares:

- Crescimento – foi superada a marca histórica da Ocidental Vida de 1.000 milhões de euros de prémios de produtos *unit-linked*, em 14 de Agosto de 2008, resultado visível do investimento na valência de desenvolvimento de produtos feita ao longo dos últimos três anos, que permite proporcionar aos clientes dos diversos segmentos soluções de investimento adequadas aos vários momentos e às exigências do mercado.

O volume de prémios dos produtos PPR foi o mais elevado de sempre, consequência do esforço comercial levado a cabo desde o início de 2008 e também da capacidade de desenvolvimento de produtos atractivos, adaptados aos diversos segmentos de mercado.

O crescimento das vendas de produtos Médis, fruto da inovação da oferta, da diversificação de canais de distribuição, da abordagem criteriosa aos diversos segmentos, com destaque para as empresas, e da aposta consistente na promoção da marca, consolidou esta empresa como líder em notoriedade, no seu segmento, ao longo de mais de uma década.

O lançamento de novos produtos de risco de venda activa no canal bancário (Vida e Não Vida) contribuiu para a manutenção do crescimento sustentado da taxa de penetração dos seguros na base de clientes do Banco, desde há anos em níveis de excelência que constituem *benchmarks* internacionais.

O lançamento do novo canal de negócio direccionado ao segmento de PME, assente numa rede criteriosamente seleccionada de agentes e corretores, proporcionou já um contributo visível na produção da Ocidental Seguros.

- **Produtividade** – manteve-se o esforço de optimização do modelo de negócio de referência, assente no canal de bancassurance, e a renovação efectuada ao nível da oferta de produtos, que permite que actualmente cerca de 60% da nova produção seja proveniente de novos produtos.
- **Qualidade** – foi continuada a integração dos processos de venda e de serviço pós-venda nos aplicativos do Millennium bcp, com um aumento bastante significativo e reconhecido da qualidade do serviço prestado, tanto aos clientes internos como externos. A melhoria da qualidade de serviço ao longo dos últimos anos está bem patente na evolução do índice global de satisfação do Banco com os serviços prestados pela Millenniumbcp Fortis que passou de cerca de 60%, no início de 2005, para 71,4%, no final de 2008.
- **Rendibilidade** – é uma consequência dos três pilares anteriores e o objectivo é o de garantir níveis de remuneração atractivos e sustentados para os nossos accionistas.

Em 2009, a Millenniumbcp Fortis procurará manter elevados níveis de qualidade e inovação, aumentar a motivação e a produtividade dos colaboradores, prosseguindo o desenvolvimento de uma estratégia de crescimento sustentada, apoiada no desenvolvimento de produtos de qualidade e servida pelo recurso às mais modernas tecnologias de comunicação e de informação, de modo a reforçar a sua posição no mercado segurador.

Colaboradores





Colaboradores

O número de colaboradores do Millennium bcp registou um significativo aumento em 2008, de 6,9% face ao ano anterior (+1.467), tendo atingido um total de 22.589 colaboradores.

A maior subida regista-se nos Negócios no Exterior, que aumentaram 15,7% para 11.922 (+1.621 face a 2007), representando 52,8% do total de colaboradores do Grupo. Esta evolução reflecte, fundamentalmente, a opção do Grupo de consolidar a sua presença internacional, com os planos de expansão nas diversas operações no exterior.

Colaboradores (final do ano)

	2008	2007 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	Var. % 08/07
Retalho	6.905	6.934	6.812	-0,4%
Corporate e Empresas	593	599	616	-1,0%
Private Banking e Asset Management ^(*)	335	350	327	-4,3%
Banca de Investimento	192	192	189	0,0%
Serviços Bancários	1.895	1.977	2.128	-4,1%
Áreas Corporativas	511	571	543	-10,5%
Associadas e Outros	236	198	261	19,2%
Total em Portugal	10.667	10.821	10.876	-1,4%
Millennium bank na Polónia	7.049	6.067	5.089	16,2%
Millennium bank na Grécia	1.554	1.411	1.209	10,1%
Millennium bank na Turquia	320	300	315	6,7%
Millennium bank na Roménia	691	509	–	35,8%
Millennium bim	1.762	1.595	1.511	10,5%
Millennium Angola	311	185	71	68,1%
Millennium bcpbank nos EUA	235	234	254	0,4%
Total Internacional	11.922	10.301	8.449	15,7%
Total de Colaboradores	22.589	21.122	19.325	6,9%

^(*) Inclui Interfundos desde Dezembro de 2007.

⁽¹⁾ A alocação de colaboradores em 2006 e 2007, em Portugal, foi reformulada de modo a reflectir a reestruturação das áreas de negócio, bem como as alterações ocorridas no quadro da simplificação organizativa, em 2008.

Em Portugal, o quadro de pessoal continuou a reduzir-se, registando uma diminuição de 1,4%, o que evidencia o esforço de racionalização e de melhoria de eficiência, tendo presente a continuação da expansão de sucursais no decurso do primeiro semestre do ano. O número de colaboradores em Portugal situou-se em 10.667 em 2008 (-154 face a 2007), representando 47,2% do total do Grupo. A redução foi mais acentuada nos serviços centrais, mas, em 2008, verifica-se uma diminuição quase generalizada a todas as áreas de negócio. A redução de colaboradores nas áreas de serviços centrais evidencia o esforço de racionalização e de melhoria da eficiência, tendo presente a continuação da expansão de sucursais.

A Polónia representou o maior aumento em termos absolutos, aumentando o número de colaboradores em 982 para 7.049 (+16,2%), em linha com a forte expansão da rede de sucursais.

Na Grécia e Roménia, o crescimento do número de colaboradores em 2008 foi também expressivo, alinhado com a expansão da actividade e das redes de sucursais, registando-se um aumento, respectivamente, de 10,1% para 1.554 colaboradores (+143 face a 2007) na Grécia e de 35,8% para 691 colaboradores (+182 face a 2007) na Roménia.

A operação em Moçambique manteve-se como a terceira maior do Grupo em termos de quadro de pessoal, com 1.762 colaboradores, apresentando um crescimento em 2008 de 10,5% face a 2007. Em Angola, e no seu segundo ano de actividade completo como instituição de direito angolano, o Millennium aumentou em 68,1% a sua presença, que conta com 311 colaboradores. Estas duas operações registaram um significativo aumento do número de colaboradores, em linha com o elevado crescimento do mercado bancário actual e potencial nestes dois países.

As operações na Turquia e nos Estados Unidos da América mantiveram um forte enfoque nos seus programas de reestruturação da actividade, no aumento da eficiência, reforço de competências e melhoria dos processos, que se reflectiram no crescimento menor do número de colaboradores face às demais operações internacionais, 6,7% e 0,4%, respectivamente, para 320 e 235 colaboradores.

No decurso de 2008, as actividades de gestão de pessoas no Grupo concentraram-se em:

- expansão da actividade das operações internacionais e em Portugal, que exigiram um elevado esforço de contratação e formação;
- forte envolvimento em programas de desenvolvimento de competências e em iniciativas na gestão de talentos, com os Programas *Come and Grow with Us*, *People Grow*, *Grow Fast* e *Young Specialist*;
- elevado esforço de melhoria da eficiência em Portugal, através da promoção da mobilidade interna e da conclusão da terceira e quarta vaga do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais (mobilidade voluntária para as áreas comerciais), num processo que envolveu a realização de entrevistas de diagnóstico de perfil e um processo formativo que se caracteriza numa primeira fase por formação em sala e posteriormente por uma formação *on-the-job*;
- implementação do novo sistema de avaliação individual de desempenho em Portugal, a concluir em 2009, antecedida da reformulação do modelo de funções, o qual define e descreve as funções necessárias à organização para cumprir a sua missão e envolveu um processo de formação presencial dirigidos a todas as hierarquias bem como uma formação via *e-learning* dirigida a todos os colaboradores.

O Millennium bcp continua a apostar em diferentes instrumentos de gestão de pessoas, conducentes à consciencialização do contributo individual de cada colaborador e da forma como o mesmo poderá ajudar a alcançar os objectivos estratégicos do Banco, potenciando o seu desempenho. As hierarquias são responsáveis últimas pela satisfação, motivação, carreira e desenvolvimento profissional das equipas que lideram, não sendo a gestão das pessoas delegada numa área central. Ao criar condições para se estabelecer uma maior interactividade entre o colaborador e a sua hierarquia, o Millennium bcp contribui para uma melhor identificação das medidas a implementar com vista à obtenção de uma melhor valorização profissional, uma maior motivação e envolvimento e conseqüentemente um melhor contributo profissional. Os colaboradores e hierarquias são apoiados pela Direcção de Suporte à Gestão das Pessoas, pelo Conselho de Administração Executivo e pelo seu Presidente.

A Gestão das Pessoas está desenvolvida no Relatório de Sustentabilidade (Volume III do Relatório e Contas).



Gestão dos Riscos

Conforme referido, o ano de 2008 ficou marcado pela crise profunda que atingiu o sector financeiro mundial, despoletada pela situação problemática do mercado de crédito imobiliário *subprime* norte-americano e pelo colapso de proeminentes instituições financeiras internacionais. Tal deu origem a uma crise de confiança generalizada, acentuando as dificuldades de funcionamento dos mercados monetários e de capitais mundiais e condicionando também, inevitavelmente, a actividade do Grupo Millennium.

Neste contexto, a gestão dos riscos assumiu uma importância acrescida, continuando a ser encarada pelo Grupo como um vector primordial para o desenvolvimento, a rentabilidade e a sustentabilidade do negócio. Assim, 2008 foi um ano de consolidação e aperfeiçoamento nesta área, quer ao nível dos instrumentos de gestão de risco, quer da própria envolvência global e transversal da gestão dos riscos, à luz de critérios de rigoroso controlo e com um enquadramento técnico orientado para a respectiva qualidade. Neste âmbito, destaca-se, por exemplo, o envolvimento das estruturas de gestão de riscos na resposta e nas acções de adaptação a novos requisitos regulamentares, tanto no âmbito do Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) do Banco de Portugal como na vertente do Controlo Interno, que em 2008 passou a ter um enquadramento legal totalmente renovado e reforçado.

2008 foi também o ano da adopção plena do Novo Acordo de Capital (Basileia II) por todas as instituições bancárias em Portugal, independentemente das abordagens escolhidas no que se refere ao cálculo de requisitos de capital regulamentar. Relativamente a esta temática, o Grupo apresentou, no terceiro trimestre de 2007, um processo de candidatura junto do Banco de Portugal para utilização de modelos internos para os riscos de crédito e de mercado e do método *standard* no caso do risco operacional, estando actualmente a decorrer o processo de autorização destas abordagens pelo Banco de Portugal.

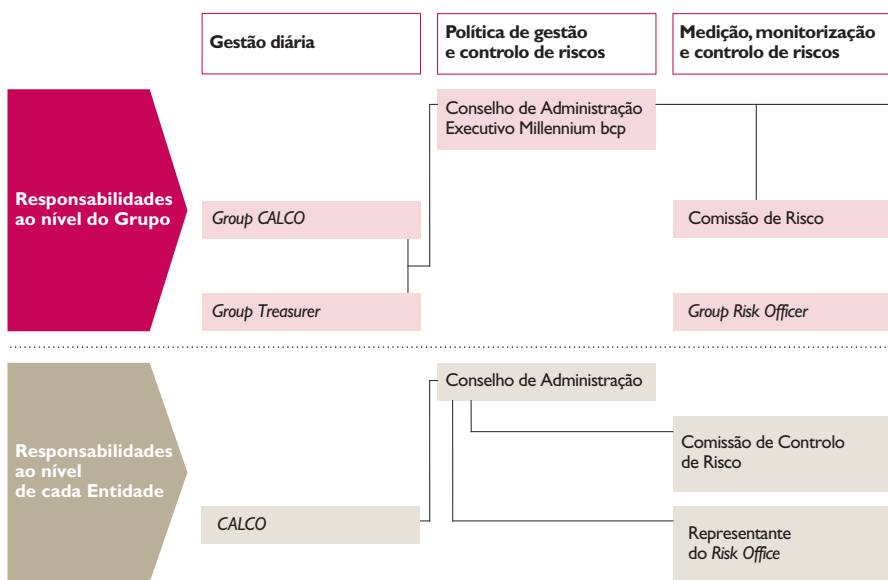
Governance e gestão dos riscos

A política e a gestão dos riscos do Grupo continua a desenvolver-se através de um modelo funcional de controlo transversal, multidoméstico, cabendo a responsabilidade pelo seu governo ao próprio Conselho de Administração Executivo (CAE) do Millennium bcp, o qual delega na Comissão de Risco o acompanhamento, avaliação e controlo de cada tipo de risco.

O Group Risk Officer desempenha também um papel significativo, sendo-lhe confiada a coordenação e execução da avaliação e monitorização de riscos, bem como a implementação dos controlos de risco em todas as áreas de negócio ou áreas funcionais de apoio ao negócio.

Para além disso, a materialização da política de risco tem um carácter multidoméstico através das estruturas locais do Risk Office e dos órgãos de Governance de risco nas operações subsidiárias fora de Portugal (as Comissões de Controlo de Risco locais).

Modelo de gestão dos riscos



Por delegação do Conselho de Administração Executivo do Millennium bcp, o Group CALCO é o órgão responsável pela gestão estrutural da liquidez, dos riscos de mercado e do capital do Grupo e pela alocação de capital e definição das taxas de transferência (ajustadas aos preços correntes dos diferentes riscos) a atribuir aos diferentes produtos financeiros comercializados pelas unidades de negócio. As profundas alterações que ocorreram nos mercados financeiros durante o ano de 2008 levaram a que este órgão desempenhasse uma influência determinante na definição e controlo de objectivos comerciais e na recomposição da estrutura de balanço do Grupo.

Principais desenvolvimentos na gestão dos riscos

Entre as iniciativas que traduzem desenvolvimentos relevantes no âmbito da gestão dos riscos do Grupo, em 2008, merecem uma referência particular:

- a validação independente, por consultores internacionais, dos modelos internos usados pelo Grupo para controlo e gestão do risco de crédito (modelos de probabilidade de *default* [PD], nos segmentos de Corporate e Retalho, de *scoring* aceitação e comportamentais, bem como os modelos de perda em caso de incumprimento [LGD]) e dos modelos utilizados para aferição dos riscos de mercado (*value-at-risk* [VaR]);
- a criação de uma função de acompanhamento independente dos modelos internos utilizados, concretizada na estruturação, no seio do Risk Office, de uma unidade de controlo de modelos baseada em princípios de i) segregação de funções entre validação e controlo; ii) transversalidade da validação dos modelos, incluindo os de risco de crédito, os de risco de mercado e os de valorimetria; iii) independência e condições técnicas para uma validação adequada e iv) verificação pela Auditoria Interna das condições de funcionamento da unidade;

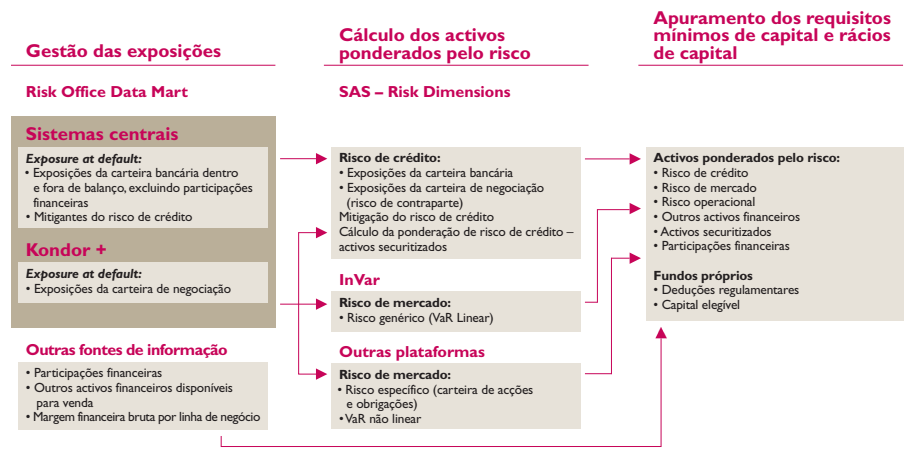
- a realização de um conjunto de acções de formação presenciais específicas, destinadas a colaboradores com responsabilidades nas áreas comerciais e outras unidades internas com intervenção no ciclo de vida do crédito, dando-se assim continuidade ao programa de formação interna, lançado em 2006, com a realização de uma acção de *e-learning* alargada a todos os colaboradores, acerca das implicações do cumprimento de Basileia II na actividade do Grupo;
- a produção de um documento interno onde são detalhadas as principais melhorias ao processo de crédito decorrentes da preparação para Basileia II. Neste contexto, destaca-se a adopção de uma política de *pricing* ajustado ao risco, em todos os segmentos de negócio, a qual é suportada pelo grau de risco do cliente (ou eventual garante) e pelo nível de protecção da transação, reflectindo a natureza do colateral e respectivo nível de colateralização;
- a consolidação progressiva do processo de captura de perdas operacionais nas principais entidades do Grupo (Portugal, Polónia e Grécia) e alargamento deste instrumento a outras geografias (Roménia e Moçambique);
- o reforço dos controlos internos ao nível da utilização de descobertos de clientes e do respectivo enquadramento em termos de concessão e exposição de crédito;
- a migração de processos de decisão de crédito a entidades bancárias para a Direcção de Crédito do Millennium bcp, em Portugal;
- o lançamento de acções de depuração e correcção dos dados carregados em sistema central relativos a colaterais de crédito;
- as acções de *repricing* de operações de crédito baseadas na qualidade dos riscos, privilegiando-se os melhores riscos e agravando-se os de pior qualidade.

Basileia II, cálculo de capital regulamentar e reporting

Na sequência da apresentação, no terceiro trimestre de 2007, do pedido formal de autorização ao Banco de Portugal para utilização do método das notações internas para o risco de crédito, do método dos modelos internos para os riscos de mercado e do método *standard* para o risco operacional – estes últimos para todas as entidades do Grupo – prosseguiu-se o desenvolvimento dos esforços tendentes à consolidação da infra-estrutura informática de suporte ao cálculo dos requisitos de capital.

Estes esforços incidiram na identificação e classificação das exposições de acordo com as categorias regulamentares em todo o perímetro de consolidação do Grupo, bem como na parametrização das rotinas informáticas de cálculo de requisitos de capital. Neste contexto, importa referir, entre outras, as acções desenvolvidas no sentido da melhoria da qualidade da informação do Risk Office Data Mart, nomeadamente no que respeita à actividade fora de Portugal.

Principais componentes do processo de cálculo dos requisitos de capital



Procedeu-se, igualmente, à consolidação da utilização efectiva dos parâmetros resultantes dos modelos internos para risco de crédito – nomeadamente, da PD e da LGD – em domínios como o *pricing* ajustado ao risco, na avaliação das necessidades de capital económico, na avaliação de desempenho das áreas comerciais ou na definição de limites de concentração de crédito. Destaque-se também a conclusão do esforço de apuramento de estimativas próprias para *haircuts* de volatilidade relativos a colaterais financeiros.

Em 2008, o Grupo adaptou-se às novas exigências em matéria de reporte prudencial, constantes da Instrução 23/2007 do Banco de Portugal, tendo reformulado e revisto o seu processo de *reporting*.

No ano em análise, o cálculo dos requisitos de capital foi efectuado de acordo com o método padrão para o risco de crédito, o método do indicador básico para o risco operacional e o método padrão para os riscos de mercado, enquanto se aguarda a autorização do Banco de Portugal relativa à candidatura do Grupo para utilização de métodos mais avançados.

No âmbito desta candidatura, destacam-se os seguintes desenvolvimentos ocorridos em 2008:

- o lançamento dos trabalhos de campo, pelo Banco de Portugal, relativos à pré-validação do processo de candidatura do Grupo à utilização dos métodos de modelos internos para os riscos de crédito e de mercado e do método *standard* para o risco operacional;
- o estabelecimento, por iniciativa do Banco de Portugal, na sua qualidade de responsável pela supervisão em base consolidada do Grupo, do Colégio de Supervisores do Grupo Millennium, com o objectivo de proceder ao intercâmbio de informação e à coordenação de actividades no âmbito da implementação de Basileia II; na primeira reunião deste órgão estiveram presentes as entidades de supervisão da Polónia, Angola e Moçambique.

Capital Económico

A identificação de todos os riscos materiais inerentes à actividade de uma instituição financeira e a respectiva quantificação e gestão – tendo presentes os eventuais efeitos de correlação entre os diversos riscos – constitui um dos principais desafios colocados por Basileia II e requer o desenvolvimento de metodologias internas de avaliação do risco.

O Pilar II de Basileia II (o processo de supervisão) tem implícita a existência de sistemas de gestão e de controlo de riscos das instituições financeiras e de uma gestão de capital que sejam adequados ao correspondente perfil de risco. Neste contexto, o Grupo continuou a afinar e consolidar o seu modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio – o *Internal Capital Assessment model* (ICAM).

Em 2008, iniciou-se também a integração do cálculo de capital interno com o processo de planeamento e alocação estratégica de capital, o que constitui um passo significativo para que esta ferramenta venha a ser um elemento central de suporte dos processos de decisão estratégica do Grupo.

Tendo em conta a natureza da principal actividade do Grupo nos mercados em que opera (a Banca de Retalho), os principais riscos considerados para efeitos do ICAM são o Risco de Crédito, o Risco Operacional, os Riscos de Mercado, o Risco de Liquidez, o Risco do Fundo de Pensões e o Risco de Negócio e Estratégico.

Para o cálculo e gestão do capital económico, o Grupo considera um horizonte temporal de 12 meses, congregando diversos aspectos de ordem económica, regulamentar e prática em torno da mesma janela de previsão: o planeamento de negócio, os *ratings* externos, o capital regulamentar no âmbito do Pilar I e a quantificação do risco de crédito através dos modelos internos de PD, entre outros.

Considerando as expectativas e os objectivos do Grupo em termos da sua própria notação pelas agências de *rating*, o modelo de capital económico assume uma probabilidade de *default* global, a 12 meses, de seis pontos base, o que reflecte um *rating* objectivo de “A+”.

Assim, as abordagens de quantificação utilizadas baseiam-se na metodologia VaR, calculando-se para cada risco o valor máximo da perda potencial, num horizonte de 12 meses, com um nível de confiança de 99,94%.

Tipologia dos riscos de maior materialidade no Grupo Millennium e respectivas métricas de avaliação

Tipos de Risco	Subcategoria	Métricas
Risco de crédito		Modelo da carteira de crédito
Risco de mercado	Carteira de negociação	Modelo VaR
	Risco de taxa de juro na carteira bancária	
	Risco de acções na carteira bancária	Modelo VaR longo prazo
	Risco imobiliário	
	Riscos do Fundo de Pensões	
Risco operacional		Modelo de simulação
Risco de liquidez		Método Standard
Risco de negócio e estratégico		Modelo de <i>Stress Tests</i> sobre os custos de <i>funding</i>
		Modelo baseado na volatilidade específica da acção BCP

O cálculo de capital económico inclui os benefícios da diversificação entre riscos, que se reflectem num valor global inferior à soma das suas componentes individuais.

A posição global de risco do Grupo em Dezembro de 2008 e 2007 em termos de capital económico era a seguinte:

	Milhões de euros			
	Dez. 08		Dez. 07	
Risco de Crédito	1.480,3	32,3%	1.312,7	28,5%
Riscos de Mercado	1.158,2	25,3%	1.045,6	22,7%
Carteira de negociação	104,8	2,3%	39,1	0,8%
Carteira bancária – risco de taxa de juro	351,6	7,7%	234,7	5,1%
Carteira bancária – risco de preço de acções	589,4	12,9%	670,1	14,5%
Risco Imobiliário	112,3	2,5%	101,8	2,2%
Risco Operacional	442,8	9,7%	486,4	10,5%
Risco de Liquidez	363,8	7,9%	139,9	3,0%
Riscos do Fundo de Pensões	732,5	16,0%	1.134,5	24,6%
Risco de Negócio e Estratégico	400,8	8,8%	491,3	10,7%
Capital não-diversificado	4.578,4	100,0%	4.610,4	100,0%
Benefícios de diversificação	-1.115,4		-996,6	
Capital económico do Grupo	3.463,0		3.613,8	

Estes valores mostram um ligeiro decréscimo no nível global de capital económico entre 2007 e 2008. Tal resulta da combinação de aumentos nos riscos de crédito, mercado e liquidez com reduções nos riscos operacional, de Fundo de Pensões e de negócio e estratégico. Neste âmbito, importa destacar o seguinte:

- a crise financeira internacional afectou o risco do Grupo, nomeadamente, ao nível dos riscos de taxa de juro da carteira bancária e da carteira de negociação por força do acréscimo significativo da volatilidade dos mercados e ao nível do risco de liquidez devido ao aumento brusco dos *spreads* de *funding*;
- a quebra observada no risco associado ao Fundo de Pensões é devida à redução da proporção do Fundo investido em acções;
- a redução da exposição da carteira de investimento compensou o efeito do aumento da volatilidade verificada nos mercados accionistas levando à redução do risco de preço de acções na carteira bancária.

Risco de Crédito

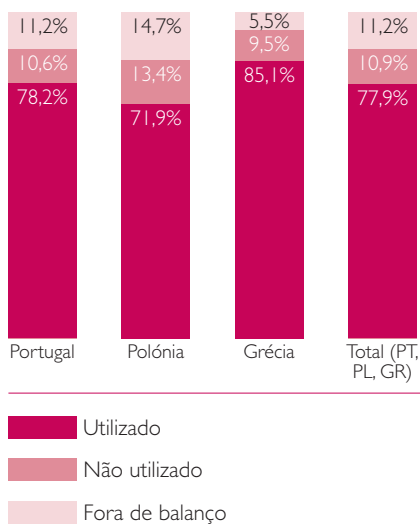
O risco de crédito encontra-se associado às perdas e ao grau de incerteza quanto aos retornos esperados, por incapacidade do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir) ou do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir as suas obrigações.

No que se refere à respectiva materialidade na exposição global ao risco do Grupo, a relevância deste risco é evidente. Para além disso, trata-se do tipo de risco que marca uma presença prática e directa na actividade diária das suas redes comerciais.

Em 2008, destacam-se as seguintes actividades, relacionadas com a gestão e controlo do risco de crédito:

- a validação dos modelos de aferição do risco de crédito, por consultores internacionais, que incidiu sobre os modelos de PD e de LGD, que foi globalmente positiva, i.e., verificou-se a conformidade dos modelos analisados com os requisitos regulamentares no quadro de Basileia II;
- a consolidação dos instrumentos de gestão e controlo do risco de crédito – nomeadamente no que diz respeito aos princípios estabelecidos no documento “*Credit Principles and Guidelines*”, que foi revisto e actualizado no ano transacto – de aperfeiçoamento dos sistemas de *rating* e da utilização prática dos instrumentos para avaliação e acompanhamento do risco de crédito;
- as melhorias ao nível do *framework* de gestão de risco de concentração, nomeadamente, através da introdução do conceito de “grupo de clientes”, o qual acomoda uma definição mais lata do relacionamento entre clientes e dos respectivos efeitos de correlação do risco de crédito entre várias contrapartes;
- a realização do processo de recolha da informação da recuperação de crédito, tendente à actualização das estimativas de LGD, o que constituiu um exercício anual que se mantém consecutivamente desde 2005;
- a realização de desenvolvimentos informáticos exigidos pela próxima entrada em vigor da nova Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- o início da publicação regular de um Relatório de Imparidade destinado ao Banco de Portugal.

Estrutura da exposição de crédito por entidade



Composição da carteira de crédito

A composição da carteira de crédito do Grupo em Dezembro de 2008 não apresenta diferenças significativas face ao final de 2007. No que se refere à exposição nominal global, i.e., contemplando as exposições de Balanço e Fora de Balanço), o gráfico ao lado ilustra a posição em Dezembro de 2008, para cada uma das três principais geografias do Grupo.

Na mesma data, a decomposição da carteira de crédito global em termos dos segmentos de exposição de Basileia II é dada pelo gráfico imediatamente abaixo, notando-se a manutenção de uma estrutura sem alterações significativas face à reportada em Dezembro de 2007.

Por outro lado, no que se refere à distribuição das exposições de crédito pelos graus de risco da *Rating Master Scale* do Grupo, considerando a exposição potencial representada pelos montantes não utilizados das linhas de crédito concedidas e outras exposições fora de Balanço, a situação em Dezembro de 2008 encontra-se sumariada na seguinte tabela, que também inclui informação complementar sobre a distribuição das exposições em cada grau de risco por faixas de LGD. Esta posição mantém-se praticamente inalterada face a Dezembro de 2007.

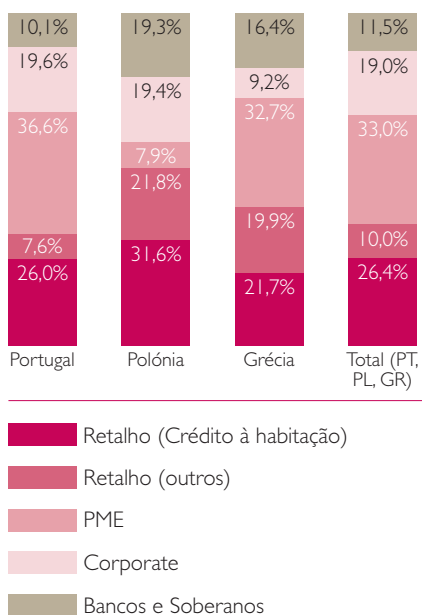
Estrutura da carteira de crédito

Graus de risco versus Perda em caso de incumprimento (LGD)

Grau de Risco	Perda em caso de incumprimento (LGD)				
	< 10%	[10% – 20%[[20% – 30%[[30% – 40%[[40% – 50%[
1 Máxima segurança	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2 Qualidade superior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%
3 Qualidade muito alta	0,02%	0,02%	0,09%	0,01%	1,12%
4 Qualidade alta	0,32%	0,58%	0,34%	0,19%	2,76%
5 Qualidade muito boa	0,45%	4,82%	1,07%	0,54%	7,01%
6 Qualidade boa	1,66%	9,88%	2,26%	0,94%	7,66%
7 Qualidade média/alta	0,76%	4,34%	1,67%	0,69%	4,26%
8 Qualidade média	1,02%	6,48%	3,66%	2,43%	10,39%
9 Qualidade média/baixa	0,32%	2,50%	1,42%	0,68%	3,46%
10 Qualidade baixa	0,21%	1,69%	1,06%	0,62%	1,92%
11 Qualidade muito baixa	0,12%	1,07%	0,26%	0,25%	0,75%
12 Crédito com restrições	0,26%	3,45%	0,65%	0,53%	1,28%

Portugal + Polónia + Grécia; Exclui Bancos, Soberanos e *Specialised Lending*.

Exposição por segmento de Basileia II



Do quadro acima, importa destacar o maior grau de colateralização do crédito – traduzido por valores de LGD inferiores – observado nos clientes com graus de risco mais elevados, o que revela uma prática prudente de concessão de crédito. O perfil de risco apresentado reflecte a natureza das operações de crédito subjacentes, tendo presente o enfoque do Grupo em clientes de Retail e médias empresas.

Capital económico para risco de crédito

O cálculo de capital económico relativo ao risco de crédito é efectuado através de um modelo actuarial, de *portfolio*, desenvolvido internamente, que permite estimar a distribuição de probabilidade das perdas totais a partir das exposições e características específicas da carteira de crédito do Grupo.

Este modelo incorpora as medições relativas às variáveis básicas da avaliação do risco de crédito (*Probability of Default* – PD, *Loss Given Default* – LGD e *Credit Conversion Factor* – CCF os factores de conversão de crédito que permitem considerar exposições potenciais presentes em linhas e limites de crédito) e considera ainda a incerteza associada a estas medidas ao incorporar também volatilidade para estes parâmetros. Adicionalmente, o modelo também incorpora efeitos de diversificação/concentração de risco de crédito, considerando os graus de correlação entre os diversos sectores de actividade económica.

Em Dezembro de 2008, o capital económico associado ao risco de crédito correspondeu a 32,3% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que se traduz num aumento de 3,8 p.p. face a Dezembro de 2007. Este aumento é fundamentalmente devido ao crescimento da exposição de crédito.

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se nas perdas incorridas resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou, ainda, decorrentes de eventos externos.

O Grupo Millennium tem adoptado, desde sempre, princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos:

- a segregação de funções;
- as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações;
- os limites de tolerância e exposição aos riscos;
- os códigos deontológicos e de conduta;
- os indicadores-chave de risco (*key risk indicators*);
- os controlos de acessos, físicos e lógicos;
- as actividades de reconciliação;
- os relatórios de excepção;
- a contratação de seguros;
- o planeamento de contingências;
- a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

A gestão do risco operacional assenta na estrutura de processos, beneficiando de uma percepção mais abrangente dos riscos em resultado de uma visão *end-to-end* das actividades desenvolvidas ao longo da cadeia de valor de cada processo. Todas as entidades do Grupo têm definida a sua estrutura de processos suportada numa organização hierárquica de macroprocessos e processos. A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *process owners*, designados pelo Conselho de Administração de cada entidade, que, no âmbito da gestão do risco operacional, têm por missão:

- caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos;
- realizar a auto-avaliação (*self-assessment*) dos riscos;

- identificar e implementar acções adequadas para mitigar exposições ao risco, contribuindo para o reforço do ambiente de controlo interno;
- monitorizar os indicadores de risco (*key risk indicators*).

A consolidação da estratégia delineada para a gestão deste risco, em todo o perímetro de actividade do Grupo, tem prosseguido de acordo com o calendário definido e tem sido objecto de apresentações às autoridades de supervisão no âmbito do processo de candidatura para utilização de metodologias de medição de riscos e determinação dos requisitos de capital no contexto do novo quadro regulamentar (Basileia II), sendo de destacar as seguintes concretizações recentes, ocorridas em 2008:

- conclusão do primeiro exercício de *self-assessment* dos riscos em Portugal, Polónia e Grécia, realizado para todos os processos destas geografias com base em *workshops*, assistidos pelo Risk Office, onde estiveram presentes os respectivos *process owners* e *process managers*;
- dinamização do processo de identificação e captura de eventos através da análise de informação disponibilizada por áreas centrais;
- reforço do envolvimento dos *process owners* na identificação, controlo e mitigação dos riscos operacionais, decorrente do seu envolvimento nos *workshops* de *self-assessment* e na análise e tratamento das perdas operacionais;
- realização de projectos-piloto, na Polónia e na Roménia, para a identificação de *key risk indicators* (KRI) para os processos relevantes de ambas as operações;
- intervenção activa das estruturas de gestão do risco operacional na preparação dos Relatórios de Controlo Interno, elaborados segundo os requisitos do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal.

Self-assessment dos riscos

O objectivo do *self-assessment* dos riscos é promover a identificação e eliminação de riscos, actuais ou potenciais, no âmbito de cada processo.

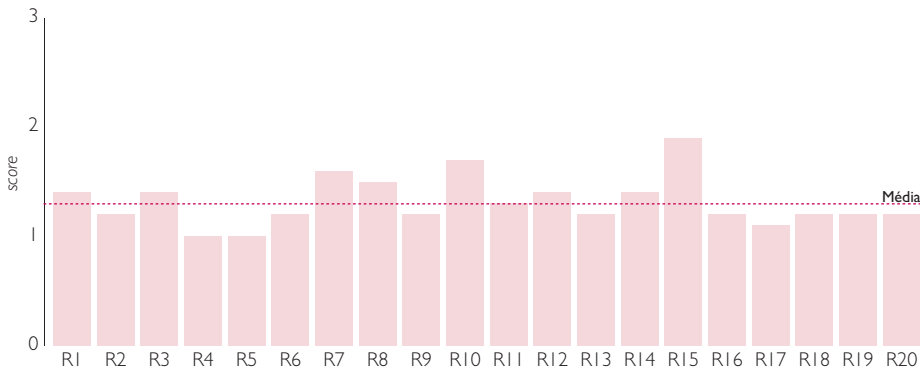
O primeiro *self-assessment* dos riscos operacionais foi finalizado em Portugal e a experiência adquirida permitiu concretizar recentemente o exercício na Polónia e na Grécia. O *self-assessment* foi realizado através de *workshops* conduzidos pelo Risk Office, com a participação dos *process owners* e *process managers* dos processos envolvidos.

A classificação de cada risco foi obtida através do seu posicionamento na matriz de tolerância, para três diferentes cenários, o que permitiu:

- avaliar a exposição dos vários processos aos riscos, considerando a influência dos controlos existentes (risco residual);
- determinar a influência do ambiente de controlo existente na redução do nível das exposições (risco inerente);
- identificar oportunidades de melhoria para os riscos avaliados com exposições mais significativas (risco objectivo).

Os resultados deste exercício, para Portugal, encontram-se sintetizados no seguinte gráfico:

Exposição residual por categorias de risco (Millennium bcp)



Riscos:

- | | | |
|--|--|---|
| R1 – Fraude interna e roubo | R7 – <i>Hardware e software</i> | R14 – Fraude externa e roubo |
| R2 – Execução de transacções não autorizadas | R8 – Infra-estruturas de comunicações | R15 – Desastres e danos nos activos |
| R3 – Relações com Colaboradores | R9 – Segurança de sistemas | R16 – Obrigações regulamentares, legais e fiscais |
| R4 – Violação dos regulamentos de sanidade e segurança | R10 – Execução e manutenção de transacções | R17 – Práticas comerciais ou de mercado incorrectas |
| R5 – Discriminação sobre Colaboradores | R11 – Monitorização e reporte | R18 – <i>Outsourcing</i> |
| R6 – Perda de Colaboradores "chave" | R12 – Relações com Clientes | R19 – Outros problemas de relações com terceiros |
| | R13 – Concepção de produtos/serviços | R20 – Riscos de projectos |

As exposições mais significativas serão mitigadas através das medidas correctivas identificadas no próprio exercício de *self-assessment*, que serão priorizadas em função da avaliação de risco realizada, sendo a respectiva implementação monitorizada através da aplicação de suporte à gestão do risco operacional.

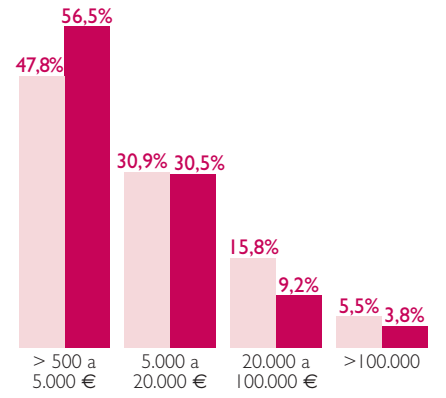
Captura de perdas operacionais

Este instrumento de gestão é crucial para reforçar a consciencialização relativa aos riscos operacionais e facultar dados relevantes aos *process owners* para incorporação na gestão dos seus processos. Para além disso, a base de dados de perdas é também um importante instrumento para quantificação da exposição ao risco e, no futuro, servirá para suportar o cálculo das necessidades de capital, tanto regulamentar como económico.

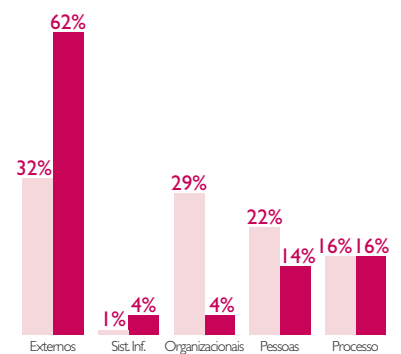
A identificação e captura de perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os colaboradores, cabendo aos *process owners* um papel relevante na dinamização desta actividade no âmbito dos seus processos. O processo de identificação e captura de perdas operacionais é também dinamizado pelo Risk Office, que promove a captura de eventos através da análise de informação de áreas centrais.

As perdas operacionais identificadas são registadas na aplicação de gestão de risco operacional do Grupo, relacionadas com um dado processo e são caracterizadas pelos respectivos *process owners* e *process managers*. A caracterização de uma perda operacional inclui, para além da descrição da respectiva causa e efeito, a sua valorização (que envolve detalhar custos e recuperações) e, quando aplicável, a descrição de uma acção de melhoria que seja identificada para mitigar o risco (incluindo o respectivo plano de implementação).

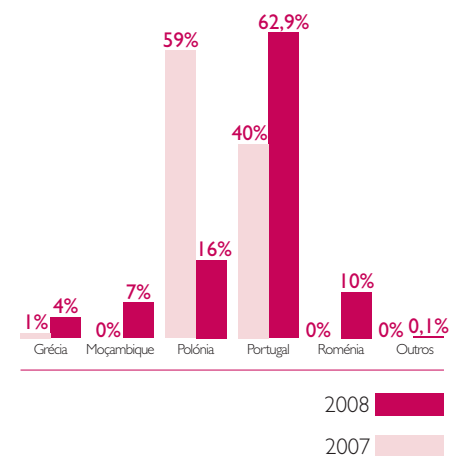
Distribuição do valor* dos eventos



Distribuição do valor* dos eventos por causa



Distribuição do valor* dos eventos por geografia



* Inclui custos contabilizados e perdas estimadas

Em 2008 assistiu-se à progressiva consolidação do processo de captura de perdas nas várias subsidiárias do Grupo. A uniformidade de critérios é assegurada pela análise da informação por parte do Risk Office do Grupo, que dissemina dados relativos à mitigação de eventos por todas as geografias.

Planos de continuidade de negócios

No seguimento da conclusão, em 2007, do projecto de continuidade de negócio (*Business Continuity Management*) para as actividades do Grupo em Portugal, foram lançados, em 2008, projectos semelhantes para as actividades do Grupo na Polónia, Roménia e Turquia.

Recorde-se que estes projectos se materializam na definição de Planos de Continuidade de Negócio (PCN) destinados a assegurar a continuidade de execução das principais actividades de negócio em caso de catástrofe ou de contingência importante, sendo o *framework* desenvolvido no quadro deste projecto composto por duas componentes complementares: o *Disaster Recovery Plan* (DRP), para os sistemas e infra-estruturas e o *Business Continuity Plan*, para as pessoas e os serviços requeridos para o suporte mínimo aos processos de negócio.

Em Portugal, o PCN já definido terá uma fase de implementação (*set up* de infra-estruturas físicas e testes de simulação) ao longo de 2009, prevendo-se ainda que a fase de definição do PCN na Polónia e Roménia esteja finalizada no primeiro trimestre desse ano, estendendo-se até ao terceiro trimestre de 2009 na Turquia. No que se refere às actividades na Grécia, o Grupo optou por levar a cabo uma harmonização das soluções de PCN locais, que arrancará no final de 2009.

Capital económico para risco operacional

O capital económico para este tipo de risco é calculado com base no valor do capital regulamentar para o mesmo, obtido a partir do método *standard*, considerando-se que esse montante corresponde à perda operacional máxima, com um nível de confiança de 99,90%. Assim, para obtenção do valor de capital económico para risco operacional, o valor de capital regulamentar é ajustado (escalado) para um nível de confiança 99,94% que corresponde ao patamar definido no ICAM.

Em Dezembro de 2008, o capital económico associado ao risco operacional correspondeu a 9,7% do capital económico não diversificado total do Grupo, o que representa uma variação de -0,8 p.p. face a Dezembro de 2007.

Riscos de Mercado

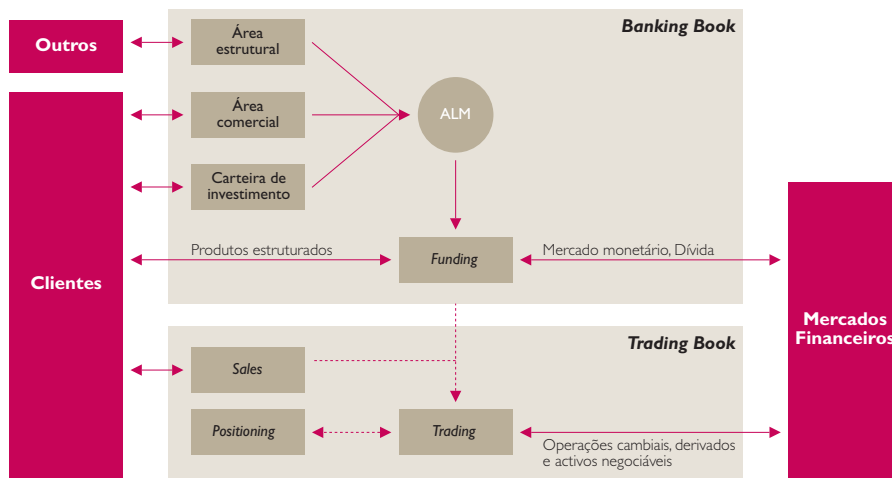
O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada em resultado de alterações adversas de taxas (de juro e de câmbio), de preços de acções, obrigações, mercadorias ou quaisquer outros preços de instrumentos incluídos nas carteiras de negociação, bancária ou do fundo de pensões do Grupo.

A carteira de negociação caracteriza-se por posições detidas pelo Banco com o objectivo de obtenção de ganhos de curto prazo, por vendas ou reavaliação, sendo que estas posições são activamente geridas e são avaliadas de forma rigorosa e com carácter frequente. Na carteira bancária são incluídas todas as restantes posições, nomeadamente, as posições do mercado monetário, a carteira de investimento e as posições resultantes da actividade comercial e estrutural.

Em termos de monitorização de riscos, as carteiras são agregadas de acordo com a tipologia da actividade e da monitorização necessária a cada uma delas. Assim ao *Trading Book* (carteira de negociação) é associada a área de Funding para criar as actividades em mercados financeiros (FMA).

A gestão integrada de riscos permite, numa base mensal, transferir os riscos das áreas comerciais e estruturais, que não são incluídas na monitorização diária de riscos de mercado. As restantes áreas de *Banking Book* (carteira bancária) – ALM e carteira de investimento – são monitorizadas utilizando as mesmas métricas aplicadas às actividades de mercados financeiros, conforme ilustrado pela seguinte figura:

Integração das áreas de *Banking Book*, ALM e *Trading Book*



A monitorização dos riscos de mercado, nas duas carteiras, é efectuada através de um conjunto alargado de actividades que envolvem o acompanhamento diário das carteiras, exercícios de *backtesting*, validação complementar dos modelos e pressupostos utilizados, controlo de operações caracterizadas nos sistemas e a atribuição de limites prudenciais sustentados nos fundos próprios do Grupo e baseados em regras de alocação por entidade, áreas de gestão e componentes de risco.

Medidas de avaliação de riscos de mercado nas áreas de mercados financeiros

O Banco utiliza uma medida integrada de riscos de mercado que permite uma única monitorização de todas as subtipologias de risco consideradas como relevantes. Neste momento, esta medida integra os seguintes tipos de risco: genérico, específico, não linear e de mercadorias. Cada subtipo de risco é medido individualmente utilizando um modelo de risco adequado e a medida integrada é considerada a partir destas sem considerar qualquer tipo de diversificação entre diferentes tipos de risco (*worst case scenario*).

Para a medição do risco genérico de mercado (incluindo risco de taxa de juro, câmbio e de acções) é utilizada uma metodologia *value at risk* (VaR). O cálculo deste VaR é efectuada com base na aproximação paramétrica definida na metodologia desenvolvida pela RiskMetrics (1996), sendo calculado considerando um horizonte temporal de dez dias úteis e um nível de significância de 99%.

O risco não linear é medido através de uma metodologia desenvolvida internamente que pretende replicar o efeito que os principais elementos não lineares da carteira de opções podem ter nas demonstrações de resultados das diversas carteiras onde estão incluídas, de uma forma similar ao considerado na metodologia VaR aplicada (e utilizando os mesmos níveis de significância e horizonte temporal).

Os riscos específico e de mercadorias são medidos utilizando metodologias *standard* definidas no Acordo de Basileia (com a correspondente alteração do horizonte temporal aplicado).

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando os efeitos de diversificação existentes entre as diferentes carteiras.

O processo de cálculo deste indicador é efectuado centralmente para as principais participadas do Grupo com actividade nas áreas de mercado, sendo executado por um *software* desenvolvido com base numa tecnologia *web*, que permite às áreas de mercados financeiros o acesso *on-line* aos valores de risco da respectiva carteira.

Evolução dos indicadores de riscos de mercado da carteira de negociação

Os indicadores de risco de mercado para a carteira de negociação reportados no quadro abaixo evidenciam um nível de exposição a riscos de mercado de cerca de 12 milhões de euros em termos médios, o que comprova um perfil de gestão conservador, bem como o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

Riscos de mercado da carteira de negociação		Milhares de euros				
	Dez. 08	Méd.	Máx.	Mín.	Jan. 08	
Risco genérico	9.162,0	9.096,1	47.742,8	1.600,0	3.733,5	
Risco de taxa de juro	5.460,3	4.164,2	5.312,9	1.392,2	2.829,3	
Risco cambial	7.131,8	6.147,2	49.408,0	246,6	731,7	
Risco de acções	500,4	1.035,1	1.014,4	769,8	1.224,6	
Efeito de diversificação	3.930,5	2.250,4	7.992,6	808,6	1.052,2	
Risco específico	507,7	2.556,7	5.975,3	495,6	3.805,9	
Risco não linear	718,1	448,0	3.079,6	10,7	333,8	
Risco de mercadorias	2,9	6,5	69,9	0,1	25,4	
Risco Global	10.390,7	12.104,8	51.042,8	4.057,6	7.898,6	

O nível de risco assumido pelas posições tomadas em qualquer das carteiras regista um aumento face ao ano anterior, causado pelo expressivo acréscimo de volatilidade dos mercados. Os riscos assumidos estão enquadrados pelo limite global de exposição máxima definida pelo Grupo, de acordo com os níveis de tolerância escolhidos.

Monitorização e validação do modelo

O actual sistema de controlo e gestão dos riscos de mercado é o reflexo da contínua revisão das melhores práticas, procurando assegurar-se uma actuação cada vez mais eficaz e o alinhamento com os requisitos regulamentares a que o Grupo está sujeito.

Na quantificação dos riscos incorridos – que se pretende sistemática e completa – vários testes têm vindo a ser progressivamente desenvolvidos e implementados, sendo a monitorização dos riscos de mercado, nas diversas carteiras, efectuada através de um conjunto alargado de actividades.

De modo a assegurar que o modelo interno é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, são efectuadas diversas validações, com diferentes abrangências e frequências e que incluem *backtesting* sobre os efeitos de diversificação e sobre a abrangência dos factores de risco. Note-se também que o modelo VaR utilizado para aferição deste tipo de riscos foi validado por auditores internacionais, tendo sido considerado adequado para esta finalidade.

No quadro ao lado apresentam-se os valores relativos ao *backtesting* hipotético, que confronta os indicadores de VaR com os resultados hipotéticos. Os resultados deste teste estão de acordo com a hipótese de adequação do modelo na avaliação dos riscos incorridos.

Estes resultados teóricos ilustram a aderência do modelo VaR às variações observadas no mercado, sendo frequentemente comparados com os resultados obtidos na carteira de negociação.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro na carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o Balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efectuada a respectiva projecção dos *cash-flows* esperados, de acordo com as datas de *repricing*, e o cálculo do impacto no valor económico do Banco resultante de diversos cenários de alteração das curvas de taxas de juro de mercado.

Da análise reportada a 31 de Dezembro de 2008, a sensibilidade ao risco de taxa de juro do Balanço, calculada pela diferença entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro, descontado às taxas de juro de mercado, e o valor descontado simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de +100 p.b., evidencia valores de 41,7 milhões de euros e de -5,0 milhões de euros, para as moedas em que o Grupo detém posições mais significativas, respectivamente, euros e dólares.

Carteira de negociação – Backtest

	2008	2007	Total
Número de observações	249	144	393
VaR médio	9.096,3	4.055,9	7.237,1
Retorno médio	5.382,2	-1.252,7	2.943,8
VaR máximo	47.442,9	6.893,7	47.442,9
Número de excessos	0	6	6
% de excessos	0,0%	4,2%	1,5%

Montantes de VaR e retorno em milhares de euros.

Apresenta-se, nos quadros seguintes, o impacto no valor económico desse deslocamento em cada uma das áreas de gestão e para cada um dos intervalos de tempo:

Grupo Millennium – posição em 31 de Dezembro de 2008

Gap de taxa de juro para o balanço em euros

Milhares de euros

	<1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	>7A	Total
Actividade da Área Comercial	-2.100,9	-14.079,6	-11.368,2	14.331,7	-1.904,3	-1.884,6	-15.551,9	-5.435,5	-9.301,8	-47.295,2
Actividade da Área Estrutural	1.331,0	23.076,8	-6.677,2	11.992,6	16.778,6	30.344,6	24.305,6	53.678,5	97.714,3	252.544,8
Subtotal	-769,9	8.997,2	-18.045,5	26.324,3	14.874,3	28.460,0	8.753,6	48.243,0	88.412,4	205.249,6
Cobertura de risco	-1.312,6	-4.476,2	8.529,4	-22.574,0	-21.171,4	-34.331,0	-20.645,3	-48.343,6	-63.370,0	-207.694,8
Total Comercial e Estrutural	-2.082,5	4.520,9	-9.516,1	3.750,4	-6.297,1	-5.871,0	-11.891,6	-100,6	25.042,4	-2.445,2
Financiamento e cobertura	2.591,6	6.851,8	2.948,9	20.530,0	265,7	-1.270,4	15,6	1.047,4	-1.240,6	31.739,9
Carteira de investimento	47,9	-5.232,6	-1.236,9	-125,4	-754,4	-258,9	-1.949,6	2.585,7	-67,3	-6.991,6
ALM	155,6	-12,8	315,2	41,9	391,2	610,0	1.777,9	47.523,0	-31.369,9	19.432,0
Total da carteira bancária (Dez. 2008)	712,5	6.127,3	-7.488,9	24.196,8	-6.394,6	-6.790,3	-12.047,7	51.055,4	-7.635,4	41.735,2
Total da carteira bancária (Dez. 2007)	5.694,6	12.762,4	-2.338,6	16.147,7	-398,2	-658,2	1.494,8	26.397,4	22.470,7	81.572,7

Gap de taxa de juro para o balanço em USD

Milhares de euros

	<1M	1M - 3M	3M - 6M	6M - 1A	1A - 2A	2A - 3A	3A - 5A	5A - 7A	>7A	Total
Actividade da Área Comercial	-378,0	-1.077,7	-2.252,7	-1.182,9	-2.023,5	-589,8	1.109,3	1.575,9	2.858,1	-1.961,3
Actividade da Área Estrutural	-211,7	155,1	-51,9	-147,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-256,4
Subtotal	-589,6	-922,6	-2.304,6	-1.330,8	-2.023,5	-589,8	1.109,3	1.575,9	2.858,1	-2.217,7
Cobertura de risco	92,8	-245,0	-840,2	-152,0	-1.131,3	196,5	272,4	127,5	110,9	-1.568,3
Total Comercial e Estrutural	-496,9	-1.167,6	-3.144,8	-1.482,8	-3.154,9	-393,3	1.381,7	1.703,4	2.969,0	-3.786,0
Financiamento e cobertura	-47,0	57,5	1.508,4	218,9	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1.738,4
Carteira de investimento	-34,5	-64,3	-12,3	-92,8	-290,5	-883,7	-197,3	-227,5	-1.090,7	-2.893,4
ALM	-6,7	-111,3	-79,5	45,4	47,8	44,0	-12,1	-33,3	63,5	-42,2
Total da carteira bancária (Dez. 2008)	-585,0	-1.285,7	-1.728,2	-1.311,4	-3.396,9	-1.233,0	1.172,4	1.442,7	1.941,7	-4.983,3
Total da carteira bancária (Dez. 2007)	262,5	-736,5	-3.339,7	-287,0	-2.982,7	-1.129,7	-2.134,4	237,5	2.784,2	-7.325,8

O Grupo realiza mensalmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o *mismatch* de taxa juro das posições de risco associadas à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

As posições de risco que não sejam objecto de cobertura específica com o mercado são transferidas, através de operações internas, para as áreas de mercados passando, a partir desse momento, a fazer parte integrante das respectivas carteiras, sendo como tal avaliadas diariamente com base na metodologia de VaR.

Capital económico para riscos de mercado

No âmbito do ICAM, os riscos de mercado são avaliados, igualmente, com base na metodologia VaR, aplicando-se os ajustamentos de escala apropriados a cada uma das carteiras.

Para a carteira de negociação é considerado um horizonte temporal de 90 dias e para a carteira bancária é considerado um horizonte temporal de um ano, tanto no que diz respeito ao risco de taxa de juro, como ao risco de participações financeiras.

No caso das participações financeiras, a volatilidade dos retornos é obtida a partir de séries históricas dos preços de acções dessas empresas, quando cotadas, ou a partir de índices construídos para o efeito, quando as acções não se encontrem cotadas em Bolsa.

O capital económico associado aos riscos de mercado correspondeu, em Dezembro de 2008, a 25,3% do total não diversificado. O risco de mercado mais significativo é o relativo às participações financeiras que representou, à mesma data, 12,9% do capital económico total do Grupo antes dos efeitos de diversificação.

Risco de liquidez

O risco de liquidez reflecte a possibilidade de se incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos seus valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos decorrentes das obrigações a que o Grupo está sujeito.

A gestão da posição de liquidez do Grupo é feita de uma forma centralizada para as principais moedas de exposição. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez das participadas são, maioritariamente, ultrapassados por via de operações concretizadas com o Millennium bcp.

A gestão da liquidez é coordenada ao nível consolidado pelo *Group Treasurer*, cabendo-lhe ainda a coordenação ao nível de cada entidade das diferentes unidades de gestão de liquidez, designadamente no esforço contínuo de acesso ao mercado, via relacionamento com financiadores, diversificação de passivos e venda de activos e, ainda, assegurar a conformidade das duas ferramentas principais de gestão da liquidez a nível estrutural: o Plano de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez.

O Group CALCO tem como principais funções o estabelecimento dos princípios de gestão de Activos e Passivos, tanto numa base consolidada como ao nível do balanço de cada entidade do Grupo.

Evolução do risco de liquidez em 2008

O comportamento dos mercados financeiros durante o ano de 2008 teve implicações muito profundas no que se refere à gestão do risco de liquidez.

A situação nos mercados de financiamento pode ser descrita como anómala durante a totalidade do ano, mas foi particularmente difícil após a falência da Lehman Brothers, em Setembro.

Durante este ano foram várias – e de gravidade crescente – as situações de problemas ou mesmo de insolvência apresentadas por diversas entidades financeiras, que tiveram a sua origem em dificuldades de financiamento das suas actividades ou em meras notícias sobre eventuais dificuldades de financiamento, como se pode verificar através da seguinte cronologia dos principais eventos protagonizados por instituições financeiras em 2008:

- Março:
 - falência do Bear Stearns evitada pela compra pelo JP Morgan com o auxílio do Tesouro norte-americano;

- Setembro:
 - dia 15: falência da Lehman Brothers e aquisição da Merrill Lynch pelo Bank of America;
 - dia 16: seguradora norte-americana AIG salva da falência pela injeção de 85 mil milhões de dólares pelo Governo dos EUA;
 - durante o resto do mês vários outros bancos europeus e americanos foram resgatados pelas autoridades;
- Outubro:
 - dia 1: é aprovado pelo congresso dos Estados Unidos da América o plano TARP, de 700 mil milhões de dólares, para salvar o sistema financeiro dos EUA;
 - os principais bancos da Islândia entram em incumprimento das obrigações;
 - os Governos da União Europeia preparam planos de ajuda ao sistema financeiro, nomeadamente ao nível da atribuição de garantias para operações de financiamento e injeções de capital.

A consequência mais imediata desta situação de anomalia nos mercados financeiros foi o facto de os principais mercados a prazo terem estado virtualmente fechados durante a maior parte do ano (e, praticamente, durante todo o segundo semestre).

No mercado monetário interbancário, a situação vivida durante o final do ano 2007 – em que não existiam fundos a prazo para cedência entre bancos – foi a norma durante o ano de 2008, o que foi também agravado por períodos em que mesmo os fundos a curto prazo eram extremamente raros ou inexistentes. Note-se ainda que em alguns mercados alternativos de liquidez – como o de papel comercial, por exemplo – não se verificaram transacções durante a maior parte do ano.

Assim, dada a inacessibilidade de fundos nos principais mercados de refinanciamento (mesmo para prazos reduzidos), os bancos foram obrigados a recorrer com cada vez maior frequência às operações de refinanciamento dos bancos centrais. Ao longo de 2008, este tipo de operações foi-se tornando cada vez mais relevante, passando a constituir a principal fonte de liquidez adicional do sistema bancário.

Para tentar reanimar os mercados de cedência de liquidez, vários bancos centrais (entre os quais o Banco Central Europeu) tomaram decisões e medidas de uma forma coordenada durante o ano transacto. Entre estas, destacam-se:

- a eliminação dos limites de montante nas principais operações de refinanciamento e, no caso do BCE, nas operações a três meses (pelo menos, até ao início de 2009);
- a disponibilização de linhas de *swap* cambiais a outros bancos centrais, de forma a que estes pudessem disponibilizar liquidez nas principais moedas nos seus sistemas bancários; esta medida foi particularmente importante em países da Europa de Leste nos quais existem elevados montantes de crédito a residentes em divisas estrangeiras (EUR, USD e CHF).

Apesar de todas estas medidas e do aumento exponencial da utilização das facilidades disponibilizadas pelos bancos centrais, o grau de aversão ao risco dos agentes financeiros não diminuiu, como se pode constatar pelo facto de uma elevada percentagem de fundos tomados voltarem a ser colocados em depósito, pelos bancos, junto dos seus bancos centrais.

Para além disso, em 2008, o BCE introduziu alterações nos critérios de aceitação de activos dados em colateral para as operações de refinanciamento. Numa primeira fase, o BCE alterou a fórmula de cálculo dos factores de *haircut* para activos estruturados; num segundo momento, o BCE alterou o *rating* mínimo para aceitação dos activos dados em colateral, de "A-" (S&P) para "BBB-", procurando assim alargar o leque de activos que os bancos podem utilizar nestas operações.

Já em Dezembro de 2008, o BCE voltou a alterar a sua política monetária, aumentando o *spread* entre a sua taxa directora e a taxa de absorção de liquidez, de 50 para 100 p.b., com vista a diminuir os montantes aplicados nesta última facilidade pelas instituições financeiras com liquidez excedentária e assim dinamizar o mercado monetário interbancário.

Apesar desta situação excepcionalmente adversa, o Grupo Millennium conseguiu gerir a sua situação de liquidez durante o ano transacto de uma forma estável, conseguindo suprir as suas necessidades de financiamento através do recurso a diversos instrumentos.

Com efeito, o Grupo foi capaz de identificar tempestivamente alguns dos poucos momentos em que os mercados de liquidez a prazo estiveram abertos durante o ano de 2008, conseguindo assim obter financiamento a prazo para a sua actividade. Merece destaque a emissão de 1.500 milhões de euros de *covered bonds* a dois anos, bem como uma emissão de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), para o mesmo prazo, no montante de 1.250 milhões de euros.

Para além destas emissões, o BCP realizou também um aumento de capital de 1.300 milhões de euros durante o primeiro semestre de 2008, que teve igualmente um reflexo positivo em termos da situação de liquidez do Grupo.

Já no final de 2008, o Grupo obteve autorização do Ministério das Finanças para a emissão de obrigações até 1.500 milhões de euros, a três anos, ao abrigo do programa de garantias pessoais do Estado, que será integrada no programa de EMTN do Grupo, a concretizar durante 2009.

Adicionalmente, destaca-se ainda que, ao longo de 2008, foram tomadas medidas concretas para contenção do *gap* comercial no Grupo e suas subsidiárias, limitando-se o crescimento do crédito aos volumes de crescimento dos recursos de balanço.

Outro vector de actuação do Grupo durante este período, no que respeita à gestão do risco de liquidez, foi o aumento dos montantes de títulos descontáveis junto do BCE que o Grupo detém em balanço, enquanto elemento de prevenção relativamente a uma eventual deterioração das condições dos mercados de financiamento. O volume destes títulos no final de Dezembro de 2008 era de 5.676 milhões de euros (depois de aplicados os *haircuts* definidos pelo Banco Central Europeu), o que representa um acréscimo de cerca de 4.447 milhões de euros em relação aos montantes disponíveis no final de 2007.

Neste âmbito, destaca-se ainda que o Grupo obteve junto do Banco de Portugal a qualificação para a utilização de empréstimos bancários elegíveis como colateral nas operações de financiamento junto do BCE.

Medidas de avaliação de risco de liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas Autoridades de Supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram, igualmente, definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é seguida diariamente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash flows* para períodos de, respectivamente, três dias e três meses.

Paralelamente, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas.

São igualmente efectuados *stress tests* de liquidez, para os cenários de crise específica e de mercado, de forma a melhor se caracterizar o perfil do risco de liquidez no Grupo, assegurando-se que o Grupo e cada uma das suas subsidiárias está numa posição de cumprir as suas obrigações na ocorrência de uma situação de crise. Os resultados destes testes contribuem para a preparação e avaliação do Plano de Contingência de Liquidez, adiante referido, e para as decisões correntes de gestão.

Plano de Liquidez

O plano de liquidez, que define a estrutura de financiamento desejada para o Banco, é formulado a nível consolidado e das principais subsidiárias, sendo parte integrante do processo de orçamento e de importância relevante para o Banco, pelo que é monitorizado de uma forma regular.

Já no que se refere às prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma crise de liquidez, estas são definidas no Plano de Contingência de Liquidez. Este plano, que é revisto pelo menos uma vez por ano, assume a contínua monitorização das condições de mercado e o estabelecimento de níveis de protecção, pretendendo antecipar a tomada de decisões, através da activação do Comité de Acompanhamento da Liquidez.

Capital económico para risco de liquidez

No âmbito do ICAM, o capital económico relativo ao risco de liquidez representa o acréscimo de custos associado a condições de mercado adversas que possam envolver, conjuntamente, o aumento acentuado das necessidades de financiamento, um aumento dos *spreads* de financiamento no mercado e a degradação da notação de *rating* atribuída ao Banco, com base em cenários, aos quais, no seu conjunto, é atribuída uma probabilidade compatível com o nível de confiança do modelo.

Em Dezembro de 2008, o capital económico para o risco de liquidez correspondeu a 7,9% do capital total antes de efeitos de diversificação.

Risco do Fundo de Pensões

No *framework* global de monitorização, controlo e gestão do risco do Grupo, enquadra-se também o risco relativo ao Fundo de Pensões com Benefício Definido, que consiste na eventual necessidade de o Grupo contribuir com dotações extraordinárias para este Fundo de Pensões, num cenário de desvalorização dos activos que compõem o fundo ou de uma diminuição não antecipada do retorno desses activos.

Com efeito, perante um cenário desta natureza, o Grupo ver-se-ia na contingência de efectuar contribuições não previstas, por forma a manter os benefícios definidos pelo fundo. A incorporação deste tipo de risco no ICAM e o respectivo cálculo de capital económico baseiam-se na probabilidade de ocorrência deste tipo de cenários de evolução negativa no futuro.

A regular monitorização deste risco e o acompanhamento da respectiva gestão compete à Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões.

O risco do Fundo de Pensões representou, em Dezembro de 2008, 16,0% do capital total não diversificado.

Risco de Negócio e Estratégico

Conceptualmente, a ocorrência destes riscos originará perdas nos resultados (ou no capital) do Grupo, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, de falhas na implementação de decisões ou da falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

A variação de cotação da acção BCP constitui um indicador relevante enquanto base de medição deste tipo de riscos, sendo a respectiva quantificação efectuada no âmbito do modelo interno de avaliação das necessidades de fundos próprios e da respectiva alocação às diversas áreas de negócio (ICAM).

Nesta perspectiva, o cálculo do capital económico associado a este tipo de riscos é efectuada a partir da evolução e níveis de cotação da acção BCP, após dedução da influência externa do mercado accionista, estimada a partir de séries cronológicas de cotações dos maiores bancos cotados na Euronext Lisbon.

O capital económico associado a este risco correspondeu, em Dezembro de 2008, a 8,8% do capital total antes de diversificação.

Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira

O Grupo não possui em carteira qualquer exposição, quer face ao mercado de crédito imobiliário US *subprime*/Alt-A, nomeadamente através de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS), *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS), *Asset-Backed Securities* (ABS) ou *Collateralised Debt Obligations* (CDO), quer em relação a seguradoras de tipo *monoline*.

A exposição do Grupo a produtos de crédito estruturados potencialmente afectados pela turbulência dos mercados em 2008 encontrava-se limitada à sua subsidiária Millennium bcpbank nos Estados Unidos, através da qual o Grupo detinha, em 31 de Dezembro de 2008, 52,3 milhões de euros de *Residential Mortgage-Backed Securities* (RMBS), 10,8 milhões de euros de obrigações com um *rating* atribuído de AAA, ambos emitidos por *Government Sponsored Entities* (GSE) e 9,6 milhões de euros de *Commercial Mortgage-Backed Securities* (CMBS), estes últimos emitidos por *Government Agencies*.

O Grupo realiza operações com derivados fundamentalmente para efectuar coberturas de produtos para clientes (produtos de capital garantido ou outros), coberturas de riscos relacionadas com actividade corrente do Banco, compreendendo essencialmente a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial. A actividade de *trading* da carteira própria com derivados tem uma expressão reduzida quer nos resultados do Grupo, quer em termos de exposição ao risco.

O Grupo tem efectuado, ao longo dos anos, operações de titularização (securitizações) de crédito a particulares – à habitação e ao consumo – e também de crédito a empresas. As securitizações de crédito são usadas como instrumentos de gestão da liquidez e de capital, tendo como objectivos o financiamento da actividade do Grupo e, em determinadas circunstâncias, a libertação de capital. O Grupo não detém qualquer exposição a *Special Purpose Entities* (SPE), para além daquela que resulta das securitizações próprias e da normal actividade de crédito, descritas nas Notas 1 e 21 às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, as políticas contabilísticas relativas a SPE e securitizações não se alteraram nos últimos 12 meses.

As políticas contabilísticas do Grupo estão descritas na Nota 1 das Notas às Demonstrações Financeiras, incluídas no Volume II do Relatório e Contas de 2008. Informação adicional sobre a valorização de activos financeiros e gestão de risco pode ser encontrada nas Notas 22, 23, 24, 40, 47 e 51 do Relatório anteriormente referido.

Factores de Risco

Nesta secção são elencados os principais riscos a que a actividade do Banco estará sujeita em 2009. Estes factores de risco poderão conduzir a que os resultados futuros do Grupo se afastem materialmente dos resultados esperados. Contudo, outros factores de risco poderão igualmente afectar adversamente os resultados do Grupo. Assim, os factores de risco aqui apresentados não deverão ser encarados como uma declaração exaustiva e completa de todos os potenciais riscos e incertezas que podem vir a condicionar a actividade do Banco em 2009. Os principais riscos em 2009 dividem-se em dois grupos:

- Exógenos:
 - persistência/agravamento da escassez de liquidez nos mercados;
 - trajectória adversa do prémio de risco do Banco;
 - comportamento adverso dos mercados de capitais;
 - redução do crescimento económico em Portugal e noutros mercados, em particular na Polónia e Grécia;
 - intensificação do ambiente competitivo;
 - evolução adversa no sector imobiliário;
 - alterações no enquadramento regulamentar da actividade bancária e da legislação e regulamentação fiscais (Portugal e UE) e outras contingências regulamentares.
- Endógenos:
 - aumento da delinquência na carteira de crédito;
 - desvios actuariais no Fundo de Pensões;
 - dificuldades de implementação de medidas de gestão com alcance crítico e que visam otimizar a rentabilidade e/ou mitigar exposição a diversos tipos de risco;
 - dificuldades no negócio internacional;
 - *downgrade* das notações de *rating*;
 - contingências/*governance*.

Riscos exógenos

Persistência/agravamento da escassez de liquidez nos mercados

O ano de 2008 ficou marcado pela crise financeira internacional, a qual se traduziu na degradação das condições de financiamento, dificultando o acesso a fundos nos mercados para a generalidade dos bancos e em particular para os bancos portugueses, bastante dependentes do financiamento institucional. As medidas de apoio ao sistema financeiro, como o estabelecimento de uma garantia pessoal do Estado para efeitos de emissão de dívida bancária e o plano de recapitalização das instituições de crédito, deverão contribuir para mitigar os efeitos negativos decorrentes da instabilidade nos mercados de financiamento, mas a tendência para a redução das maturidades e o aumento dos custos de financiamento condicionam o desempenho da actividade bancária. A persistência e/ou agravamento da escassez de liquidez

nos mercados poderá conduzir ao aumento do custo de financiamento e a uma menor capacidade de financiamento e/ou de refinanciamento da dívida. A elevada base dos depósitos, uma base de clientes fidelizada, uma gestão da liquidez conservadora e o recurso à garantia pessoal do Estado pelo Millennium bcp deverão contribuir para mitigar os impactos anteriormente descritos.

Trajectória adversa do prémio de risco do Banco

Em 2008, a intensidade do agravamento da crise financeira internacional e a sua extensão à actividade económica induziu ajustamentos muito acentuados das taxas de juro de mercado e um aumento bastante considerável nos *spreads* dos instrumentos de dívida privada, com especial incidência no sector financeiro, em virtude das dificuldades crescentes das instituições financeiras e do risco sistémico. O custo da protecção contra o incumprimento dos instrumentos de dívida privada quase quadruplicou em 2008. O anúncio de medidas de suporte ao sector financeiro por parte das autoridades governamentais permitiu, posteriormente, algum alívio nos *spreads* da dívida do sector financeiro. A manutenção de uma trajectória adversa do prémio de risco do Banco reflectir-se-á no aumento dos custos de financiamento e diminuirá a capacidade de crescimento do activo.

Comportamento adverso dos mercados de capitais

A incerteza quanto à duração da actual crise financeira internacional poderá continuar a penalizar a evolução dos mercados e manter ou agravar a já elevada aversão ao risco, reflectindo-se na existência de um risco de mercado relacionado com a evolução do preço das acções e obrigações, penalizando a evolução das comissões sobre operações de bolsa e gestão de activos, os resultados de operações financeiras e outros proveitos e ainda o valor das participações financeiras e carteiras de títulos, induzindo uma degradação do valor dos colaterais financeiros, do prémio de risco associado a operações em diferentes mercados e da rentabilidade dos fundos de pensões, podendo afectar negativamente os resultados e rácios de solvabilidade.

Redução do crescimento económico em Portugal e noutros mercados, em particular na Polónia e na Grécia

O crescimento do PIB em Portugal voltou a abrandar no decurso de 2008, tendo sido bastante condicionado pela alteração das condições financeiras e no enquadramento externo. Há vários anos que a economia portuguesa se debate com um processo de ajustamento lento face às alterações no enquadramento internacional – moeda única, intensidade concorrencial no comércio internacional, globalização e deslocalização – mantendo um modelo de crescimento associado a níveis de endividamento elevados que tem sido possível dado o sucesso da intermediação das instituições de crédito nos mercados internacionais. As debilidades estruturais da economia portuguesa impossibilitam uma retoma autónoma, dados os actuais constrangimentos financeiros, revelando-se dependente de factores externos que, entre outros incluem a evolução do preço das *commodities* e do nível das taxas de juro, e da actuação de estabilizadores automáticos. Não obstante os progressos havidos em matéria de consolidação das finanças públicas nos últimos anos e da existência de um consenso a nível Europeu para adoptar medidas de estímulo à economia que se traduziu na aprovação de um plano a nível Europeu, a economia portuguesa não tem um espaço de manobra muito grande para aumentar o défice orçamental. Em resultado da persistência dos desequilíbrios macroeconómicos relevantes e das dinâmicas para a sua correcção, a capacidade de geração de resultados do

Banco poderá ser afectada, nomeadamente através do arrefecimento do nível geral de actividade económica, com reflexos negativos sobre os volumes da actividade bancária, sobre os custos de financiamento, sobre os proveitos relacionados com a evolução do crédito e dos mercados e sobre o aumento dos níveis de incumprimento da carteira de crédito, com uma consequente deterioração da qualidade dos activos.

O Banco tem operações em mercados que têm exibido elevadas taxas de crescimento do PIB, como a Polónia, a Grécia e a Roménia, decorrentes dos respectivos processos de integração europeia, beneficiando, em particular, de elevados fluxos de investimento estrangeiro e das oportunidades subjacentes à utilização de fundos comunitários, que têm impulsionado a despesa em investimento e proporcionado uma melhoria substancial do emprego. O dinamismo da procura – em especial se reforçado pela adopção de políticas fiscais pró-cíclicas e afrouxamento na política monetária – poderá comprometer a evolução da competitividade destas economias e a credibilidade da política económica prosseguida, contribuindo para o agravamento de desequilíbrios macroeconómicos existentes, com reflexo numa redução do potencial de crescimento a prazo, numa retracção no clima de confiança dos investidores e numa consequente instabilidade nos mercados financeiros domésticos. Nestas circunstâncias, a actividade bancária tende a ser afectada pelo abrandamento da actividade económica, pelo aumento dos prémios de risco, pela volatilidade dos mercados financeiros e pela consequente deterioração da qualidade dos activos em balanço, reflectindo-se num aumento da sinistralidade e da imparidade e numa redução dos proveitos associados.

Intensificação do ambiente competitivo

O mercado bancário português é actualmente um mercado bastante desenvolvido e integra fortes concorrentes nacionais e estrangeiros que seguem abordagens multiproducto, multicanal e multisegmento, que melhoraram significativamente as suas capacidades comerciais. Nos últimos anos, ocorreu ainda um desenvolvimento significativo das operações bancárias através da Internet e da utilização de novas técnicas, que permitem aos bancos avaliar com maior precisão as necessidades dos clientes e actuar em consequência, ajustando a sua proposta de valor. Entraram ainda no mercado português bancos estrangeiros, especialmente em áreas como a banca corporate, a gestão de activos, o *private banking* e os serviços de banca de investimento. Estes factores resultaram num aumento da concorrência. Adicionalmente, muitos bancos portugueses estão empenhados em aumentar os seus proveitos através do aumento das respectivas quotas de mercado, do *cross-selling* e da abertura de novas sucursais, assim como em operações *core*, que tendem a sustentar estratégias comerciais mais agressivas. O elevado nível concorrencial do sector em Portugal e noutros países onde o Banco opera, ou o seu agravamento, traduz-se na existência de um risco de negócio e estratégico, que se poderá materializar na eventual perda de quota de mercado em alguns produtos e/ou segmentos de negócio e poderá impedir ou dificultar o ajustamento dos *spreads* ao risco de crédito, contribuir para uma redução da taxa de margem financeira, das comissões e de outros proveitos e penalizar a evolução de proveitos e resultados.

Evolução adversa no sector imobiliário

Ao contrário de outros países europeus, o mercado imobiliário português não conheceu uma bolha de preços nos últimos anos, tendo o período de forte expansão do preço das habitações em Portugal ocorrido nos anos 90. Os preços das habitações aumentaram apenas 3,6% em termos reais nos últimos 10 anos, o que não tem paralelo nas principais economias europeias. Tendo esta evolução em Portugal sido limitada nos últimos anos, em consequência do abrandamento

económico, pode afirmar-se com algum grau de segurança que o sector imobiliário em Portugal se encontra numa fase diferente do ciclo, quando comparado com outros países europeus, em particular, com Espanha. Apesar de não se antecipar uma acentuada correcção no preço das habitações, atendendo às condições de concessão de crédito mais restritivas e à desaceleração do crescimento real dos salários, o preço das habitações tem vindo a diminuir ligeiramente desde meados de 2007. As consequências para a Banca deverão sentir-se ao nível da diminuição da procura de crédito à promoção imobiliária e à habitação, da desvalorização de colaterais e do apuramento de menos-valias em imóveis recebidos em dação.

Alterações no enquadramento regulamentar da actividade bancária e da legislação e regulamentação fiscais (Portugal e UE) e outras contingências regulamentares

O Grupo poderá ser negativamente afectado por alterações regulamentares em Portugal, na União Europeia ou em outros países onde opera, nomeadamente no que se refere aos indexantes de crédito, a iniciativas que promovam a mobilidade de clientes ou outras alterações decorrentes da supervisão comportamental e da implementação do sistema de pagamentos transfronteiriço automatizado com preços regulados, entre outras. No contexto actual de falta de confiança persistente nos mercados financeiros estão em curso medidas a nível Europeu para aumentar e melhorar a regulação do sector bancário e dos mercados financeiros. O aumento do *tier I* mínimo exigido pelo Banco de Portugal, para 8%, tenderá a reflectir-se num constrangimento futuro sobre a rentabilidade global da actividade bancária. Poderão ainda ter lugar alterações com eventual impacto no aumento dos impostos e/ou redução dos benefícios fiscais. No contexto da sua política de gestão e controlo de riscos e relativamente às metodologias de cálculo de requisitos de capital a que o Grupo se candidatou junto do Banco de Portugal, no âmbito de Basileia II (método das notações internas para risco de crédito, método de modelos internos para risco de mercado e método *standard* para risco operacional), existe o risco do supervisor não vir, no curto prazo, a conceder a autorização necessária para a utilização dessas metodologias. Nesse cenário – e não obstante o Grupo considerar que possui já as estruturas e os mecanismos de gestão e controlo de risco compatíveis com essas metodologias e assim beneficiar com a eficácia das mesmas em todas as suas actividades –, não serão geradas as poupanças de capital que se antecipavam pela utilização das referidas metodologias.

Riscos endógenos

Aumento da delinquência na carteira de crédito

A persistência de uma situação de recessão económica, com impacto ao nível da procura de bens e serviços e das dificuldades de acesso aos mercados financeiros, limitará a capacidade de financiamento das empresas, o que poderá ter reflexos negativos ao nível da carteira de crédito, com um aumento da delinquência. Esta evolução implicará a necessidade de aumento das provisões para imparidade e uma pressão acrescida sobre os resultados.

Desvios actuariais no Fundo de Pensões

O nível de cobertura de responsabilidades do Fundo de Pensões do Banco pode vir a revelar-se insuficiente se o comportamento dos mercados determinar menores rendimentos dos activos do fundo de pensões face aos pressupostos actuariais. O montante registado nas contas consolidadas referente às responsabilidades por pensões baseia-se em determinados pressupostos de

mortalidade, sendo que a longevidade dos beneficiários do fundo de pensões poderá ser maior que a prevista e, como tal, estes poderão beneficiar do fundo para além das dotações previstas para esse efeito. No âmbito da convergência para as IFRS e de acordo com o definido na IFRS 1, o Grupo decidiu reconstituir os cálculos actuariais desde a data da constituição do seu Fundo de Pensões, o que resultou num aumento das responsabilidades relativos a pensões. Neste âmbito, todos os ganhos e perdas actuariais que excedam 10% do valor das responsabilidades por pensões estão a ser amortizados pelo período médio remanescente da vida activa dos colaboradores (actualmente: 20 anos) até à data de reforma dos colaboradores (anteriormente: 10 anos). Caso o nível de cobertura das responsabilidades do Fundo de Pensões se revele insuficiente, o Banco poderá ter de proceder a contribuições adicionais no futuro, o que poderá afectar de forma adversa a sua situação financeira e resultados. Adicionalmente, o Banco tem de deduzir aos fundos próprios de base a parte das perdas actuariais que excedam 10% das responsabilidades por pensões ou do valor do fundo (consoante o que apresentar o montante mais elevado), pelo que uma eventual descida do valor do fundo poderá afectar a posição de capital do Banco de forma adversa. Em Setembro de 2006, o Conselho de Administração Executivo deliberou que o complemento de reforma dos colaboradores passaria a ser financiado com um plano de Contribuição Definida, mantendo os colaboradores admitidos até à data da deliberação, os direitos que decorriam do plano de Benefício Definido até então em vigor. Desta medida decorrerá uma gradual redução do risco financeiro do Fundo de Pensões em exercícios futuros.

Dificuldades de implementação de medidas de gestão com alcance crítico e que visam otimizar a rentabilidade e/ou mitigar exposição a diversos tipos de risco

O Banco está exposto a risco de negócio e estratégico, existindo a possibilidade de se tomarem decisões estratégicas inadequadas, de existirem falhas na implementação de decisões ou falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado, o que poderá comprometer os objectivos apresentados ao mercado no seu programa estratégico, total ou parcialmente. Não é possível garantir antecipadamente que o Grupo consiga executar a sua estratégia devido a condicionalismos gerais – como o agravamento das condições de mercado, a envolvente adversa, o aumento da concorrência ou as acções encetadas pelos principais concorrentes – ou devido a condicionalismos específicos, como sejam os resultantes de eventuais atrasos na implementação do programa estratégico, do grau de concretização ou de sucesso do seu plano de expansão orgânico nas várias geografias, do impacto das medidas para recentrar o Banco no cliente, do grau de sucesso das medidas de reestruturação operacional em curso (consubstanciadas na simplificação da organização e na reestruturação de base de custos e na implementação de um novo modelo operacional menos complexo nas sucursais) ou da eficácia e grau de implementação das medidas de disciplina de gestão do capital, *pricing* e risco. O Banco poderá enfrentar dificuldades na implementação de medidas de gestão com alcance crítico e que visam otimizar a rentabilidade e/ou mitigar exposição a diversos tipos de risco, com impacto negativo nos níveis de eficiência projectados e comprometendo os objectivos definidos, nomeadamente, a concretização da redução do quadro de colaboradores, a obtenção de poupanças nos outros gastos administrativos e no aumento de proveitos.

Dificuldades no negócio internacional

O Banco continua a prosseguir a sua estratégia de internacionalização, desenvolvendo a sua actividade no estrangeiro – na Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, Turquia e Estados Unidos da América –, tendo reforçado o processo de expansão da sua presença na Roménia. Não é possível

garantir antecipadamente o pleno sucesso do Grupo nos mercados internacionais nos quais opera. Adicionalmente, as operações internacionais do Grupo estão expostas aos riscos decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível político, governamental e económico nos países em que estão estabelecidas. Estes factores poderão afectar de forma adversa os resultados do Grupo. Algumas das operações internacionais do Grupo expõem-no também a riscos cambiais, directa e indirectamente. A variação face ao euro do valor das moedas, nomeadamente do zloti polaco e do leu romeno (nas quais duas das operações internacionais do Grupo contabilizam os seus proveitos) poderão afectar de forma adversa os resultados do Grupo. Ao desenvolver operações no exterior, o Grupo está exposto a variações nas respectivas divisas. Assim, embora estes mercados com risco cambial representem actualmente apenas cerca de 18% dos resultados líquidos do Grupo, eventuais desvalorizações destas moedas face ao euro poderão ter um impacto negativo na actividade, na situação financeira e nos resultados do Grupo. O recurso a financiamentos denominados em moeda estrangeira em alguns países do Leste Europeu poderá expor alguns dos clientes do Banco ao risco cambial, afectar a condição financeira dessas entidades e, por conseguinte, afectar os resultados do Banco, nomeadamente, no caso de frustração das expectativas actuais de adesão destes países à moeda única europeia a médio prazo ou no caso de episódios de reafecção de carteiras de investidores institucionais a favor de activos de refúgio, em detrimento de activos em mercados emergentes. A fase inicial do processo de desenvolvimento das economias de Angola e Moçambique ainda se caracteriza por uma elevada dependência do crescimento económico destes países de um conjunto restrito de sectores e da ajuda externa, o que aumenta a sua vulnerabilidade a choques específicos sobre estes mercados e sobre os "países-dadores".

Downgrade das notações de rating

Os *ratings* de crédito são uma importante componente do perfil de risco do Banco. Os *ratings* de crédito são baseados, entre outros factores, na solidez financeira e concentração da carteira de crédito do Banco, no nível e volatilidade dos resultados líquidos, na adequação dos capitais, na qualidade da gestão, na liquidez do balanço do Banco, na disponibilidade de uma base significativa de depósitos comerciais e de retalho e na capacidade de aceder a uma vasta gama de fontes de financiamento institucional.

As três principais agências de *rating* mantiveram as notações de *rating* do Banco ao longo de 2008, embora a 14 de Outubro de 2008 a Standard & Poor's tenha revisto o *outlook* de "estável" para "negativo", com base nos seguintes factores: a deterioração da rentabilidade em 2007 e 2008 confere menor capacidade para enfrentar a conjuntura negativa; a previsão de menor crescimento da procura de crédito em Portugal, um mercado que continua a revelar o que a S&P considera serem elevados níveis de concentração da carteira de crédito e potencial deterioração da qualidade dos activos em face da perspectiva de abrandamento económico. Alterações no *rating* de crédito do Banco abaixo do nível de *investment grade* poderão afectar negativamente a capacidade do Banco de obter financiamentos nos mercados de capitais ou dificultar o refinanciamento de dívida que atingiu a maturidade. Os clientes do Banco são sensíveis ao risco de uma redução do *rating* de crédito, o que poderia aumentar o custo do financiamento.

A capacidade do Banco de competir com sucesso no mercado por depósitos depende de vários factores, incluindo a estabilidade financeira a estabilidade dos resultados operacionais e os *ratings* de crédito atribuídos por agências de *rating* reconhecidas internacionalmente. Nessa medida, uma redução do *rating* de crédito poderá afectar a capacidade do Banco de obter financiamento e poderá ter um efeito adverso na sua actividade, situação financeira e resultados.

Contingências/governance

O BCP recebeu no dia 12 de Dezembro de 2008, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do Banco de Portugal, notificações de acusação em processos contra-ordenacionais contra si instaurados relativos a factos ocorridos anteriormente ao exercício de 2008, relacionados com alegadas irregularidades relacionadas com o financiamento da aquisição de acções emitidas pelo Banco por sociedades com sede em jurisdições externas, que se reflecte na existência de um risco estratégico, operacional e reputacional, podendo o Banco ser objecto de sanções de natureza civil, administrativa ou outra, incluindo coimas. O Banco pode ainda ser objecto de averiguações ou procedimentos por parte de outros reguladores ou pode ser alvo de litígios, em Portugal ou qualquer outro lugar, por parte de accionistas ou de terceiros que, se decididos em desfavor do Banco, podem originar perdas significativas para o Banco e fazer baixar os *ratings* do mesmo. Quaisquer destes procedimentos regulatórios e litígios podem resultar em publicidade ou percepções negativas relativamente à actividade desenvolvida pelo Banco, podendo originar perda de clientes e aumento do custo de financiamento. Consequentemente, o decurso das averiguações regulatórias, quaisquer processos regulatórios subsequentes e responsabilidades apuradas, bem como qualquer litígio emergente das, ou relacionado com, as operações acima descritas, se decididos em desfavor do Banco, poderão ter um efeito negativo relevante na sua actividade, resultados das operações ou condição financeira.



Acção BCP

Durante 2008, assistiu-se gradualmente a um aumento da instabilidade nos mercados financeiros e ao agravamento das dificuldades na obtenção de liquidez, num contexto de acrescidos riscos de incumprimento, de recessão económica e de instabilidade social. Os receios relativos à solidez de algumas instituições financeiras e a transmissão da crise financeira internacional à evolução da actividade económica, reflectiram-se numa forte desvalorização das cotações bolsistas e no aumento expressivo dos níveis de volatilidade nos mercados. Assim, os principais índices accionistas encerraram o ano com desvalorizações superiores a 30%: Eurostoxx50 -44%; IBEX35 -39%; FTSE -32%; CAC40 -42% e DAX -39%.

Também o mercado accionista português foi afectado negativamente pela crise de confiança nos mercados financeiros internacionais, tendo-se caracterizado, em 2008, por transaccionar com elevada volatilidade, pela queda pronunciada das cotações, pela redução nas posições detidas por não residentes e pelo aumento significativo dos prémios de risco. Neste contexto, em 2008, o índice PSI20 registou uma desvalorização de 51% e o índice PSI Financials de 63%.

A nível mundial, a actividade bancária foi condicionada pela envolvente difícil, tendo sido especialmente afectados os grupos financeiros com maior exposição a actividades de banca de investimento e ao mercado de capitais, quer na negociação, quer na obtenção de financiamento. Paralelamente, os resultados bancários foram penalizados pela queda nas cotações bolsistas, com impacto directo na desvalorização das carteiras, e indirecto, através da reavaliação de activos entregues como garantia de financiamentos, e nas comissões e outras remunerações associadas. Neste contexto, destaca-se o desempenho do sector bancário europeu, cujo índice de referência BEBANKS apresentou, em 2008, uma desvalorização superior a 65%.

Comportamento da Acção em Bolsa

A acção BCP não ficou imune ao clima geral de recessão e instabilidade dos mercados financeiros internacionais e às dificuldades sentidas a nível mundial pelo sector bancário. Assim, no período compreendido entre 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008, a acção BCP registou uma desvalorização de 69%, alcançando no final do ano a cotação de 0,815 euros por acção.

	Cotação
Cotação a 31 de Dezembro de 2007	2,6276 euros
Cotação a 31 de Dezembro de 2008	0,8150 euros
Cotação média anual	1,4087 euros
Cotação mínima (21 de Novembro de 2008)	0,6850 euros
Cotação máxima (2 de Janeiro de 2008)	2,6456 euros
Valorização da cotação de 31 de Dezembro de 2007 a 31 Dezembro de 2008	-68,98%
Capitalização bolsista em 31 Dezembro de 2008	3,8 mil milhões de euros

Fonte: Bloomberg; Euronext

O desempenho registado pela acção BCP, em 2008, esteve em linha com a do índice BEBANKS (-65,1%). Foi, no entanto, inferior à alcançada pelo índice Português PSI20, que registou uma desvalorização de 51,3%, em 2008.

Desempenho comparativo face aos principais índices de referência

Índice	Variação Total em 2008
Acção BCP	-68,98%
PSI20	-51,29%
Bloomberg European Banks Index (BEBANKS)	-65,14%
DJ Eurostoxx Banks	-63,74%
Euronext 100	-45,25%

A capitalização bolsista do BCP a 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 3,8 mil milhões de euros, o que equivale a uma redução de 60% em relação ao final do ano anterior.

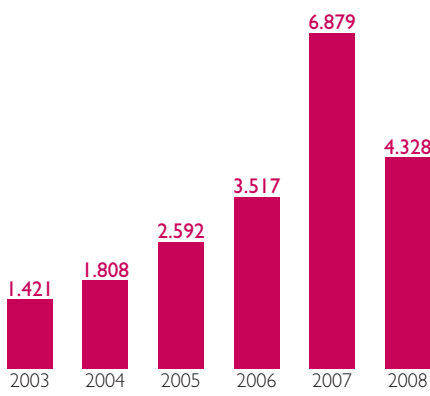
Aumento do capital social

Em Abril de 2008, o Banco procedeu a um aumento de capital social de 3.611.329.567 euros para 4.694.600.000 euros. O referido aumento de capital foi totalmente subscrito, compreendendo a emissão de 1.083.270.433 acções ordinárias, escriturais e nominativas, de valor nominal de um euro cada, que foram oferecidas à subscrição dos accionistas do Banco, no exercício dos respectivos direitos de preferência.

A procura total ascendeu a 2.364.219.647 acções, ou seja este aumento de capital contou com uma procura mais de duas vezes superior à oferta. Assim, destaca-se o forte apoio dos accionistas no exercício de direitos de subscrição ao subscreverem 1.071.230.855 acções, representativas de cerca de 98,9% do total de acções a emitir no âmbito da Oferta Pública de Subscrição. Ficaram disponíveis para rateio 12.039.578 acções, sendo que os pedidos suplementares de acções em rateio totalizaram 1.292.988.792 acções. As 1.083.270.433 novas acções foram admitidas à negociação no *Eurolist by Euronext Lisbon* no dia 6 de Maio de 2008.

Evolução da liquidez

Milhões de acções transaccionadas



Liquidez

A acção BCP continua a ser um dos títulos com maior liquidez no mercado nacional, tendo sido transaccionadas, no decurso de 2008, 4.328 milhões de acções BCP, o que corresponde a um volume médio diário de 16,9 milhões de acções e a uma diminuição de 37% do número total de acções transaccionadas, relativamente ao ano anterior, o que denota a redução das posições detidas por não residentes e a opção dos investidores por activos de menor risco. O *turnover* anual da acção BCP é cerca de 108% da sua capitalização bolsista média anual, que compara com 201% em 2007, 98% em 2006 e 80% em 2005. Em termos de volume de negócios, as acções BCP representaram 12% (6,6 mil milhões de euros) do volume global de transacções no segmento de acções do mercado regulamentado de Lisboa.

Índices em que a acção participa

A acção BCP integra mais de 40 índices bolsistas nacionais e internacionais, destacando-se os seguintes:

Índices em que a acção participa

Índice	Peso (%)
Euronext PSI Financial Services	39,849%
PSI20	10,564%
DJ Eurostoxx Banks	0,935%
BEBANKS	0,642%
Euronext 100	0,309%
DJ Eurostoxx	0,133%

Principais eventos de 2008

Data	Evento	Varição da cotação no dia subsequente	Varição da cotação nos cinco dias subsequentes
17/Dez.	Anúncio da alienação de acções do Banco BPI, S.A.	-0,62%	-0,75%
13/Dez.	Anúncio sobre notificações em processos contra-ordenacionais	+0,99%	-6,05%
28/Out.	Divulgação dos resultados consolidados do 3.º trimestre de 2008	+5,35%	+6,98%
27/Out.	Anúncio da confirmação de <i>ratings</i> da Moody's	-1,71%	+1,14%
24/Out.	Anúncio sobre a utilização de garantias do Estado	-3,31%	+0,88%
14/Out.	Anúncio da manutenção dos <i>ratings</i> da Standard & Poor's	-2,67%	-8,09%
22/Jul.	Divulgação dos resultados consolidados do 1.º semestre de 2008	+1,74%	+0,87%
26/Jun.	Anúncio do procedimento de mediação com pequenos investidores	-4,76%	-13,95%
27/Maio	Assembleia Geral de Accionistas	-1,49%	-4,76%
15/Maio	Anúncio de acordo com a Sonangol	-0,87%	-0,29%
12/Maio	Divulgação dos resultados consolidados do 1.º trimestre de 2008	0,00%	-2,84%

continua

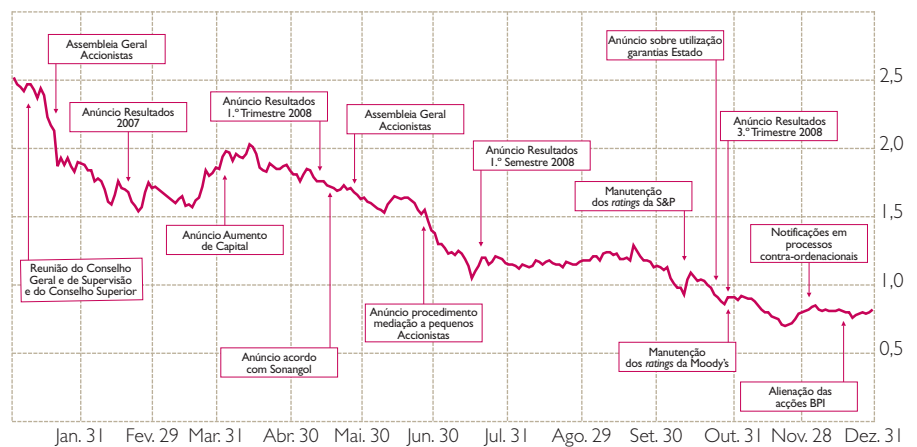
continuação

Data	Evento	Varição da cotação no dia subsequente	Varição da cotação nos cinco dias subsequentes
3/Abril	Anúncio de aumento de capital de 2008	-2,98%	-0,57%
19/Fev.	Divulgação dos resultados consolidados de 2007	-4,27%	-0,27%
15/Jan.	Assembleia Geral de accionistas	-6,76%	-19,55%
8/ Jan.	Reunião do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho Superior	-0,36%	-3,27%

A ilustração gráfica do comportamento da acção do BCP, em 2008, é apresentada seguidamente:

Comportamento da Acção BCP em 2008

Euros



Política de dividendos

Mantendo os princípios criteriosos e de prudência que caracterizam a política de distribuição de dividendos adoptada pelo BCP, foi decidido em reunião do Conselho Geral e de Supervisão não proceder ao pagamento de dividendo antecipado referente ao exercício de 2008, tendo presente, por um lado, a elevada incerteza quanto à evolução da conjuntura financeira internacional e do funcionamento dos mercados e, por outro, quer o nível de resultados gerados em base consolidada nos primeiros três trimestres, quer as recentes orientações relativas ao nível de fundos próprios de base emitidas pelo Banco de Portugal.

Não obstante esta decisão, de não proceder à distribuição do dividendo antecipado de 2008, o Banco reitera a manutenção da política de distribuição de dividendos já anunciada, tendo por princípio o objectivo de distribuição de 40% dos resultados líquidos.

Os valores dos dividendos distribuídos pelo BCP desde o ano 2000 encontram-se discriminados no quadro seguinte:

Política de dividendos

Exercício	Ano de pagamento	Dividendo bruto por acção (euros)	Dividendo líquido por acção (euros)		Payout ratio ⁽¹⁾	Dividend yield ⁽²⁾
			Residentes	Não residentes		
2000 ⁽³⁾	2001	0,150	n.a.	n.a.	62,4%	2,65%
2001	2002	0,150	0,120	0,105	61,1%	3,30%
2002	2003	0,100	0,080	0,070	49,2% ⁽⁴⁾	4,39%
2003	2004	0,060	0,051	0,045	44,7%	3,39%
2004						
Dividendo Antecipado	2004	0,030	0,02550	0,02250		
Dividendo Final	2005	0,035	0,02975	0,02623		
Dividendo Total		0,065	0,05525	0,04873	41,3%	3,44%
2005						
Dividendo Antecipado	2005	0,033	0,02805	0,02475		
Dividendo Final	2006	0,037	0,03145	0,02775		
Dividendo Total		0,070	0,05950	0,05250	31,9%	3,00%
2006						
Dividendo Antecipado	2006	0,037	0,0296	0,0296		
Dividendo Final	2007	0,048	0,0384	0,0384		
Dividendo Total		0,085	0,0680	0,0680	39,0%	3,04%
2007						
Dividendo Antecipado	2007	0,037	0,0296	0,0296		
Dividendo Final	2008	0,000	0,0000	0,0000		
Dividendo Total		0,037	0,0296	0,0296	23,7%	1,27%
2008						
Dividendo Total ⁽⁵⁾	2009	0,017	0,0136	0,0136	39,7%	2,09%

⁽¹⁾ *Payout ratio* representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos accionistas sob a forma de dividendo;

⁽²⁾ *Dividend yield* representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da acção no final do ano a que se refere o dividendo;

⁽³⁾ Pago sob a forma de *scrip dividend* através da emissão de novas acções e a sua distribuição proporcional pelos accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco;

⁽⁴⁾ Com base no resultado líquido antes da constituição de provisões para riscos bancários gerais no valor de 200 milhões de euros;

⁽⁵⁾ Proposta a submeter à Assembleia Geral de accionistas.

Roadshows, conferências e reuniões com investidores institucionais

No âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte, o Banco divulga trimestralmente informação relativa aos resultados e à sua actividade, tendo sido realizadas conferências de imprensa e *conference calls* com analistas e investidores que contaram com a participação dos membros do Conselho de Administração Executivo.

No decurso do ano, o Banco participou em diversos eventos, tendo promovido três *roadshows* após a divulgação de resultados nas principais praças financeiras mundiais – Londres, Nova Iorque e Madrid – e participado em conferências de investidores e *roadshows* organizadas por outros Bancos como Morgan Stanley (Londres, Madrid e Lisboa), Merrill Lynch (Londres, Madrid e Lisboa), KBW (Londres e Madrid), BPI (Lisboa), Santander (Lisboa) e Millennium bcp Investimento (Londres e Nova Iorque), onde realizou apresentações institucionais e reuniões *one-to-one* com investidores. Em 2008, foram realizadas cerca de 161 reuniões com investidores e analistas.

Recomendações dos analistas financeiros

A importância da Acção BCP no mercado português e num contexto europeu, justifica que o número actual de analistas financeiros que procedem à cobertura do Banco seja superior a duas dezenas e a necessidade acrescida de informação financeira. Acompanhando o comportamento desfavorável dos mercados accionistas, que afectou particularmente os títulos das empresas do sector financeiro, verificou-se uma evolução negativa das recomendações e *price targets* dos analistas financeiros. Assim, o *price target* médio das casas de investimento que acompanham com assiduidade o Banco evidenciou uma descida, de 3,18 euros, em 2007, para 1,33 euros, em 2008.

Acções próprias

De acordo com deliberação da Assembleia Geral de accionistas, o Banco pode adquirir ou alienar acções próprias até ao limite de 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2007, o Banco Comercial Português, S.A. não detinha acções próprias em carteira. Durante o ano de 2008, o Banco realizou compra e venda de 13.561.140 acções próprias correspondentes a 0,29% do capital social, em respeito pela lei e regulamentos aplicáveis, no uso da autorização concedida pela Assembleia Geral Anual e no âmbito da respectiva actividade.

	Aquisições			Alienações			Total transaccionado	
	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (euros)	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (euros)	Quantidade	% do Capital Social
BCP – Carteira de Investimento	9.340.617	8.354.305	0,89	4.220.523	4.089.282	0,97	13.561.140	0,29%

Em 31 de Dezembro de 2007, a sua subsidiária Banco Millennium bcp investimento S.A. detinha 1.182.808 acções próprias. Durante o ano de 2008 realizou compra e venda de 17.289.445 acções BCP correspondentes a 0,37% do capital social do Banco, no âmbito da respectiva actividade e para cobertura de posições de risco associadas à venda de produtos de investimento a clientes.

	Aquisições			Alienações			Total transaccionado	
	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (euros)	Quantidade	Valor	Preço médio unitário (euros)	Quantidade	% do Capital Social
Banco Millennium bcp investimento, S.A.	8.242.073	18.225.452	2,21	9.047.372	18.690.143	2,07	17.289.445	0,37%

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2008, o Banco Comercial Português, S.A. detinha directa e indirectamente 5.497.603 acções próprias, o que equivale a 0,12% do capital social do Banco.

	31.12.2007	31.12.2008	% do Capital Social
Banco Comercial Português, S.A.	0	5.120.094	0,11%
Banco Millennium bcp investimento, S.A.	1.182.808	377.509	0,01%
Total	1.182.808	5.497.603	0,12%

Estrutura accionista

Segundo o ficheiro recebido pela Central de Valores Mobiliários (CVM), em 31 de Dezembro de 2008 o número de accionistas do BCP ascendia a 172.921 (160.322 em 2007). A estrutura accionista do Banco mantém-se muito dispersa, sendo que nenhum accionista detém mais de 10% do capital e só 11 accionistas detêm participações qualificadas (superiores a 2% do capital). Destaca-se ainda o aumento do peso dos accionistas empresas, que representam agora 29,35% do capital (19,87% em 2007), e a redução do peso dos accionistas institucionais 50,45% em 2008 (62,77% em 2007).

Estrutura accionista	Número de accionistas	% do Capital social
Colaboradores do Grupo	3.803	0,43%
Outros accionistas individuais	164.216	19,77%
Empresas	4.459	29,35%
Institucionais	443	50,45%
Total	172.921	100,00%

N.º de Ações por accionista	Número de accionistas	% do Capital social
> 5.000.000	75	76,19%
500.000 a 4.999.999	249	6,87%
50.000 a 499.999	2.291	5,85%
5.000 a 49.999	27.756	7,49%
< 5.000	142.550	3,60%
Total	172.921	100,00%

Em 2008, registou-se um ligeiro aumento do número de accionistas estrangeiros e um aumento da percentagem do capital social por eles detida. Assim, em 2007 do número total de accionistas, apenas 3,16% eram estrangeiros e detinham 39,03% do capital do Banco. Em 2008, os accionistas estrangeiros representavam 3,19% do número total de accionistas e detinham 45,54% do capital do Banco.

N.º de Ações por accionista	Accionistas nacionais		Accionistas estrangeiros	
	N.º	% do Capital social	N.º	% do Capital social
> 5.000.000	36	33,41%	39	42,78%
500.000 a 4.999.999	182	4,91%	67	1,96%
50.000 a 499.999	2.135	5,38%	156	0,48%
5.000 a 49.999	27.014	7,27%	742	0,21%
< 5.000	138.045	3,50%	4.505	0,10%
Total	167.412	54,46%	5.509	45,54%

Participações Qualificadas

Accionista	Número de acções	% Capital social	% Direitos de voto
Sonangol EP	469.000.000	9,990%	10,000%⁽¹⁾
Grupo Eureka ⁽²⁾			
Eureka BV	216.444.868	4,611%	4,616%
Achmea Holding NV	115.511.380	2,461%	2,463%
Total	331.956.248	7,071%	7,079%
Grupo Teixeira Duarte			
Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			
Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. ⁽³⁾	202.505.992	4,314%	4,319%
C+PA. – Cimentos e Produtos Associados, S.A.	102.483.872	2,183%	2,186%
Arenopor – Investimentos SGPS, S.A.	23.000.000	0,490%	0,490%
Outros (Membros dos Órgãos de Administração)	1.765.391	0,038%	0,038%
Total	329.755.255	7,025%	7,032%
Fundação José Berardo ⁽⁴⁾			
Fundação José Berardo	198.324.440	4,225%	4,229%
Fundação José Berardo (ao abrigo de <i>Equity Swap</i> celebrado com o BES)	29.710.526	0,633%	0,634%
Total	228.034.966	4,857%	4,863%
Metalgest – Sociedade de Gestão, SGPS, S.A. ⁽⁴⁾			
Metalgest – Sociedade de Gestão, SGPS, S.A.	63.328.399	1,349%	1,351%
Kendon Properties	721.480	0,015%	0,015%
Moagens Associadas, S.A.	13.245	0,000%	0,000%
Cotrancer – Comércio e Transformação de Cereais, S.A.	13.245	0,000%	0,000%
Bacalhôa, Vinhos de Portugal, S.A.	10.596	0,000%	0,000%
Membros do Conselho de Administração da Metalgest, SGPS, S.A.	19.547	0,000%	0,000%
Total	64.106.512	1,366%	1,367%
Banco Sabadell			
Bansabadell Holding SL	208.177.676	4,434%	4,440%
Total	208.177.676	4,434%	4,440%
Grupo Caixa Geral de Depósitos			
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (participação estratégica)	153.830.235	3,277%	3,281%
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	23.179.492	0,494%	0,494%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (carteira de negociação)	366.262	0,008%	0,008%
Companhia de Seguros Império-Bonança, S.A.	203.235	0,004%	0,004%
Multicare	21.544	0,000%	0,000%
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	7.098	0,000%	0,000%
Total	177.607.866	3,783%	3,788%
Grupo EDP ⁽⁵⁾			
EDP – Imobiliária e Participações, S.A.	123.509.341	2,631%	2,634%
OPTEP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	28.167.603	0,600%	0,601%
Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	398.783	0,008%	0,009%
Total	152.075.727	3,239%	3,243%

continua

continuação

Accionista	Número de acções	% Capital social	% Direitos de voto
Sogema			
Sogema SGPS, S.A.	125.766.734	2,679%	2,682%
Total	125.766.734	2,679%	2,682%
Privado Financeiras, S.A.			
Privado Financeiras, S.A. – Carteira própria	108.599.093	2,313%	2,316%
Banco Privado Português, S.A. – Gestão de carteiras de clientes	2.808	0,000%	0,000%
Iberian Opportunities Fund	860.000	0,018%	0,018%
Total	109.461.901	2,332%	2,334%
Grupo Stanley Ho			
Sociedade de Diversões e Turismo de Macau, S.A.	76.112.854	1,621%	1,623%
Stanley Hung Sun Ho	30.142.080	0,642%	0,643%
Total	106.254.934	2,263%	2,266%
SFGP – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	43.574.742	0,928%	0,929%
IPG – Investimentos, Participações e Gestão SGPS, S.A.	58.488.113	1,246%	1,247%
Total	102.062.855	2,174%	2,177%
Total Participações Qualificadas	2.404.260.674	51,213%	51,273%

Fonte: Informação recebida dos accionistas + Ficheiro da Central de Valores Mobiliários

⁽¹⁾ De acordo com o n.º10 alínea a) do art. 16.º dos Estatutos do BCP não são considerados os votos que excedam 10% do seu capital social.

⁽²⁾ A Eureko contratou um conjunto de operações de derivados com a JP Morgan sobre 135.238.429 acções BCPA. CMVM considera que os direitos de voto inerentes a estas acções deverão ser imputados à Eureko, aumentando, desta forma, a sua participação para 9,96% dos direitos de voto.

⁽³⁾ A Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. informou, através de comunicado com data de 12 de Dezembro, que a sociedade sua participada indirecta Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. prometeu adquirir 102.483.872 acções do BCP à C+PA. – Cimentos e Produtos Associados, S.A, as quais, por esse efeito, lhe passaram a ser imputáveis.

⁽⁴⁾ As acções e os direitos de votos detidos pela Fundação José Berardo e pela Metalgest são objecto de imputação recíproca.

⁽⁵⁾ O Fundo de Pensões da EDP detinha em 31 de Dezembro de 2008, 52.805.044 acções, correspondentes a 1,125% do capital do Banco.



Principais Eventos em 2008

Janeiro

- realização da Assembleia Geral de Accionistas e eleição de novos Órgãos Sociais.
- confirmação das notações de *rating* atribuídas pela Fitch Ratings ao BCP às suas responsabilidades de longo prazo "A+" com *outlook* "estável" e às responsabilidades de curto prazo "F1".
- distinção do Millennium bank na Polónia como "*Business Friendly Bank*", por iniciativa da Câmara de Comércio Nacional e da Fundação Polaco-Americana para o aconselhamento às Pequenas e Médias Empresas.

Fevereiro

- definição, na sequência da revisão do programa estratégico do Banco, em Fevereiro 2008, de uma nova visão e prioridades estratégicas para o período de 2008-2010.
- anúncio pela Standard & Poor's Ratings Services, da confirmação das notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de longo e de curto prazo do BCP, de "A" e de "A-1", respectivamente. O *outlook* foi igualmente confirmado em "negativo".
- eleição do Millennium bcp, pelo 4.º ano consecutivo, como "*World's Best Developed Market Bank*" em Portugal pela revista Global Finance.
- distinção dos serviços de custódia bancária do Bank Millennium na Polónia em 2007, pela revista Global Custodian Magazine com a prestigiosa notação de "*Top Rated*", pela quarta vez consecutiva.

Março

- distinção da operação "Global Refinance", em que o Millennium bcp investimento actuou como *Mandated Lead Arranger* e *Joint Bookrunner* com três prémios "*Deal of The Year 2007*", atribuídos por publicações da especialidade.
- distinção do Millennium bank, como a 7.ª marca mais valiosa segundo o *ranking* das marcas mais valiosas do mercado polaco elaborado pela empresa Brand Finance.

Abril

- conclusão da operação de aumento do capital social do BCP de 1,3 mil milhões de euros, visando reforçar os níveis de capital do Banco, e que contou com uma procura duas vezes superior à oferta.
- anúncio pela Standard & Poor's Ratings Services da revisão do *outlook* de "negativo" para "estável" do Millennium bcp e confirmação das notações de *rating* atribuídas às responsabilidades de longo e de curto prazo, de "A" e de "A-1", respectivamente.
- eleição do Millennium bank, como a quarta melhor empresa para trabalhar na Polónia, de acordo com o estudo realizado pela "International Student Organization – AIESEC".
- realização dos Encontros Millennium no Algarve, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp.

Maio

- emissão de obrigações hipotecárias, no montante de mil milhões de euros, e de dívida sénior, no valor de 1,25 mil milhões de euros.
- assinatura de um acordo de parceria estratégica entre o BCP, a Sonangol e o Banco Privado Atlântico, S.A., prevendo, designadamente, uma participação indicativa de referência da Sonangol no capital do BCP. O acordo contempla a aquisição de 49,9% do capital do Banco Millennium Angola pela Sonangol e pelo Banco Privado Atlântico, a concretizar através de uma operação de aumento de capital a ser subscrita em numerário. O acordo prevê, ainda, a tomada pelo Banco Millennium Angola de uma participação de 10% no capital do Banco Privado Atlântico.
- lançamento da 3.ª edição do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais, essencial ao cumprimento dos objectivos de aumento da eficiência e constituindo simultaneamente uma oportunidade de valorização profissional dos colaboradores.
- a operação Millennium na Polónia atingiu a marca histórica de um milhão de clientes activos no Retailo.
- eleição, pelo sétimo ano consecutivo, do site institucional do Millennium bcp como o “Melhor Site de Banca Online”, pelos leitores da revista PC Guia.
- atribuição ao Millennium bcp do Prémio da APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa relativo à categoria de melhor “Relatório de Gestão”, referente ao Relatório e Contas de 2006, pelo segundo ano consecutivo. Neste âmbito, o Millennium bcp venceu, também, o “Grande Prémio de Comunicação Empresarial” em 2007.
- eleição do Millennium bcp e da Médis, pelo 4.º ano consecutivo, como “Marcas de Excelência” pela Superbrands na sua edição de 2008.

Junho

- o Conselho de Administração Executivo do Banco decidiu propor aos investidores a resolução dos litígios emergentes da subscrição dos aumentos de capital em dinheiro, realizados pelo BCP, nos anos de 2000 e 2001, através do procedimento de mediação organizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). A proposta foi dirigida aos investidores que tinham apresentado reclamação ao Banco, ao Provedor do Cliente do BCP, ao Banco de Portugal ou à CMVM ou que tenham proposto acção judicial contra o BCP ou reconvindo em acção judicial proposta pelo BCP, desde que, cumulativamente, reunissem um conjunto de condições publicamente divulgadas.
- realização dos Encontros Millennium em Castelo Branco, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp.
- o Bank Millennium ocupou a 9.ª posição no *ranking* anual das maiores empresas polacas, de acordo com o estudo do jornal polaco Rzeczpospolita.
- atribuição ao Bank Millennium na Polónia, no concurso “Market Leader”, das distinções “2008 Market Leader” e “2008 Euro Leader”.
- atribuição ao Millennium bank na Grécia do prémio “2007 EUR Straight – Through Processing Excellence Award” como reconhecimento pela sua qualidade de serviço.

Julho

- realização dos Encontros Millennium no Porto, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp.
- eleição do Millennium bcp como “*World’s Best Investment Bank*” em Portugal pela revista Global Finance, pelo quarto ano consecutivo.
- atribuição à marca Millennium na Polónia do título “*Marca de Alta Reputação*” na área financeira, no inquérito anual intitulado “*PremiumBrand*”.
- distinção do Bank Millennium na Polónia ao posicionar-se no topo do *ranking* “*Expander*” que classifica a eficácia na concessão de crédito à habitação.
- distinção do Millennium bim como o “*Melhor Banco Moçambicano*” pela revista Euromoney, no âmbito do “*Euromoney Awards for Excellence*”.

Agosto

- disponibilização de linhas de crédito de médio prazo e de apoio à internacionalização, no âmbito da Convenção Portugal – Angola, com cobertura de riscos de crédito à exportação através da Cosec.
- distinção do portal do Millennium bcp, pela revista financeira internacional Global Finance, com a atribuição de dois prémios no âmbito dos “*Best Internet Banks in Europe 2008*”: “*Best Consumer Internet Bank*” e “*Best Integrated Corporate Bank Site*”, em Portugal.
- distinção do portal do Bank Millennium na Polónia, como “*Melhor Site para Clientes Particulares*”, pela revista Global Finance.

Setembro

- acordo com a Sonangol e Banco Privado Atlântico S.A. (BPA) fixando o preço e as condições em que a Sonangol e o BPA vão assumir 29,9% e 20%, respectivamente, no capital do Banco Millennium Angola, bem como o preço e as condições em que o Banco Millennium Angola vai adquirir uma participação de 10% no capital do BPA, na sequência do acordo de parceria estratégica estabelecido em Dezembro de 2007 e dos acordos assinados em Maio de 2008.
- conclusão da 3.^a edição e lançamento da 4.^a edição do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais.
- celebração de um protocolo de cooperação estratégica entre o Bank Millennium e a AICEP, visando apoiar empresas portuguesas que pretendam iniciar actividade na Polónia.
- realização do Encontro Millennium em Leiria, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp.
- atribuição do prémio “*Melhor banco para Pequenas e Médias Empresas*”, ao Bank Millennium na Polónia, pela revista Forbes, pela terceira vez consecutiva.
- posicionamento do Bank Millennium na Polónia, como o terceiro melhor no *ranking* “*Friendly Bank – Best in the Web*”, pela revista Newsweek.

Outubro

- anúncio da confirmação das notações de *rating* de longo e curto prazo “Aa3/P-1” e a manutenção do *outlook* em “estável” do BCP pela Moody’s.
- confirmação das notações de *rating* de longo e curto prazo “A/A-1”, pela Standard & Poor’s Ratings Services, tendo revisto de “estável” para “negativo” o *outlook* do BCP.

Novembro

- lançamento em conjunto com o Banco Europeu de Investimento de duas linhas de crédito para empresas, de apoio a Pequenas e Médias Empresas, abrangendo, pela primeira vez, o microcrédito.
- concretização da adesão pelo Millennium bcp investimento aos mercados Euronext de Amesterdão e Bruxelas, passando a disponibilizar a prestação de serviços de negociação directamente nesses mercados.
- acordo de cooperação entre o Microcrédito do Millennium bcp e a Associação Empresarial da Região de Viseu, tendo como objectivo estimular o empreendedorismo, a criação de micro-empresas e o auto-emprego, contribuindo para o desenvolvimento do tecido empresarial da região.
- eleição do Millennium bcp como “*Best Foreign Exchange Bank*” em Portugal, pela revista Global Finance.
- eleição do Millennium bcp como “*Best Commercial Bank*” em Portugal, pela revista Euromoney.
- distinção do Relatório e Contas de 2007 do Bank Millennium como o melhor na categoria de “Aplicação dos *Standards Internacionais*”, na Polónia.
- o Centro de Contactos do Millennium bank na Grécia foi distinguido na categoria de “Centro de Contactos até 50 Colaboradores” – “*Bronze Award*” – do Grande Prémio anual da Teleperformance CRM 2008, atribuído pela “Teleperformance International”, a maior empresa do mundo na prestação de serviços a Centros de Contacto.

Dezembro

- concretização do registo da fusão por incorporação da sociedade BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. no BCP.
- anúncio da deliberação de retomar o processo de fusão por incorporação do Banco Millennium bcp Investimento, S.A. no BCP, com o objectivo de passar a prosseguir, de forma directa, a actividade de banca de investimento.
- lançamento da 5.ª edição do Programa de Desenvolvimento de Competências Comerciais e do PQD – Programa para Quadros Directivos, programas de mobilidade de colaboradores.

- notificação do Despacho n.º 31835-A/2008, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que autoriza a concessão da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e de juros no âmbito da emissão a taxa fixa, com prazo de três anos e no montante de até 1.500 milhões de euros, a realizar ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes do Millennium bcp.
- o BCP recebeu da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do Banco de Portugal notificações de acusação em processos contra-ordenacionais contra si instaurados relativos a factos ocorridos anteriormente ao exercício de 2008, nomeadamente relativos a alegadas irregularidades relacionadas com o financiamento de aquisição de acções emitidas pelo Banco por sociedades com sede em jurisdições externas.
- alienação de 87.214.836 acções representativas de 9,69% do capital social do Banco BPI, S.A., sociedade aberta à sociedade SANTORO FINANCIAL HOLDINGS, SGPS, S.A., sociedade de direito português. A referida alienação está sujeita à não oposição do Banco de Portugal, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Em resultado da execução do referido contrato, o BCP deixou de deter uma participação qualificada no Banco BPI, S.A.
- reafirmação, pela Fitch Ratings dos *ratings* do BCP, mantendo o *outlook* em “estável”.
- eleição do Millennium bim como o “Banco do Ano em Moçambique” pela revista *The Banker*.
- realização do Encontro Millennium em Coimbra, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp.

Demonstrações Financeiras





Demonstrações Financeiras

Balanço Consolidado

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Milhares de euros

	2008	2007
Activo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.064.407	1.958.239
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.048.348	820.699
Aplicações em instituições de crédito	2.892.345	6.482.038
Créditos a clientes	75.165.014	65.650.449
Activos financeiros detidos para negociação	3.903.267	3.084.892
Activos financeiros disponíveis para venda	1.714.178	4.418.534
Activos com acordo de recompra	14.754	8.016
Derivados de cobertura	117.305	131.069
Investimentos detidos até à maturidade	1.101.844	-
Investimentos em associadas	343.934	316.399
Activos não correntes detidos para venda	19.558	24.180
Outros activos tangíveis	745.818	699.094
Goodwill e activos intangíveis	540.228	536.533
Activos por impostos correntes	18.127	29.913
Activos por impostos diferidos	586.952	650.636
Outros activos	4.147.645	3.355.470
Total do Activo	94.423.724	88.166.161
Passivo		
Depósitos de bancos centrais	3.342.301	784.347
Depósitos de outras instituições de crédito	5.997.066	8.648.135
Depósitos de clientes	44.907.168	39.246.611
Títulos de dívida emitidos	20.515.566	26.798.490
Passivos financeiros detidos para negociação	2.138.815	1.304.265
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	6.714.323	1.755.047
Derivados de cobertura	350.960	116.768
Provisões	221.836	246.949
Passivos subordinados	2.598.660	2.925.128
Passivos por impostos correntes	4.826	41.363
Passivos por impostos diferidos	336	46
Outros passivos	1.383.633	1.399.757
Total do Passivo	88.175.490	83.266.906
Situação Líquida		
Capital	4.694.600	3.611.330
Títulos próprios	(58.631)	(58.436)
Prémio de emissão	183.368	881.707
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	214.593	218.498
Reservas e resultados acumulados	(274.622)	(1.598.704)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	201.182	563.287
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo	5.960.490	4.617.682
Interesses minoritários	287.744	281.573
Total da Situação Líquida	6.248.234	4.899.255
Total do Passivo e da Situação Líquida	94.423.724	88.166.161

Demonstrações de Resultados Consolidados

Para os anos findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

Milhares de euros

	2008	2007
Juros e proveitos equiparados	5.269.597	4.332.187
Juros e custos equiparados	(3.548.549)	(2.794.884)
Margem financeira	1.721.048	1.537.303
Rendimentos de instrumentos de capital	36.816	27.921
Resultado de serviços e comissões	740.417	664.583
Resultados em operações de negociação e de cobertura	277.631	199.138
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	(259.532)	193.211
Outros proveitos de exploração	57.580	97.861
	2.573.960	2.720.017
Outros resultados de actividades não bancárias	17.390	12.925
Total de proveitos operacionais	2.591.350	2.732.942
Custos com o pessoal	915.307	1.006.227
Outros gastos administrativos	642.641	627.452
Amortizações do exercício	112.843	114.896
Total de custos operacionais	1.670.791	1.748.575
	920.559	984.367
Imparidade do crédito	(544.699)	(260.249)
Imparidade de outros activos	(60.024)	(45.754)
Outras provisões	15.500	(49.095)
Resultado operacional	331.336	629.269
Resultados por equivalência patrimonial	19.080	51.215
Resultados de alienação de outros activos	(8.407)	7.732
Resultado antes de impostos	342.009	688.216
Impostos		
Correntes	(44.001)	(73.045)
Diferidos	(39.997)	3.475
Resultado após impostos	258.011	618.646
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	201.182	563.287
Interesses minoritários	56.829	55.359
Lucro do período	258.011	618.646
Resultado por acção (em euros)		
Básico	0,03	0,13
Diluído	0,03	0,13



Proposta de Aplicação de Resultados

I. Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 36.º dos Estatutos do Banco, propõe-se que aos resultados do exercício no montante de 451.182.625,88 euros, seja dada a seguinte aplicação:

- a) 45.118.262,59 euros para reforço da reserva legal;
- b) 10.000.000,00 euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) 79.808.200,00 euros para atribuição de dividendos;
- d) 316.256.163,29 euros para resultados transitados.

II. Considerando que a verba para dividendos agora a atribuir de 79.808.200,00 euros, foi calculada, na base de um dividendo de 0,017 euros por acção emitida, e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que poderão estar em carteira à data do pagamento de dividendos;

Propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante dos números anteriores, que:

- a) a cada acção emitida seja agora pago o dividendo de 0,017 euros;
- b) não seja pago, registando-se em conta de resultados transitados, o quantitativo correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria Sociedade.

Anexos



- 192** *Compliance com as recomendações do Financial Stability Forum (FSF) e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS) relativas à transparência de informação e à valorização de activos*
- 195** *Extracto da Acta da Assembleia Geral do Banco Comercial Português, S.A., de 30 de Março de 2009, relativo aos pontos 1 e 2*



Compliance com as recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à transparência de informação e à valorização de activos

	Página
I. Modelo de Negócio	
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	<i>RC Vol. I – Grupo Millennium</i> pág. 15-17; <i>Análise das Áreas de Negócio</i> pág. 81-133.
2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	<i>RC Vol. I – Estratégia num Contexto Adverso</i> pág. 31-39; <i>Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160.
3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	<i>RC Vol. I – Análise das Áreas de Negócio</i> pág. 81-133. <i>Nota 50 às Contas Consolidadas.</i>
4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	<i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 139-159; <i>Notas 22-24 às Contas Consolidadas.</i>
5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e., compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.	<i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 139-159; <i>Notas 22-24 às Contas Consolidadas.</i>
II. Riscos e Gestão dos Riscos	
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	<i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 139-159; <i>Notas 6-7 e 51 às Contas Consolidadas.</i>
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas; (Na crise actual, deverá ser dada especial atenção ao risco de liquidez.)	<i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 139-159; <i>Nota 51 às Contas Consolidadas.</i> <i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 155-159. <i>Nota 51 às Contas Consolidadas.</i>
III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos <i>write-downs</i> nos resultados;	<i>RC Vol. I – Análise Financeira</i> pág. 51-80; <i>Notas 6-7 às Contas Consolidadas.</i>
9. Decomposição dos <i>write-downs</i> /perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>collateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);	<i>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160.
10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	<i>RC Vol. I – Crise Financeira Internacional</i> pág. 26-29; <i>Enquadramento Macroeconómico e Competitivo</i> pág. 41-47. <i>RC Vol. I – Análise Financeira</i> pág. 51-80.
11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	<i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 139-159; <i>Notas 6, 7 e 40 às Contas Consolidadas.</i>
12. Decomposição dos <i>write-downs</i> entre montantes realizados e não realizados;	<i>RC Vol. I – Acção BCP</i> pág. 169-175.
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	<i>RC Vol. I – Gestão dos Riscos</i> pág. 139-159; <i>Nota 40 às Contas Consolidadas.</i>
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	
15. Divulgação do impacto que a evolução dos <i>spreads</i> associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.	<i>RC Vol. I – Análise Financeira</i> pág. 51-80; <i>Nota 47 às Contas Consolidadas.</i>
IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência	
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	<i>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160; <i>Notas 22-24 às Contas Consolidadas.</i>
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (i.e., através de <i>credit default swaps</i>) e o respectivo efeito nas exposições existentes;	<i>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: <ul style="list-style-type: none"> – Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; – Nível da qualidade de crédito (i.e., <i>ratings, vintages</i>); – Áreas geográficas de origem; 	<i>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160. <i>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160. <i>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira</i> pág. 160.

continuação

	Página
<ul style="list-style-type: none"> – Sector de actividade; – Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); – Características do produto: i.e., <i>ratings</i>, peso/parcela de activos <i>subprime</i> associados, taxas de desconto, <i>spreads</i>, financiamento; – Características dos activos subjacentes: i.e., <i>vintages</i>, rácio <i>loan-to-value</i>, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas; 	<p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p> <p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p> <p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p> <p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p>
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, <i>write-downs</i> , compras, etc.);	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.
20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.
21. Exposição a seguradoras de tipo <i>monoline</i> e qualidade dos activos segurados:	
<ul style="list-style-type: none"> – Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas, bem como o montante de protecção de crédito adquirido; – Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; 	<p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p> <p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p> <p>RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.</p>
<ul style="list-style-type: none"> – Valor dos <i>write-downs</i> e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; – Decomposição das exposições por <i>rating</i> ou contraparte. 	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160.
V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização	
22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160; Nota 47 às Contas Consolidadas.
23. Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	RC Vol. I – Informação sobre a exposição a actividades e produtos afectados pela recente crise financeira pág. 160; Nota 1 às Contas Consolidadas (Políticas Contabilísticas).
24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:	
<ul style="list-style-type: none"> – Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; – Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados, bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); – Tratamento dos <i>day 1 profits</i> (incluindo informação quantitativa); – Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição); 	<p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Notas 22-24, 40 e 47 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Notas 1, 22-24, 40 e 47 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Notas 22-24, 40 e 47 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Notas 22-24, 40 e 47 às Contas Consolidadas.</p>
25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:	
<ul style="list-style-type: none"> – Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; – Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os <i>inputs</i> nos quais se baseiam os modelos); – Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; – Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e <i>inputs</i> chave); – <i>Stress scenarios</i>. 	<p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Nota 47 e 51 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Nota 47 e 51 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Nota 47 e 51 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Nota 47 e 51 às Contas Consolidadas.</p> <p>RC Vol. I – Gestão dos Riscos pág. 139-159; Nota 47 e 51 às Contas Consolidadas.</p>
VI. Outros aspectos relevantes na divulgação	
26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Notas 1 às Contas Consolidadas (Políticas Contabilísticas).



Extracto da Acta da Assembleia Geral Anual do Banco Comercial Português, S.A., de 30 de Março de 2009, relativo aos pontos I (relatório de gestão, balanço, contas individuais e consolidadas do exercício de 2008) e 2 (aplicação de resultados)

Aos 30 dias do mês de Março de 2009, pelas 14:30 horas, reuniu, no Centro de Congressos e Exposições da Alfândega do Porto, Rua Nova da Alfândega - Edifício da Alfândega, na cidade do Porto a Assembleia Geral de Accionistas do Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, com sede na Praça D. João I, 28, no Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e identificação fiscal 501 525 882 e o capital social de 4.694.600.000 Euros.

Ponto Um – Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2008;

Ponto Dois – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

Realizada a votação do relatório de gestão e contas individuais do Banco Comercial Português e encontrando-se presentes ou representados, ou tendo votado por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos accionistas com direito a 3.001.429 votos, verificou-se que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 99,93% dos votos expressos, com 2.983.987 votos a favor e 2.114 votos contra, tendo-se absterido de votar accionistas detentores de 15.328 votos. Concluída a votação, a pedido do Senhor Presidente da Mesa, o Vice-Presidente proclamou os respectivos resultados.

Realizada a votação das contas consolidadas do Banco Comercial Português e encontrando-se presentes ou representados, ou tendo votado por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos accionistas com direito a 3.001.019 votos, verificou-se que os documentos em votação haviam sido aprovados por maioria de 99,93% dos votos expressos, com 2.900.676 votos a favor e 2.077 votos contra, tendo-se absterido de votar accionistas detentores de 98.266 votos. Concluída a votação, a pedido do Senhor Presidente da Mesa, o Vice-Presidente proclamou os respectivos resultados.

Antes de colocar à votação a proposta de aplicação de resultados, a Mesa procedeu à leitura da mesma, que em seguida se transcreve:

I

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 36.º dos Estatutos do Banco, propõe-se que aos resultados do exercício no montante de 451.182.625,88 euros, seja dada a seguinte aplicação:

- a) 45.118.262,59 euros para reforço da reserva legal;
- b) 10.000.000,00 euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) 79.808.200,00 euros para atribuição de dividendos;
- d) 316.256.163,29 euros para resultados transitados.

II

Considerando que a verba para dividendos agora a atribuir de 79.808.200,00 euros, foi calculada na base de um dividendo de 0,017 euros por acção emitida, e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que poderão estar em carteira à data do pagamento de dividendos;

Propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante dos números anteriores, que:

- a) A cada acção emitida seja pago o dividendo de 0,017 euros;
- b) Não seja pago, registando-se em conta de resultados transitados, o quantitativo correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria Sociedade.

Realizada então a votação da proposta de aplicação de resultados e encontrando-se presentes ou representados, ou tendo votado por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos accionistas com direito a 3.001.306 votos, verificou-se que a proposta em votação havia sido aprovada por maioria de 99,98% dos votos expressos, com 2.916.693 votos a favor e 679 votos contra, tendo-se absterido de votar accionistas detentores de 83.934 votos. Concluída a votação, a pedido do Senhor Presidente da Mesa, o Vice-Presidente proclamou os respectivos resultados.

Relatório e Contas 2008
Volume I

©Millennium bcp

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A.,
Sociedade Aberta

Sede:
Praça D. João I, 28
4000-295 Porto

Capital Social:
4.694.600.000 euros
Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial do Porto
com o Número Único de Matrícula
e de Identificação Fiscal 501 525 882

Produção gráfica:
Choice – Comunicação Global, Lda.

Ilustração:
Luís Oliveira

Impressão e acabamentos:
Gráfica Maiadouro, S.A.

Depósito legal
148713/00

Impresso em Março de 2009





A vida inspira-nos